FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

ANO 103 ★ Nº 34.298 | SEGUNDA-FEIRA, 27 DE FEVEREIRO DE 2023 | R$ 6,00

Construções na favela da Fumaça invadem área do parque dos Búfalos, às margens da represa Billings, no Jardim Apurá, extremo sul da capital paulista Eduardo Knapp/Folhapress

Criação do parque dos Búfalos, em SP, é aguardada há 11 anos

Cotidiano B2

ENTREVISTA DA 2ª

Kabengele Munanga

Educação é primordial para combater o racismo

Estudioso do racismo, o antropólogo congolês-brasileiro Kabengele Munanga vê três caminhos possíveis para o enfrentamento do problema: educação, leis e ações afirmativas.

Para o professor aposentado da USP, o país trata a questão como "crime perfeito". "O mito da democracia racial, por muito tempo, impediu que se falasse da existência", diz. A12

O antropólogo Kabengele Munanga em Itanhaém (SP) Karime Xavier/Folhapress

Bombeiros acham 65º corpo e encerram as buscas no Sahy

Resgatistas encontraram ontem a 65ª vítima do temporal que atingiu o litoral norte. Ela era a última pessoa considerada desaparecida na Barra do Sahy. Cotidiano B1

Alessandro Serrano/AFP

NAUFRÁGIO MATA MIGRANTES

Policial observa destroços do navio que naufragou ao sul da Itália; já se contaram 59 mortos entre os passageiros, que vinham de Afeganistão, Irã, Paquistão e Síria Mundo A10

Com Haddad sob pressão, Lula decidirá sobre gasolina

Reunião de governo avaliará hoje fim da desoneração tributária; ala política teme impacto nos preços

O temor de deterioração da economia tem alimentado pressões sobre o ministro Fernando Haddad, da Fazenda, por parte de membros do Executivo e aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A ofensiva interna ocorre em meio à queda de braço pública no governo em torno da tributação dos combustíveis, tema central de uma reunião marcada para hoje entre Lula, Haddad, Rui Costa, chefe da Casa Civil, e o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates.

Amanhã acaba o prazo para a permanência da desoneração da gasolina e do etanol. Preocupado com as contas públicas, Haddad quer o fim da alíquota zero de PIS e Cofins incidentes sobre os produtos. Isso representaria ganho de R$ 28,9 bilhões neste ano.

Já a ala política defende a continuidade do benefício, com o argumento de que sua reversão daria novo impulso à inflação. O preço médio do litro da gasolina poderia subir de R$ 5,07 para R$ 5,75. Mercado pág. 1

Guerra oferece à China lições sobre Taiwan

A despeito da promessa da "parceria sem restrições" com a Rússia, dificuldades das tropas e a reação do Ocidente tornaram o cenário mais complicado para Pequim. Mundo A9

Aéreas retomam modelo que permite visitas a mais locais Mercado pág. 5

ISSN 1414-5723

9 771414 572025 34298

EDITORIAIS A2

Gasolina política

Sobre embate no governo em torno de combustíveis.

Marielle, 5 anos depois

Acerca de colaboração federal nas investigações.

ATMOSFERA

São Paulo hoje

29° 21°

0h 6h 12h 18h 24h

Amanhã	Quarta	Quinta
20° 28°	19° 29°	19° 30°

esporte B5

Messi e os franceses

Prêmio da Fifa para o melhor jogador do mundo, a ser entregue hoje, pode coroar o ano dos sonhos do argentino Lionel Messi, que concorre com os franceses Karim Benzema e Kylian Mbappé.

esporte B5

Carlos Alcaraz sente lesão na coxa e perde Rio Open para Cameron Norrie

alalaô B3

Último dia de festas em São Paulo e no Rio celebra grandes nomes do Carnaval

ilustrada C1

'O Massacre da Serra Elétrica' retorna ao circuito 50 anos após lançamento

AGU quer revisar posicionamentos passados no STF

A Advocacia-Geral da União quer revisar posicionamentos apresentados ao Supremo Tribunal Federal nas gestões Jair Bolsonaro (PL) e Michel Temer (MDB). A ideia é alinhá-los às diretrizes do governo petista, sobretudo em temas ambientais, sociais e econômicos. Política A4

Histórico de deputados põe em xeque ampliação da base de Lula Política A6

Marcia Castro

Covid-19 alterou mortalidade por outras doenças

No Brasil, observamos aumento nas taxas de mortalidade por gravidez, parto e puerpério, diabetes, hipertensão arterial e doenças renais. A tendência de declínio da mortalidade de por transtornos mentais se reverteu. Cotidiano B3

Vacinação com bivalente vai começar hoje; tire suas dúvidas Cotidiano B4

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila *(secretário)*
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio *(financeiro, planejamento e novos negócios)*, Anderson Demian *(mercado leitor e estratégias digitais)*, Everton Fonseca *(tecnologia)* e Marcelo Benez *(comercial)*

INÊS249

João Montanaro

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Gasolina política

Manter a desoneração dos combustíveis, como quer o PT, prejudicará o governo a médio prazo

Permanece a disputa dentro do governo a respeito da volta da cobrança dos tributos federais PIS e Confins sobre gasolina e álcool. O prazo da isenção termina nesta terça (28), tendo sido prorrogado por dois meses no final do ano passado.

A reoneração é defendida pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e poderia render R$ 25 bilhões para os cofres da União até o final do ano. Seria um sinal de que o governo preza a responsabilidade fiscal, atributo escasso até aqui.

Por certo haveria impacto nos preços —estima-se que o valor da gasolina na bomba poderia subir até 70 centavos. Aumentos adicionais viriam na hipótese de majoração do ICMS estadual.

Os entes regionais e a União negociam um acordo depois da redução promovida no ano passado, pelo qual a gasolina deixaria de ser considerada item essencial e poderia ser tributada com alíquotas maiores que o limite atual de 18%.

Já expoentes da ala política do governo e lideranças do PT são contra a volta da cobrança federal. A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, defendeu a prorrogação da isenção até que a Petrobras defina uma nova política de preços. Tributar agora, segundo ela, seria impactante para a classe média e um descumprimento de compromisso de campanha eleitoral.

Gleisi está errada. O principal compromisso de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na campanha foi incluir o pobre no Orçamento. É evidente que manter a desoneração promovida de modo eleitoreiro por Jair Bolsonaro (PL) vai de encontro a tal orientação.

Trata-se de um subsídio com altíssimo custo que não distingue ricos e pobres e beneficia principalmente os primeiros, à custa de maior descontrole fiscal e, aí sim, de mais inflação, que penaliza a população mais carente.

O temor da ala política é a perda imediata de popularidade presidencial, que em sua visão poderia exacerbar a polarização e tensionar ainda mais o ambiente.

Não parece ocorrer a esse grupo que a degradação da confiança numa gestão responsável é o maior risco a médio prazo. Insistir em medidas demagógicas que oneram o Orçamento adiará a queda dos juros, com crescentes obstáculos para o crescimento da economia.

Eis a receita para uma baixa duradoura da aprovação ao governo, que seria difícil de reverter. Decisões responsáveis neste início de mandato, bem explicadas à população, trariam benefícios adiante.

O quadro atual é delicado. Às vésperas de um teste fundamental para a política econômica —a esperada apresentação da nova regra fiscal, que substituirá o teto constitucional de gastos— deveria ser do interesse do presidente Lula operar pelo crédito de Haddad.

Marielle, 5 anos depois

Pode-se perguntar se a cooperação federal não deveria se dar com objetivos mais amplos

Prestes a completar cinco anos, as investigações sobre os assassinatos da vereadora Marielle Franco (PSOL) e do motorista Anderson Gomes, no centro do Rio, seguem sem conclusão. O caso se tornou bandeira política para a esquerda e o pior da direita bolsonarista.

Na semana passada, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, determinou instauração de inquérito na Polícia Federal para colaborar com as investigações da Promotoria do Rio de Janeiro.

As autoridades fluminenses ainda não foram capazes de esclarecer se houve um mandante, nem a motivação. Um ano após as mortes, em 2019, foram presos o sargento reformado Ronnie Lessa, acusado de ser o autor dos disparos, e o ex-PM Élcio de Queiroz, acusado de dirigir o carro usado no crime.

O atraso não deve ser creditado apenas à complexidade do caso mas também às idas e vindas no comando do inquérito. Desde o início, as investigações foram objeto de tentativas de obstrução e pistas falsas. Em 2019, a Polícia Federal, que agora se soma às apurações, apontou que depoimentos falsos teriam sido dados para dificultar a solução do homicídio.

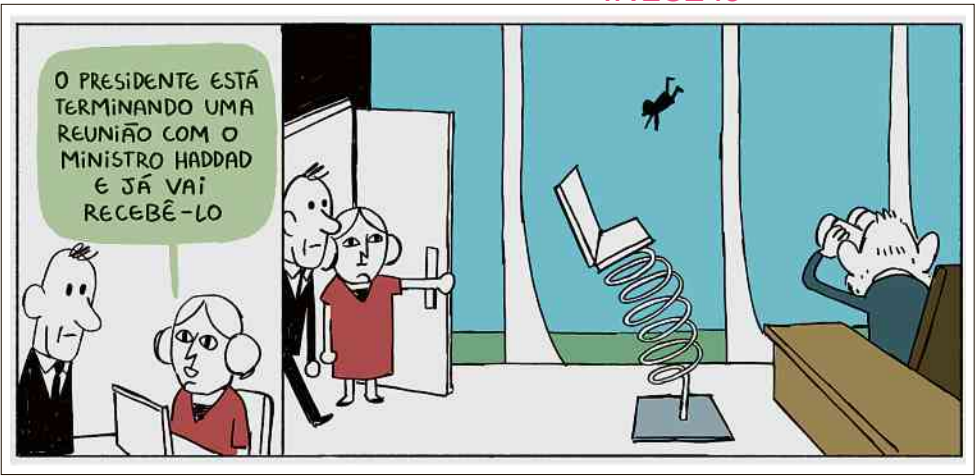
Falhas institucionais são abundantes. O delegado Alexandre Herdy foi o quinto a assumir o inquérito, em fevereiro de 2022. Recentes conflitos internos no Ministério Público também afetam o andamento do processo.

O setor mais desfalcado foi o Grupo de Atuação Especializada contra o Crime Organizado (Gaeco), responsável pelas principais apurações contra milícias e facções criminosas no estado —parte de seus integrantes está na força-tarefa sobre os assassinatos.

Em tese, a cooperação federal pode ajudar o andamento de casos, como os de Marielle e Anderson, nos quais há teias de interesses que podem minar investigações.

A ex-procuradora-geral da República Raquel Dodge solicitou a federalização em 2019, que foi rejeitada pelo STJ, para o qual não houve "inércia ou inação" no caso.

De forma compreensível, a família de Marielle foi contra a federalização das apurações sob o governo Jair Bolsonaro (PL).

Deve-se perguntar, de um lado, por que as investigações estaduais não conseguem lidar com o enraizado envolvimento de milícias e facções em homicídios; de outro, se uma cooperação federal não deveria ocorrer com objetivos mais amplos do que dar andamento a uma apuração em particular.

A árvore do conhecimento

Lygia Maria

O escritor de ficção científica Isaac Asimov disse, durante entrevista em 1988, que o processo de ensino-aprendizagem ideal é aquele que foca no interesse individual do aluno.

Mas não seria um problema se a criança quisesse aprender apenas sobre beisebol? Eis a resposta de Asimov: "Tudo bem. Quanto mais você aprende sobre beisebol, mais pode se interessar por matemática ao tentar entender as médias estatísticas de rebatidas. Pode até mesmo acabar mais interessado em matemática do que em beisebol".

Esse é o princípio da Escola da Ponte, que é pública e foi fundada em 1976, em Santo Tirso (Portugal). Lá, não há salas de aula e classes separadas por idade. Pequenas turmas são formadas a partir dos interesses dos estudantes, que são incentivados a buscar conhecimento de forma autônoma através de pesquisas. A ideia é ensinar a aprender, partindo das aptidões individuais das crianças.

Quem gosta de marcenaria acaba pesquisando geometria para criar móveis mais estruturados e, depois, se interessa por arte, para implementar inovações estéticas.

A reforma do ensino médio no Brasil tenta seguir essa ideia, com itinerários de aprendizagem e disciplinas optativas escolhidas pelos jovens. Mas a teoria esbarra nas péssimas condições da educação no país.

Tal mudança exige contratar professores, investir na especialização da categoria, melhorar salários, oferecer espaços físicos com equipamentos para oficinas e laboratórios etc. Daí as reclamações, justas, de pais, alunos, professores e gestores.

O problema é que o Brasil inverte prioridades. Segundo relatório da OCDE, aqui, o gasto anual por aluno no ensino superior é de U$ 14.202 e, no ensino fundamental e médio, de U$ 3.866. Já nos países desenvolvidos, gasta-se em média U$ 16.100 e U$ 9.300, respectivamente.

De modo insensato, queremos colher frutos de uma árvore sem raízes. Talvez devamos cuidar primeiro da semente, que é estimular a paixão pelo conhecimento, através das aptidões dos alunos, desde cedo.

Onde dormem as 'pessoas de cor'?

Ana Cristina Rosa

As imagens do mar de lama que deixou um rastro de destruição e mortes no litoral norte de SP em razão da chuvarada me fizeram lembrar de quando o filho de uma conhecida, aos sete anos, disparou a pergunta: onde dormem as "pessoas de cor"?

Indagação perspicaz para uma criança nascida e criada em região nobre e acostumada a frequentar o clube social do bairro, bons restaurantes e escola particular. Por desfrutar do melhor da infraestrutura da cidade —oportunidade que, em geral, é negada aos mais pobres—, estava desacostumada ao convívio com pretos e pardos, já que a pobreza tem cor no país.

Embora "gigante pela própria natureza", o Brasil não encontrou espaço para abrigar os negros. No quesito moradia, o resultado é evidente na ocupação desordenada e irregular de locais precários, muitos deles áreas de risco.

De Norte a Sul, eis a origem das nossas favelas, palafitas, mocambos, alagados e periferias, todos erguidos sem infraestrutura adequada para habitação. Não por opção, e sim por falta de alternativa —é bom que se registre.

Aos historicamente abandonados pelo Estado, restou criar "soluções de contorno" para sobreviver. Pelo menos quatro milhões de pessoas moram em pontos mapeados pela Defesa Civil Nacional como de altíssimo risco para desastres.

A cidade é "para uns, ambiente de conforto, cultura e segurança [...] Para outros, a vida urbana é caótica, perigosa e hostil, sem direito a um mínimo de lazer e segurança", resume o economista Mário Theodoro, doutor pela Universidade Paris 1 - Sorbonne, no livro "A Sociedade Desigual".

A sucessão de vidas perdidas anualmente em tragédias que poderiam ser evitadas pela ação diligente do poder público é só mais uma evidência do apartamento racial da sociedade brasileira. Afinal, é em locais inseguros, insalubres, erguidos à revelia de planejamento urbano ou ao relento que dorme grande parte das "pessoas de cor". Até quando?

E aquela do Bernard Shaw?

Ruy Castro

O dublinense Bernard Shaw (1856-1950) tem uma peça em cartaz em São Paulo, "O Dilema do Médico", de 1906. Bernard Shaw devia ter sempre uma peça em cartaz em todas as cidades do mundo. Eis algumas amostras do que seus personagens diziam.

"Não perdemos a fé em Deus. Apenas a transferimos para os médicos." "Geralmente, o que as pessoas mais querem saber não é da conta delas." "Não quero saber o que as pessoas dizem de mim pelas minhas costas. Posso ficar convencido." "Imagine uma vida inteira de felicidade! Ninguém conseguiria suportar. Seria o Inferno na Terra." "O lar é tão natural para qualquer um de nós quanto uma gaiola para uma cacatua."

"O martírio é a única maneira de um homem ficar famoso sem saber fazer nada." "As perguntas mais difíceis de responder são aquelas cuja resposta é óbvia." "As revoluções nunca servem para aliviar o fardo da tirania. Apenas o repassam para outros ombros." "O silêncio é a mais perfeita expressão do desprezo." "O segredo do sucesso é ofender o máximo possível de pessoas."

"Quando duas pessoas estão sob a influência da mais violenta, insana, enganadora e transitória das paixões são levadas a jurar que continuarão para sempre nesse estado anormal, excitado e exaustivo até que a morte os separe." "Deus ou não, o fato é que Jesus foi um insuperável economista político." "Sou um cavalheiro. Vivo de roubar os pobres." "A escola é muito mais cruel do que a prisão. Na prisão, você não é obrigado a ler livros escritos pelos carcereiros." "Toda moda é uma epidemia induzida."

"Cuidado com o homem que não oferece a outra face. Ele nunca perdoará a sua bofetada nem permitirá que você se perdoe." "O céu, como o entendemos, é um lugar tão chato, monótono e inútil que nunca se leu uma descrição de um dia inteiro passado nele." "No céu, um anjo não é ninguém em particular." "A vida é muito curta para ser levada a sério."

Sobrevida da democracia

Marcus André Melo

Professor da Universidade Federal de Pernambuco e ex-professor visitante da Universidade Yale. Escreve às segundas

O título desta coluna não estará na capa de algum best-seller. Sim, a discussão em torno de como morrem as democracias deu lugar a um grupo cada vez maior de estudos qualitativos e quantitativos sobre por que as previsões sobre o colapso das democracias falharam.

Estes estudos apontam uma debilidade crítica das análises já apontada aqui na coluna há pelo menos quatro anos em relação ao best-seller de Levitsky e Ziblatt: há viés de seleção na variável dependente (no caso, a morte da democracia). A amostra teria que incluir os casos de sobrevivência e morte da democracia.

Generalizações a partir de estudos de caso de Orban, Chávez, Erdogan, etc —frequentemente combinadas com referências a Hitler— têm pés de barro. Além do mais, mudanças marginais na Índia ou EUA não podem ser reportadas ponderadas pela população, como se refletissem tendências globais.

No entanto, algumas análises não cometem este erro primário e baseiam-se em índices elaborados por instituições como Freedom House, V-DEM, The Economist (EIU), ou Polity2. Alguns baseiam-se em indicadores objetivos (ex: percentagem de eleições em que o incumbente ou seu partido venceu) ou número de jornalistas assassinados.

Outros são subjetivos (ex: "como avalia se as eleições foram limpas e justas e se a vontade popular prevaleceu") e são sujeitas a vieses (o número de especialistas consultados é muito pequeno).

Little e Meng desagregaram dezenas de indicadores das fontes disponíveis concluindo que nas últimas quatro décadas não há nenhuma evidência de declínio da democracia segundo dezenas de indicadores objetivos; em muitos casos observa-se o contrário. Também examinaram os indicadores subjetivos e investigaram as possíveis razões para os vieses encontrados.

Concluíram (utilizando um modelo formal) que a saliência e o nível crescentes de informações sobre retrocessos democráticos explicam parte do viés. O impacto do fenômeno Trump é exemplo.

Algumas fontes têm problemas específicos. O V-DEM —o padrão-ouro— publiciza de forma anônima as respostas dos especialistas (cujo número varia de 5 a 11) que sugerem um intervalo de confiança para suas respostas. Little e Meng mostraram que ele é superior ao desvio padrão das respostas para os níveis das escalas utilizadas, comprometendo alguns indicadores. O Polity2, por sua vez, perdeu grande credibilidade pela falta de plausibilidade.

Após a eleição de Trump em 2016, o escore para os EUA declinou para 5 (o mesmo que Haiti e Somália), o menor de sua história desde 1801, inferior inclusive aos da Era Jim Crow, quando negros e mulheres (até 1920) eram impedidos de votar.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Os EUA e a contenção à China

Relação tensa, elevada a guerra comercial e tecnológica, é caminho sem volta

Pedro Donizete da Costa Júnior
Cientista político, professor de relações Internacionais e pesquisador da USP; é autor de "O Poder Americano no Sistema Mundial Moderno: Colapso ou Mito do Colapso?" (ed. Appris)

"Somos a nação do progresso humano, e quem irá impor limites à nossa marcha adiante?"

United States Magazine and Democratic Review (1839)

A atual política externa norte-americana apresenta uma direção muito bem definida: trata-se da contenção da China nas disputas pelo poder global no sistema mundial moderno.

Foi no governo Obama-Biden que se esboçou uma reformulação na política externa americana: priorizar não mais o Oriente Médio, entrementes o "desafio asiático". O então presidente democrata formulou assim: o "pivô para a Ásia" e a "aliança para o Pacífico" (TPP). Ambos fracassos retumbantes. O pivô asiático não saiu do papel porque os Estados Unidos não conseguiram sair do Oriente Médio. Já o TPP ("Trans-Pacific Partnership", ou Parceria Transpacífico), o tratado de livre-comércio que reuniria os EUA e as principais economias da Ásia e do Pacífico, numa tentativa clara de isolar a China, foi implodido por Donald Trump.

A administração do republicano iniciou a nominada "guerra comercial" contra a China. A partir da eleição de Trump, em 2016, formou-se um consenso no Departamento de Estado dos EUA —sejam democratas, republicanos, militares, políticos, congressistas de alto e baixo escalão, diplomatas, think tanks, grupos de pesquisa, intelectuais a serviço do Estado, jornalistas e mídia em geral— de que o grande desafio dos EUA não é mais o "terror" ou o "terrorismo", mas sim a China —e que é preciso contê-la tenazmente.

O governo Biden-Harris retomou o pivô para o Pacífico a fim de conter a expansão chinesa. Biden passou a movimentar as peças no tabuleiro geopolítico. Criou o Quad (Parceria Quadrilateral sobre Segurança entre EUA, Índia, Austrália e Japão) e, posteriormente, a Aukus, uma aliança de cooperação tecnológica e militar envolvendo EUA, Reino Unido e Austrália. Ambos são uma evidente estratégia de contenção da China no Indo-Pacífico.

O envolvimento umbilical dos EUA na Guerra da Ucrânia, com o enfrentamento à Rússia, alcançou proporções sistêmicas, implicando as grandes potências globais, o que desencadeou no estreitamento de uma "aliança sem limites" sino-russa (que acaba de completar um ano). Para Henry Kissinger, trata-se do pior dos cenários para a política externa norte-americana.

[...]

O envolvimento umbilical dos EUA na Guerra da Ucrânia, com o enfrentamento à Rússia, alcançou proporções sistêmicas, o que desencadeou no estreitamento de uma "aliança sem limites" sino-russa (...). Para Henry Kissinger, trata-se do pior dos cenários para a política externa norte-americana

O governo Biden deu mais um passo decisivo na contenção ao poder chinês: a "guerra tecnológica" contra a China. Biden divulgou um amplo conjunto de controles de exportação que proíbem as empresas chinesas de comprar chips avançados. As recentes sanções dos EUA contra Pequim são sem precedentes nos tempos modernos. Os chips que Washington tenta controlar são semicondutores, os processadores que movem celulares, carros autônomos, computação avançada, drones e equipamentos militares —e se tornaram essenciais para a disputa tecnológica desta década.

Ademais, a incauta visita de Nancy Pelosi, então presidente da Câmara dos Representantes, a Taiwan, inflamou ainda mais as relações diplomáticas entre os dois gigantes. E já foi anunciado que seu sucessor, o recém-eleito republicano Kevin McCarthy, fará o mesmo neste ano.

Recentemente houve o dramático episódio do balão chinês, monitorado pelo Pentágono, enquanto sobrevoava campos de mísseis nucleares americanos. Duas consequências imediatas: primeiro, o balão chinês foi abatido pela força aérea dos EUA; segundo, Biden decidiu adiar a visita de seu secretário de Estado, Antony Blinken, à China, o que marca um novo capítulo na relação tensa entre os dois países.

Por fim, a gestão Biden não só continuou a guerra comercial com os chineses, iniciada por Trump, como a elevou a uma guerra tecnológica e ainda a uma "guerra humanitária", bem ao estilo dos democratas. Trata-se de um caminho sem volta.

A gente não quer só comida, mas sem comida não dá

Não há como falar de educação sem considerar condições alimentares básicas

Jade Beatriz
Estudante, é presidenta da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes)

Henrique gostava de rock. Mas não era aquele roqueiro chato da escola que fica sozinho no canto do recreio, com os fones de ouvido no máximo. Ele gostava de conversar com todos, principalmente sobre animes, personagens japoneses, cultura "otaku" e futebol. Torcia para o São Paulo. Apesar de sermos de Fortaleza, quase todo mundo acaba torcendo para um time do Sudeste. Na hora da merenda, a gente volta e meia fazia alguma brincadeira com o tamanho do prato do Henrique. Ele comia muito mesmo. E ainda enchia uma vasilha para levar. Morava com a mãe. O pai tinha ido embora. Um dia, no ensino médio, tivemos uma roda de conversa e Henrique desabafou. Chorou e revelou que a merenda, durante todo o tempo, tinha sido a única refeição do dia para ele e a mãe. Sem a merenda escolar, aquela família teria morrido de fome.

Henrique é um nome fictício de uma história muito real, um amigo que mudou minha vida. Apesar de eu também ser de uma família pobre, da periferia cearense, até ali nunca tinha pensado na merenda como a única fonte real de alimentação para alguém. Mas esta é, infelizmente, a realidade de milhões de jovens e familiares no Brasil. Além de 33 milhões de pessoas passando fome, de acordo com a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), nosso país também vive o empobrecimento radical das crianças. Estudo do IBGE mostra que a fome e a pobreza extrema já alcançam 46,2% da população de 0 a 14 anos. Um triste recorde.

Desde 2017, o repasse federal para a merenda não sofre reajuste. A verba é de R$ 0,36 por estudante do ensino fundamental ou médio, naturalizando a distribuição de bolacha e água, forçando dois alunos a dividirem um único ovo cozido. É urgente o reajuste de 34%, vetado de forma desumana por Jair Bolsonaro.

[...]

Desde 2017, o repasse federal para a merenda não sofre reajuste. A verba é de R$ 0,36 por estudante do ensino fundamental ou médio, naturalizando a distribuição de bolacha e água, forçando dois alunos a dividirem um único ovo cozido. É urgente o reajuste de 34%, vetado de forma desumana por Jair Bolsonaro

Precisamos consolidar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) enquanto política de Estado, integrar o abastecimento pela agricultura familiar, consolidar uma rede saudável nas escolas. Não há como falar hoje em educação sem falar nas condições alimentares básicas da juventude. A garantia da merenda deve ser prioridade dos movimentos educacionais, da sociedade e dos governos.

Por isso, nós da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), lançamos uma campanha nacional em defesa da merenda e pela segurança alimentar da juventude. Em alguns estados, como o Pará, muitas escolas não têm nada para oferecer. Em outros, como o Ceará, minha terra natal e também do atual ministro da Educação, há avanços, mas ainda muito a se fazer, principalmente na qualidade e planejamento da merenda.

Infelizmente, a urgência desse tema se sobrepõe a tantas outras da educação brasileira, arrasada pelos anos de Bolsonaro e pelo desmonte desse ministério. Mas precisamos do básico, das condições para podermos seguir. Como diria a famosa música dos Titãs, uma banda que talvez o Henrique goste, a gente não quer só comida. Mas, sem comida, não dá. Vamos à luta!

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Dante de Oliveira, autor da emenda pelas eleições diretas no Brasil; manifestações completaram 40 anos 25.abr.84/Arquivo da Câmara dos Deputados

Fé no Congresso

"Há muita gente boa presa após o 8/1, diz novo presidente da bancada evangélica" (Política, 26/2). Como é que pode este senhor ser parlamentar? Não é à toa que estamos nesta situação! Faltou perguntar o que acha da teocracia iraniana, porque é o que esses evangélicos gostariam de implantar por aqui.
Heloisa Helena Cidrin Gama Alves (São Paulo, SP)

*

Seria o caso de se perguntar o que dá a este senhor o direito de qualificar aqueles vândalos terroristas como "gente boa". Não estaria rompendo os limites da ética que deve defender como representante popular?
Eneida Marques (Campinas, SP)

*

Deus me livre da salvação do deus do deputado Eli e sua gente de bem.
Valdo Neto (Jandira, SP)

*

Tem muita gente inocente de verdade nas prisões brasileiras.
José Moreira (Itabira, MG)

Efemérides

"Outro bom dia para escrever" (Ruy Castro, 26/2). Obrigado por nos escrever, Ruy. E meus parabéns pelo aniversário!
Jove Bernardes (Belo Horizonte, MG)

*

Continue, Ruy! Nós, leitores, agradecemos.
Vera Lúcia de Oliveira Jesus (Brasília, DF)

Cenário econômico

"Desaceleração da atividade e inadimplência desafiam convicção do BC sobre juros" (Mercado, 25/2). Juros da Dilma era de 16%! Só para lembrar os esquecidos.
Dilson J. Gadioli (Santos, SP)

*

Campos Neto não tem interesse que esse governo prospere, atuará, mesmo que discretamente, para miná-lo. Os interesses da classe empresarial estão acima de tudo.
Ricardo Lobo (Terezópolis de Goiás, GO)

Diplomacia

"Brasil pode abandonar papel de pária e reviver protagonismo na ONU" (Mundo, 26/2). O governo federal passado e o atual mantêm uma relação de simpatia quase amor com a Rússia. Acredito que permaneceremos como pária para o mundo por mais tempo.
Israel Sena (São Paulo, SP)

*

O Brasil não foi importante no xadrez global apenas nos anos mais recentes. Bora ler sobre Oswaldo Aranha, minha gente.
Elvira Maria (Belo Horizonte, MG)

*

Taí uma coisa que eu gostaria de ver. Luiz Inácio jamais condenou, não condena e jamais condenará regimes ditatoriais que existam no mundo. Tanto isso é verdade que até hoje não falou nada que contrarie o que essas ditaduras fazem.
Marisa Coan (São Caetano do Sul, SP)

Desafios

"China busca fortalecer segurança global para torná-la mais justa e racional" (Mundo, 25/2). É um primeiro passo. A direção é discutível, aliás como toda ação humana. Vamos ver o seguinte.
Fauzi Palis Júnior (Ituiutaba, MG)

Democracia

"Livro sobre Diretas explica como canções de Ultraje, Caetano, Chico e Milton viraram hinos" (Ilustríssima, 26/2). Excelente artigo. Um presente para iluminar o domingo cinzento.
Marisa Alves Dias Menezes (São Paulo, SP)

*

O primeiro sinal da doença direitista foi ver os velhos atacando os cantores de sua época e os jovens curtindo o agronejo.
Rubens Goulart (Santos, SP)

*

A luta pela redemocratização foi longa e árdua. Entretanto, parece que boa parte dos brasileiros, especialmente a geração mais nova, parece não reconhecer o valor da democracia ao eleger um golpista declarado saudosista da ditadura e quase reelegê-lo pela segunda vez.
Mateus Vaz de S Sá (Goiânia, GO)

*

Não diria que a composição do Roger era revolucionária. Eu diria ser uma música medíocre e alienada. Aliás, como ele próprio sempre me pareceu.
Maria Tereza Castro (Campinas, SP)

Disputa ambiental

"Criminosos fazem reféns e roubam barco do governo no Vale do Javari" (Cotidiano, 25/2). Quem sabe o governo pense em criar unidades de forças especiais em pontos sensíveis de nossas fronteiras e determinar permanente estado de guerra nessas áreas contra seja lá quem vier a praticar crimes em nosso território.
Luiz Antônio (Florianópolis, SC)

*

Cenário difícil de reverter. Além de longe e difícil acesso, já são muitos anos sem políticas públicas de segurança e de soberania, intensificada nos últimos quatro anos.
Luiz Paulo Barreto (Cabo Frio/RJ)

Área preservada

"Criação de parque dos Búfalos envolve até ameaça de morte na periferia de SP" (Cotidiano, 26/2). Parabéns ao Silvestre e aos demais defensores pela coragem e persistência! Belo trabalho! Desejo sucesso a vocês! Uma área com 19 nascentes e restos da Mata Atlântica não pode virar favela ou condomínio de luxo. Estamos fartos e fartas disso!
Eliane Freitas (São Paulo, SP)

*

E parabéns mesmo a todas essas pessoas que moram no local e que, mesmo com o lamentável e odiável descaso dos órgãos públicos (in)competentes, fazem o máximo possível pela preservação ambiental.
Miguel Gossn (São Paulo, SP)

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

MUNDO (26.FEV., PÁG. A12) A ajuda militar enviada pela França para a Ucrânia na guerra soma US$ 700 milhões, não US$ 700 bilhões, como afirmava o texto "Cautela da Alemanha resume dilema europeu com Guerra da Ucrânia".

política

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

Cardápio

O prefeito de SP, Ricardo Nunes (MDB), pretende apresentar nesta segunda (27) a partidos aliados um roteiro básico para sua reeleição. O principal trunfo é o caixa reforçado, com R$ 11,5 bilhões em investimentos em 2023, o maior da história da cidade. Nunes mostrará pesquisa feita com 12 mil pessoas apontando melhora nos índices de conhecimento e aprovação. O levantamento, contratado pelo MDB, foi feito pelo publicitário Duda Lima, que trabalhou com Jair Bolsonaro (PL).

CUSTOMIZAÇÃO Como mostrou o Painel, Lima tem trabalhado com Nunes, com a missão de fazer um diagnóstico sobre suas perspectivas na eleição, em que deve ter Guilherme Boulos (PSOL) como principal adversário. Uma ideia que animou o prefeito é ter uma comunicação específica para os diferentes distritos da cidade, mostrando realizações e projetos em cada um.

PLATEIA Participarão do encontro representantes de legendas como MDB, PSDB, União Brasil, PSD, Republicanos, Cidadania, Podemos, Solidariedade e PP. O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, deve ir, apesar de o deputado Ricardo Salles (PL-SP) pretender disputar a prefeitura.

TURMA Apesar dos acenos ao centro e à esquerda, Tarcísio de Freitas (Republicanos), segue entrosado no bolsonarismo. No sábado de Carnaval, ele participou de uma confraternização em Campinas que reuniu, entre outros, o ex-ministro Wagner Rosário (CGU), o ministro do TCU Jorge Oliveira, os deputados federais Ricardo Salles (PL-SP) e Maurício Neves (PP-SP) e os secretários Capitão Derrite (Segurança Pública) e José Vicente Santini.

CHURRAS O anfitrião foi o irmão de José Vicente, Nelson Santini, que quer disputar a prefeitura de Campinas no ano que vem. Outro assunto das conversas foi o retorno do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) ao Brasil e as questões jurídicas que pesam contra ele. Tarcísio, que tinha planos de descansar no feriado, foi de lá direto para São Sebastião, em razão das fortes chuvas.

GLOBE-TROTTER Determinado a recolocar o Brasil em um cenário de protagonismo mundial, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) desenhou uma agenda com praticamente uma viagem internacional por mês até o final do ano. Ele já foi a Argentina e Uruguai em janeiro e EUA neste mês. As próximas paradas são China (março), Portugal (abril) e Japão (maio), onde é convidado do G7, grupo dos países mais ricos do mundo.

CARTÃO PLATINA O roteiro depois tem idas à África em julho e agosto, para cúpula de países de língua portuguesa e África do Sul. Em setembro, Lula irá à Assembleia Geral da ONU em Nova York, e ao G20, na Índia. Novembro está reservado para a COP, nos Emirados Árabes Unidos.

PALCO O ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, discursará no Conselho de Direitos Humanos da ONU em Genebra, nesta segunda-feira (27), com a missão de reconquistar uma cadeira para o Brasil no órgão para o mandato de 2024-26. Ele estará acompanhado da secretária nacional LGBTQIA+, Symmy Larrat, que será a primeira trans do Brasil a discursar nas Nações Unidas.

CAIXA O Ministério do Desenvolvimento Social liberou na última sexta-feira (24) R$ 170 milhões para estados e municípios reforçarem suas redes de assistência social. Segundo o governo, os repasses chegarão a R$ 2,2 bilhões em 2023, o dobro do destinado pela gestão de Jair Bolsonaro (PL), ao Suas (Sistema Único de Assistência Social).

com Guilherme Seto e Juliana Braga

Cláudio

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL PLANO MENSAL	Digital Ilimitado R$ 29,90	Digital Premium R$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 6	R$ 9	R$ 942,90
DF, SC	R$ 7	R$ 10	R$ 1.189,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 7,50	R$ 11	R$ 1.501,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 11,50	R$ 14	R$ 1.618,90
Outros estados	R$ 12	R$ 15	R$ 2.008,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
343.169 exemplares (janeiro de 2023)

O advogado-geral da União nomeado por Lula, Jorge Messias, no Supremo Rosinei Coutinho - 1º.fev.23/Divulgação STF

AGU prepara 'revisaço' de posições de Bolsonaro e Temer no Supremo

Sob Lula, órgão que defende juridicamente o governo cria linha de atuação oposta à dos ex-presidentes em temas como marco temporal

José Marques

BRASÍLIA O órgão responsável pela representação jurídica do governo federal, a AGU (Advocacia-Geral da União), se mobiliza para revisar posicionamentos apresentados ao STF (Supremo Tribunal Federal) nas gestões Jair Bolsonaro (PL) e Michel Temer (MDB).

A ideia é alinhá-los às diretrizes da administração Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em oposição ao que defendiam os governos anteriores, sobretudo em temas ambientais, sociais e econômicos.

Além disso, o órgão tem como proposta diminuir a litigiosidade nessas áreas e buscar soluções negociadas, como acordos, para a maior quantidade de questões.

Sob Bolsonaro, a AGU ficou conhecida pela intensa apresentação de ações no Supremo em nome do presidente, para tentar resolver situações como bloqueios de perfis em redes sociais e revisão de medidas de governos estaduais e municípios contra a pandemia de Covid-19.

Uma das mudanças de posicionamento será feita nas ações do que ficou conhecido no Supremo como "pauta verde", cuja maioria dos processos está sob a relatoria da ministra Cármen Lúcia.

As ações foram levadas ao plenário da corte em março do ano passado, quando a ministra afirmou ter visto um "estado de coisas inconstitucional" na política ambiental do país, instituto que permitiria ao Judiciário estipular medidas aos demais Poderes.

A ministra fez severas críticas ao votar em ações que pediam a determinação ao governo federal da execução de fiscalização e controle ambiental "em níveis suficientes para o combate efetivo do desmatamento na Amazônia Legal e o consequente atingimento das metas climáticas brasileiras assumidas perante a comunidade global".

O julgamento, porém, foi paralisado por um pedido de vista (mais tempo para análise) do ministro André Mendonça, que foi indicado ao cargo por Bolsonaro.

Ao se posicionar, a AGU sob Bolsonaro se manifestou contra. "Mesmo o cabimento de todas essas ações é questionável", disse, antes do voto de Cármen, o então advogado-geral da União, Bruno Bianco.

"Não houve qualquer descontinuidade no plano de ação para prevenção e controle do desmatamento na Amazônia, mas sim uma evolução para um novo plano nacional de combate ao desmatamento ilegal e recuperação da vegetação nativa para os anos de 2020 a 2023", justificou.

No governo Lula, a AGU já tem se prevenido para atuar considerando um eventual reconhecimento desse estado de coisas inconstitucional — mesmo que ainda faltem votos de dez ministros no caso.

Outro processo no qual a AGU sob Lula deve ter posição divergente à de Bolsonaro é o do marco temporal, que discute se a data da promulgação da Constituição de 1988 deve ser usada para definir a ocupação tradicional da terra por indígenas.

A tese do marco temporal tem aval de ruralistas e é rechaçada por indígenas. A decisão do Supremo sobre o tema incidirá em todos os processos semelhantes.

Ao fazer a sustentação do caso no STF, Bruno Bianco afirmou que o marco traz segurança jurídica para as demarcações de terra.

"Apenas com a finalização do procedimento demarcatório é que serão iniciados os atos atinentes ao levantamento de ocupações não indígenas e apuração das benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé", disse Bianco. Ainda não houve conclusão do julgamento.

A AGU de Lula também mudou de posicionamento a respeito da Lei das Estatais, sancionada durante o governo Temer. À época, o órgão considerou a lei constitucional. Esse também foi o entendimento da PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) já sob Lula.

> **"O ano de 2016 [com o impeachment de Dilma] deu início a um processo de erosão do Estado democrático de Direito. Os direitos do povo foram sabotados com vista à sua destruição completa"**
>
> **Jorge Messias** advogado-geral da União, em seu discurso de posse, em 2.jan

A AGU atual ignorou a PGFN e foi contrária a trechos da norma que estabelecem vedações à indicação de políticos para cargos em empresas públicas e agências reguladoras.

A ação no STF contra a Lei das Estatais foi apresentada pelo PC do B, aliado histórico do PT, tem relatoria do ministro Ricardo Lewandowski e é vista como uma das alternativas do governo para abrir caminho para a nomeação de políticos para esses postos.

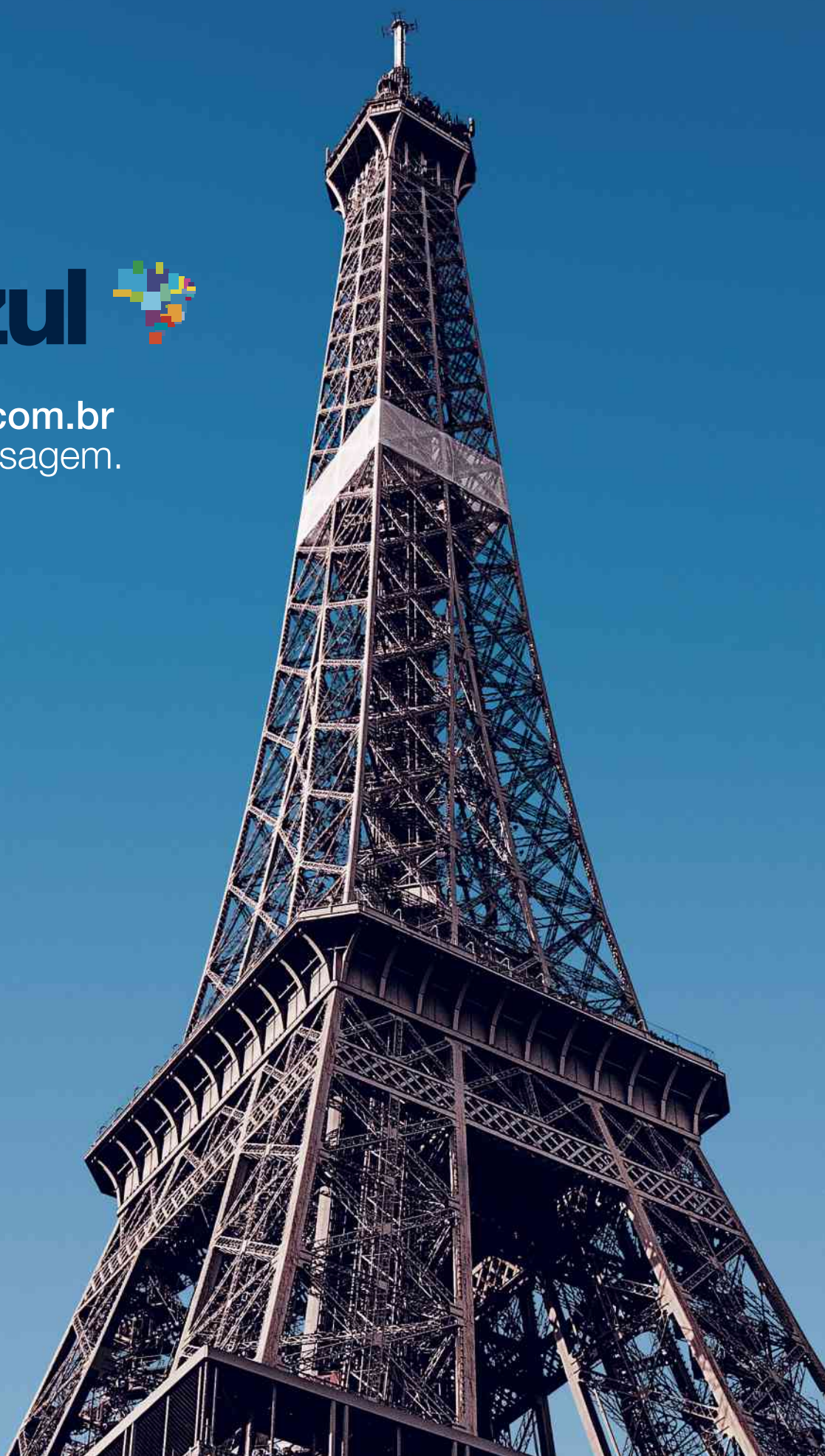
"Além do desempenho de atividades submetidas a regime jurídico de direito público, também compete à administração pública intervir diretamente no domínio econômico, o que ocorre, geralmente, por meio das empresas estatais", disse o órgão, ao defender que as vedações às indicações são inconstitucionais.

Ao assumir o posto, em 2 de janeiro, o advogado-geral da União nomeado por Lula, Jorge Messias, fez um discurso com diversas críticas às gestões que sucederam o governo Dilma Rousseff (PT), quando atuou como subchefe de assuntos jurídicos da Casa Civil.

"O ano de 2016 deu início a um processo de erosão do Estado democrático de Direito. Os direitos do povo foram sabotados com vista à sua destruição completa", afirmou.

"O acesso aos serviços e bens públicos, à Justiça e à cidadania foi sistematicamente atacado. Presenciamos a escalada autoritária e a propagação de retrocessos civilizatórios."

Logo antes de o novo AGU ser empossado, o órgão deixou a defesa do ex-presidente em inquéritos que tramitavam contra ele no STF e também em uma ação cível de improbidade no caso que envolve sua ex-secretária parlamentar Walderice da Conceição, conhecida como Wal do Açaí.

No Supremo, Bolsonaro é alvo de apurações como inquérito das fake news, o da suposta interferência de Bolsonaro na Polícia Federal e o do vazamento de informações da apuração sigilosa sobre ataque hacker ao sistema do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

Depois do temporal

O senso de responsabilidade uniu as autoridades, sem picuinha partidária

Angela Alonso
Professora de sociologia da USP e pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

Neste Carnaval, o desfile teve enredo de Gabriel García Márquez. Em "Crônica de uma Morte Anunciada", um cabra marcado para morrer vai trombando com conhecedores do risco que, distraídos com uma festa, não se mexem. Depois lamentam a efetivação do prenunciado.

Aqui também a simultaneidade de morte e festa tomou o noticiário, em atenção intermitente entre euforia e desespero. Depois de dois séculos de pandemia e quatro milhões de anos de desgoverno Bolsonaro, os brasileiros mereciam celebrar, vacinados e poupados de contendas sobre "golden shower". Mas a hesitação entre alegria e luto diz muito sobre o Brasil.

Uma abordagem dos eventos ganhou ares literários, enquadrado no gênero "tragédia". O termo dominou postagens e notícias, disseminando junto seu sentido de destino inelutável. Ninguém poderia deter forças sobre-humanas, uma revolta da natureza.

Outra pegada foi estadocêntrica. Cabia ao governo evitar e remediar. Lula entendeu que honrar os mortos e zelar pelos sobreviventes era mais importante que assistir a desfiles. A atitude do presidente surpreendeu porque a República se desacostumou a ter governo. O senso de responsabilidade uniu as autoridades competentes, sem picuinha partidária, em ação coordenada para prover no presente e prevenir no futuro.

Executivo, Legislativo e Judiciário podem atacar a especulação imobiliária, proteger áreas ambientais e garantir direitos de grupos vulneráveis. Mas a ação decisiva nem sempre é do Estado porque parte dos problemas não está sob sua alçada.

O acontecido no Sahy, antiga vila de pescadores, acontece em muitas partes. Os ricos são poucos e, no Brasil, pouquíssimos, mas são criadores de hábitos. Ir à praia de veraneio ficou tão massificado que parece costume imemorial, mas antes do século 20 ninguém tostava na areia. Os estratos altos inventam modas e se apropriam de espaços.

Logo, legião dos estratos médios corre sôfrega a imitá-los. Requisitam infraestrutura e serviços. Abre-se a temporada de excursões da CVC. Tudo a atrair os pobres, que serão os servidores.

Por isso, mostrou o sociólogo Norbert Elias, modismos distinguem por pouco tempo. Os ricos, ao perderem um paraíso, fogem para outro, "exclusivo". Deixam atrás de si o rastro da ocupação predatória que convocaram.

Ao migrar, levam a dinâmica consigo, com seus imitadores e empregados. E um novo lugar intocado vira outro conspurcado.

É uma corrida segregacionista. A busca por distância social orienta as escolhas de locais de moradia e lazer dos estratos altos. Como no Carnaval, anseiam por insulamento, em camarotes de abadás caríssimos, frequentados por celebridades de cachês exorbitantes, religiosamente registradas nas mídias. É uma gente que se diverte, se casa e negocia entre si. A ação do Estado é pouco eficaz sobre esse padrão inscrito num modo de vida.

O Momo volta todo ano, assim como o drama. No clímax, a ação caridosa dos ricos "conscientes" de sua "situação privilegiada" sobe aos píncaros. Depois some, como uma fantasia guardada para o próximo desfile.

Passada a comoção, volta a vida segregada, bem como as reclamações sobre a falta de empreendedorismo dos pobres e a inépcia do Estado. Sob essa pressão, os governos tornam a responder aos reclamões. Enquanto isso, os sob risco são enxotados de manchetes de jornais e feeds de influencers. Retornam às suas vidas invisíveis, na espera pelo próximo temporal.

| DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | SEG. Angela Alonso, Camila Rocha | **TER. Joel P. da Fonseca** | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Reinaldo Azevedo | SÁB. Demétrio Magnoli

Tática de Lula para ampliar base no varejo desafia histórico de deputados

Poucos parlamentares de partidos independentes ou de oposição têm afinidade com o governo

DELTAFOLHA

Daniel Mariani, Diana Yukari e Cristiano Martins

SÃO PAULO O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pretende ampliar a sua base na Câmara dos Deputados com uma estratégia que, a julgar pelo histórico dos parlamentares, tem baixa chance de sucesso.

A tática consiste em buscar aliados no varejo em partidos que mantêm posição de independência ao governo, como PP, Republicanos, União Brasil e Podemos, ou mesmo que são da oposição, caso do PL.

Análise feita pela **Folha** mostra que poucos integrantes dessas legendas demonstraram afinidade com as pautas petistas nos últimos 20 anos.

Considerando os 190 deputados que já tiveram outros mandatos e hoje integram siglas independentes ou de oposição, só 5 tiveram padrão de votação mais próximo ao do PT do que suas atuais legendas.

Silvia Cristina (PL-RO) está entre eles, com votos bastante alinhados aos da bancada petista na legislatura passada.

Só que, em 2018, ela foi eleita pelo PDT, sigla de oposição a Jair Bolsonaro. Em março de 2022, Silvia mudou para o PL, legenda do então presidente —e migrou também para o polo oposto no plenário.

A afinidade com as pautas do PT, portanto, talvez se explicasse muito mais pela orientação do antigo partido.

Plenário da Câmara dos Deputados, onde o governo Lula busca ampliar sua base com negociações com parlamentares no varejo Sergio Lima - 1º.fev.23/AFP

O caso de Cristina, entre outros, sugere que pode ser difícil atrair deputados no varejo, à revelia do que pensam as respectivas direções partidárias —os parlamentares, em geral, têm padrão de votação próximo ao da própria sigla.

Uma exceção, pelo menos até agora, tem sido Dagoberto Nogueira. No PSDB-MS desde abril, ele mantém um padrão de proximidade com os votos dos colegas petistas desde a época em que esteve no PDT.

Outra exceção é o deputado Tiririca (PL-SP), em seu quarto mandato. Ele tem divergido das votações da sigla desde o governo Temer (MDB).

Em outubro de 2022, por exemplo, Tiririca foi o único deputado do PL a votar contra requerimento de urgência do projeto de lei 96/2011, que criminaliza pesquisas eleitorais.

Os outros dois deputados da lista identificada pela **Folha** são Rosana Valle (PL-SP) e Damião Feliciano (União Brasil-PB). Ambos eram de partidos mais próximos ao PT e mudaram no ano passado: ela saiu do PSB, e ele, do PDT.

O partido de Damião Feliciano recebeu três ministérios no governo Lula, mas se declara independente. Está em situação parecida com a do PSD, que tampouco apoiou o PT na corrida eleitoral, mas também ganhou três pastas.

Lula tem necessidade de reforçar sua sustentação porque contabiliza apenas 223 deputados formalmente em sua base. O número não chega à metade dos 513 parlamentares.

Para aprovar PECs (propostas de emenda à Constituição), são necessários 308 votos; projetos de lei complementar demandam 257.

A lista de aliados formais chegou a 11 legendas além do PT: PSOL, Rede, PC do B, PSB, PV, PDT, Solidariedade, Avante, PSD, MDB e Cidadania. Nem todas, porém, garantem apoio integral ao governo.

A fragilidade da base de Lula pode ser ainda maior do que parece à primeira vista, pelo histórico das legendas aliadas nas últimas duas décadas.

De acordo com a análise, o arco de alianças do novo governo reúne partidos com retrospecto antagônico ao do PT.

A medida de proximidade entre os parlamentares do PT e dos demais partidos foi calculada pela **Folha** a partir dos resultados de 3.752 votações realizadas entre 2001 e 2022.

Os votos favoráveis recebem valor 1, e os contrários, 0. A métrica representa a distância entre o posicionamento de cada deputado e a média dos votos dos parlamentares petistas, na mesma escala.

Foram desconsideradas as abstenções e as votações unânimes, bem como aquelas que não tiveram a participação de nenhum parlamentar do PT.

Poucos deputados de siglas independentes ou de oposição já votaram com o PT

Esquerda · Centro · Direita

PT — média do PT; mais próximo do PT ← → mais distante do PT
Lindberg Farias · Jilmar Tatto · Gleisi Hoffmann · média dos outros partidos
Retrospecto do **PT** é coeso e **distante** da média dos demais parlamentares

Partidos de oposição
Em relação ao governo atual
Rosana Valle PL · Fernando Rodolfo PL · Silvia Cristina PL · Tiririca PL

Partidos independentes
Em relação ao governo atual
Dagoberto Nogueira PSDB · Damião Feliciano União
Integrantes de legendas **independentes** têm padrão **próximo** ao dos deputados da **oposição**

Base do governo atual
Sandro Alex PSD · Sgto. Fahur PSD

mudança de partido · como o deputado votou · como o atual partido votou

Votam mais próximo do PT que o próprio partido
Silvia Cristina PL-RO: 2019 · Bolsonaro · como o atual partido votou · como a deputada votou · PT
Rosana Valle PL-SP: PT ← mais próximo do PT
Tiririca PL-SP: 2011 · votou junto com o PL · Dilma 1 · Dilma 2 · Temer · Bolsonaro · votou mais parecido com o PT do que a média do PL · PT
Fernando Rodolfo PL-PE: PT ← mais próximo do PT
Dagoberto Nogueira PSDB-MS: 2003 · Lula 1 · Dilma 1 · Dilma 2 · Bolsonaro · PT
Damião Feliciano União-PE: PT ← mais próximo do PT

Votam mais distante do PT que o próprio partido
Sandro Alex PSD-PR: 2011 · Dilma 1 · Dilma 2 · Temer · Bolsonaro · PT
Sargento Fahur PSD-PR: PT ← mais próximo do PT

Análise considera os parlamentares da atual legislatura que já exerceram outros mandatos. Fonte: Câmara dos Deputados

Vice de Zema muda nome político e mira 2026

Texto de apresentação no site do governo diz que Mateus Simões (Novo), agora Professor Mateus, lecionou por 19 anos

Leonardo Augusto

BELO HORIZONTE O partido Novo e sua principal estrela nacional, o governador de Minas Gerais, Romeu Zema, moldaram e agora colocaram para exposição pública o possível herdeiro político do atual chefe do Poder Executivo estadual. O escolhido é Mateus Simões (Novo), vice de Zema.

Depois de duas vitórias consecutivas para o Palácio Tiradentes, o governador aposta em Simões para transferir seu legado. A tática envolve até mudança de nome do preferido. Mateus Simões, agora, é Professor Mateus.

Outro passo foi repetir o que Zema fez desde o início do seu segundo mandato e colocar o vice para rodar o estado. Em 41 dias de governo, até 10 de fevereiro, Professor Mateus visitou pelo menos 9 cidades do interior do estado, em regiões de colégios eleitorais expressivos como Triângulo Mineiro, Norte e Vale do Aço.

A manobra já havia sido utilizada por Zema ao longo de seu primeiro mandato. O governador foi eleito como azarão em 2018, batendo os grupos políticos de ex-caciques como Aécio Neves (PSDB) e Fernando Pimentel (PT).

De olho na reeleição, que conseguiu, Zema misturava agenda oficial e contatos com a população no interior. Em algumas cidades distribuía máscaras contra o coronavírus.

As fichas em Professor Mateus indicam dois cenários, que se interligam. O primeiro é tentar garantir a influência de Zema no estado ao fim de seu mandato.

O outro é usar essa influência em Minas, o segundo maior colégio eleitoral do país, e se projetar para uma possível candidatura à Presidência em 2026. O governador mineiro já admitiu essa possibilidade.

"Se fizermos um bom segundo mandato, quem sabe?", disse no discurso da vitória em primeiro turno na eleição do ano passado, depois de ouvir gritos de "Zema presidente".

Caso reúna condições de se candidatar ao Palácio do Planalto, o governador teria que deixar seu posto em abril de 2026, com Mateus assumindo o comando do estado.

Nas viagens que já fez pelo interior, o vice de Zema inaugurou delegacia, foi patrono de formandos e participou de reuniões com políticos locais. Também vistoriou estragos causados pelas chuvas e reclamou das condições de uma estrada administrada pelo governo federal.

O escolhido de Zema, porém, deu uma mostra da estratégia que adotaria como vice antes mesmo de tomar posse.

Ainda na noite da diplomação dos candidatos eleitos, em 19 de dezembro, Professor Mateus chegou à Praça da Liberdade, repleta de visitantes atraídos pelas luzes de Natal, e gravou vídeos conversando com as pessoas e se apresentando como vice diplomado.

Professor Mateus, 41, é figura central do Novo e do governo de Minas Gerais. Começou a carreira política como vereador em Belo Horizonte. No primeiro mandato de Zema foi secretário-geral de governo. Em 2020 foi enviado pelo Novo a Joinville (SC) para auxiliar no processo de transição na cidade, a primeira no país a ter um prefeito do partido.

É ainda conselheiro muito próximo de Zema. Também no discurso da vitória, passava orientações ao governador de como se posicionar diante das câmeras. "Olhando sempre para a frente", afirmava, ao ouvido de Zema.

A primeira viagem de Professor Mateus ao interior foi em 13 de janeiro, para uma tarefa normalmente desempenhada por governadores. O vice esteve em Antônio Dias, no Vale do Rio Doce, para vistoriar estragos provocados pelas fortes chuvas na região.

No dia 18 se reuniu com lideranças políticas em Montes Claros (norte) e ouviu cobranças por melhorias em estradas que cortam a região. Em um vídeo nas redes sociais à época, o vice aparece às margens da rodovia federal BR-251, que liga Montes Claros a Salinas, reclamando de má conservação. "Só não conhece o perigo dessa estrada quem nunca passou aqui."

No dia 3 de fevereiro, uma sexta, a viagem foi para Uberaba, no Triângulo Mineiro, onde inaugurou uma delegacia de combate a crimes cometidos em zonas rurais. No dia seguinte esteve em Araxá, terra natal de Zema, para encontro com líderes políticos.

Na quinta-feira da semana seguinte, dia 9, o vice foi a Timóteo, no Vale do Aço, para reunião da Armva (Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Aço). Esteve ainda em outros três municípios da região: Ipatinga, Coronel Fabriciano e Santana do Paraíso.

No dia 10, foi patrono da colação de grau de alunos da Unifei (Universidade Federal de Itajubá) em Itabira, na região central do estado.

O currículo do vice no site do governo afirma que a adoção do novo nome ocorreu pelo fato de Professor Mateus ter atuado como professor durante 19 anos, em escolas como a Faculdade Milton Campos e na Fundação Dom Cabral, ambas em Belo Horizonte.

A reportagem entrou em contato com o vice, com o governo do estado e com o partido Novo. Não teve retorno.

Vice-governador Professor Mateus percorre áreas castigadas pela chuva em Antônio Dias, no Vale do Rio Doce Matheus Fonseca - 13.jan.23/Divulgação Governo de MG

Defesa de Roberto Jefferson pede julgamento por lesão corporal

Italo Nogueira

RIO DE JANEIRO A defesa de Roberto Jefferson pediu à Justiça Federal na quinta-feira (23) que o ex-deputado seja julgado por lesão corporal leve e não por tentativa de homicídio contra quatro policiais federais.

Na resposta à acusação, os advogados afirmam que os 60 disparos de carabina e o lançamento das três granadas adulteradas com pregos feitos por Jefferson não tinham intenção de matar os agentes.

Dois agentes ficaram feridos por estilhaços e, segundo o Ministério Público Federal, uma policial só não foi baleada na perna porque o projétil atingiu o cano de sua pistola.

A peça de 126 páginas está repleta de críticas ao ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), de quem partiu a ordem de prisão que seria cumprida pelos quatro agentes alvo dos disparos de Jefferson.

Os advogados pedem que a juíza federal Abby Magalhães, da 1ª Vara Federal de Três Rios (RJ), declare a nulidade as decisões do ministro.

"É absolutamente inacreditável o que está ocorrendo em face do sr. Roberto Jefferson mediante a atuação completamente ilegal do ministro Alexandre de Moraes", afirma a peça assinada pelos advogados João Pedro Barreto, Juliana David e Fernanda Carvalho.

Uma das testemunhas arroladas pela defesa do ex-presidente do PTB foi o ex-deputado Daniel Silveira (PTB), também preso sob ordem de Moraes. Os dois estão no presídio Bangu 8, em alas separadas, e se encontram eventualmente durante o banho de sol.

Jefferson foi preso em 23 de outubro por ordem do ministro sob alegação de descumprimento, de forma reiterada, de regras da prisão domiciliar.

Um dia antes, ele havia usado a conta no Twitter da sua filha, Cristiane Brasil (PTB), para xingar a ministra do STF Cármen Lúcia, comparando-a a prostitutas.

O ex-deputado estava em prisão domiciliar desde janeiro de 2022 por questões de saúde. Na ocasião, Moraes relaxou a prisão preventiva decretada em agosto de 2021 no inquérito das milícias digitais.

Os policiais foram atacados quando foram até o sítio de Jefferson em Comendador Levy Gasparian (RJ), cidade a 142 km do Rio de Janeiro, onde ele cumpria prisão domiciliar, para atender à ordem expedida por Moraes.

Em razão do ataque, Jefferson foi denunciado sob acusação de tentativa de homicídio, resistência ao cumprimento de ordem legal e posse de arma de fogo e artefatos explosivos sem autorização.

Os advogados do ex-deputado afirmam que a denúncia não apresenta provas de que o acusado teve a intenção de matar. Alegam que os disparos miraram exclusivamente a viatura da Polícia Federal.

"Os laudos estão em total consonância com o interrogatório prestado pelo ora defendente em sede policial, que da mesma forma relata que jamais teve a intenção de ferir as vítimas, quanto mais ceifar suas vidas. Ressalta-se que as lesões corporais sofridas pelas vítimas foram de natureza leve, não causando perigo de vida."

Eles afirmam ainda que as granadas lançadas eram de efeito de luz e som, consideradas não letais. Contudo, não abordam por que razão os artefatos foram adulterados com pregos para aumentar seu potencial ofensivo, como indica laudo da PF.

Os advogados também afirmam que o ex-presidente do PTB deve responder por dano ao patrimônio público, em razão dos disparos contra a viatura. O prejuízo foi calculado em R$ 26,7 mil pela Procuradoria.

A peça também afirma que a denúncia não foi acompanhada de todos os laudos realizados, como a perícia de local.

"É consabido que denúncias genéricas, que não descrevem os fatos na sua devida conformação, não se coadunam com os postulados básicos do Estado de Direito. Mas, há outras implicações! Quando se fazem imputações vagas, dando ensejo à persecução criminal injusta, está a violar-se o princípio da dignidade da pessoa humana", escreveram os advogados.

A defesa também rejeita a acusação de resistência ao cumprimento a ordem legal por considerar ilegal a decretação de prisão feita por Moraes.

"A ordem judicial de restabelecimento da prisão preventiva do ora Defendente não se trata de ato legal porque o ministro Alexandre de Moraes se trata de autoridade sabidamente incompetente para processar e julgar o sr. Roberto Jefferson", escreveram.

A defesa do ex-deputado afirma que Moraes decretou sua nova prisão preventiva no âmbito do processo em que foi denunciado sob acusação de incitação ao crime de dano ao patrimônio, homofobia e calúnia.

Neste caso, o STF reconheceu em fevereiro do ano passado que não tinha mais atribuição de julgar o ex-deputado. Por esse motivo, os advogados alegam que a ordem que os agentes federais foram cumprir era ilegal.

"A atual situação do defendente, devido à centralização arbitrária e ilegal do ministro Alexandre de Moraes de todas as apreciações de prisão e medidas cautelares em face do mesmo, criou uma situação absolutamente sem precedentes no ordenamento jurídico brasileiro", escreveram os advogados.

> "A ordem judicial de restabelecimento da prisão preventiva do ora Defendente não se trata de ato legal porque o ministro Alexandre de Moraes se trata de autoridade sabidamente incompetente para processar e julgar o sr. Roberto Jefferson
>
> **João Pedro Barreto, Juliana David e Fernanda Carvalho**
> advogados, em peça da defesa de Roberto Jefferson

Jefferson com uniforme da Secretaria Estadual de Administração Penitenciária Divulgação SEAP-RJ

mundo guerra da ucrânia

O presidente da Rússia, Vladimir Putin, e o líder da China, Xi Jinping, durante encontro no Uzbequistão Serguei Bobilev/Pool - 16.set.22/Sputnik via Reuters

Guerra da Ucrânia desafia China e vira laboratório sobre Taiwan

Pressão do Ocidente contra Rússia de Putin mostra a Xi efeitos de possível ação na ilha

Igor Patrick

WASHINGTON No aniversário de um ano, a Guerra da Ucrânia deixa a China em uma situação geopolítica mais delicada que o previsto. A despeito das promessas da "parceria sem restrições" com a Rússia —anunciada em meio a juras de amizade entre Xi Jinping e Vladimir Putin durante visita do líder russo às Olimpíadas de Inverno no ano passado—, as dificuldades no avanço das tropas de Moscou em campo e a reação conjunta de países do Ocidente em apoio a Kiev tornaram os cenários estratégico e diplomático bem mais complicados para Pequim.

Até aqui, chineses relutam em assumir postura mais firme em relação à guerra. Tradicionalmente, a China não aplica sanções não aprovadas pelo Conselho de Segurança da ONU, colegiado no qual a Rússia tem poder de veto, e não se juntou a esforços de Europa e EUA para pressionar comercialmente o país vizinho. Em órgãos internacionais, a diplomacia de Pequim tem preferido se abster em resoluções que condenam a invasão e clamado por moderação.

Os motivos para a postura podem ser, em partes, explicados em números. Doutoranda na Escola Superior de Economia de Moscou, Ana Lívia Esteves diz que, no início da guerra, a China se prontificou a ocupar o vácuo deixado por empresas ocidentais que abandonaram o mercado russo. A chancelaria chinesa disse que as relações comerciais seguiriam o "fluxo normal".

Fechadas as estatísticas de 2022, foi possível observar crescimento recorde nas trocas entre os dois países. Dados do regime chinês mostram que o comércio bilateral com a Rússia cresceu 34,3% em relação a 2021, alcançando US$ 190 bilhões (R$ 984 bilhões). O aumento, explica Esteves, foi acompanhado da reação americana que impôs sanções a empresas chinesas com operações na Rússia.

"Para se proteger, alguns setores chineses diminuíram presença na Rússia, sobretudo empresas de chips e microcircuitos que usam componentes americanos. O setor bancário adotou cautela, e algumas instituições financeiras pararam de emitir crédito para transações com os russos", conta ela, dizendo acreditar que o número é até pequeno tendo em vista a expansão na cooperação militar, política e logística no período.

A guerra tem servido como uma espécie de laboratório para acompanhar as pressões e os embargos sofridos pela Rússia, de modo a aferir a temperatura do que seria a reação global em caso de intervenção militar em Taiwan, diz o coronel da reserva do Exército brasileiro Paulo Roberto da Silva Gomes Filho, que estudou na Universidade Nacional de Defesa, em Pequim.

Mas a situação não é confortável para o gigante asiático. Gomes Filho avalia que a preocupação global com a guerra pode levar a uma nova corrida armamentista. "Não são apenas os europeus que aumentaram os gastos em defesa."

"O Japão planeja dobrar o orçamento militar até 2027. Na Coreia do Sul, que acaba de anunciar o seu novo plano de defesa, uma pesquisa da Deutsche Welle mostrou que 76% da população é favorável ao desenvolvimento de armas nucleares. Isso é contra os interesses chineses na região."

O coronel ressalta que uma participação chinesa no conflito, porém, é possibilidade remota. Ele diz que a China também tenta se posicionar diplomaticamente como uma força mais responsável do que os EUA e critica os americanos por uma escalada no conflito com o fornecimento de ajuda bélica aos ucranianos.

Há, assim, pouco incentivo para uma mudança no posicionamento chinês quanto à guerra no curto prazo. A exceção, prevê, seria o uso de armas nucleares táticas por Moscou, algo que a China já sinalizou que não deve tolerar e não teria condições políticas para apoiar Putin.

Enquanto isso, a inércia chinesa impactou a comunidade ucraniana que vivia no país. Formada na Universidade Tsinghua e morando em Pequim há quatro anos quando o conflito estourou, a ucraniana Lidiia Zhgir diz que esperava uma posição mais sóbria e responsável da diplomacia chinesa tendo em vista os inúmeros apelos pela preservação da integridade territorial quando o assunto é Taiwan.

Ela logo se frustrou ao perceber que a narrativa oficial e o discurso na imprensa local seguiam praticamente apenas o lado russo no conflito.

Para tentar influenciar a opinião pública e mostrar o outro lado da guerra, Zhgir articulou uma rede com mais de cem voluntários que traduzem as notícias da mídia internacional para o chinês.

Ela também se tornou figura frequente na imprensa chinesa, em um esforço de ir além da narrativa oficial. O assédio online e a censura nos meios digitais, porém, a fizeram desistir da empreitada. "Depois que um post atingiu 900 mil visualizações, plataformas passaram a bloquear tudo que publicávamos. O volume de ataques online, nos chamando de 'cachorros dos EUA' aumentou e, em junho, meu canal sumiu sem justificativa. O trabalho de meses se perdeu", relata a ucraniana.

Ela conta ter desenvolvido depressão e crise de ansiedade durante o período. Decidiu, então, deixar Pequim permanentemente. "A despeito das dificuldades de qualquer estrangeiro, gostava muito da minha vida lá. Mas se tornou muito difícil viver em meio a pessoas que, em sua maioria, apoiam o que considero o genocídio do meu povo", diz.

"Não espero uma postura diferente da China no futuro próximo e acredito que o país deve continuar a apoiar silenciosamente a Rússia."

> "Tornou-se difícil viver em meio a pessoas que apoiam o genocídio do meu povo; não espero uma postura diferente da China no futuro próximo
>
> **Lidiia Zhgir**
> ucraniana que vivia em Pequim no começo da guerra

Pequim se equilibra como espécie de sujeito oculto após um ano de conflito

ANÁLISE

Igor Gielow

SÃO PAULO Em 4 de fevereiro de 2022, Vladimir Putin e Xi Jinping apertaram as mãos em Pequim e declararam "parceria sem limites" entre a Rússia e a China. Vinte dias depois, o presidente russo invadia a Ucrânia e disparava a maior guerra em solo europeu desde o conflito encerrado em 1945.

Um ano depois, o noticiário sobre a invasão girava em torno não só do atrito dos campos de batalha ou da retórica nuclear de Putin, mas muito sobre o papel da China. Para o secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, e o secretário-geral da Otan (aliança militar ocidental), Jens Stoltenberg, Pequim está prestes a armar o aliado para a guerra.

Esse arco narrativo inclui inúmeros itens, como os alertas feitos por Joe Biden a Xi para que não se inspirasse em Putin para atacar a ilha autônoma de Taiwan ou o aumento exponencial da cooperação militar entre Moscou e Pequim, provando que a China permanece como o grande sujeito oculto neste primeiro ano da Guerra da Ucrânia.

Os EUA, rivais estratégicos declarados dos chineses na Guerra Fria 2.0 iniciada em 2017, têm insistido em explicitar o papel de Xi no contexto da guerra europeia. Pequim, por sua vez, insiste na ambiguidade e nega que irá interferir militarmente em favor de Moscou no Leste Europeu.

Ambos os lados, de certa forma, têm razão. A China se recusa a condenar a invasão russa até hoje. Afirma querer mediar a paz e promete um plano para tanto —de fato, é talvez o único ator mundial que poderia tentar assumir esse papel, já almejado por países como Turquia e Israel.

Na última sexta (24), aniversário de primeiro ano da agressão russa, chineses apresentaram uma proposta de paz absolutamente genérica, pedindo cessar-fogo e fim de sanções contra Moscou ao mesmo tempo. Foram rejeitados por Kiev e pelo Ocidente.

Por outro lado, se há relatos de insatisfação de Xi com Putin, ambos escalaram exercícios e patrulhas conjuntas, algo análogo à mentalidade de blocos da primeira Guerra Fria, entre EUA e União Soviética. E, ao aumentar em 48,6% a importação de hidrocarbonetos e produtos russos, chegando a um comércio bilateral recorde de US$ 190 bilhões (R$ 984 bilhões), Xi ajudou a custear a Guerra da Ucrânia.

Não sem pensar em si. Aufere vantagens econômicas com isso: petróleo mais barato, dado que o mercado europeu se fechou aos russos, e promessa de que o gás que deixou de ir para a Alemanha de Olaf Scholz e aliados irá no futuro abastecer sua economia.

O balanço é delicado para Xi. O líder chinês, que firmou-se com um inédito terceiro mandato em 2022, enfrenta dificuldades econômicas domésticas significativas —que tenta reverter com o fim da controversa política de Covid zero, que bagunçou cadeias produtivas no país, e com medidas no mercado imobiliário.

Sem ter como bancar uma crise de grandes proporções com os EUA, buscou uma aproximação a partir de um encontro com Biden em novembro, só para ver o esforço abatido juntamente com o balão chinês alvo de um avançado caça F-22 sobre os céus americanos na recente e algo burlesca crise dos óvnis.

Com generais dos EUA prevendo uma guerra com a China devido à ilha de Taiwan tão cedo quanto em 2025, a pressão cresce, o que explica as acusações sem provas de Blinken e Stoltenberg acerca de armas chinesas na Rússia.

Apesar da parceria sino-russa, que Putin sempre que pode chacoalha como um seguro contra a Terceira Guerra Mundial, a posição chinesa é ambígua pelos motivos citados. Há relatos, nenhum deles passível de confirmação, de que Xi não soube da invasão antes da hora, como a linha do tempo sugere, mas que esperava que uma queda rápida da Ucrânia robustecesse sua posição sobre Taiwan.

Seja como for, a ilha não é a Ucrânia, um país soberano invadido. O status taiwanês, território que a China comunista considera seu e diz que retomará de qualquer forma, é frágil mesmo em organismos internacionais como a ONU.

Para a retórica da Guerra Fria 2.0, tanto faz. Os Estados Unidos têm tentado empurrar a China para fora da sombra na Ucrânia, mesmo sem muito apoio entre seus parceiros europeus, que prezam o comércio com o gigante asiático. E têm aplauso entusiasmado de seus aliados asiáticos, o neomilitarista Japão à frente.

Se isso levará a uma acomodação ou a algo pior, transformando a invasão russa da Ucrânia na primeira salva de um conflito maior, é a dúvida principal que talvez só Xi Jinping possa responder.

> [...]
>
> Xi aufere vantagens econômicas: petróleo mais barato, já que o mercado europeu se fechou aos russos, e promessa de que o gás que deixou de ir para a Alemanha irá no futuro abastecer sua economia

O derramamento tóxico nos EUA

Descaso com vidas afetadas por tragédia evitável dá sensação de impotência

David Wiswell

Escritor, roteirista e comediante americano

Neste momento da história já estamos acostumados com turbulência na Cisjordânia palestina, mas turbulência em East Palestine, Ohio, é novidade. O recente descarrilamento de um trem da Norfolk Southern derramou uma carga altamente tóxica que poluiu 11 km de um rio, matando 3.500 peixes e afetando a fonte de água que abastece 5 milhões de pessoas.

Moradores, agora orientados a voltar para suas casas, queixam-se de dores de cabeça, erupções cutâneas e odores incomuns e estão preocupados com o futuro da comunidade e os meios de subsistência dos agricultores locais.

Quem vai comprar safras de uma região que ganhou essa fama? É mais do que sabido que se nós, americanos, queremos comida cheia de substâncias químicas tóxicas, vamos ao McDonald's. Então, como se permitiu que isso acontecesse?

A história começa na Guerra Civil americana, quando os freios do trem em questão foram fabricados. A administração Obama tentou modernizá-los, adotando sistemas inventados nos anos 1990 —que ainda parecem velhos. Atualizar para sistemas de freios que ainda estão ouvindo o Nirvana pode ser um problema. Não apenas isso "Smell Like Teen Spirit" (tem cheiro de espírito teen) como também "Tem Cheiro de Substâncias Químicas Tóxicas e Cobiça Corporativa".

Mas empresas ferroviárias conseguiram que esses regulamentos fossem revogados durante o governo de Trump, e a administração atual se negou a trazê-los de volta. Nem o governo de Obama nem o de Trump classificaram esse trem como "de transporte de substâncias inflamáveis de alto risco".

Então, em dezembro, o Congresso americano e Joe Biden bloquearam a greve do sindicato de ferroviários sobre segurança e direitos dos trabalhadores. Ferroviários afirmam que há falta de pessoal, que estão exaustos e trabalham sem condições de segurança. Sendo que o setor ferroviário é a indústria mais rentável do país.

Com o quê eles gastam seu dinheiro? Entre 2011 e 2021, gastaram US$ 191 bilhões em recompras de ações, em que corporações adquirem todas as ações disponíveis de sua empresa para inflar o valor. E gastaram US$ 350 milhões fazendo lobby, com o qual inflam sua influência sobre políticos, por meio de doações a campanhas.

Enquanto ouvíamos atualizações diárias inúteis sobre o balão espião chinês —"última notícia: não sabemos b... nenhuma!"—, temos pouca cobertura da grande imprensa sobre o desastre ferroviário. Um repórter chegou a ser atacado e preso por "conduta desordeira" quando cobria a notícia.

Pensei que esses canalhas avarentos gostariam de uma imprensa livre porque ela inclui a palavra "livre" [que também significa gratuito em inglês].

A Norfolk Southern faltou a uma reunião em que seriam respondidas perguntas dos cidadãos quanto à segurança. Alegou receios por sua própria segurança. Se você mandar um SMS a uma garota convidando-a para um segundo encontro e ela não responder, já sabe de duas coisas: ela te acha tóxico e pode ser que trabalhe para a Norfolk Southern.

O descaso das empresas ferroviárias e do governo com as vidas afetadas por essa tragédia evitável me deixou uma sensação de raiva e impotência, até eu fazer algo que mudou minha visão completamente: comprei ações das ferroviárias.

Tradução de Clara Allain

| DOM. Sylvia Colombo | SEG. David Wiswell | **QUI. Lúcia Guimarães** | SÁB. Igor Patrick

Equipes de resgate recuperam corpo de migrante em praia da região da Calábria, na Itália Giuseppe Pipita/Reuters

Naufrágio próximo à Itália deixa ao menos 59 migrantes mortos

Barco transportava mais de 150 pessoas de Afeganistão, Irã, Paquistão e Síria; entre as vítimas estão 12 crianças

ROMA | AFP E REUTERS Ao menos 59 pessoas, incluindo 12 crianças, morreram neste domingo (26) no naufrágio de uma embarcação com migrantes nas proximidades de Crotone, no sul da Itália. A tragédia ocorre poucos dias após a aprovação de leis que limitam resgates feitos por organizações humanitárias no mar.

Segundo a imprensa local, a embarcação transportava de 150 a 250 migrantes. As vítimas eram do Afeganistão, do Irã, do Paquistão e da Síria. Mais de 80 pessoas foram resgatadas vivas, e seguem as buscas.

As causas do naufrágio são incertas. A agência de notícias AGI informou que o barco tinha excesso de peso e partiu ao meio depois de ser atingido por uma onda. A Guarda Costeira disse que a embarcação colidiu contra rochas. Investigações apontam que o barco saiu da Turquia há três dias.

Alguns dos corpos foram localizados em praias de Steccato di Cutro, região turística na costa leste da Calábria. Um dos bombeiros que participa das operações de resgate afirmou que um recém-nascido foi encontrado morto. As buscas na região foram dificultadas pelo mar revolto e pelas condições climáticas.

Imagens da polícia mostram pedaços de madeira espalhados pela praia enquanto alguns migrantes aguardavam a transferência para um centro de acolhimento. Um suspeito de envolvimento com tráfico de pessoas foi detido.

A Itália é um dos principais pontos de desembarque de migrantes que tentam entrar na Europa por mar. Muitos depois tentam chegar a países mais ricos da região com redes de contrabandistas. Mais de 100 mil pessoas chegaram ao país de barco em 2022.

O naufrágio deste domingo ocorre poucos dias após a aprovação no Parlamento italiano de novas regras para o resgate de migrantes, apoiadas pelo governo de ultradireita que lidera o país. A nova lei obriga navios humanitários a fazerem apenas um resgate por saída ao mar, o que, segundo críticos, aumenta o risco de mortes no Mediterrâneo, área que é considerada a travessia mais perigosa do mundo para migrantes.

Sob a nova lei, as embarcações devem voltar ao porto sem demora após um resgate e divulgar informações detalhadas sobre suas atividades. Antes, costumavam passar vários dias no Mediterrâneo central e, frequentemente, concluíam vários resgates. Quem descumprir a regra pode ser multado em até € 50 mil (R$ 259 mil). A medida foi criticada pela ONU e por organizações de direitos humanos.

A primeira-ministra Giorgia Meloni, líder do Irmãos da Itália, chegou ao poder em outubro passado com uma coalizão que prometeu a diminuição da entrada de migrantes. Ela expressou "profunda tristeza" e prometeu intensificar esforços para coibir a migração irregular. "É criminoso lançar no mar um barco com apenas 20 metros e 200 pessoas a bordo em condições meteorológicas adversas", disse ela. "É desumano trocar a vida de homens, mulheres e crianças pelo preço de uma passagem paga com a falsa perspectiva de uma viagem segura."

As declarações foram ecoadas por integrantes do governo de Meloni. O ministro do Interior, Matteo Piantedosi, disse que a tragédia mostra a "necessidade absoluta de agir com firmeza contra os canais irregulares de migração".

Antonio Ceraso, prefeito de Cutro, lamentou a tragédia. "É algo que ninguém gostaria de ver. Uma visão horrível que vai ficar comigo pelo resto da vida. O mar continua devolvendo os corpos. Entre as vítimas estão mulheres e crianças", disse ele. O papa Francisco, que frequentemente defende o direito de migrantes e refugiados, pediu orações às vítimas do naufrágio em discurso feito na praça de São Pedro.

Organizações de migrantes voltaram a criticar o endurecimento das regras para o resgate no mar. "Bloquear e dificultar o trabalho das ONGs terá apenas um efeito: a morte de pessoas vulneráveis deixadas sem ajuda", disse a organização de resgate de migrantes espanhola Open Arms. Já a presidente da Comissão Europeia, a alemã Ursula von der Leyen, defendeu a reforma do direito de asilo no espaço da União Europeia (UE).

Em novembro, a recusa da Itália em receber um navio com imigrantes a bordo provocou uma rusga diplomática com a França. A embarcação, que levava mais de 200 pessoas resgatadas por uma ONG, acabou rumando para o porto militar de Toulon depois de ficar dias à deriva na costa italiana. A atitude de Roma foi classificada de "egoísta" e "incompreensível" por Paris.

De acordo com o Projeto de Migrantes Desaparecidos da Organização Internacional para as Migrações (OIM), braço da ONU para o tema, mais de 20 mil migrantes morreram ou desapareceram no Mediterrâneo central desde 2014.

País vê violência contra profissionais da saúde crescer após pandemia

Michele Oliveira

MILÃO Em um hospital de Nápoles, no sul da Itália, uma enfermeira e um enfermeiro de plantão foram agredidos com socos, na noite do último dia 18, pelo filho de um paciente que havia chegado de ambulância e acabou morto em decorrência de uma parada cardíaca.

Pouco antes, em Gênova, no noroeste do país, uma médica, também do pronto-socorro, havia sido empurrada e estapeada por uma paciente que, segundo a polícia, teve um acesso de raiva pelo fato de ter tido alta sem ter recebido um diagnóstico.

Episódios de violência contra trabalhadores da saúde se tornaram frequentes na Itália, chamando a atenção para um fenômeno que ganhou nova dimensão após a pandemia de Covid no país.

O início da primeira onda de casos da doença, quando médicos e enfermeiros ainda eram aplaudidos das janelas e sacadas, completou três anos na última semana.

De acordo com dados preliminares do Ministério da Saúde, foram registrados 85 episódios graves de violência no ano passado, ante 60 em 2021. Em outro levantamento, do órgão que trata de seguros por acidentes em locais de trabalho (Inail), foram relatados 12 mil episódios, desde ameaças verbais a agressões, entre 2016 e 2020.

Embora faltem dados que tratem do tema na Europa, a situação não se limita à Itália. Em 2020, diversas organizações de médicos se uniram para criar o Dia Europeu de Conscientização sobre a Violência contra Profissionais de Saúde, em 12 de março.

Para Katarzyna Czabanowska, professora do Departamento de Saúde Internacional da Universidade de Maastricht, na Holanda, o fenômeno, antes concentrado em zonas de conflito, tem sido observado de forma rotineira em hospitais europeus.

"Equipes reduzidas e cortes de custos, que levam a listas de esperas, são alguns dos fatores que influenciam o cenário", afirma ela, coautora de um artigo sobre o assunto publicado no European Journal of Public Health.

Além de ter evidenciado problemas da área da saúde, a pandemia acirrou a polarização e a desinformação. "Com o crescimento de movimentos nacionalistas, teorias conspiratórias e antivacinas, trabalhadores da linha de frente, que tinham de implementar as medidas anunciadas por governos, passaram a sofrer ataques verbais, físicos e de ódio. A violência contra profissionais da saúde é um problema político."

A imposição de regras como distanciamento físico, uso de máscara e comprovante da vacina coincidiu com um cenário de estresse coletivo que contribuiu para o fenômeno das agressões, algo que não diminuiu com o arrefecer da Covid, diz Annamaria Bagnasco, professora da Universidade de Gênova.

"Há uma situação de cansaço generalizado na população. Na área da saúde, pesam ainda fatores como equipes insuficientes, com profissionais que, por anos, enfrentam sobrecarga de trabalho."

Para Barbara Mangiacavalli, presidente da Federação Nacional das Ordens das Profissões de Enfermagem, a violência é um sintoma de carências do atendimento público. "Quando o cidadão precisa de algo que só consegue encontrar no pronto-socorro e precisa esperar horas por atendimento, ele se torna irritável. Não serve como desculpa, mas o sistema precisa dar respostas", diz. Segundo a entidade, uma relação adequada e segura para enfermeiros e assistidos é de um profissional para cada seis pacientes. Hoje, o índice na Itália é de um para 12.

Autora de um estudo junto com a federação, realizado entre 2020 e 2021 com mais de 5.000 enfermeiros de 19 estruturas públicas, Bagnasco conta que 32% dos enfermeiros afirmaram ter sofrido ao menos um episódio de violência física e verbal nos 12 meses anteriores. Para 66%, a frequência dos casos está em aumento. E a categoria é composta majoritariamente por mulheres (75% no estudo), o que configura, segundo a professora, uma violência também por um motivo de gênero.

As consequências do aumento de casos recaem sobre as vítimas, mais suscetíveis a terem burnout e depressão, mas seus efeitos se espalham por todo o sistema, podendo causar desde afastamentos temporários até o abandono da profissão.

"Há perda na qualidade do cuidado, com mais chances para erros médicos", diz Czabanowska. Segundo as especialistas, a redução dos casos de violência passa pela inclusão do tema nas políticas públicas e pelo investimento em proteção e treinamento, para que aprendam a identificar riscos e a contorná-los. "Mas nada disso é aplicável se faltam funcionários", afirma Bagnasco.

Governo de Israel promete suspender novos assentamentos e depois recua

Compromisso havia sido anunciado em reunião com autoridades palestinas na Jordânia

SÃO PAULO Diante da escalada de violência na Cisjordânia, autoridades israelenses e palestinas se reuniram neste domingo (26) na Jordânia e discutiram uma agenda para reduzir a tensão na região.

Após o encontro que incluiu autoridades da área de segurança, foi divulgado um comunicado conjunto no qual Israel assumia o compromisso de suspender de forma temporária a expansão de assentamentos. Entretanto, houve reação negativa de membros da coalização ultradireitista liderada por Binyamin Netanyahu e, horas depois, o primeiro-ministro negou o acordo. "Não haverá congelamento."

Além da suspensão temporária dos assentamentos desautorizada por Netanyahu, no comunicado, Israel e a Autoridade Nacional Palestina (ANP) se comprometem a trabalhar juntos para evitar novos atos de violência. "Os entendimentos representam progresso para aprofundar as relações", diz trecho do texto.

O encontro teve a participação de autoridades dos EUA, do Egito e da Jordânia. Entre eles, o diretor do serviço de inteligência palestino, Majed Faraj, o diretor do serviço de inteligência interno israelense, Ronen Bar, e o coordenador do Conselho Nacional de Segurança americano para o Oriente Médio, Brett McGurk.

O resultado causou ruído na cúpula do poder em Israel. O ministro das Finanças, um ultradireitista, confrontou a decisão. "Não haverá congelamento na construção e no desenvolvimento de assentamentos, nem por um dia", escreveu Bezalel Smotrich nas redes sociais pouco antes da manifestação de Netanyahu.

Grupos de oposição palestinos, como o Hamas, criticaram a decisão do presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmoud Abbas, de apoiar o encontro. O partido Fatah, de Abbas, comunicou que considera a reunião necessária para "tomar decisões difíceis e assumir a responsabilidade" com o objetivo de evitar mortes palestinas.

A Cisjordânia é um território palestino ocupado por Israel desde 1967. Mais de 475 mil israelenses moram em assentamentos na região, onde vivem cerca de 3 milhões de palestinos. A expansão dos assentamentos foi uma promessa de campanha de Netanyahu, que lidera o governo mais à direita da história do país, com a participação de líderes ultranacionalistas. Nos últimos dias, aliados do premiê vinham pressionando pela construção de moradias como resposta aos ataques em Jerusalém.

Enquanto ocorria o encontro na Jordânia, dois israelenses foram mortos a tiros na Cisjordânia. Autoridades israelenses afirmaram que o atirador é palestino, e forças de segurança foram mobilizadas para inspecionar os veículos nas principais vias da região.

O episódio aumenta as estatísticas de violência. As tensões na região aumentaram em janeiro, com a morte de dez palestinos durante uma ação do Exército israelense.

Na ocasião, autoridades israelenses disseram ter trocado tiros com militantes da Jihad Islâmica e do Hamas, grupos considerados terroristas por diversos países ocidentais.

A Autoridade Palestina — concebida como um governo de transição até o estabelecimento de um Estado— disse que inocentes foram mortos e que encerraria sua parceria com Israel na área da segurança. A cooperação, que já foi interrompida em outros momentos, era considerada por muitos como responsável por impedir ataques contra Tel Aviv e por manter certa estabilidade na Cisjordânia.

Desde então, vários ataques foram registrados. Em um dos mais mortais, sete pessoas foram mortas a tiros em frente a uma sinagoga, em Jerusalém Oriental, no mês passado.

Desde o início do ano, ao menos 60 palestinos, a maioria militantes e alguns civis, foram mortos na onda de violência. Autoridades também manifestam preocupação com a proximidade do Ramadã (o mês sagrado muçulmano), que começa no final de março.

A política para expansão dos assentamentos é criticada por organizações de direitos humanos e por líderes de outros países. Neste mês, as chancelarias de Alemanha, França, EUA, Itália e Reino Unido divulgaram comunicado conjunto no qual disseram que a medida iria exacerbar a crise entre israelenses e palestinos.

Também neste domingo, o Comitê Ministerial de Legislação, órgão que encaminha matérias para o Parlamento, aprovou um projeto de lei que institui a pena de morte para pessoas condenadas por terrorismo. A proposta deverá ser votada pelos parlamentares na próxima quarta (1º).

O texto prevê a sentença de morte para aqueles que assassinarem cidadãos israelenses em "ato realizado por motivo racista ou ódio e com o propósito de prejudicar o Estado de Israel e o renascimento do povo judeu em sua pátria". A ONG Anistia Internacional criticou o projeto, argumentando que a sentença de morte é "cruel e desumana".

O vaivém das informações sobre os assentamentos ocorre num momento em que o governo enfrenta protestos contra um projeto que ameaça a autonomia do Judiciário. Neste sábado (25), mais de 100 mil se reuniram para protestar.

Com AFP e Reuters

MULTIDÃO LOTA PRAÇA NA CAPITAL DO MÉXICO CONTRA REFORMA DE AMLO NO ÓRGÃO ELEITORAL

Nicolas Asfouri/AFP

Milhares de pessoas protestaram no México neste domingo (26) contra a reforma que reduz o orçamento e a estrutura do INE (Instituto Nacional Eleitoral), o órgão que organiza as eleições mexicanas e zela pela lisura do processo.

Os manifestantes afirmam que o projeto recém-aprovado no Congresso enfraquece a democracia. Segundo organizadores, aproximadamente 500 mil participaram do ato na Cidade do México; autoridades não divulgaram estimativa de público.

Vestida de branco e rosa, cores do órgão eleitoral, a multidão lotou a praça Zócalo, no centro antigo da capital, com críticas a AMLO, acrônimo pelo qual o presidente Andrés Manuel López Obrador, um populista de esquerda, é conhecido.

TODA MÍDIA

Nelson de Sá
nelson.sa@grupofolha.com.br

Jornais dos EUA cancelam Dilbert por episódio racista

Alguns dos principais jornais americanos anunciaram que vão deixar de publicar a tira Dilbert depois que o cartunista Scott Adams, em seu canal no YouTube, descreveu os negros americanos como "um grupo de ódio" e aconselhou brancos a se afastarem deles.

A Rede USA Today, que abrange centenas de jornais, anunciou a interrupção "imediata" devido aos "comentários discriminatórios". Outro grupo de jornais, MLive, justificou sua decisão dizendo ter "tolerância zero com racismo".

Informando que a tira ainda será publicada por alguns dias por razões industriais, o Washington Post anunciou o corte "à luz das declarações de Adams promovendo segregação", e o Los Angeles Times, pelos "comentários racistas".

Eles foram feitos na última quarta-feira (22), em seu programa diário, chamado Real Coffee with Scott Adams, em reação a uma pesquisa que, segundo ele sugeriu, teria indicado uma "maioria pequena" de negros concordando com a afirmação "É Ok ser branco".

Afirmando ter se mudado para não conviver com negros, Adams falou: "Eu não quero ter nada a ver com eles. E eu diria que o melhor conselho que eu daria aos brancos é se afastarem dos negros, porque não tem como consertar isso".

Em um vídeo posterior, evitando retirar o que disse, Adams comentou: "Até segunda-feira eu devo estar quase inteiramente cancelado. A maior parte da minha renda não existirá mais a partir de então. Minha reputação está destruída para o resto da vida. Não tem como voltar disso".

Criada em 1989, a tira Dilbert retrata um funcionário de escritório, em uma sátira do ambiente corporativo.

Scott Adams aconselha brancos a se afastarem de negros Reprodução/Youtube

RT E NYT No balanço de um ano da guerra, o portal russo RT e o jornal americano The New York Times concordaram. O primeiro destacou uma análise do cientista político Dmitri Trenin, ex-Centro Carnegie de Moscou, "Como o conflito está mudando a ordem mundial". Houve "a ascensão de mais de uma centena de atores, em muitas partes do mundo, que se recusaram a apoiar os EUA e seus aliados nas sanções à Rússia e mantiveram ou expandiram comércio e relações com Moscou".

"Esses países insistem em seguir seus próprios interesses e buscam ampliar sua autonomia em política externa. No final, esse fenômeno pode ser o desenvolvimento mais importante na direção da nova ordem mundial", diz ele.

O NYT deu manchete para a análise-reportagem "O Ocidente tentou isolar a Rússia. Não funcionou". Avalia que "um ano depois está ficando claro: embora a coalizão do Ocidente permaneça sólida, ela nunca convenceu o resto do mundo a isolar a Rússia. Em vez de se dividir em dois, o mundo se fragmentou".

O Financial Times foi pela mesma linha, sob o título "Apelos ocidentais sobre Ucrânia fracassam em mudar o Sul Global". Também o site Politico, "Ocidente pode estar mais unido, mas está mais isolado", em análise do historiador Timothy Garton Ash, de Oxford.

Tanto quanto a China, os balanços ocidentais sublinharam os papéis representados por Índia, Turquia e Brasil.

entrevista da 2ª

Karime Xavier/Folhapress

Kabengele Munanga, 82

Doutor em antropologia pela USP. É professor emérito do departamento de antropologia da FFLCH-USP. É autor de mais de 150 publicações entre livros, capítulos de livros e artigos científicos na área da antropologia da África e da população negra no Brasil. É professor honoris causa pela UFRJ e pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. É também pesquisador emérito do CNPq

Kabengele Munanga

Educação cidadã é primordial para enfrentar racismo

Para antropólogo que estuda o tema, combate ao problema tem três caminhos: leis, ensino com viés antirracista e ações afirmativas

POLÍTICA

Priscila Camazano

SÃO PAULO O combate ao racismo estrutural depende de uma educação cidadã antirracista, sugere o antropólogo congolês-brasileiro Kabengele Munanga. Ele afirma que não há uma receita pronta para lutar contra o preconceito racial, mas há três caminhos possíveis: as leis, a educação antirracista e as ações afirmativas.

"As leis, embora existam, só atingem práticas racistas observáveis. Os preconceitos que são introjetados pela educação e estão na cabeça das pessoas, não. Só a educação pode atingir esse terreno", afirma.

Kabengele Munanga é antropólogo e professor aposentado da USP. Ele nasceu em Bakwa Kalonji, no antigo Zaire, atualmente República Democrática do Congo, em 1940. Está no Brasil desde 1975.

Ao longo desses anos, ele se debruçou nos estudos sobre antropologia da África e da população afro-brasileira e nas questões raciais. O intelectual contribuiu de forma significativa na discussão sobre raça e para derrubar o mito da democracia racial.

Foi no país do continente africano que ele iniciou seus estudos na antropologia, ao cursar a graduação na Universidade Oficial do Congo (1964-1969). Depois, ganhou bolsa de estudos para fazer o doutorado na Universidade Católica de Louvain, na Bélgica.

Em 1971, o antropólogo retornou para o país de origem para fazer um trabalho de campo, mas foi impedido pela ditadura de Mobutu Sese Seko (1930-1997).

A convite do então diretor do Centro de Estudos Africanos da USP, ele veio ao Brasil, em 1975, e conseguiu, assim, concluir sua pesquisa.

O antropólogo ingressou como docente na USP em 1980, tornando-se o primeiro professor negro da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Na universidade, lecionou até 2012, quando se aposentou, após 32 anos na instituição.

O livro "Negritudes: Diálogos com o Pensamento de Kabengele Munanga" (Editora Autêntica), lançado em novembro do ano passado, reúne textos em homenagem ao legado intelectual do professor.

A publicação aborda a sua longa trajetória no engajamento sociopolítico em defesa dos direitos humanos, por sua produção crítica de combate ao racismo e promoção da equidade étnico-racial.

Em conversa com a **Folha**, o professor falou sobre o mito da democracia racial, o racismo estrutural, as ações afirmativas e a lei 10.639, que estabelece o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica.

*

Por que o senhor define que no Brasil o racismo é um crime perfeito? É um crime perfeito porque o mito da democracia racial, por muito tempo, impediu que se falasse da existência do racismo no país.

Na época em que eu cheguei aqui, dizer que o Brasil era um país racista era como um crime. Eu não tive problema para fazer minhas pesquisas, porque meu tema era a África e nada tinha a ver com a questão do negro no país.

Mas tive um colega que veio da Índia para São Paulo com um projeto de estudo sobre a classe média negra em São Paulo. Um dia, ele declarou em uma entrevista que seu projeto era estudar aqui o racismo e a questão do negro no Brasil. Ele foi convocado pelo Dops [Departamento de Ordem Política e Social], passou duas noites lá e, no dia seguinte, não quis mais tocar no assunto. O tema do trabalho dele mudou para a existência das castas na Índia.

Isso é para mostrar o quanto era difícil [falar sobre racismo]. Nesse sentido, eu e outros colegas, como Hélio Santos, achamos que o racismo é um crime perfeito. É como um carrasco, e o carrasco mata sempre duas vezes. Mata fisicamente os negros e mata a consciência de todos os brasileiros.

Mas essa frase não é minha, vem de um prêmio Nobel judeu, Ali Wiesel. Foi ele que disse: o carrasco sempre mata duas vezes, a segunda é pelo silêncio.

> Na época em que eu cheguei aqui, dizer que o Brasil era um país racista era como um crime

> Nós não temos ferramentas, receita pronta, para lutar contra ele [racismo estrutural]. Se tivéssemos, não existiria mais racismo no mundo

Falando em silêncio. Como lidar com essa faceta do racismo? Olha, esse silêncio é o mito da democracia racial e, como diz a própria palavra, é um mito. Os políticos e ideólogos usaram essa ideia justamente para escamotear os problemas da sociedade. Para dizer que o Brasil não é racista, porque é uma sociedade mestiça.

Essa ideia foi desmistificada a partir da década de 1930 pela Frente Negra Brasileira. Eles acreditavam que o problema era simplesmente de educação, mas, os poucos, os negros que tiveram acesso a ela encontraram barreiras no mercado de trabalho. Eles chegaram à conclusão de que isso aqui não era democracia.

Depois, com as pesquisas da academia e das denúncias e protestos do movimento negro, a sociedade brasileira começou a se conscientizar.

Os negros se deram conta de que a educação era importante, mas depois chegaram à conclusão de que não bastava, precisava também de uma educação cidadã, que conscientizasse os brasileiros de que o Brasil é um país do pluralismo cultural, do encontro das culturas e civilizações.

O senhor afirma que "o mito da democracia racial, apesar de já ter sido destruído política e cientificamente, tem uma forma inercial difícil de desmantelar". Que forma é essa? Sabe o que é inércia? A inércia é um movimento que ainda deixa traços. Ainda há pessoas, apesar do crescimento da consciência, que acreditam em ideologias antigas, como a de que não há racismo no Brasil.

O mito foi desconstruído pelo movimento negro, pelos intelectuais, mas a força desse mito ainda existe na estrutura da sociedade e no inconsciente coletivo. Isso que chamo de inércia.

O que podemos fazer para combater essa forma inercial do racismo? Hoje, no Brasil, se fala em racismo estrutural depois do livro do Silvio Almeida e do Dennis de Oliveira, que escreveram obras com esse título. Ninguém utiliza a palavra racismo sem adjetivá-la.

O racismo tem uma forma difícil de destruir, aquela alojada na estrutura da sociedade de que se manifesta nas instituições.

Esse racismo é o maior problema. Nós não temos ferramentas, receita pronta, para lutar contra ele. Se tivéssemos, não existiria mais racismo no mundo.

Como modificar a estrutura de uma sociedade capitalista? Não é pelo discurso. Ou se faz uma revolução e constrói outro modelo de sociedade, mas isso é uma utopia —com a qual estamos sonhando.

Ou nós temos três caminhos, que eu chamo de clássicos. O primeiro é pela lei. A primeira foi a Lei Afonso Arinos, de 1951. Depois, em 1988, na nova Constituição, aparece uma nova que diz que qualquer prática de racismo é crime imprescritível, inafiançável e sujeita a reclusão. Agora tem uma nova lei que o presidente Lula acabou de assinar. Ela considera a injúria racial como um crime sujeito a reclusão.

Mas as leis, embora existam, só atingem práticas racistas observáveis. Os preconceitos que são introjetados pela educação e estão na cabeça das pessoas elas não atingem. Só a educação pode transformar esses nuances que o racismo criou. Nesse sentido, a educação é um instrumento de luta contra o preconceito.

O terceiro caminho são as políticas de ações afirmativas, de inclusão, porque não basta dizer que perante a lei somos iguais, as pessoas vão continuar a discriminar.

Por que o racismo é sempre do outro? Qual a dificuldade em assumir as próprias manifestações racistas? Essa dificuldade tem a ver com a maneira como o racismo entrou no tecido social através da educação. As pessoas hoje têm dificuldade para dizerem que somos iguais.

Já ouviu falar da branquitude? Esse conceito nasceu da tese da Cida Bento. Ela foi a primeira pessoa a trabalhar com a consciência de branquitude, para mostrar que os brancos têm consciência das suas vantagens, mas não as criticam. Quer dizer que eles aceitam que são superiores para ter essas vantagens, mas ninguém reclama. Isso é racismo. Quando chega ao nível de naturalização não se vê mais injustiça.

A lei 10.639, que estabelece o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica, completou 20 anos. Educadores e especialistas ouvidos pela Folha afirmaram que falta formação dos professores e material didático sobre o assunto. Qual a avaliação do senhor sobre a lei? Por que as escolas estão com dificuldade de implementá-la? Olha, quando essa lei foi promulgada, eu fui uma das primeiras pessoas a falar dessa questão. Eu estava tentando mostrar que os educadores, os brancos e os negros, receberam uma educação racista. Muitos não sabem nem o que é realmente o racismo.

Como é que um educador que não sabe como o racismo à brasileira se expressa vai trabalhar com isso na sala de aula? A primeira coisa que eu fiz depois da lei 10.639 foram conferências de conscientização e sensibilização dos educadores em alguns municípios que recebi convites, para eles entenderem a importância da lei e que tinham uma grande responsabilidade.

Além dessas conferências, precisamos formá-los, porque eles não sabem como lidar com esse fenômeno. Tem também que produzir livros, materiais didáticos, porque os anteriores são repletos de preconceitos contra negros e povos indígenas.

Além do mais, em cada município teria que ter um monitoramento para saber se a lei está funcionando. Será que esse monitoramento existe? Eu tenho impressão de que a lei veio de uma maneira caótica

Estava prevista para o ano passado a revisão da lei de cotas, mas foi adiada. Como o senhor avalia a situação das cotas? Há chances de perdermos essa política pública? As cotas são para reduzir um abismo de 400 anos [de escravidão]. Não se reduz um abismo de 400 anos em 20 ou 10 anos. Apesar da qualidade da política, isso vai demorar gerações. Não sei por que definiram 10 anos. Olha o exemplo da Índia. As cotas estão lá há 72 anos, porque eles sabem que é um longo processo.

As políticas de cotas têm de continuar, senão vai ser uma perda muito grande, um regresso para os negros. Quem vai perder vai ser a sociedade brasileira.

Bombeiros acham 65º corpo e encerram buscas em área mais afetada por chuvas

Estrutura em São Sebastião (SP) seguirá caso novas informações sobre desaparecidos surjam

Isabella Menon

SÃO SEBASTIÃO (SP) Bombeiros, voluntários e militares encontraram neste domingo (26) o corpo da 65ª vítima do temporal que assolou o litoral norte de São Paulo nos dias 18 e 19 de fevereiro. Era a última pessoa considerada desaparecida que restava na área e, ao menos por enquanto, as buscas na Barra do Sahy, em São Sebastião, foram encerradas.

O grupo de resgate passou sete dias cavando na lama, que destruiu casas e invadiu ruas após uma chuva histórica. Segundo os bombeiros que atuam na região, a buscas também foram encerradas em Juquehy, mas continuam na região da Baleia Verde —onde um corpo ainda é procurado.

A Prefeitura de São Sebastião afirmou que está fazendo, agora, uma busca ativa. Isso significa que pegaram todos os boletins de ocorrência de desaparecidos feitos após a tragédia e estão tentando descobrir se essas pessoas foram encontradas ou se estão em algum abrigo.

Dos mortos, 64 foram encontrados no Sahy e um em Ubatuba. Os trabalhos de identificação já conseguiram liberar 57 vítimas para o sepultamento. São 21 homens adultos, 17 mulheres adultas e 19 crianças.

A estrutura no Sahy deve continuar ativa por algum tempo, para o caso de surgirem novos relatos de desaparecidos. O último corpo encontrado é de uma mulher.

Pelo último balanço do governo do estado, divulgado na noite deste domingo, há 1.090 desalojados e 1.172 desabrigados.

A busca pelos desaparecidos, que havia sido paralisada na sexta (24) em razão das chuvas, foi retomada no fim de semana.

Na chamada zona quente, local mais atingido pelo deslizamento de terras, funcionários da Anatel auxiliaram na procura pelos corpos usando dispositivos que detectam sinal de celulares. A expectativa é que onde existe o sinal de celular ou de outros aparelhos eletrônicos haja corpos por perto.

Segundo funcionários, três corpos foram encontrados devido ao uso desse mecanismo, inclusive um neste sábado.

Na quinta-feira (23), vítimas das chuvas começaram a receber acolhimento terapêutico de profissionais da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social. Os atendimentos acontecem em nove pontos que estão servindo de abrigo para os atingidos, em locais como Vila Sahy, Boiçucanga e Juquehy.

Os serviços vão desde acolhimento no luto e cadastramento para receber benefícios sociais até suporte no reconhecimento de corpos e atividades de recreação para crianças. Até agora, segundo o governo estadual, já foram feitos 1.000 atendimentos.

Em meio aos desafios do atendimento à tragédia, outro problema se apresentou. Médicos e a população local notaram casos de gastroenterite. O contato com a lama do temporal pode ter sido o responsável pela alta.

Ocorrências de infecção gastrointestinal nesta época do ano são comuns, afirmam médicos. Ela pode ser causada por vírus, parasitas ou bactérias e costumam ser encontradas em água contaminada e alimentos mal lavados ou mal armazenados.

No litoral norte, casos de gastroenterite foram responsáveis por 20% dos atendimentos em hospitais. Após as tragédias, o índice subiu para 30%. Juan Lambert, diretor da UPA de São Sebastião, diz que na sexta-feira já houve redução nas ocorrências.

Um posto médico foi montado dentro de uma escola municipal na Barra do Sahy, onde está parte dos desabrigados e desalojados. Ali, a equipe médica afirma que entre as 25 consultas que foram realizadas neste domingo, 4 são de gastroenterite.

O restante se divide entre dermatite, lesões leves e controle de doenças que os pacientes já tratavam antes das enchentes.

Na praia da Barra do Sahy, placas do Corpo de Bombeiros, a água barrenta e alguns galhos denunciam que o local foi acometido por fortes chuvas. Porém, a área não tem tantas marcas da tragédia quanto a praia da Baleia.

Localizada a menos de 3 km da praia do Sahy, a Baleia é conhecida pela concentração de casas de veraneio luxuosas e condomínios de alto padrão ainda em construção.

Na praia, troncos de árvores agora compõem o cenário do local, assim como sujeira localizada na beira do mar. Uma turista, que alugou a casa para passar a semana do Carnaval e prefere não ser identificada, era uma das poucas pessoas que tomavam sol no local.

De maiô, saída de banho e viseira, ela comentava como o local se assemelha agora com um "cenário de guerra". Alguns que andam pela praia de bicicleta precisam desviar dos troncos e detritos. Outros poucos se arriscavam a surfar.

O Governo de São Paulo orientou turistas a não viajarem para as áreas do litoral afetadas pelas chuvas. O objetivo é evitar sobrecarregar o atendimento em hospitais, o trânsito nas estradas e o abastecimento de água e de alimentos.

Segundo a Polícia Militar, as rodovias da região precisam estar desobstruídas para que veículos de socorro e de resgate possam circular livremente. A PM orienta também que doações sejam feitas em postos que não estejam localizados nos municípios atingidos.

65
é o número de vítimas das chuvas no litoral norte confirmadas; 64 foram encontradas no Sahy e uma em Ubatuba

57
é o número de vítimas identificadas, sendo:

- **21** homens adultos
- **17** mulheres adultas
- **19** crianças

Equipes de resgate trabalham na busca por corpos de vítimas em São Sebastião, litoral norte de SP, no sábado (25) Bruno Santos/Folhapress

São Sebastião recebeu ao menos 4 alertas sobre risco no Sahy

Naief Haddad

SÃO PAULO Nos últimos dez anos, a Prefeitura de São Sebastião (SP) recebeu pelo menos quatro alertas de diferentes instituições sobre o risco iminente de deslizamentos.

Estudos detalhados da Unicamp e do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas), além de propostas do Mackenzie e da CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo), chamaram a atenção para a gravidade da situação nas encostas do litoral norte.

Não bastassem esses avisos, que explicitavam situações de perigo, o Ministério Público de São Paulo enviou à administração da cidade um parecer técnico sobre a vulnerabilidade da Vila Sahy, porção pobre da Barra do Sahy, localizada entre a rodovia e a Serra do Mar.

O primeiro capítulo dessa sucessão de alertas em uma década aconteceu em 2013, quando pesquisadores da Unicamp publicaram um estudo sobre a expansão das áreas de risco da região.

Os especialistas detalharam os "perigos que se expressam pela falta de ajuste e aderência da produção do espaço urbano aos sistemas naturais. Esta situação se agrava quando o próprio sítio é naturalmente frágil, como é o caso das áreas costeiras do litoral norte de São Paulo".

Para Eduardo Marandola Júnior, geógrafo e professor da Faculdade de Ciências Aplicadas da Unicamp, chuvas de 600 mm são raríssimas, mas não podemos culpar a natureza pelas mortes. "O problema é o modelo de urbanização, que não considera as variáveis ambientais e sociais, e vai criando áreas de risco."

Ainda de acordo com ele, grandes obras na região, impulsionadas sobretudo pela descoberta do pré-sal em meados dos anos 2000, levaram a um crescimento populacional para o qual as cidades não estavam preparadas.

Após ser concluído, o estudo foi enviado para a Prefeitura de São Sebastião.

Dois anos depois, veio à tona outra iniciativa do meio acadêmico. A pedido da CDHU, que pertence ao governo estadual, o Laboratório de Projetos e Políticas Públicas do Mackenzie preparou um estudo para a Vila Sahy.

Conduzido pelo professor Valter Caldana, o projeto sugeria a transferência de 180 famílias daquela área para terrenos nas proximidades em um pacote que incluía ainda regularização fundiária, saneamento e oferta de empregos.

A proposta não foi adiante. De acordo com o governo estadual, tratava-se apenas de um estudo acadêmico, e não de um projeto propriamente.

Nos anos seguintes, as ideias de Caldana e sua equipe foram tomadas como base para propostas de mudanças na Vila Sahy. Ao longo do primeiro semestre de 2022, reuniões para discutir aquela área tiveram a participação da Secretaria Estadual de Habitação, da CDHU e da prefeitura.

As partes pareciam perto de um consenso, mas a prefeitura não assinou o convênio.

No segundo semestre de 2018, o IPT preparou um Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR) para São Sebastião. Depois de analisar mais de 4.000 moradias, uma equipe de três geólogos e três engenheiros indicou 52 setores sujeitos a deslizamentos de terra. Deles, 16 foram classificados como sendo de risco alto, e 36, como risco médio – onde estava a Vila Sahy.

Como a área que acumula dezenas de mortes pode ser considerada de risco médio?

"A metodologia do IPT é pensada para chuvas dentro da normalidade, e não para eventos extremos, como esse que vimos", afirma o geólogo do IPT Eduardo Soares de Macedo. De qualquer forma, pondera, a classificação de risco de uma área pode sofrer alteração passados quatro anos. "Houve mudanças naquele terreno", diz.

O plano do IPT foi entregue à prefeitura. Em novembro de 2020, ou seja, dois anos depois do levantamento, um grupo formado por um geólogo, um biólogo e um urbanista realizou nova inspeção na Vila Sahy. Estavam a serviço do Ministério Público.

As conclusões do parecer técnico, finalizado em fevereiro de 2021, são assustadoras e, como se sabe hoje, realistas. "A manutenção do Núcleo Congelado [como o documento se refere à Vila Sahy] na área e nos moldes em que se encontra é uma verdadeira tragédia anunciada", registra.

"Uma tempestade como essa é algo fora do contexto, mas os danos poderiam ter sido muito menores se existisse uma situação razoável de moradia", diz Mário Sarrubo, procurador-geral de Justiça de São Paulo, à **Folha**.

Em nota, prefeitura afirma que TACs (Termos de Ajustamento de Conduta) assinados por gestões anteriores não foram cumpridos e que "o atual governo adotou medidas concretas para minimizar os riscos à população".

"Foram editadas, também em 2017, as leis municipais 2.511 e 2.512, visando regulamentar, em âmbito municipal, a legislação federal 12.465/17, popularmente conhecida como lei de regularização fundiária. O que estava ao alcance da Prefeitura de São Sebastião neste período foi feito, não apenas quanto à prevenção, mas, sobretudo, para conter os avanços dos erros do passado", diz a nota.

Colaboraram Carlos Petrocilo, Clayton Castelani e Fábio Pescarini

Luta por parque envolve até ameaça de morte

Líder comunitário dos Búfalos diz que houve tentativa de loteamento clandestino em área preservada em São Paulo

Roberto de Oliveira

SÃO PAULO Negro e gay, Wesley Silvestre não cansa de denunciar o desleixo do poder público em relação ao parque dos Búfalos, um oásis cravado em meio à ocupação urbana, no extremo sul da periferia de São Paulo. No momento em que placas com os dizeres “área verde em implantação” são arrancadas e destruídas, num gesto explícito dos opositores à criação do espaço, ele diz sofrer ameaça de morte, justamente por defender a natureza contra a grilagem de terra.

Líder comunitário, Silvestre, 36, denunciou a criação de loteamento clandestino via ocupação irregular de terreno pertencente ao parque, um ambiente de lazer com resquícios de Mata Atlântica, às margens da represa Billings, no Jardim Apurá. Sua batalha, como ele próprio a descreve, é para que o espaço receba segurança, limpeza, infraestrutura. Enfim, para que os Búfalos possam contar finalmente com a presença de autoridades municipais em defesa de um patrimônio natural, que pertence a todos.

Numa região de carência extrema, na mais rica cidade brasileira, o parque dos Búfalos surge, com suas trilhas largas e sombreadas, como um refúgio, um respiro, em meio a um mar de concreto mal-ajambrado, casas sem reboco e asfalto malcuidado. Ali, lazer é raro.

Às vésperas de completar 11 anos, no dia 6 de março, o parque dos Búfalos ainda enfrenta um imbróglio entre estado e prefeitura que se arrasta há pelo menos seis anos, de acordo com os seus defensores.

Resta aos moradores se juntarem para apagar incêndios, plantar árvores (neste período, foram ao menos 5.000 mudas, calculam os ativistas), combater caça ilegal, recolher lixo e denunciar ameaçadas de ocupações irregulares. É a comunidade mobilizada pelos Búfalos, o parque.

Pai de uma garota de 14 anos, nascido e criado vizinho à área, o vigilante Daniel Thomas Firmino, 46, recorda-se de que os Búfalos eram, na verdade, uma espécie de playground da molecada nativa. “Cresci numa época em que ainda tinha búfalo por aqui. A gente corria por esse mato todo ao lado dos bichos.”

Justamente pela presença desses animais entre o final dos anos 1970 e o dos anos 1990, o espaçoso lugar de mato verde no Apurá ganhou de seus moradores o nome de parque dos Búfalos.

A Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, diz que ainda aguarda autorização e alvará de licenciamento ambiental da Cetesb (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo) para iniciar as obras no parque. A pasta encaminhou a última documentação solicitada em novembro de 2022. O prazo previsto de implantação da área pública será de 12 meses após o começo dos serviços.

Em reportagem da **Folha**, publicada em fevereiro do ano passado, a previsão era concluir as obras do parque ainda em 2022, o que não aconteceu.

Por sua vez, a Cetesb diz que a questão do parque avançou. Agora, depende do termo de compromisso de recuperação ambiental. Alega, porém, falta de documentos por parte tanto da empresa responsável pelo condomínio às margens do parque quanto da gestão Ricardo Nunes (MDB).

“Nossos representantes precisam ter consciência de que esse parque é a única área de lazer que temos na região”, ressalta o aposentado Geraldo Gouveia, 75 anos, 30 deles vivendo na vizinhança.

Caso os Búfalos fossem um espaço público de verdade, com o aval e o cuidado da prefeitura, eles ganhariam uma zeladoria, que se debruçaria em temas relacionados tanto às questões ambientais quanto às de proteção do lugar, opina o aposentado, que trabalha, como voluntário, na limpeza das trilhas.

Ao contrário de Gouveia, a fotógrafa Mila Maluhy, 62, ambientalista, também voluntária, mora no Morumbi, na mesma zona sul da capital, mas costuma frequentar os Búfalos sobretudo aos fins de semana. Diz ela: “Enquanto o poder público não age, o parque vira um reduto de irregularidades. A ausência do Estado abre flancos para a criminalidade. E isso não ocorre somente na Amazônia”.

Morador do Residencial Espanha, condomínio de 193 prédios com 3.860 apartamentos, obra que “abocanhou” parte da superfície do parque, o eletricista Nino Pereira, 44, afirma que não adianta todo o esforço hercúleo dos moradores num momento em que o parque não é reconhecido, tampouco oficializado.

“Vale dizer”, conta ele, “que a criação do parque não irá beneficiar somente os moradores do Jardim Apurá”. “Ela será benéfica para São Paulo toda, uma cidade tão carente de espaços verdes.”

“A área poderia receber quadras de esportes”, palpita o filho, João Augusto, 10, na esperança de, quem sabe um dia, ter um ambiente para brincar com os amiguinhos. “Aqui não tem divertimento algum.”

Os que se juntam em defesa dos Búfalos criticam ainda o lançamento de esgoto nas águas da represa que banham o parque, coisa que a Cetesb diz estar em apuração.

Voluntários e moradores também alertam para a reocupação de áreas de favelas dentro de território do parque.

Referem-se, por exemplo, ao complexo da Fumaça, que abrange as comunidades da Fumaça, da Neblina e do Leblon. Segundo eles, a favela da Fumaça voltou a ser erguida ainda maior. Desta vez, com mais cem novos barracos.

A prefeitura informa que foram iniciados os trabalhos de cadastramento das moradias localizadas naquela área para serem reassentadas. Afirma também que o recinto hoje ocupado será destinado ao desenvolvimento do parque.

Silvestre lembra que, todo ano, a ladainha continua a mesma, só troca de porta-vozes. “Estamos fora do radar dos interesses financeiros. Isso jamais aconteceria nos Jardins ou em Higienópolis”

Sobre a ameaça de morte do líder comunitário, a Secretaria de Segurança Pública do Estado informa investigar o caso. Silvestre, porém, não parece muito confiante. “Mano, aqui é periferia”, desabafa.

O defensor dos Búfalos reconhece o cansaço. No entanto, diz buscar energia no ambiente verde do parque, na tentativa de manter a esperança de preservar um ambiente tão frágil e ameaçado, nos rincões da metrópole.

Vista da área para ser reconhecida como parque dos Búfalos, no Jardim Apurá, extremo sul de SP Fotos Eduardo Knapp/Folhapress

Wesley Silvestre, 36, líder comunitário e defensor da região

Parque dos Búfalos
Nome dado à área no Jardim Apurá devido à presença desses animais entre o final dos anos 1970 e os fins dos 1990

Área: 580.000 m²

Bioma: mata atlântica

Área de mananciais: Foram catalogadas 19 nascentes na área protegida, às margens da represa Billings

Fauna e floras: 92 espécies de pássaros (coruja-buraqueira e pequenos gaviões já não são mais avistados devido ao impacto ambiental gerado pela expansão urbana). Répteis e mamíferos ainda não foram catalogados

Fontes: Marta Marcondes, bióloga, coordenadora do Projeto IPH/USCS (Índice de Poluentes Hídricos da Universidade Municipal de São Caetano do Sul) e a organização social Oekoscientia

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Abraçou causas sociais e a família com generosidade

NÍCIA CHEREM RIBAS (1950 - 2023)

Lucas Lacerda

SÃO PAULO Nícia Ribas foi a primeira entre os netos a nascer na casa da avó, em Tijucas, Santa Catarina, em 1950. O fato virou anedota para se apresentar e quebrar o gelo com os colegas de escola em Curitiba, para onde a família se mudou no começo de sua infância, ainda nos anos 1950.

Era difícil explicar que seu nome não era Nilce nem Nilcéia, mas Nícia, bem original, diz a irmã Lúcia Cherem, 63. “Minha mãe deu esse nome que era de uma tia nossa. Ela achava bonito, mas deu muito trabalho”, afirma, aos risos.

Na juventude durante a ditadura militar, tinha discussões com o pai, que achava o curso de serviço social da UFPR (Universidade Federal do Paraná) coisa de gente subversiva. Achou melhor enveredar pelo jornalismo, o que não diminuiu sua personalidade engajada nos anos seguintes.

Já casada, passou a viver no Rio e dirigiu a comunicação da extinta Telerj, estatal de telefonia fluminense. Com a modernização do setor, foi para a Telefônica, mas não gostou do clima hostil e pediu a aposentadoria aos 55 anos.

Foi como freelancer que Nícia desenvolveu os projetos que queria. Um deles foi construir a genealogia da família, que virou o livro “Entra, a casa é tua!”, em que ela conta a história do avô, Benjamim Gallotti, e dos parentes espalhados por Brasil e Itália.

A casa no título do livro é o Casarão Gallotti, onde Nícia nasceu. Cumprindo a última vontade da avó, Maria Gallotti, ela ajudou a doar o imóvel ao município de Tijucas. Hoje funcionam no espaço um museu e a secretaria de Cultura da cidade.

Engajada em projetos sociais, conseguiu articular e fazer reportagens sobre a proteção da praia de Porto Belo, em Santa Catarina, contra empreendimentos imobiliários.

“Tanto fez que é a única praia que sobrou na região de Camboriú e Itapema”, diz a irmã Lúcia.

Reunia gente em casa, incluindo colegas de trabalho, e celebrava a vida e a família, sempre ao som de Chico Buarque.

Nícia descobriu tarde um câncer no intestino, que tratou por mais de um ano. Mas os tratamentos não tiraram sua alegria de curtir projetos e família. “Muito positiva, um exemplo para a gente”, diz a filha, Renata Ribas, 42.

Internada, não conseguiu ir a um show de Chico. “Aí presenteou amigos, eles foram e mandavam vídeos, fotos, foi uma maneira de participar”, conta Renata.

Nícia Cherem Ribas morreu em 10 de fevereiro, aos 72 anos, no Rio de Janeiro. Deixa o marido, José Bonifácio Mader Ribas, 74, as filhas Camila e Renata e três netos.

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

Covid afetou padrão de mortalidade

Pandemia também é medida por seus efeitos indiretos sobre outras causas

Marcia Castro
Professora de demografia e chefe do Departamento de Saúde Global e População da Escola de Saúde Pública de Harvard.

O impacto da alta mortalidade por Covid-19 é inquestionável. Mundialmente, quedas na esperança de vida ao nascer em 2020, 2021 ou ambos os anos foram observadas na grande maioria dos países (uma exceção é a Austrália). No entanto, o impacto não se limita às mortes por Covid-19, mas também aparece nos efeitos indiretos sobre outras causas de morte.

Por um lado, comorbidades ou condições específicas aumentam o risco de morrer por Covid-19, como câncer, doenças cardiovasculares e cerebrovasculares, diabetes, hipertensão, transtornos mentais e comportamentais, obesidade, gravidez, doenças pulmonares e doenças do sistema renal. Portanto, as mortes por Covid-19 podem levar à redução da mortalidade por essas causas no curto prazo.

Por outro lado, algumas causas podem ter tido um excesso de mortalidade durante a pandemia devido às consequências da Covid longa, interrupções na atenção básica e ações preventivas, atendimento inadequado (escassez de equipamentos, pessoal e falta de leitos), aumento da má nutrição, redução da prática de exercícios físicos, diagnóstico tardio e potenciais consequências decorrentes da perda de emprego e redução de laços sociais.

No Brasil, a pandemia afetou o padrão de mortalidade de várias outras causas de morte. Trago aqui resultados de uma análise feita em colaboração com a Universidade Federal de Minas Gerais em que analisamos a taxa de mortalidade por grupos de causas de morte para o período de janeiro de 2010 a dezembro de 2021.

Observamos um aumento nas taxas de mortalidade por gravidez, parto e puerpério, diabetes, hipertensão arterial e doenças renais. A tendência de declínio das taxas de mortalidade por transtornos mentais se reverteu, e flutuações típicas nas taxas por gripe, pneumonia e outras doenças respiratórias não foram observadas. Além disso, houve redução para grupos de causas relacionadas ao sistema digestivo, rim e sistema urinário, neoplasias e coração e acidente vascular cerebral.

Essas mudanças não foram uniformes. Por exemplo, o aumento das taxas de mortalidade por transtornos mentais e comportamentais foi mais acentuado entre homens na região Nordeste. Além disso, enquanto mortes por doenças cardiovasculares aumentaram nos EUA durante a pandemia, no Brasil houve redução.

Essas mudanças permitem detalhar a variação da esperança de vida ao nascer na pandemia. Entre 2019 e 2021, o Brasil teve uma redução de 3,23 anos na esperança de vida. Esse valor é o saldo entre o efeito negativo das mortes por Covid-19 (3,66 anos) e o efeito positivo de todas as outras causas combinadas (0,43 anos).

Houve, entretanto, grupos específicos de causa de morte que tiveram um efeito negativo na esperança de vida (além da Covid-19), exatamente aqueles cujas taxas de mortalidade aumentaram. O maior efeito foi o das mortes por hipertensão arterial (0,08 anos).

Projeções populacionais das Nações Unidas indicam que o Brasil retornará em 2023 aos níveis de mortalidade observados antes da pandemia. Entretanto, permanece a incerteza sobre a magnitude e a duração das consequências da Covid longa e do aumento da pobreza e da fome.

Ações que promovam a equidade, normalizem atendimentos e serviços que foram interrompidos durante a pandemia e melhorem o atendimento à saúde mental são fundamentais para mitigar as consequências indiretas da Covid-19 em outras causas de morte.

Acima de tudo, fortalecer a atenção básica, a vigilância e o uso da informação para guiar políticas e programas é um investimento necessário para garantir a melhoria da saúde da população e a sustentabilidade futura do SUS.

DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, Giovana Madalosso | **TER. Vera Iaconelli** | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

Daniela Mercury e Monobloco fecham a folia

Megablocos arrastam multidão pelas ruas de São Paulo e do Rio com homenagens a artistas e discursos políticos

Daniela Mercury canta no Rainha da Pipoca Gabriel Cabral/Folhapress

ALALAÔ

Isabela Palhares e Nicola Pamplona

SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO O último dia de festa nas capitais de São Paulo e do Rio de Janeiro celebrou grandes nomes do Carnaval. Neste domingo (26), shows de Daniela Mercury e Monobloco, respectivamente, arrastaram milhares de pessoas e fecharam as comemorações em grande estilo.

Precursora dos grandes trios em São Paulo, Daniela disse a volta do bloco Rainha da Pipoca, neste ano, é uma "grande celebração do fortalecimento da democracia no país". Vestindo vermelho da cabeça aos pés, disse que essa é a cor "dessa cidade", do Carnaval e da democracia.

A cantora foi uma das artistas que mais se posicionaram em oposição ao governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e também uma das mais atuantes na campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Antes de iniciar o desfile, ela dedicou a apresentação à cantora Rita Lee, que se recupera de um câncer no pulmão.

Daniela cantou por mais de quatro horas e trouxe canções de Gal Costa e Alceu Valença em uma apresentação recheada de mensagens políticas.

"Participar do Carnaval também é um ato político, é vir para a rua, é se misturar com todo mundo e não discriminar", disse a cantora.

Já o Monobloco levou uma multidão ao centro do Rio de Janeiro. Criado há 23 anos, o grupo iniciou sua apresentação com um discurso sobre a influência de terreiros, escolas de samba e de blocos tradicionais da cidade, como o Cordão da Bola Preta e o Cacique de Ramos.

O megabloco desfilou por mais de três horas tocando temas carnavalescos e clássicos da música brasileira, como Tim Maia e Skank.

saúde

Vacinação com bivalente começa hoje; tire dúvidas

Primeira etapa da campanha nacional com doses atualizadas para a Covid-19 inclui idosos com 70 anos ou mais e imunossuprimidos

Stefhanie Piovezan

SÃO PAULO O Ministério da Saúde inicia nesta segunda (27) as campanhas do Programa Nacional de Vacinação 2023, com o objetivo de aumentar a cobertura vacinal no país.

Divididas em cinco etapas, as ações contemplam o reforço com a vacina bivalente contra a Covid-19, aplicação contra a gripe e multivacinação nas escolas contra poliomielite e sarampo.

A definição das fases considerou os estoques disponíveis e os contratos com as fabricantes das vacinas.

Veja como vai funcionar a campanha nacional para a vacina bivalente para a Covid.

*

Quando começam as campanhas? A primeira etapa começa nesta segunda-feira (27) e vai oferecer doses de reforço com a vacina bivalente da Pfizer contra a Covid-19. Esse modelo é uma atualização do imunizante que utiliza as cepas original do Sars-CoV-2 e da variante ômicron BA.1.

Quem vai receber a vacina bivalente nesta primeira etapa? Conforme documento técnico do Ministério da Saúde, o primeiro grupo a ser imunizado inclui: idosos com 70 anos ou mais; pessoas a partir de 12 anos vivendo em instituições de longa permanência e os trabalhadores dessas instituições; pessoas imunocomprometidas a partir de 12 anos; indígenas, ribeirinhos e quilombolas a partir de 12 anos.

Gestantes e idosos com menos de 70 anos receberão a bivalente? Sim. Na segunda fase da campanha, prevista para ter início em 6 de março, devem ser vacinados idosos de 60 a 69 anos e, em seguida, a partir de 20 de março, gestantes e puérperas.

Quando os trabalhadores da saúde serão vacinados com a bivalente? A previsão do ministério é iniciar a vacinação com a bivalente em trabalhadores da saúde no dia 17 de abril. Nessa mesma data está previsto o início da imunização pessoas com deficiência permanente (acima de 12 anos), detentos, adolescentes cumprindo medidas socioeducativas e funcionários do sistema de privação de liberdade.

Quem não é do grupo prioritário vai receber a bivalente? O Ministério da Saúde estabeleceu como público-alvo dos imunizantes bivalentes apenas os grupos prioritários. Para os demais brasileiros, a avaliação da pasta é de que não há benefício comprovado de ganho de eficácia com a imunização com o reforço bivalente em comparação à formulação original.

Caso você não esteja incluído em um dos grupos prioritários para as vacinas bivalentes, a aplicação de uma dose de reforço —terceira dose, no caso de crianças de 5 a 11 anos, adolescentes de 12 a 17 e adultos com mais de 18 anos, ou quarta dose, para aqueles com mais de 40 anos— pode ser feita atualmente em todos os postos de vacinação no país.

PÚBLICO-ALVO DA 1ª ETAPA DE VACINAÇÃO

- Idosos com 70 anos ou mais
- Pessoas a partir de 12 anos vivendo em instituições de longa permanência e trabalhadores desses locais
- Pessoas imunocomprometidas a partir de 12 anos
- Indígenas, ribeirinhos e quilombolas a partir de 12 anos

18,7 mi é a estimativa populacional desse grupo

20,6 mi é o número de doses que devem ser disponibilizadas aos estados

O que fazer se não sou do grupo prioritário? A recomendação dos especialistas e da pasta de saúde é que, neste momento, quem não for grupo prioritário para receber as vacinas bivalentes deve buscar a atualização do reforço com as doses monovalentes em uso: Pfizer, AstraZeneca, Janssen e Coronavac.

A bivalente estará disponível na rede provada para quem não for do grupo de risco? Por enquanto, não. As vacinas bivalentes da Pfizer foram autorizadas pela Anvisa para uso emergencial e, por isso, devem ser destinadas preferencialmente para o SUS. A oferta em clínicas particulares só deve acontecer depois que a Pfizer ou a Moderna tiverem o registro definitivo, mas não há previsão de quando isso deve acontecer.

Haverá campanha para as crianças? Sim. A partir de março, será iniciada uma campanha de intensificação da vacinação contra Covid-19 para crianças e adolescentes de 6 meses a 17 anos.

Entre as estratégias previstas estão a realização de duas semanas de atividades de mobilização e orientação nas escolas, da educação infantil até o ensino médio e o envio de comunicados aos pais e responsáveis sobre a necessidade de levar a caderneta de vacinação dos filhos para avaliação.

Vacinação contra a Covid em posto da Bela Vista, região central de São Paulo Danilo Verpa - 9.nov.2022/Folhapress

Vazamento de laboratório chinês pode explicar origem do coronavírus, diz relatório dos EUA

Cláudia Collucci

SÃO PAULO Novo relatório confidencial da inteligência do Departamento de Energia dos Estados Unidos concluiu que a pandemia de Covid-19 provavelmente surgiu de um vazamento de laboratório chinês, revelou o Wall Street Journal neste domingo (26).

O documento, entregue à Casa Branca e aos principais membros do Congresso, representa uma mudança de posicionamento do departamento, que antes estava indeciso sobre como o vírus surgiu. A pandemia começou na China no final de 2019 e contabiliza quase 7 milhões de mortes no mundo.

Embora classificado de "baixa confiança", segundo pessoas que leram o relatório, o conteúdo corrobora o que já defendeu o FBI em um documento de 2021.

Naquele ano, a agência chegou à conclusão, com "confiança moderada, de que a pandemia surgiu a partir de um vazamento de laboratório chinês. O FBI emprega um quadro de microbiologistas, imunologistas e outros cientistas.

O Departamento de Energia possui considerável conhecimento científico e supervisiona uma rede de laboratórios nacionais dos EUA, alguns dos quais conduzem pesquisas biológicas avançadas.

Mas isso não significa que a questão esteja fechada. O novo relatório destaca que há julgamentos díspares sobre a origem da pandemia dentro da própria comunidade de inteligência do governo.

Apesar das análises divergentes das agências, o relatório reafirmou que existe um consenso entre elas de que a Covid-19 não foi resultado de um programa chinês de armas biológicas.

> **O [Departamento de Energia] continua a apoiar o trabalho minucioso, cuidadoso e objetivo de nossos profissionais de inteligência na investigação das origens do Covid-19**
>
> nota do Departamento de Energia dos Estados Unidos

Um alto funcionário da inteligência dos EUA disse ao WSJ que o novo relatório foi elaborado à luz de novas informações, estudo mais aprofundado da literatura acadêmica e consulta a especialistas fora do governo. Autoridades dos EUA, no entanto, se recusaram a dar detalhes sobre as novas análises.

A China, que impôs limites às investigações da OMS (Organização Mundial da Saúde), já havia contestado anteriormente que o vírus pudesse ter vazado de um de seus laboratórios. O governo chinês não respondeu aos pedidos do WSJ para comentar se houve mudança em sua posição.

esporte

PRANCHETA DO PVC

Paulo Vinicius Coelho
pranchetadopvc@gmail.com

Há dois Corinthians, com e sem Renato Augusto na equipe

Não existe hipótese de parar o Corinthians sem marcar Renato Augusto. A estratégia sempre passa pelas inversões do lado e é o meia quem mais consegue fazer a mudança de direção, num toque. Aconteceu assim no gol mal anulado por Edina Alves Batista, passe de Renato para Du Queiroz, responsável pelo cruzamento para Yuri Alberto finalizar.

Renato saiu aos 32 do segundo tempo. O Santos empatou aos 41.

É notável, por outro lado, como Fernando Lázaro e Odair Hellmann, os dois treinadores do clássico Santos x Corinthians, precisam tirar de seus meias a responsabilidade de marcação, para terem o talento em condição física suficiente para oferecerem os passes decisivos.

Lucas Lima tem três passes para gols em quatro partidas, Renato começou a rodada em terceiro lugar na tabela de assistências, abaixo de Raphael Veiga e Yuri Alberto.

O meia-armador, neste Brasil dos veteranos, joga de atacante. Não dá para dizer que seja um caso único no mundo, porque De Bruyne tem, muitas vezes, o mesmo privilégio de Guardiola. Quando o Manchester City perde a bola, formam-se duas linhas de quatro e o meia belga fica à frente, livre, perto de Haaland.

Historicamente, o meia-armador tem outro papel. Como Raphael Veiga, mais comprometido com a marcação do Palmeiras, do que Dudu. Também pela idade.

Há partidas em que Renato Augusto ocupa o lado esquerdo, na recomposição, e deixa Roger Guedes solto. Não se verá isto nunca em sequências de três partidas consecutivas, como a imposta aos titulares do Corinthians nesta semana.

Os posicionamentos de Renato e Lucas Lima fazem bem para seus times e mal para o conceito do jogo no Brasil. O meio de campo é o lugar da inteligência, mas também da participação em todas as ações de criação ou marcação.

Não há comparação entre as participações de Renato Augusto e Lucas Lima. Mesmo com boas atuações contra Portuguesa e Ceilândia, Lucas ainda descansa na maior parte dos jogos. Seus passes podem decidir jogos, sua atuação tática, muito menos.

Renato Augusto é diferente. Tem limitações físicas, que compensa com a inteligência.

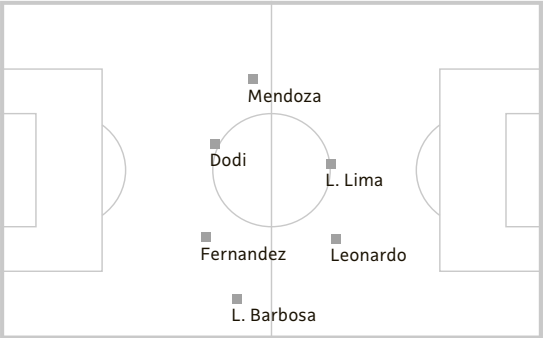
Depois do clássico contra o Palmeiras, Abel Ferreira elogiou-o pela capacidade técnica, observou que nem sempre está onde deveria estar, do ponto de vista tático. O limite não é dele. Mesmo com Yuri Alberto líder de assistências do estadual e com Roger Guedes artilheiro do campeonato, Renato Augusto é quem dá esperança de o Corinthians voltar a ser campeão paulista depois de quatro temporadas.

O Santos é outro caso. Precisará somar pontos contra o Ituano, fora de casa, para evitar o vexame da terceira eliminação consecutiva na fase de grupos. Dos grandes clubes do país, é quem não conquista nenhum troféu há mais tempo, junto com o Internacional – desde 2016.

O Corinthians tem a maior pontuação nos clássicos, neste início de ano. Ganhou do São Paulo, empatou com Santos e Palmeiras e seus cinco pontos empatam com os palmeirenses, vão além dos quatro dos são-paulinos, um dos santistas.

Fernando Lázaro não faz o Corinthians pressionar como Vítor Pereira gostava. É o limite para uma imposta a uma equipe com seis titulares acima dos 31 anos. Joga à imagem e semelhança de Renato Augusto.

Lucas Lima à frente da linha de zaga, jogando livre

Mendoza
Dodi
L. Lima
Fernandez
Leonardo
L. Barbosa

Livre, Renato Augusto às vezes inverte com Guedes

R. Guedes
Roni
R. Augusto
Giuliano
Y. Alberto
Adson

A NOVIDADE

O São Bernardo se parece com o Tottenham e Márcio Zanardi usa o sistema que ajudou o Chelsea a ganhar o Inglês de 2017. A sanfona tem cinco defensores em linha e saída de três para atacar. O problema é que passa mais tempo defendendo. Foi assim para ganhar no Morumbi.

A RECOPA

O Flamengo é favorito para inverter a vantagem do Del Valle, na final da Recopa. Preocupa menos pelos resultados e mais pela incapacidade de ser consistente. Falta sobretudo pressão na saída de bola. Justamente a qualidade que mais cobrou do Corinthians no ano passado.

Prêmio da Fifa pode coroar ano dos sonhos de Messi

Argentino concorre a melhor do mundo com os franceses Mbappé e Benzema

Alex Sabino

SÃO PAULO Até 19 de novembro do ano passado, a escolha do melhor do mundo pela Fifa parecia uma formalidade. Karim Benzema, astro do Real Madrid (ESP) campeão da Champions League e vencedor da Bola de Ouro, estava prestes a liderar o ataque francês na Copa do Qatar.

Antes da estreia no torneio, ele se lesionou e foi cortado. O Mundial foi dominado por Lionel Messi, 35, que teve um desempenho para a história e comandou a Argentina para a taça, realizando o maior sonho da sua carreira. O resultado pode ter virado a mesa para a eleição do maior jogador do planeta na temporada.

O ganhador será anunciado nesta segunda-feira (27), às 17 de horas (de Brasília), com transmissão da ESPN, Star+ e do canal da Fifa no YouTube.

O outro finalista é o também francês Kylian Mbappé, 24, artilheiro da Copa, com oito gols, e o segundo a anotar três vezes na final da competição. O primeiro havia sido o inglês Geoff Hurst, em 1966.

Há componente de roteiro cinematográfico caso Messi vença. Um dos maiores jogadores da história do futebol (para Pep Guardiola, o melhor de todos) atinge seu máximo objetivo na carreira na última partida que disputou na competição mais importante do esporte.

Ele pode aumentar sua hegemonia no prêmio da Fifa. Seria seu sétimo troféu, depois de ficar em primeiro em 2009, 2010, 2011, 2012, 2015 e 2019. O segundo com mais conquistas é o português Cristiano Ronaldo, com cinco.

Profissional desde 2003, Messi foi finalista do prêmio pela primeira vez em 2007. Desde então, apenas em 2018 não esteve entre os três melhores. Foi o ano em que o croata Modric, o melhor da Copa da Rússia, ganhou, em uma tendência que pode ser mantida pelo argentino, o único sul-americano eleito desde a vitória de Kaká, em 2007.

A escolha de Messi seria o restabelecimento da tendência de um vencedor da Copa do Mundo ser escolhido melhor do mundo, algo que não ocorre desde o zagueiro italiano Cannavaro, em 2006. O hiato chama a atenção por se tratar de uma eleição em que a votação, feita por capitães e técnicos de seleções e jornalistas, costuma premiar atletas de equipes que conquistaram títulos na temporada.

Em 2010 e 2014, quando foram disputados os Mundiais na África do Sul e Brasil, Messi venceu em 2010 e Cristiano Ronaldo em 2014.

A história do argentino era a que Benzema poderia protagonizar. Exilado da seleção francesa entre 2015 e 2021, ele perdeu a chance de ser campeão mundial de 2018 por ser acusado de participar de extorsão contra Valbuena, seu colega de elenco. Ele voltou de forma surpreendente para a Eurocopa de 2021 e prometia uma dupla de ataque mortal no Qatar ao lado de Mbappé.

Isso durou até a lesão. Um dia após a consagração de Messi em Lusail, Benzema anunciou que não atuaria mais pela seleção.

Não ganhar seria mais uma experiência de "quase" para Mbappé desde que conquistou a Copa do Mundo de 2018 e foi escolhido o melhor jogador jovem na Rússia.

Ele falhou em sucessivas tentativas de fazer o Paris Saint-Germain levantar a Champions League. Ele é o astro principal de um time de valor bilionário, que tem Messi e Neymar no ataque. Errou o pênalti decisivo que eliminou a França na Eurocopa de 2021. Brilhou no Qatar e resgatou sua seleção do que parecia ser uma derrota certa na final, para se decepcionar na disputa de pênaltis.

O mais jovem entre os finalistas, Mbappé sabe ter o tempo a seu favor, mas não ganhar será decepção para o artilheiro que, cada vez que vai entrar em campo, diz para si mesmo: "eu sou o melhor."

Seria diferente para Messi. Ser eleito pela Fifa seria a coroação final de um ano dos sonhos no que talvez seja seu último com chances reais de ser escolhido. Para Benzema, seria um prêmio de consolação depois da tristeza no Qatar.

A entidade alterou o critério da eleição para este ano. Não será levada em consideração apenas a temporada anterior à eleição, mas também os seis meses da que está em andamento. Assim, os votantes devem avaliar o desempenho de jogadores e jogadoras na temporada 2021-2022 e no início da 2022-2023.

Putellas busca segunda eleição seguida no feminino

Na categoria feminina, a espanhola Alexia Putellas tenta ser eleita pelo segundo ano consecutivo. Ela vai concorrer com a inglesa Beth Mead e a americana Alex Morgan.

O Brasil não tem uma finalista desde 2018, quando Marta ficou com o troféu.

Mead foi eleita a melhor jogadora da Eurocopa do ano passado, conquistada pela pela Inglaterra. Ela também foi uma das artilheiras, ao lado da alemã Alexandra Popp, ambas com seis gols. Isso pode torná-la favorita a vencer, embora Putellas tenha anotado 34 gols pelo Barcelona na última temporada europeia. Com 11, foi a máxima goleadora da Champions League.

Alex Morgan chega à final credenciada por ter sido a principal goleadora da última liga dos Estados Unidos.

Alcaraz se lesiona, perde para Norrie e vê bi do Rio escapar

SÃO PAULO Quando Carlos Alcaraz, 19, colocou a mão na coxa direita, fez cara de dor e resolveu tirar uma proteção da região antes de continuar o terceiro set, Cameron Norrie sentiu que era o momento de forçar suas jogadas para vencer a decisão do Rio Open neste domingo (26).

O espanhol não se entregou fácil, lutou o máximo que pôde, empurrado pelo apoio da torcida brasileira, da qual ele conta com grande carinho, mas não conseguiu resistir.

Com uma vitória por 2 sets a 1 (5/7, 6/4 e 7/5), de virada, após duas horas e 41 minutos, o britânico festejou a conquista no saibro carioca.

Foi a terceira final de Norrie de nível ATP em quatro competições disputadas no ano pelo 13º do ranking da entidade. Em Auckland, em janeiro, perdeu a decisão para o francês Richard Gasquet. Na semana passada, diante do mesmo Alcaraz, foi superado em Buenos Aires. Agora, conseguiu sua revanche.

Mesmo derrotado, Alcaraz também foi bastante aplaudido pelos torcedores. Ele tem um grande vínculo com o público carioca, pois foi no Rio que ele venceu seu primeiro jogo de nível ATP, em 2020, e dois anos depois se tornou o tenista mais jovem a levar um torneio ATP 500.

Cameron Norrie segura o troféu após a vitória sobre o espanhol Carlos Alcaraz, na final do Rio Open Mauro Pimentel/AFP

Desta vez, ele buscava novamente alcançar o topo do ranking da ATP. Depois de se tornar o mais jovem da modalidade a liderar a lista em setembro do ano passado, com apenas 19 anos, ele tinha a chance de encostar no topo outra vez se tivesse conquistado o título.

O espanhol iria igualar com o sérvio Novak Djokovic com 6.980 pontos no ranking mundial. Nos critérios de desempate, no entanto, o sérvio seguiria como número um do mundo. Ele pontuou mais nos chamados eventos mandatórios: ATP Finals, Grand Slams e Masters 1000.

Alcaraz, no entanto, teve sua caminhada prejudicada em novembro do ano passado, quando sofreu com lesões. A ausência das quadras deixou o caminho livre para o sérvio Novak Djokovic deslocá-lo do topo.

Mesmo com os problemas físicos, Alcaraz continua sendo a principal aposta entre os tenistas espanhóis e é frequentemente apontado como grande sucessor de Rafael Nadal, 36.

Norrie, aliás, costuma ser uma das maiores vítimas de Alcaraz. Foi apenas a segunda vitória dele em seis duelos contra o número dois do mundo, e a primeira no saibro depois de duas derrotas. Uma delas havia sido no último domingo, na final do ATP 250 de Buenos Aires.

Marcelo Melo e colombiano perdem final de duplas

Em jogo que se estendeu até o começo da madrugada deste domingo, Marcelo Melo perdeu a chance de ser o primeiro brasileiro campeão do Rio Open. Ao lado do colombiano Juan Sebastian Cabal, foi derrotado na final de duplas pelos argentinos Maximo Gonzalez e Andres Molteni por 2 sets a 0, com parciais de 6/1 e 7/6.

Melo volta a ser vice do torneio depois da derrota de 2014 justamente para uma dupla formada por seu atual companheiro. Em 2016, Cabal ganhou a competição atuando ao lado de Robert Farah.

Como perder dois pontos preciosos

Arbitragem lastimável e erros infantis fizeram o empate na Vila Belmiro em paz

Juca Kfouri

Jornalista, autor de "Confesso que Perdi". É formado em ciências sociais pela USP.

Pelo menos houve paz na Vila Belmiro, que se limitou a receber alguns chinelos revoltados no gramado enquanto o Santos perdia por 2 a 1 para o Corinthians.

Perdia por pouco, porque a arbitragem, sabe-se lá se intimidada pelo protesto prévio dos anfitriões, já havia anulado gol legal de Yuri Alberto, com a colaboração do VAR que, no Brasil, é instrumento que desmoraliza a honestidade e a Justiça.

O Corinthians, ainda longe de jogar fora de casa como atua em Itaquera, tinha a vitória nos pés quando, no fim do jogo, entregou o empate, primeiro em má saída de bola do menino Giovane e, em seguida, no pênalti cometido pelo experiente Maycon em Mendoza, dois corintianos que acabavam de entrar no clássico.

Com o que nem o Santos depende de seu resultado na última rodada para se classificar, nem o Corinthians para ter vantagem na semifinal.

Porque jogadores e árbitros erram, embora sejamos mais compreensíveis com os primeiros e resistamos ao que o mestre Tostão tão bem descreveu novamente em sua coluna: o imprevisível adora fazer suas surpresas a ponto de transformar uma vitória na mão em empate nas costas.

São Paulo decepcionante

O São Paulo enfrentou três times da Série A no Paulistinha: perdeu para o Corinthians, e uma escrita de seis anos sem derrotas no Morumbi no Majestoso, para o Bragantino, de virada, sempre por 2 a 1, e empatou sem gols com o Palmeiras, que estava preocupado só em vencer o Flamengo na Supercopa do Brasil, como conseguiu, e mesmo assim jogou bem melhor que o time tricolor.

Ao perder também, em casa, com mais de 52 mil torcedores, por 1 a 0, no sábado (25), para o São Bernardo, cuja equipe joga de igual para igual com qualquer outra, embora seja da Série C do Brasileirão, o São Paulo revela incapacidade preocupante ao projetar sua participação na fase final.

Até mesmo tem dúvida se manterá a vantagem do mando contra o Água Santa no mata das quartas de final.

É assustador.

São Bernardo surpreendente

Depois de vencer um jogo, empatar dois e ser goleado em Mirassol, o Bernô para os íntimos, desandou a ganhar de quem lhe aparecesse pelo caminho. Somou sete vitórias seguidas, contra o Corinthians, inclusive, e até dormiu do sábado para o domingo dois pontos à frente do Palmeiras, com quem fará o jogo mais interessante, e mais arriscado para o grande classificado, nas quartas de final.

Ganhou do São Paulo só por 1 a 0 apesar de ter merecido ganhar por mais e de ter perdido, antes da metade do primeiro tempo, o cérebro do time, o meia Vitinho.

Entre todos os Santos do Paulistinha, seja o Santo André, o São Bento, ou até mesmo o Água Santa, milagre mesmo quem faz é o São Bernardo.

A PM do DF

Foi tamanha a pasmaceira da Polícia Militar de Brasília para conter a confusão no clássico carioca entre Botafogo e Flamengo, com direito a invasores do gramado, que, sem concessões à impunidade, dá para entender a facilidade encontrada pelos vândalos no dia 8 de janeiro, quando mais que o gramado, foram invadidas as casas dos Três Poderes.

O contingente destacado para dar segurança no Mané Garrincha parecia uma tropa de parvos de capacetes e cassetetes.

E a SAF botafoguense bem que poderia contratar um psicólogo para tratar as cabeças de um bando de marmanjos descontrolados diante da garrotada do time B rubro-negro.

| DOM. Juca Kfouri e Tostão | SEG. Juca Kfouri e Paulo Vinicius Coelho | **TER. Sandro Macedo** | QUA. Tostão | QUI. Juca Kfouri | SEX. Renata Mendonça | SÁB. Katia Rubio

'Os Sertões' e 'Grande Sertão: Veredas' miram desigualdade, afirma professora da USP

INDEPENDÊNCIA, 200

Gabriel Araújo

BELO HORIZONTE Em maio do ano passado, a **Folha**, a Associação Portugal Brasil 200 Anos (APBRA) e o Projeto República (núcleo de pesquisa da UFMG) lançaram o projeto 200 Anos, 200 Livros, que listou duas centenas de obras importantes para entender o país a partir da indicação de 169 intelectuais da língua portuguesa.

Entre os clássicos que integram o levantamento, estão "Grande Sertão: Veredas" (1956), de Guimarães Rosa, que recebeu 20 indicações e alcançou o segundo lugar da lista, e "Os Sertões" (1902), de Euclides da Cunha, com 12 recomendações, em 11º lugar.

Na quarta-feira (22), os dois livros estiveram no centro de debate do ciclo Perguntas sobre o Brasil, promovido pelo Centro de Pesquisa e Formação (CPF) do Sesc São Paulo, pela APBRA e pela **Folha**. A 11ª edição da série foi realizada com o seguinte mote: "'Grande Sertão' e 'Os Sertões' - o que Guimarães e Euclides dizem sobre o Brasil atual?".

Participaram do evento Walnice Nogueira Galvão, ensaísta e professora emérita de teoria literária e literatura comparada da USP, e Wander Melo Miranda, professor emérito da Faculdade de Letras da UFMG.

"Os dois livros são certeiros ao mirar o problema fundamental e gravíssimo do Brasil, que gera todos os outros, que é a desigualdade", ela afirma. "Trazem para o centro da reflexão a plebe rural brasileira."

> Os dois livros são certeiros ao mirar o problema fundamental e gravíssimo do Brasil, que gera todos os outros, que é a desigualdade
>
> **Walnice Nogueira Galvão**
> ensaísta e professora da USP

"Às vezes costumo ler 'Grande Sertão' como um trabalho de luto, da perda do que poderíamos ter sido e não fomos", disse Miranda no evento.

"Essa unidade amorosa impossível [refere-se à relação de Riobaldo e Diadorim] é uma triste ou lúcida consciência de que a nossa heterogeneidade é impossível enquanto unidade. Nós não conseguimos nos constituir como uma nação", complementa o professor.

Autora de livros como "No Calor da Hora - A Guerra de Canudos nos Jornais" (2019) e "Mínima Mímica: Ensaios sobre Guimarães Rosa" (2008), Walnice diz que, por ter nascido no Rio de Janeiro e estudado na Escola Militar da Praia Vermelha, Euclides cultivava uma visão otimista sobre o lema "ordem e progresso", estampado na bandeira nacional.

"Euclides não tinha noção do que o aguardava em Canudos e levou o choque da sua vida. Esse choque, que foi o contato com a desigualdade, de corpo presente, transformou sua carreira", disse a professora.

Ante o que o chamado "progresso" fazia para os miseráveis, o escritor virou, diz ela, um "paladino dos pobres". "Na introdução do livro, Euclides escreve que 'Os Sertões' foi feito para denunciar um crime."

De acordo com Miranda, autor de livros como "Os Olhos de Diadorim e Outros Ensaios" (2019), "denunciar é traduzir numa forma narrativa o horror que não cessa".

O professor da UFMG retomou ideia do filósofo alemão Walter Benjamin para comentar os livros. Podem ser entendidos, disse, como "documentos de cultura e de barbárie".

"Tanto em Rosa quanto em Cunha, há a denúncia de uma modernização sem modernidade, de uma tentativa de avanços tecnológicos sem a necessária igualdade de todos perante a lei", afirmou.

A conversa foi transmitida de forma online e continua disponível nos canais do Sesc São Paulo, do Diário de Coimbra e da APBRA no Youtube. Ela foi mediada pela escritora, roteirista e tradutora Leda Cartum e apresentada por Patrícia Dini, da programação do CPF. Assista em https://www.youtube.com/watch?v=KfCuq5020cI.

Até maio estão programados mais cinco debates do ciclo Perguntas sobre o Brasil envolvendo questões sobre religiões de matriz africana, Machado de Assis, tropicalismo e o futuro da Amazônia.

GREGOS BRINCAM DURANTE FESTEJOS DE CARNAVAL
Um folião fantasiado acende um sinalizador durante uma procissão marcando uma tradicional festa de Carnaval na cidade de Amfissa, na Grécia central Louisa Gouliamaki/AFP

MENSAGEIRO SIDERAL

Salvador Nogueira
folha.com/mensageirosideral

Astrônomos dizem que energia escura vem de buracos negros

Um grupo internacional de pesquisadores pode ter tropeçado na chave para decifrar o que é a energia escura. Segundo eles, ela poderia estar nos buracos negros. Mas essa é uma história complicada e ainda cheia de incertezas.

A coisa toda começou em 1998, quando o estudo de supernovas distantes indicou que a expansão do cosmos, de uns 5 bilhões de anos para cá, inverteu o sinal: antes estava freando, depois passou a acelerar. Vivemos hoje em um Universo com expansão acelerada.

O que causaria essa aceleração? Na falta de uma explicação, os cosmólogos chamaram esse elemento de "energia escura". Ao que parece, esse misterioso componente foi se tornando dominante ao longo do tempo. Segundo nossas melhores estimativas, ele deve responder por 68% de todo o conteúdo do Universo.

Eis que o grupo liderado por Duncan Farrah, da Universidade do Havaí (EUA), realizou estudo, publicado no Astrophysical Journal, comparando as massas de buracos negros supermassivos de galáxias elípticas mais próximas às de seus equivalentes em outras mais distantes, refletindo situação de bilhões de anos atrás.

"Porque não se espera que essas galáxias façam muita coisa, seus buracos negros centrais não deveriam crescer muito com o tempo", explica Farrah. Em contraste a isso, os pesquisadores notaram que os buracos negros do presente são bem maiores que suas contrapartes mais antigas.

E aí vem a coincidência chamativa, destacada em segundo artigo, no Astrophysical Journal Letters: os buracos negros parecem estar crescendo acoplados à expansão do Universo. O grupo de Farrah diz que isso não é acidente, e seus cálculos sugerem que associação zero entre uma coisa e outra tenha probabilidade inferior a 0,02%. Mais que isso, os pesquisadores sugerem que a produção de buracos negros ao longo do tempo cósmico responderia de forma adequada ao que se estima ser a quantidade de total de energia escura, segundo nossos melhores dados.

A hipótese deles: em vez de ser energia dispersa de forma igual no cosmos, a tal energia escura teria como fonte os buracos negros do Universo, que cresceriam em quantidade (e em massa) na expansão cósmica e responderiam pela inversão de sinal na aceleração, observada pelos astrônomos.

Segundo Kevin Croker, coautor dos dois estudos, é possível obter o mesmo resultado cosmológico se a energia escura se distribuir de forma uniforme ou se for localizada e concentrada em muitos pontos pequenos —como seria o caso dos buracos negros.

A ideia é intrigante. Mas ainda resta longo caminho para que se forme convicção de que essa é a resposta para o enigma da energia escura. Para começar, é preciso ter a certeza de que há esse crescimento cosmológico da massa dos buracos negros. Depois, ver se modelos do cosmos que atribuam e eles a função de energia escura funcionam. Fato é que, em meio a tantas hipóteses explicativas puramente teóricas, essa vem com um possível elemento observacional, o que a torna bem atraente.

> **[...]**
> Em meio a tanta hipótese explicativa teórica, essa vem com possível elemento observacional, o que a torna bem atraente

ACERVO FOLHA

Há 100 anos **27.fev.1923**

Peça de Oduvaldo Vianna, após sucesso no Rio, chega a São Paulo

Serão realizadas na quinta-feira (1º) as primeiras apresentações no teatro Apollo, em São Paulo, da peça de autoria de Oduvaldo Vianna "A Vida é um Sonho"— um espetáculo que obteve êxito absoluto no Rio, sendo representado cerca de 200 vezes.

A peça é a mais interessante do repertório da Companhia Brasileira de Comédia Abigail Maia no tocante à sua feitura, pois não tem efeito preparado nem ajustado às convenções teatrais.

Vianna quis apresentar na peça uma arte observadora, humana. Vem sendo grande a expectativa pela estreia no Apollo.

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

Folha da Noite

FOLHA DE S.PAULO ★★★
SEGUNDA-FEIRA, 27 DE FEVEREIRO DE 2023

Sangue e cinema

Meio século depois da estreia, 'O Massacre da Serra Elétrica' volta ao circuito e revive a glória de um experimento quente e violento

Cena do filme 'O Massacre da Serra Elétrica', de 1974, dirigido por Tobe Hopper e escrito pelo roteirista Kim Henkel Divulgação

Henrique Artuni

SÃO PAULO "O sol do Texas hoje em dia está mais quente do que nunca, assim como em todo o mundo, infelizmente."

Quem confirma isso é o roteirista Kim Henkel, em entrevista por videoconferência da ilha americana do Havaí, onde o clima não parece ser quente o suficiente para dispensar um casaco e um boné para esconder sua careca.

Mas não é preciso estar fisicamente no Texas para que Henkel, de 77 anos, relembre os 40 graus de uma casinha em Round Rock, cidade americana próxima a Austin, onde passou dezenas de horas suando junto de galinhas, carne podre e uma trupe de jovens que estavam dando, literalmente, o sangue pelo cinema.

"Não podíamos ter ar-condicionado por causa do som e tivemos de tampar todas as janelas para filmar durante o dia, o que só piorava o calor junto das luzes. Aí botamos ossos de galinha ressecados e carne crua [no salão], e as pessoas saíam para vomitar, não aguentavam o cheiro", diz Henkel, sobre as últimas filmagens do clássico de terror "O Massacre da Serra Elétrica", feitas há 50 anos, e que se tornaram célebres por terem durado cerca de 26 horas.

O Sol era apenas um dos problemas que a equipe e os personagens —ambos hippies— enfrentavam. Nas sequências que encerram o longa, que agora volta em cópia remasterizada aos cinemas, temos Sally, vivida por Marilyn Burns, amarrada numa cadeira na sala de jantar de uma família de maníacos canibais, que tem como membro mais célebre Leatherface, o brutamontes da motosserra.

Única sobrevivente do seu grupo de amigos, Sally grita desesperada (Burns não aguentava mais as filmagens), tem seu dedo cortado (de verdade, sem sangue falso) e em seguida chupado por um cadáver ambulante —o vovô encarnado por um ator de 19 anos sob camadas de látex.

Uma "final girl" por excelência, Sally consegue escapar (e Burns pula do telhado da casa sem dublê), coberta de sangue, e arranja uma carona no nascer do Sol, deixando o vilão canibal Leatherface furioso a dançar na beira da estrada, rodopiando com sua motosserra. É claro que, na ocasião das filmagens, Gunnar Hansen, que vive o maníaco, também acabaria se machucando com a ferramenta fálica.

À parte os bastidores de um filme que custou US$ 100 mil, a empreitada concebida pelo diretor Tobe Hooper tinha lá suas confusões com a realidade.

Continua na pág. C2

FINAL GIRL
Personagem comum em filmes de terror, a 'final girl' é a forma como se denomina a última personagem feminina da trama que sobrevive e, consequentemente, encara o vilão da narrativa

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

Lorena Dini/Divulgação

A cantora Julia Mestre vai lançar o single "Deusa Inebriante" no próximo sábado (4). A faixa, que anuncia seu novo álbum, tem produção assinada por Lux Ferreira e pela própria artista. A música será acompanhada por um videoclipe dirigido e roteirizado por Amine Chalita. "Pela primeira, vez sinto que estou explorando bem a minha rouquidão", afirma Julia Mestre, que também é vocalista da banda Bala Desejo, sobre a sua nova fase artística

MARTELO BATIDO

O Tribunal de Justiça de São Paulo reconheceu que uma decisão judicial que vetou o aborto de um feto sem chances de vida extrauterina, proferida por uma juíza de primeira instância, constituía uma "punição dupla" à gestante e uma "criminalização da interrupção da gravidez".

VETO A sentença, revelada pela coluna em dezembro do ano passado, ocorreu na comarca de Cabreúva, no interior paulista. Uma prova pericial solicitada pelo juízo aconselhou que a gravidez fosse interrompida a fim de se minimizar os riscos gestacionais e "possíveis distúrbios de saúde mental" da mulher. A magistrada, contudo, decidiu que o sofrimento psicológico da mãe não poderia "se sobrepor ao direito à vida do feto".

REVERSÃO A Defensoria Pública de São Paulo recorreu para garantir que o aborto fosse realizado. O pedido foi concedido em caráter liminar, ainda em 22 de dezembro do ano passado, e depois confirmado em órgão colegiado. A mulher realizou o procedimento e passa bem.

BALANÇO "A concessão definitiva da ordem é imperativa", afirmou o relator do processo, o desembargador Edison Tetsuzo Namba. "Não haverá vida a ser tutelada pelo direito penal, [uma vez que] o nascituro está fadado, infelizmente, à letalidade, sem indicação de recuperação por tratamento ou terapia, conforme repisado pelos laudos técnicos", disse.

ATESTADO Dois exames de ultrassonografia e um laudo pericial atestavam que o feto não tinha rins, estava com seus pulmões comprometidos e era gestado sem a presença de líquido amniótico, o que impossibilitava a sua vida fora do útero.

RESPALDO O desembargador evocou, em seu voto, a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que legalizou a interrupção de gravidez no caso de fetos com anencefalia.

ELE MERECE O advogado Antonio Claudio Mariz de Oliveira, que está completando 50 anos de carreira, será homenageado por um livro em que diversos jornalistas, políticos e colegas de profissão que conviveram com ele ao longo dessas décadas contam histórias sobre a sua longa jornada. A obra será coordenada pelos criminalistas Celso Vilardi e José Luis Oliveira Lima e editada pelo Migalhas.

ELE MERECE 2 Vão escrever sobre Mariz os jornalistas Elio Gaspari, Eugênio Bucci e Ignácio de Loyola Brandão e os advogados Eduardo Carnelós, José Carlos Dias, Ives Granda Martins, Rui Fragoso, Paulo Sérgio Pinheiro, Dora Cavalcanti e Flávia Rahal, entre outros, além de políticos como Luiza Erundina (PSOL-SP) e Michel Temer (MDB).

LETRAS O ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, terá um artigo publicado no livro "Brasil sob Escombros", que a editora Boitempo lançará em março. A obra, que reúne textos de outros autores, apresentará uma reflexão sobre os anos do governo Jair Bolsonaro, o processo eleitoral de 2022 e as perspectivas para o terceiro mandato de Lula (PT) como presidente.

LETRAS 2 O volume é organizado por Juliana Magalhães e Luiz Felipe Osório e faz parte da coleção Tinta Vermelha.

SOM A ministra da Cultura, Margareth Menezes, e as cantoras Liniker e Luedji Luna são os primeiros nomes confirmados do festival Mada, que será realizado nos dias 13 e 14 de outubro, em Natal.

SOM 2 O evento musical celebra 25 anos de existência em 2023. No ano passado, o festival recebeu 25 mil pessoas.

É PIQUE! O cantor Jards Macalé comemorará o seu aniversário de 80 anos, na próxima sexta-feira (3), com o lançamento do single "Coração Bifurcado". A faixa precede o seu novo álbum de inéditas, que está previsto para abril e terá o mesmo nome.

É PIQUE! 2 "Desde antes da pandemia, me bateu um sentimento de que o ódio crescia no Brasil. Então, eu resolvi fazer um disco falando de amor como um gesto político, mas também amoroso", diz Jards.

com Bianka Vieira, Karina Matias e Manoella Smith

Sangue e cinema

Continuação da pág. C1

"A euforia dos anos 1960 tinha se corrompido", diz Henkel. "A Guerra do Vietnã era uma corda no nosso pescoço. Os Estados Unidos enfrentavam pela primeira vez a falta de petróleo e combustíveis. Foi um período traumático no qual os americanos não sabiam para onde o país caminhava."

Some esses fatores ao escândalo de Watergate e à selvageria do sonho americano que terá uma boa ideia do que atormentava Hooper, então perto dos 30 anos.

Não à toa, foi numa loja lotada durante o Natal que o diretor se inspirou para o "Massacre". No sufoco, um expositor com motosserras brilhou para seus olhos, e ele imaginou uma forma prática de abrir um atalho e escapar daquele lugar.

Ao lado de Henkel, essa fúria virou cinema. "A ideia era trazer jovens da vanguarda social e que fossem um contraponto ao mundo rural que sentia estar sendo invadido", afirma o roteirista do filme.

Mesmo ausente no título brasileiro —que troca "motosserra" por "serra elétrica" num erro técnico que resulta num belo octossílabo—, o Texas é elemento central da narrativa. Daí os hippies virarem jantar em um dos estados historicamente mais conservadores dos Estados Unidos, com uma boa pitada de célebres serial killers.

Apesar de Leatherface ter o nome de "cara de couro" justamente por usar um rosto humano como máscara, remetendo ao assassino Ed Gein —que fazia móveis com a pele de suas vítimas—, Henkel lembra o texano Elmer Wayne Henley como outra inspiração.

Continua na pág. C3

A atriz Marilyn Burns em cena de 'O Massacre da Serra Elétrica' Divulgação

Terror faz crítica aos EUA com seu enredo sobre os rejeitados sociais

Violentíssimo, 'slasher' traz a ressaca da Guerra do Vietnã sem utilizar de monstro sobrenatural ou de maldição

ANÁLISE

Sérgio Alpendre
Jornalista e crítico de cinema

SÃO PAULO Em 1974, ano de lançamento de "O Massacre da Serra Elétrica", os Estados Unidos viviam a ressaca da Guerra do Vietnã, que então parecia sem fim —terminaria de fato no ano seguinte.

O país estava em recessão pela crise do petróleo. Para piorar, o escândalo de Watergate atingiu o alto escalão do governo, causando a renúncia do presidente Richard Nixon.

Em meio a essa crise moral, social e econômica, o cinema americano reagia com filmes críticos, eventualmente pessimistas, ambíguos, frequentemente muito violentos.

Era a chamada "nova Hollywood", que reverberava a violência da guerra e dos assassinatos mais marcantes da década —os Kennedys, Martin Luther King e Malcolm X.

O assassinato do presidente John Kennedy foi marcante, porque deu origem aos motivos terríveis do tiro na cabeça e do atirador, elementos presentes em uma enormidade de filmes a partir da segunda metade dos anos 1960.

No cinema de horror do período, a mudança é marcante.

O que antes era sugerido, trabalhado com efeitos sonoros e sombras, com o monstro sendo pouco visto ou mesmo não visto, ganhava contornos mais explícitos e realistas.

Continua na pág. C3

Continuação da pág. C2

"Era um garoto magricela que, numa entrevista, estufou o peito, mostrou onde jogava os corpos e assumiu que pagaria pelos crimes. Os valores tradicionais conflitavam com os horrores que ele havia cometido", diz o roteirista.

Não por acaso isso vira piada no filme, quando, no meio de uma perseguição, o personagem de Jim Siedow briga com Leatherface por ele ter estraçalhado uma porta.

O ritmo da matança daria à luz o gênero "slasher" —copiado depois em "Halloween", "Sexta-Feira 13" e afins—, mas também provocaria um grande choque no público, que acreditou estar vendo um documentário. A hábil câmera na mão de Hooper e a cena de abertura, com uma narrativa radiofônica, ajudaram a manter todo esse mistério.

O que a produção não imaginava era o terror que assombraria a distribuição do longa. Com as grandes casas se recusando a lançar o filme, uma tal de Bryanston Pictures, novata no mercado, aceitou o desafio. Para Henkel e Hooper, a empresa era confiável o suficiente, já que tinha filmes como "O Voo do Dragão", de Bruce Lee, no catálogo.

"Só soubemos quando era tarde demais", afirma Henkel. O pornô "Garganta Profunda" era outro dos sucessos da Bryanston e, apesar das propagandas de que o "Massacre" havia feito US$ 600 mil em apenas quatro dias, a renda que chegava para a equipe era quase nula.

O fato é que o filme de sacanagem cult, pioneiro por ter um fio de enredo, teve seu orçamento de US$ 50 mil financiado pela família Peraino, ligados à Colombo, uma das grandes máfias de Nova York. Décadas depois, ainda é difícil cravar o quanto o pornô lucrou, mas as estimativas chegam a US$ 600 milhões, boa parte perdida na lavagem de dinheiro dos seus mecenas.

Mesmo sob risco de morrer, a equipe acabaria processando a Bryanston —mas logo a empresa declarou falência com a prisão dos Perainos.

Materiais do filme chegaram a sumir, bem como boa parte dos lucros, e a obra ficaria num limbo da Justiça por mais de dez anos. Até hoje não se sabe se o filme rendeu US$ 30 milhões ou US$ 100 milhões.

O fato é que Henkel, que entrou em Hollywood pela porta dos fundos, nunca largou o osso do "Massacre" e atuou na maioria das continuações da franquia, inclusive a mais recente, "O Retorno de Leatherface", que saiu pela Netflix.

Nenhuma delas fez sucesso, nem a dirigida por Henkel, "O Retorno", de 1995, com Matthew McConaughey e Renée Zellweger. Em vez de um terror intimista, o cineasta apostou em aumentar a família de maníacos canibais e até botou a sociedade secreta Illuminati no meio da história. "Hoje eu teria feito bem diferente", diz o roteirista, que ainda considera o filme incompreendido.

Ainda que veja o caráter único do primeiro longa, Henkel acredita que uma atualização faria bem à franquia. "Estou em negociações de roteiros agora para termos um filme até o ano que vem", diz Henkel, sem entrar em detalhes sobre o que tem em mente.

Depois de massacrar a geração TikTok no ano passado, a ver quem serão as próximas vítimas de Leatherface.

Continuação da pág. C2

Um exemplo do chamado cinema de horror da sugestão é "Desafio do Além", de 1963, de Robert Wise, e sua habilidade em nos fazer tremer de medo sem mostrar nada, usando apenas ruídos e criando uma atmosfera.

Na verdade, o cinema de horror começa a mudar no início dos anos 1960, com o diretor Alfred Hitchcock e seu aclamado "Psicose", de 1960, e "Os Pássaros", de 1963.

Nesses dois filmes vemos o horror ocupar a tela —mas naquele momento as produções ainda eram sujeitas ao Código de Produção, também conhecido como Código Hays.

Essa era uma espécie de censura que assombrou o cinema americano por mais de 30 anos e começava a se tornar obsoleta em meados dos anos 1960, quando os cineastas passaram a explorar mais diretamente a representação do sexo e da violência.

Dois filmes são emblemáticos dessa virada de chave, ambos de 1968, "O Bebê de Rosemary", de Roman Polanski —que mostra o rosto do bebê demônio num flash de memória da personagem de Mia Farrow— e "A Noite dos Mortos Vivos", de George Romero, em que vemos os zumbis aparecerem no fundo do enquadramento e se aproximando da câmera para assumir o protagonismo na tela.

Na década de 1970, os monstros assumem definitivamente o quadro, habitam as imagens de modo a incomodar o espectador, tornando os filmes mais tensos, com uma violência exacerbada.

Um grande exemplo dessa mudança é "O Massacre da Serra Elétrica". O filme seminal de Tobe Hooper apresentou o terrível monstro Leatherface, criado por Hooper e pelo roteirista Kim Henkel.

Um dos monstros mais temidos do cinema de horror aparece quase sempre com sua serra elétrica, num balé esquisito e assustador.

Nesse pesadelo cinematográfico, um grupo de amigos faz um passeio pelo estado do Texas rumo à casa de infância de dois deles, mas encontra uma família de rejeitados que se divertem esquartejando jovens para suas refeições.

Três anos antes de "Quadrilha de Sádicos", de Wes Craven, outro longa importante do gênero, Hooper já mostrava os excluídos da América se vingando da sociedade e perturbando o tão almejado "American way of life".

"O Massacre da Serra Elétrica" mostra claramente que o problema estava ali dentro, no seio do sonho americano, sem a necessidade de nomear um inimigo sobrenatural ou estrangeiro, como em "A Profecia", de 1976, de Richard Donner, e o bebê demoníaco nascido em Roma.

Quem melhor comparou esses dois filmes foi o crítico britânico Robin Wood, no essencial ensaio "The American Nightmare", de 1979. Para ele, "A Profecia" é entretenimento burguês, com grandes valores de produção e reafirmação dos valores patriarcais. O filme de Tobe Hooper seria o contrário disso, uma crítica perturbadora a esses mesmos valores e um retrato da opressão familiar.

[...]

Em meio à crise moral, social e econômica dos anos 1970, o cinema americano reagia com filmes críticos, pessimistas, ambíguos, frequentemente muito violentos. 'O Massacre da Serra Elétrica' mostra claramente que o problema estava ali dentro, no seio do sonho americano, sem a necessidade de nomear um inimigo sobrenatural ou estrangeiro

Quando os jovens param num posto para abastecer, o letreiro diz "we slaughter", ou seja, "nós abatemos", indicando o perigo que havia ali, por mais que a inscrição seja pertinente em um matadouro dos Estados Unidos.

O posto vende carne e pertence justamente à família de carniceiros que vai infernizar os personagens da trama.

Na primeira morte, o rapaz é abatido como um boi, com uma marretada na cabeça.

Seu corpo entra em convulsão até a segunda marretada, o golpe fatal, enquanto sua namorada espera inocentemente num balanço colocado na frente da casa. Logo em seguida, ela é pendurada num gancho para ser esquartejada, como fazem com o gado.

O fato de ser um dos filmes mais violentos feitos até então não significa que Hooper abdicou da atmosfera.

Logo no início, com a narração fria e jornalística do ator John Larroquette, a trilha sonora assustadora e as imagens de restos mortais, somos convidados a uma experiência de horror que até hoje impressiona.

A câmera baixa e rastejante reitera o estilo inventivo desse primeiro longa de Hooper. A família como elemento de destruição remete ao período em que os filmes eram críticos à sociedade e à própria nação.

Ver "O Massacre da Serra Elétrica" hoje é um retorno ao último momento mágico do cinema americano.

O Massacre da Serra Elétrica

Estados Unidos, 1974. Dir.: Tobe Hooper. Com: Marilyn Burns, Edwin Neal, Allen Danziger. 18 anos. Nos cinemas

Berlinale dá Urso de Ouro a documentário sobre centro de saúde mental em Paris

SÃO PAULO O documentário "Sur l'Adamant", dirigido pelo cineasta francês Nicolas Philibert, levou o Urso de Ouro de melhor filme e foi o grande vencedor do 73º Festival de Berlim, anunciado no sábado, dia 25.

Sem data de estreia no Brasil, o longa acompanha um centro de saúde mental que funciona em uma estrutura flutuante ao longo do rio Sena, em Paris, na França.

O local recebe adultos que sofrem de transtornos mentais e usa a arte como principal método para trabalhar com os pacientes.

A vitória foi considerada uma surpresa entre os competidores —e chocou até mesmo Philibert. Ao receber o troféu, o cineasta indagava se o júri estava maluco.

Segundo a atriz Kristen Stewart —alçada a fama pelo blockbuster infame "Crepúsculo" e hoje habituée do circuito cult de cinema a ponto de presidir o júri de Berlim—, o filme foi laureado por expandir o que os jurados entendem como arte.

"Mal Viver", dirigido pelo português João Canijo, foi premiado como o escolhido pelo júri, engrossando o coro de produções portuguesas laureadas na Alemanha.

Já o alemão Christian Petzold levou o grande prêmio do júri por "Afire", que bebe da "éducation sentimentale" de Éric Rohmer para ambientar os dramas de quatro jovens de férias no Báltico.

"Sou especializado nesse tipo de personagem", brincou Petzold. "Gente que não tem problema nenhum, mas sofre de paranoia."

Outros vencedores incluem o francês Philippe Garrel, que ganhou o Urso de Prata de melhor diretor por seu último filme, "Le Grand Chariot", e dedicou o prêmio ao cineasta Jean-Luc Godard, que morreu no ano passado.

A obra, estrelada pelos filhos do diretor, Esther, Lena e Louis Garrel, mostra o dia a dia de uma família de marionetistas em que a morte do pai abala a companhia e abre espaço para que seus filhos repensem suas carreiras e eventualmente sigam novos caminhos.

No campo dos atores, foi a vez das crianças —e das pessoas trans. A atriz espanhola Sofía Otero, de apenas nove anos, recebeu o prêmio de melhor atuação por "20.000 Especies de Abejas", de Estibaliz Urresola Solaguren.

Otero encarna uma menina trans, chamada inicialmente de Aitor, mas que diz que gostaria que a chamassem de Lucía.

O anuncio da jovem foi recebido com aplausos intensos e muitas lágrimas de familiares que a acompanhavam na cerimônia.

Em seu discurso, Otero agradeceu uma associação de pais de crianças trans.

Grande homenageado deste ano, Steven Spielberg recebeu um Urso de Ouro honorário pelo conjunto da obra, angariando aplausos efusivos do público que acompanhava a cerimônia, na última quarta-feira .

Até Bono Vox, vocalista da banda U2, discursou, emocionado, sobre o cineasta.

A Guerra da Ucrânia foi lembrada em diversos momentos ao longo do festival, com discurso em vídeo do presidente do país, Volodimir Zelenski, e com mais de um filme sobre o conflito sendo apresentado na disputa. No fim, porém, ficou de fora dos prêmios principais.

Cena do filme 'Sur l'Adamant' Reprodução/IMDB

O violonista Plínio Fernandes, aprendiz de Fábio Zanon e aluno da Royal Academy Divulgação

Escola britânica Royal Academy vem a São Paulo atrás de talentos

Segundo conservatório mais antigo do mundo atrai jovens prodígios do violão

Gustavo Zeitel

SÃO PAULO Certa feita, o escritor Mário de Andrade disse que pôr um piano de cauda na sala de estar era símbolo de distinção social.

Intérprete do Brasil, o autor de "Macunaíma", de 1928, talvez tenha se enganado. O violão tocado aqui criou uma linguagem única, permeando os repertórios popular e erudito. Bem antes da bossa nova, Heitor Villa-Lobos vislumbrara uma nação grandiosa compondo para o instrumento.

Mais associado às camadas populares, o violão encontrou muitos praticantes durante o século 20. O repertório erudito ainda não é tão escrutinado quanto o popular, mas dois dos grandes violonistas clássicos hoje são brasileiros.

Fábio Zanon, de 56 anos, e Plínio Fernandes, de 28 anos, foram alunos da Royal Academy, prestigiosa escola de música da Londres. O segundo conservatório mais antigo de música do mundo fará audições pela primeira vez no Brasil, nesta segunda-feira, na Escola de Música do Estado de São Paulo, a Emesp.

Nascido em Jundiaí, no interior paulista, Zanon é o mais importante violonista do Brasil hoje. Em 1990, ele estudou na escola e, desde 2009, atua como professor-visitante, indo a Londres de três em três meses. Nas aulas, o instrumentista se encarrega de polir as necessidades de cada aluno.

Sendo vasto o repertório latino-americano, ele conta que sua ajuda acaba sendo bem-vinda aos alunos. Vencedor do prêmio Francisco Tárrega, na Espanha, Zanon já se apresentou na Filarmônica de Berlim e no Tchaikovsky Hall, em Moscou.

Foi ele mesmo que incentivou Fernandes a ingressar, há uma década, na Royal Academy. Nos anos 2010, Zanon deu aulas ao jovem músico e o orientou a estudar fora, primeiro fazendo um bacharelado, depois um mestrado.

"Plínio não teve uma evolução explosiva, foi um aprendizado gradual, o que é um ótimo exemplo, não é necessário ser explosivo, é possível ser metódico", diz ele, que lançou, no ano passado, um álbum dedicado aos "Doze Estudos", de Francisco Mignone. "Se Villa-Lobos era um compositor da natureza, Mignone era do ser humano e da cidade."

A Royal Academy é um dos destinos mais disputados entre os jovens violonistas. Afinal, por lá passaram as duas principais referências do instrumento no pós-Guerra, John Williams e Julian Bream.

Mas as audições feitas agora no Brasil não se restringem ao violão. Todas as disciplinas serão avaliadas, com exceção de teatro musical, jazz e ópera, embora inscrições para cantores tenham sido abertas.

No dia, os candidatos terão tempo de se aquecer e poderão levar um acompanhante. Na sequência, devem apresentar, com o uso de biombos, uma peça previamente estudada, para a análise do representante da escola, o musicólogo Timothy Jones.

Todos devem passar ainda por uma entrevista, em que os candidatos devem argumentar por que desejam ingressar na escola, pontuando seus interesses em música.

Fundada em 1822, a Royal Academy já acolheu talentos tão díspares quanto a cantora Annie Lennox, o cantor Elton John e o maestro Simon Rattle, os dois últimos agraciados com o título de "sir" pela família real britânica.

É possível estudar a vida inteira na escola, que oferece um curso para crianças e até o doutorado. O prédio, que fica no centro de Londres, próximo ao Regent's Park, guarda boa parte da memória da música britânica.

São mais de 160 mil itens no acervo. Entre os mais preciosos, estão manuscritos do inglês Henry Purcell e do alemão Georg Händel, dois compositores barrocos. Lá, também estão guardadas a biblioteca pessoal do alemão Otto Klemperer, um dos principais maestros do século 20, e o acervo deixado pelo lendário violinista americano Yehudi Menuhin.

Atualmente, a escola acolhe estudantes de 60 nacionalidades, realizando cerca de 500 concertos por ano.

Depois de concluir o mestrado em 2020, Fernandes, natural de Itanhaém, no litoral paulista, assinou um contrato que prevê cinco discos lançados pela Decca. Um deles já está no mercado e o transformou no queridinho do público internacional.

"Saudade", do ano passado, mescla os repertórios popular e erudito, com faixas como "Aquarela do Brasil" e "Ponta de Areia", de Milton Nascimento e Fernando Brant.

O disco chegou ao primeiro lugar do ranking de música de concerto da Billboard e abriu portas para a realização de concertos mundo afora.

"São obras que já foram executadas por muitas pessoas, então eu decidi não ouvir essas gravações, em vez de pensar em algo inédito", ele conta. "Tentei mergulhar na partitura, fugindo dos hábitos e dos vícios de linguagem que tantas pessoas consagraram."

Neste ano, Fernandes se apresentará no Wigmore Hall, célebre casa londrina dedicada à música de câmara, e na Sala São Paulo, com seu amigo violoncelista Sheku Kaneh-Mason, uma celebridade do Reino Unido, que participou de "Saudade" tocando a cantilena das "Bachianas Brasileiras nº5", de Villa-Lobos.

Em 2020, a participação teve sentido contrário. Fernandes tocou "Scarborough Fair" no disco do amigo e, juntos, chegaram a 18 milhões de reproduções no Spotify. Fernandes conta que não pretende voltar a morar no Brasil. "Estando fora, a contribuição que posso dar ao meu país é infinitamente maior", ele afirma.

Anexo Itaú na rua Augusta, em São Paulo, poderá seguir aberto

Caio Delcolli

SÃO PAULO O Anexo do Espaço Itaú de Cinema na rua Augusta, em São Paulo, deve permanecer aberto, ao menos, até a entrega do imóvel à incorporadora na terça (28).

Foi aberto um processo que enquadra o cinema como Área de Proteção Cultural, uma APC, uma modalidade da Zona Especial de Proteção Cultural, a Zepec, iniciada no sábado (25), em despacho do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo, o Conpresp.

Apesar dos trâmites a serem seguidos, o enquadramento já assegura que o Anexo continue aberto.

"O imóvel deve continuar a ser usado como cinema. Podem até construir o prédio, mas o cinema, o café e a árvore do pátio devem ser mantidos", diz Nabil Bonduki, ex-vereador, professor de urbanismo na USP e colunista da **Folha**.

Na prática, o parecer se opõe à decisão da 10ª Vara de Fazenda Pública da última quinta (23), que proíbe a demolição do Anexo e a construção de um empreendimento imobiliário ou comercial no local, mas permite a desocupação do prédio.

A Zepec, por outro lado, defende que o uso do imóvel é mais importante que a estrutura física dele em si.

Bonduki diz que o desdobramento que deve ocorrer é um acordo entre o empreendedor e o Anexo para que o empreendimento e o cinema sejam compatíveis.

Check-up anual

Cravos, WhatsApp, John Lennon: você testa negativo para 'cidadão de bem'?

Bia Braune
Jornalista e roteirista, é autora do livro 'Almanaque da TV'. Escreve para a Rede Globo

Enfim chegou o momento. Depois do Carnaval, quando o ano começa de fato. Se já não está anotado, deveria. Na agenda do celular ou num círculo em vermelho no calendário de brinde da farmácia.

É hora do check-up anual. Mas não o físico. Em vez do teste de esforço na esteira, o de estar vivo. Sai o martelinho que faz o joelho pular, entra a martelada existencial. Estamos nos mantendo saudavelmente escrotos?

Médico algum será capaz de solicitar e carimbar as guias desse exame moral: é contigo mesmo. Mantendo jejum de good vibes, vídeos de gatinhos ou de —pelamordedeus, não— acolher dois pontos de vista na mesma discussão.

O mundo pede por causadores. Malditões. Cantores sertanejos com posse de arma e ex-participantes de "A Fazenda".

Quando você menos esperar —ou estiver, sei lá, fazendo um comentário gentil na cara de alguém— será levado para uma zona de quarentena onde testarão sua imunidade para o cordyceps da fofura.

Pior: vão te entregar um laudo dando resultado positivo para "cidadão de bem".

"Não tuitei raivosamente e em CAIXA ALTA a respeito. É grave, doutor?". Muito.

Por isso a importância de que você, a cada primavera de sua angústia, a cada verão de seu desconforto social, faça uma autoavaliação completa para descobrir se segue dentro dos valores de referência da escrotidão lúdica. Aquela que não chega a transformar ninguém num Elon Musk cobrando pela autenticação de dois fatores ou num Bolsonaro de férias na Flórida, mas também não o isolará da humanidade.

Faça sua própria anamnese. Protegida no conforto do maucaratismo, posso humildemente indicar alguns itens do meu escrotograma completo, como espremer cravos alheios com luxúria e maratonar vídeos de limpeza de tapete.

Seguidos por: desentortar quadros na casa dos outros, me apropriar de canetas Bic, amar trocadilhos e detestar John Lennon e batata frita. Além daquela que dizem ser a mais ultrajante das características: jamais, em hipótese alguma, enviar figurinhas de WhatsApp.

Cidadão de bem bate no peito e gabarita os dez mandamentos do pastor David Elridge e do Silas Malafaia. E enquanto não houver comprimido efervescente para o malestar na civilização, é preciso se manter atento e forte, quiçá amistosamente desagradável.

Incubando só manias e derrapadas que mais nos zoem do que nos deixem na zona de perigo, jogando de ladinho e sentando gostosinho no trono da mais equivocada e insalubre razão.

Marcelo Martinez

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | **TER. Manuela Cantuária** | QUA. Hmmfalemais | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE EM CASA

Tony Goes
tonygoes@uol.com.br

Roda Viva traz o advogado que foi retratado no longa 'Argentina, 1985'

Roda Vida
Cultura, 22h, livre
Aos 33 anos, Luis Moreno Ocampo trabalhou como promotor adjunto, ao lado do experiente Julio Strassera, no julgamento que levou à cadeia o general Jorge Videla e outros líderes da ditadura que sufocou a Argentina de 1976 a 1983. Em "Argentina, 1985", vencedor do Globo de Ouro e indicado ao Oscar de melhor filme internacional, Ocampo é interpretado por Peter Lanzani. Hoje com 70 anos, o advogado é entrevistado no programa desta semana.

Escândalos e Assassinatos na Família Murdaugh
Netflix, 14 anos
Os fãs do gênero "true crime" vão vibrar com esta série documental sobre as tragédias que se abateram sobre uma poderosa família do estado americano da Carolina do Sul.

CNN Brasil com sinal aberto
Domicílios com banda KU podem sintonizar a CNN Brasil no canal 577.
A emissora de notícias agora disponibiliza gratuitamente seu sinal pela banda KU, a faixa de frequência que substitui a antiga parabólica.

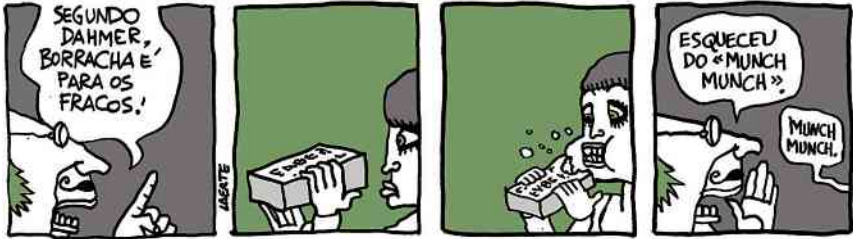
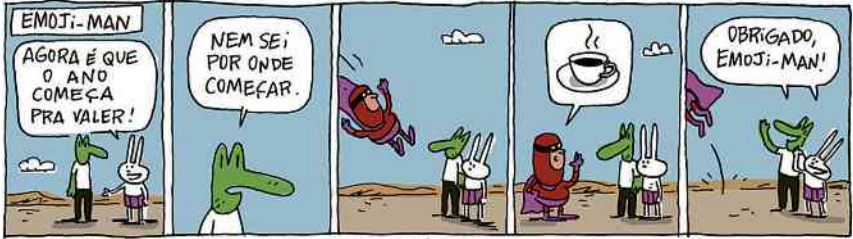
Uga Uga
Globoplay, livre
Exibida pela Globo em 2001 na faixa das 19h, a novela de Carlos Lombardi gira em torno de um jovem branco criado por indígenas. Com Claudio Heinrich e Lima Duarte.

Soltos em Salvador
Amazon Prime Video, 14 anos
Depois de duas temporadas em Florianópolis, o reality mostra oito jovens explorando os prazeres da capital baiana. Comentários da cantora MC Carol, do ator Felipe Titto e dos influenciadores Hugo Gloss, John Drops e Viih Tube.

Devaneios
BandNewsTV e Arte1, ao longo da programação, livre
No lugar que já foi de Paulo Autran e Juca de Oliveira, agora é Nelson Freitas quem interpreta poemas, contos, crônicas e trechos de romances, em esquetes curtos exibidos nos breaks da programação.

Guerra da Tapioca
Globo, 23h55, livre
Neste telefilme produzido pela afiliada da Globo em Fortaleza, uma mulher abre uma barraca de tapioca bem ao lado da barraca de seu ex-noivo, que a trocou por outra.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê *Laerte*

Daiquiri *Caco Galhardo*

Níquel Náusea *Fernando Gonsales*

Não Há Nada Acontecendo *André Dahmer*

Viver Dói *Fabiane Langona*

Péssimas Influências *Estela May*

Vida Besta *Galvão Bertazzi*

SUDOKU

texto.art.br/fsp

FÁCIL

3				6				
	4			2		9		6
			9			4	7	
	3			8	2	1		
2								3
		6	1	9			4	
	6	3			9			
8		4		7			9	
				4				8

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

3	7	9	5	6	4	8	1	2
1	4	5	7	2	8	9	3	6
6	2	8	9	3	1	4	7	5
4	3	7	6	8	2	1	5	9
2	9	1	4	5	7	6	8	3
5	8	6	1	9	3	2	4	7
7	6	3	8	1	9	5	2	4
8	5	4	2	7	6	3	9	1
9	1	2	3	4	5	7	6	8

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. Habitante de extensa região da Europa centro-oriental / As iniciais do músico estadunidense Goodman (1909-1986), o "rei do swing" **2.** A resposta que interpretava o desejo dos deuses **3.** A profissão de Cláudia Abreu / O cantor pop inglês Stewart **4.** A parte anterior do navio / O cineasta francês Besson, de "O Quinto Elemento" **5.** Abreviatura (em português) da Áustria / O ator carioca Hugo **6.** Localidade litorânea, próxima a Los Angeles (EUA) **7.** São Paulo / Abreviatura de agricultura / As iniciais do escritor indiano Tagore (1861-1941) **8.** Ato de conduzir a reboque (barco ou navio) **9.** (Fr.) Pequeno / Elemento de composição: ombro **10.** Instrumento apto a determinar o peso específico do vinho **11.** Produto adesivo / O rio italiano que banha Florença e Pisa **12.** Assistência Judiciária / Protegido de alguém **13.** Bainha ou debrum enrolado de forma que não se vejam os fios, os pontos e as costuras internas / Escola de Aeronáutica.

VERTICAIS
1. Fase, estágio / Expor levemente ao fogo **2.** Ex-presidente dos EUA / Náusea, enjoo **3.** Mentira / A ilha oceânica que se comunica com o mar por meio de canais **4.** Melodia ou coro, vocal ou instrumental, de ópera, oratório ou suíte / Que tem mãos largas **5.** O sobrenome intermediário de Camões / Sarrafo / O monstrinho de Spielberg **6.** Osvaldo Cruz (1872-1917), médico e sanitarista / Sétimo signo do zodíaco, que vai de 23 de setembro a 22 de outubro / (Ingl.) Fita gravada **7.** Serpente de veneno muito violento / Espécie de boina ou barrete **8.** Grupo de foliões que dançam e brincam no carnaval / Conserto no calçado **9.** (Ingl.) Deus / Harmonia / Organização dos Estados Americanos.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1							■		
2		■							
3						■			
4					■				■
5				■					
6	■							■	
7			■				■		
8		■							
9						■			
10									■
11					■				
12			■						
13							■		

HORIZONTAIS: 1. Eslavo, BG, **2.** Oráculo, **3.** Atriz, Rod, **4.** Proa, Luc, **5.** Aut, Vitor, **6.** Malibu, **7.** SP, Agr, RT, **8.** Atoagem, **9.** Petit, Omo, **10.** Enômetro, **11.** Cola, Arno, **12.** AJ, Nepote, **13.** Rolote, EA.
VERTICAIS: 1. Etapa, Sapecar, **2.** Trump, Enojo, **3.** Lorota, Atol, **4.** Ária, Latimano, **5.** Vaz, Vigote, ET, **6.** OC, Libra, Tape, **7.** Urutu, Gorro, **8.** Bloco, Remonte, **9.** God, Ritmo, OEA.

Ricardo Cammarota

A disciplina cética

O ceticismo é uma escola, não um surto depressivo

Luiz Felipe Pondé
Escritor e ensaísta, autor de 'Notas sobre a Esperança e o Desespero' e 'Política no Cotidiano'. É doutor em filosofia pela USP

O desafio do cético não é a dúvida, mas a confiança.

A disciplina cética, quando praticada sistematicamente, torna-se uma segunda natureza, como dizia o grande Aristóteles acerca da virtude praticada ao longo da vida.

O ceticismo é uma disciplina, não um surto depressivo. Como tocar violino, lutar boxe ou jogar tênis.

O ceticismo pode ser praticado em diversas áreas do conhecimento e da vida em geral: na ciência, na moral, na religião (o caso mais fácil), na política, na geopolítica.

Vejamos o caso da política, ou seja, o território da prática da violência e sua organização institucional.

Bolsonaro é um louco perverso. O PT foi eleito —uma vitória bem apertada— sob a sigla da defesa da democracia.

Há elementos que reforçam a percepção de que o PT aceitou o jogo democrático institucional quando o Lula, por exemplo, foi preso.

Porém, o PT sempre foi um partido autoritário.

Pense. Qual partido ou candidato da esquerda teria qualquer chance de levar uma eleição para presidente? Nenhum.

O PT reina hegemônico —e o Lula no centro dele— na esquerda e não cede espaço.

Exemplo disso foi quando negou espaço ao candidato Ciro Gomes em 2018, quando este tinha alguma chance de derrotar o Bolsonaro.

Preferiu entregar o país na mão de um psicopata a deixar espaço para uma possível outra estrela da esquerda brilhar.

O caráter autoritário do PT se manifesta, também, no exército de intelectuais, jornalistas e acadêmicos que trabalham para essa hegemonia no espaço da cultura, eliminando colegas que possam colocar em risco essa hegemonia.

É bem verdade que a burrice da direita em cultura ajuda o trabalho da esquerda.

A direita no Brasil, quando entende de alguma coisa, não vai além da taxa Selic e de como fechou a bolsa de valores e o dólar naquele dia.

Eleito, Lula já começa a acossar a autonomia do Banco Central. A comissão parlamentar que recebe o encargo do Lula para fritar o presidente do Banco Central busca a submissão de um órgão de Estado —no caso, o Banco Central— ao interesse político partidário do mandatário da hora.

Tirar a autonomia do Banco Central é como submeter o STF a interesses ideológicos.

A vocação do PT é levar o Brasil para políticas econômicas heterodoxas, produzir inflação, gastanças e populismo.

Depois administrará o atraso a favor da máquina do Estado sob sua tutela, fazendo discursos emocionados.

O simples fato de que em duas eleições consecutivas para presidente —2018 e 2022— tivemos como opção de voto viável um psicopata e uma gangue, já atesta a validade do ceticismo e da falta de confiança em relação a operação política no país.

Mas, temos outros exemplos de operação do poder no Brasil que dão razão aos céticos — um deles é a prática de se alinhar politicamente e ideologicamente empregada por muitos agentes do poder judiciário nas redes sociais.

Um juiz não deve ter posicionamentos políticos e ideológicos. Sua função é responder quando acionado, dentro do poder da lei.

Imagine o tamanho do poder que um juiz tem nas mãos.

As prerrogativas e privilégios que caracterizam o exercício da função implica a demanda de uma vida quase monástica.

Com todo o poder que tem, ainda por cima quer ter o poder de fazer política?

O argumento de que como cidadão deve se posicionar só vale no ato de votar. Seu silêncio público acompanha seus privilégios de função.

Mas, infelizmente não é este o caso. Aliás, é um fenômeno que não é só nacional.

O ativismo jurídico é um traço dos últimos anos em vários países do mundo.

Egresso da elite, o poder judiciário é o poder mais poderoso da república. Vitalício, não reconhece, praticamente, nenhum freio ou contrapeso.

Entretanto, a autonomia do poder judiciário —alicerce da democracia como estado de direito— é fundamental.

Isso significa, entre outras coisas, que essa autonomia depende da recusa de qualquer ativismo político.

Juízes não devem ir a roda de samba com vencedores, nem defender derrotados nas redes sociais. Mais: nem deveriam estar nas redes sociais.

Sinto muito. Quer ser ativo nos debates políticos? Desista da carreira e seja um cidadão comum, coisa que você não é.

seg. Luiz Felipe Pondé | **ter. João Pereira Coutinho** | qua. Wilson Gomes | qui. Drauzio Varella, Fernanda Torres | sex. Djamila Ribeiro | sáb. Mario Sergio Conti

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em reunião de gestores da rede de atendimento da Caixa Gabriela Biló/Folhapress

Haddad sofre pressão de aliados por receio de piora na economia

Lula se reúne com ministro e presidente da Petrobras para definir tributação de combustíveis

Catia Seabra e Nathalia Garcia

BRASÍLIA O temor com a possível deterioração das condições da economia tem alimentado a pressão sobre Fernando Haddad entre membros do governo e aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A ofensiva interna contra o ministro da Fazenda ocorre em meio à queda de braço pública no governo sobre a tributação dos combustíveis, tema central da reunião desta segunda-feira (27) entre Lula, Haddad, Rui Costa (Casa Civil) e o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates.

O encontro marcado para as 10h, no Palácio do Planalto, ocorre na véspera do prazo de vencimento da MP (medida provisória) que prorrogou a desoneração tributária sobre gasolina e etanol por 60 dias, até 28 de fevereiro deste ano. A medida assinada por Lula em 1º de janeiro prevê a volta das alíquotas de PIS/Cofins na próxima quarta-feira (1º).

O tema contrapõe a ala política e a equipe econômica do governo Lula. A manutenção das alíquotas zeradas é defendida por petistas e aliados políticos de olho no impacto sobre o bolso dos consumidores. Há o temor de que a medida impulsione novamente a inflação, que acumula alta de 5,77% em 12 meses até janeiro.

Atualmente, a gasolina é vendida no país ao preço médio de R$ 5,07 por litro. Caso o repasse dos impostos federais seja integral, o preço do litro será acrescido de R$ 0,68 e subiria a R$ 5,75, patamar observado pela última vez em julho de 2021.

O etanol saltaria de R$ 3,80 para R$ 4,04, um aumento de R$ 0,24 por litro. Os números finais, porém, dependerão de estratégias de repasse das empresas.

As alíquotas foram zeradas por Jair Bolsonaro (PL) em 2022, na tentativa de conter a escalada de preços nas bombas em meio ao avanço das cotações do petróleo em ano eleitoral.

Mas desoneração tributária significa perda de receita para a União. Assim, a equipe econômica defende a volta da taxação sobre combustíveis na tentativa de mitigar o rombo de R$ 231,55 bilhões nas contas públicas e de recompor os cofres do governo.

Segundo cálculos divulgados por Haddad em anúncio de pacote fiscal, o fim da desoneração sobre gasolina e etanol representaria um aumento de arrecadação de R$ 28,9 bilhões neste ano.

Em rede social, a presidente do PT, Gleisi Hoffmann (PR), defendeu na última sexta-feira (24) que seja definida uma nova política de preços para a Petrobras antes da discussão sobre a retomada dos tributos federais sobre combustíveis.

"Não somos contra taxar combustíveis, mas fazer isso agora é penalizar o consumidor, gerar mais inflação e descumprir compromisso de campanha", escreveu.

Além do preço dos combustíveis, a pressão de membros do governo e aliados de Lula sobre Haddad inclui outros pontos da agenda econômica que, na visão dessas pessoas, podem contribuir, caso sejam mal geridos, para uma piora no cenário e o agravamento de problemas políticos.

Paira sempre entre membros desse grupo a avaliação de que um governo que venceu as eleições por uma margem mínima não tem muitos créditos a queimar e está sob risco de reagrupamento e fortalecimento do bolsonarismo radical.

Uma preocupação especial tem sido o cenário do crédito no país. Segundo essas pessoas, o combate à inadimplência deve ser encarado como um desafio imediato pelo ministro da Fazenda, que deveria estabelecer urgência para enfrentar o problema.

Embora discordem da amplitude dos problemas nessa área, aliados concordam com a existência de ameaças à economia.

Na opinião de um interlocutor do presidente, por exemplo, há uma crise de crédito em marcha em decorrência do baixo crescimento e da redução de faturamento das empresas. A contração forte do crédito associada à inadimplência de empresas e famílias, diz ele, poderia culminar em recessão.

Para outro colaborador de Lula, haveria um certo exagero ao se falar em crise de crédito diante da solidez do sistema bancário. O problema seria o de risco de crédito para as pequenas e médias empresas, sendo localizados os casos de insolvência entre companhias de grande porte, como o das Americanas.

Em socorro aos cerca de 70 milhões de brasileiros negativados por inadimplência, os aliados do presidente pedem rápida implantação do Desenrola, programa de refinanciamento de dívidas, cujo desenho final estava prometido para janeiro.

A própria presidente do PT, Gleisi Hoffmann, apontou, em entrevista à **Folha**, o programa como uma das prioridades do governo para a recuperação econômica.

Para as micros, pequenas e médias empresas, uma das propostas é para que os bancos públicos engordem os fundos garantidores, fortalecendo o sistema de crédito, além do reforço do Pronampe (programa nacional de apoio às microempresas e empresas de pequeno porte).

Presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Aloizio Mercadante defende aumento de capacidade para concessão de crédito. Para isso, tem reivindicado redução dos dividendos pagos à União. Mercadante pleiteia isonomia com bancos públicos, como o Banco do Brasil.

Hoje, o BNDES paga até 60% dos lucros aos acionistas. O BB, por sua vez, paga 40% a seus acionistas, incluindo a União na condição de acionista majoritário. Mercadante sugere ainda a isenção de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) em financiamentos, o que também representaria renúncia fiscal para o governo.

Um dos principais embates de Lula neste início de gestão diz respeito exatamente ao temor do governo de que uma marcha lenta ou um recuo na economia lhe retirem capital político já nessa largada.

O alvo do petista foi o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, levado ao cargo por Bolsonaro e cujo mandato termina em 31 de dezembro de 2024.

Lula defendeu publicamente um aumento na meta de inflação para abrir caminho à flexibilização do aperto monetário —a taxa Selic está hoje em 13,75% ao ano— e ao crescimento da economia.

O presidente chegou a afirmar que o atual patamar da Selic é uma "vergonha", chamou a autonomia do BC de "bobagem" e deu sinais de que pode rever a independência da instituição após o fim do mandato de Campos Neto.

Embora o BC indique a manutenção dos juros nesse nível por mais tempo, os riscos para a atividade econômica, o aumento da inadimplência e os sinais de maiores dificuldades financeiras das empresas devem desafiar a convicção do órgão sobre a manutenção do atual patamar de juros.

Para uma ala de economistas, os indícios mais recentes justificam uma reavaliação de cenário pelo BC, de forma a antecipar o corte de juros com o objetivo de estabilizar a atividade, mesmo com a inflação ainda longe da meta.

Para outros, porém, o risco fiscal —traduzido na expansão de despesas e na ausência de diretrizes concretas sobre o novo arcabouço de gastos— e a inflação resiliente ainda falam mais alto e inspiram cautela, justificando a manutenção da política monetária pelo BC.

[...]

Caso o repasse dos impostos seja integral, o preço do litro da gasolina será acrescido de R$ 0,68, mas o impacto final dependerá de estratégias das empresas

Economistas avaliam aperfeiçoamento de metas de inflação

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO O regime de metas de inflação chegará em 2023 ao seu 25º ano de vigência no Brasil, com uma "taxa de sucesso" de 70% e em meio ao debate sobre uma possível revisão de seus parâmetros.

O próprio Banco Central tem estudos para aprimoramento, conforme afirmou o presidente da instituição, Roberto Campos Neto, em entrevista recente, sem detalhar as possíveis mudanças.

O Brasil está entre os dez primeiros países que adotaram o sistema que prevê o uso de uma taxa básica de juros, por um banco central, como principal ferramenta para tentar garantir a estabilidade de preços e colocar a inflação em um determinado valor.

Praticamente todas as economias relevantes têm meta para a inflação, que pode ser formal ou não, definida pelo governo ou por órgão autônomo, a ser alcançada no ano calendário ou em prazos mais longos. A forma de medir a inflação e a tolerância com desvios muda conforme o país.

O tema ganhou destaque com as críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à condução da política monetária pelo BC autônomo e com as preocupações do ministro Fernando Haddad (Fazenda) com o patamar elevado da taxa básica (Selic) no Brasil.

Um dos responsáveis pela implantação do sistema de metas no Brasil em 1999, o presidente do conselho da Jive Investments, Luiz Fernando Figueiredo, diz que esse regime era o que havia de mais moderno para substituir a política de câmbio fixo e se tornou tendência nos anos seguintes.

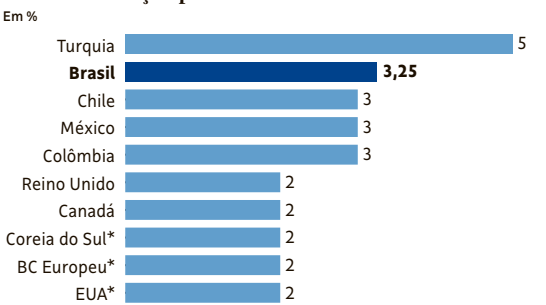
Ele diz que a regra se mostrou flexível para lidar com choques de inflação ao longo desses anos. Nenhum banco central tenta neste momento derrubar a inflação sem avaliar os custos em termos de crescimento econômico, diz.

"Os outros países estão, na prática, subindo a meta de inflação, mas sem dizer isso. O Banco Central está mirando 3,25% para este ano e 3% para o ano que vem? Ele tem de dizer que sim, mas está com uma flexibilidade, olhando o que está acontecendo no mundo. O que o mundo está fazendo é suavizando, achando que isso é mais produtivo do que mudar a meta."

Continua na pág. 2

Metas de inflação pelo mundo

Em %

País	Meta
Turquia	5
Brasil	**3,25**
Chile	3
México	3
Colômbia	3
Reino Unido	2
Canadá	2
Coreia do Sul*	2
BC Europeu*	2
EUA*	2

* Coreia do Sul, Banco Central Europeu e EUA não estabelecem prazo definido para alcance das suas metas

Fontes: Bancos centrais; a maioria dos países tem uma meta central, com intervalo de tolerância, que deve ser alcançada no ano calendário

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Freio de mão

Enquanto o governo Lula tenta equilibrar a pressão política do PT contra o fim da desoneração dos tributos sobre a gasolina e o álcool, o setor de transportes levanta ameaças de aumento no frete por causa do diesel. Embora a desoneração sobre o diesel, o biodiesel e o gás de cozinha tenha sido estendida até dezembro, a CNT (Confederação Nacional do Transporte) diz que haverá alta no custo do transporte se o governo elevar o percentual de biodiesel na mistura ao diesel.

ACELERADOR Na sexta (24), o Ministério de Minas e Energia disse à Reuters que o teor da mistura será revisto pelo Conselho Nacional de Política Energética em março. A ideia é que as bombas de combustível tenham novo percentual em abril. A CNT reagiu dizendo que a elevação de biodiesel vai encarecer o frete.

RESERVA "O eventual acréscimo do teor do biodiesel irá gerar custos adicionais ao valor do frete, que serão transferidos a toda população, traduzindo-se em acréscimos inflacionários e encarecendo ainda mais o transporte e, por consequência, os produtos consumidos", diz a CNT em nota.

RETROVISOR Ao longo da gestão Bolsonaro, o governo fez cortes no percentual da mistura como forma de diminuir o preço do diesel nos postos e acalmar a relação conflituosa com os caminhoneiros. Até 2021, a mistura era de 14%. Hoje está em 10%.

FORÇA A CNT argumenta que o biodiesel reduz a eficiência energética dos motores, ampliando o consumo dos veículos. "Há diversos relatos de panes súbitas em ônibus e caminhões, que se desligaram sozinhos durante funcionamento em rodovias", afirma.

MINERADORAS O deputado Rogério Correia (PT-MG) protocolou na Câmara um requerimento para a realização de reuniões com os estados de Minas Gerais e Espírito Santo para debater a repactuação do acordo judicial sobre o rompimento da barragem do Fundão, em Mariana (MG).

LAMA Segundo o parlamentar, a Fundação Renova, criada para a reparação das vítimas da tragédia em 2015, não consegue dar agilidade ao atendimento das famílias e apresenta burocracia na questão ambiental. A entidade é mantida pelas empresas Samarco, BHP Billiton e Vale.

NEGOCIAÇÕES A repactuação dos termos já é discutida entre o governo, Ministério Público Federal e as mineradoras que mantém a fundação. Conforme mostrou a **Folha**, uma das propostas em discussão é o fim gradual das funções da Renova.

ESTRADA O litoral norte de São Paulo foi uma das regiões com o maior aumento na movimentação de pedágios de todo o país, segundo levantamento da Veloe, empresa de pagamento do setor de transportes. O salto foi de 63% no fluxo de sexta (17) até quarta (22) na comparação com a semana anterior.

DESTINO Avanço semelhante só foi registrado nos pedágios da Região dos Lagos, no Rio de Janeiro. No Carnaval do ano passado, ainda em meio à pandemia, o aumento de movimentação no litoral norte ficou em 20%, segundo a companhia de transportes.

PRATELEIRAS Depois dos relatos de aumentos abusivos no preço de produtos no comércio de São Sebastião (SP), a Apas (associação de supermercados do estado) diz ter pedido aos estabelecimentos associados da entidade que abram diálogo com fornecedores em busca de descontos.

CALAMIDADE A Apas afirma que o problema não foi registrado nos estabelecimentos ligados à associação, mas que, mesmo assim, "orienta que eventuais novas tabelas de preço sejam negociadas com fornecedores, de maneira a não haver repasse aos consumidores em razão do estado de calamidade pública".

SUSTENTABILIDADE A Embrapii (Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial) iniciou um levantamento para mapear a situação da bioeconomia no país. A ideia é consolidar os dados até o fim de setembro e identificar quem atua no setor para participar de debates internacionais sobre o tema.

UNIÃO A conexão com outros países é liderada pelo Fórum Mundial de Bioeconomia, organização que reúne agências de fomento e institutos de pesquisa de 90 países.

LISTA DE TAREFAS Segundo a Embrapii, a intenção do fórum é descobrir regiões, centros de pesquisa e empresas que desenvolvem estratégias de bioeconomia ao redor do mundo. O objetivo também é levantar tipos de conteúdo e financiamento aplicado nesses centros.

com Paulo Ricardo Martins e Diego Felix

INDICADORES

Juros

Jan., em % ao mês — Mínimo / Máximo

	Mínimo	Máximo
Cheque especial	7,73	8,00
Empréstimo pessoal	4,72	9,80

Fonte: Procon-SP

Contribuição à Previdência

Competência janeiro

Autônomo e facultativo

Valor mín.	R$ 1.302,00	20%	R$ 260,40
Valor máx.	R$ 7.507,49	20%	R$ 1.501,49

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo pode contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria vence em 15.fev

MEI (Microempreendedor)

Valor mín.	R$ 1.302	5%	R$ 65,10

Assalariado	Alíquota
Até R$ 1.302,00	7,5%
De R$ 1.302,01 até R$ 2.571,29	9%
De R$ 2.571,30 até R$ 3.856,94	12%
De R$ 3.856,95 até R$ 7.507,49	14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 17.fev. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição

Imposto de Renda

Em R$	Alíquota, em %	Deduzir, em R$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

Empregados domésticos

Considerando o piso na capital e Grande SP

R$ 1.433,73	Valor, em R$
Empregado	109,50
Empregador	286,71

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vence em 7.fev. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico deve ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS

Economistas avaliam aperfeiçoamento de metas da inflação

Pedestres passam em frente à sede do Banco Central em Brasília
Adriano Machado - 22.mar.22/ Folhapress

Continua da pág. 1

José Luis Oreiro, professor de economia da Universidade de Brasília, avalia que o regime de metas no Brasil ainda segue parâmetros muito rígidos. Para ele, não há possibilidade, por exemplo, de adiar o cumprimento do objetivo em casos de choques que não são de demanda.

Oreiro considera necessário rever a meta atual e diz que a literatura econômica aponta uma taxa ótima de inflação entre 5% e 8% ao ano para países em desenvolvimento.

Também avalia que ter um objetivo que não será alcançado pelo terceiro ano seguido não parece ser a melhor forma de o Banco Central ganhar credibilidade.

"Uma meta de 3,25% para o Brasil é irrealista. Vai exigir um sacrifício muito grande em termos de juros elevados e o prejuízo para a atividade econômica. Estamos vendo várias empresas com problemas de liquidez. O país está à beira de uma crise financeira de grandes proporções", afirma.

"Já temos dois anos de metas não cumpridas e vamos para o terceiro, e com um Banco Central autônomo."

Esse debate não é exclusividade brasileira. No artigo "É hora de revisitar a meta de inflação de 2%", publicado em novembro de 2022, o economista Olivier Blanchard (ex-FMI) afirma que a inflação nos EUA deve ceder dos atuais 6,4% para algo próximo de 3% neste ou no próximo ano.

A partir daí, haverá um debate sobre os custos de trazê-la para 2%, meta estabelecida pelo Federal Reserve (banco central americano) para ser alcançada no "médio prazo". Blanchard diz que o benefício de trazer a inflação de 4% para 2% é pequeno, diante dos custos em termos de redução da atividade e do emprego.

Atualmente, economias avançadas e alguns emergentes possuem metas de 2%. Na América Latina, o objetivo em geral é de 3%. No Brasil, a meta ficou em 4,5% de 2005 a 2018. Foi reduzida gradativamente nos anos seguintes. Atualmente está em 3,25%. Será de 3% a partir de 2024.

Os economistas Bráulio Borges e Ricardo Barboza, da FGV (Fundação Getulio Vargas), publicaram artigo no qual afirmam que não está claro que o alvo de 3% seja o mais adequado para a realidade atual da economia brasileira.

Eles defendem a elevação da meta para 4% a partir de 2024, destacando que o valor ainda seria inferior na maior parte do tempo desde 1999. Argumentam que a inflação média no Brasil de 1999 a 2022 foi de 6,4% ao ano e que a média das metas de 59 países em desenvolvimento foi de 4,5% no ano passado.

Citam também estudo da MCM Consultores que aponta que o patamar de inflação a partir do qual agentes econômicos passam a se preocupar com a questão é de 3,7%, mais próximo de 4% do que da meta de 3% já estabelecida para 2024 e 2025. Alguns estudos calculam valores pouco acima de 3% para os EUA.

Desde 1999, a meta foi descumprida sete vezes. Ficou seis anos acima e um abaixo do intervalo de tolerância. Isso deve se repetir em 2023.

Segundo o Banco Central, o regime de metas tem sido bem-sucedido no Brasil e possibilitado que a inflação fique sob controle e em níveis relativamente baixos. "Fundamental para isso tem sido a ancoragem das expectativas de inflação, isto é, as pessoas utilizam a meta da inflação como referência da inflação prospectiva. Isso dá maior previsibilidade para a economia e melhora o planejamento das famílias, empresas e governo", diz a instituição.

Vários bancos centrais fora do país também defendem manter o objetivo de trazer a inflação de volta para as metas já estabelecidas, apesar do não cumprimento no período mais recente. O do Chile, que lida com uma inflação de 12,3%, diz que um índice permanentemente acima da sua meta de 3% dificilmente seria considerado reflexo de estabilidade de preços.

Em um trabalho sobre o tema, o FMI (Fundo Monetário Internacional) afirma que "as metas de inflação parecem ter sido mais eficazes do que estruturas alternativas de política monetária."

Cada país, no entanto, deve avaliar suas economias para determinar se a meta de inflação é apropriada para eles ou se pode ser adaptada para atender às suas necessidades", diz o Fundo.

> **Os bancos centrais, que cada vez mais usam o sistema de metas, fazem uma suavização [da redução da inflação] por conta da atividade econômica. Se você levar a ferro e fogo, pode gerar uma recessão com pouco benefício em termos de inflação**
>
> **Luiz Fernando Figueiredo**
> um dos responsáveis pela implantação do sistema de metas no Brasil em 1999

Como funciona o sistema de metas de inflação no Brasil

- O CMN (Conselho Monetário Nacional), formado pelos ministros da Fazenda e do Planejamento, mais o presidente do Banco Central, estabelece a meta de inflação para um determinado ano
- Para alcançar essa meta, o Copom (Comitê de Política Monetária), órgão formado pelo presidente do BC e seus diretores, tem autonomia para definir o nível da taxa básica de juros (Selic)
- O BC realiza diariamente operações de compra e venda de títulos públicos para manter a Selic próxima do valor definido pelo Copom, o que influencia o custo de captação dos bancos
- A taxa Selic afeta a inflação por meio de diversos canais da economia, como crédito, investimentos, consumo, expectativas e câmbio
- Estima-se que o juro demore até 18 meses para atingir seu efeito máximo sobre a inflação

CARACTERÍSTICAS

- A meta deve ser alcançada no ano-calendário (inflação acumulada de janeiro a dezembro)
- O BC utiliza como meta a inflação medida pelo IPCA, índice de preços ao consumidor calculado pelo IBGE
- A meta possui um intervalo de tolerância, também definido pelo CMN
- A meta pode mudar todos os anos. Desde 2019, vem sendo reduzida de 4,5% para 3%. Ela é definida com três anos e meio de antecedência
- Se o IPCA ficar acima ou abaixo dos limites de tolerância, o presidente do BC precisa escrever uma carta para explicar o descumprimento da meta. Isso já aconteceu em 2001, 2002, 2003, 2015, 2017, 2021 e 2022.

Fonte: Banco Central do Brasil

META DE INFLAÇÃO EM OUTROS PAÍSES

1 Meta de longo prazo
O Banco Central Europeu, o Federal Reserve (EUA) e a Coreia do Sul não estabelecem prazo definido para alcance das suas metas de 2%, que não têm intervalo de tolerância

2 Inflação sempre na meta
Os bancos centrais de Canadá e Reino Unido devem manter a inflação sempre dentro do intervalo de tolerância, de 1% a 3%. Esse último divulga mais de uma explicação por ano, caso isso não ocorra

3 Meta com intervalo e sem objetivo central
Na África do Sul, a inflação deve ser de 3% a 6%, o que dá liberdade ao banco central para perseguir qualquer objetivo dentro desse intervalo. Na maioria dos países, deve-se sempre mirar o centro da meta, e a tolerância serve para absorver desvios

4 Metas mais elevadas
Alguns países perseguem objetivos mais elevados que o patamar de 2% ou 3%. É o caso da Turquia (5%, com dois pontos de tolerância). O Brasil teve meta de 4,5% na maior parte do tempo

ES gás

COMPANHIA DE GÁS DO ESPÍRITO SANTO – ES GÁS

CNPJ 34.307.295/0001-65 | NIRE: 32500050232

Demonstrações Financeiras | Em 31 de Dezembro de 2021

Balanço Patrimonial

(Em milhares de Reais - R$)

Ativo	2021	2020
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	107.361	65.291
Aplicações vinculadas	4.988	4.791
Clientes a receber	162.248	95.429
Tributos a recuperar	57.695	31.334
Estoques	9.608	4.187
Outras contas a receber	3.828	6
Despesas antecipadas	337	126
	346.065	**201.164**
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Tributos a recuperar	–	24.378
Imobilizado		
Direito de uso arrendamento	931	1.320
Intangível		
Ativos da concessão	617.830	630.768
	618.761	**656.466**
Total do Ativo	**964.826**	**857.630**

Passivo	2021	2020
Circulante		
Arrendamento a pagar	636	542
Fornecedores	176.247	85.615
Tributos, taxas e contribuições	45.628	41.428
Obrigações sociais e trabalhistas	1.118	672
Outras obrigações	3.231	2.482
Adiantamento de Clientes	3.829	37.551
Dividendos e JCP pagar	22.264	4.657
	252.953	**172.947**
Não Circulante		
Arrendamentos a pagar	368	832
Acordo Nupemec a executar	4.988	4.791
Tributos, taxas e contribuições	–	24.366
Receitas a realizar	1.811	3.575
	7.167	**33.564**
Patrimônio Líquido		
Capital social integralizado	636.166	636.166
Reservas	68.540	14.953
Lucros acumulados	–	–
Total do patrimônio líquido	**704.706**	**651.119**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**964.826**	**857.630**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Em milhares de Reais - R$)

	Capital Social	Reserva legal	Dividendos Adicionais Propostos	Lucros Acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**3.530**	**–**	**–**	**(567)**	**2.963**
Integralização de Capital	632.636	–	–	–	632.636
Lucro do Exercício	–	–	–	20.177	20.177
Destinação do Lucro Líquido:					
Constituição de reserva legal	–	981	–	(981)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(4.657)	(4.657)
Dividendos adicionais propostos	–	–	13.972	(13.972)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**636.166**	**981**	**13.972**	**–**	**651.119**
Dividendos adicionais distribuídos	–	–	(13.972)	–	(13.972)
Lucro do Exercício	–	–	–	98.142	98.142
Destinação do Lucro Líquido:					
Constituição de reserva legal	–	4.907	–	(4.907)	–
Juros Sobre Capital Próprio	–	–	–	(30.583)	(30.583)
Dividendos adicionais propostos	–	–	62.652	(62.652)	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	**636.166**	**5.888**	**62.652**	**–**	**704.706**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado do Exercício

(Em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
Receita Bruta Vendas e Serviços	2.101.590	515.552
Deduções da Receita	(446.012)	(107.341)
Receita Líquida de vendas e serviços	**1.655.578**	**408.211**
Custos dos produtos e serviços vendidos	(1.458.494)	(349.510)
Lucro Bruto	**197.084**	**58.701**
Receitas / Despesas Operacionais		
Despesas Gerais e Administrativas	(82.148)	(29.480)
Outras Receitas/Despesas Operacionais Líquidas	16.040	1.127
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**130.976**	**30.348**
Receitas Financeiras	4.229	397
Despesas Financeiras	(314)	(167)
Resultado Financeiro Líquido	**3.915**	**230**
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	**134.891**	**30.578**
Imposto de renda e Contribuição Social		
Correntes	(36.749)	(10.583)
Diferidos	–	182
Lucro do exercício	**98.142**	**20.177**
Lucro por ação em R$	**0,154**	**0,032**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente

(Em milhares de Reais - R$)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	98.142	20.177
Outros componentes do resultado abrangente	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**98.142**	**20.177**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Em milhares de Reais - R$)

	2021	2020
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	**134.891**	**30.578**
Itens que não afetam o caixa operacional		
Amortizações do intangível	23.781	9.836
Amortização dos arrendamentos (IFRS 16)	753	317
Baixa de valor residual de ativos da concessão	33	–
Juros sobre arrendamentos pagos (IFRS 16)	96	32
Provisão de perda de crédito de esperada	4.726	370
(=) Lucro ajustado	**164.280**	**41.133**
(Aumento) / Redução dos ativos:		
Contas a receber de clientes	(71.545)	(95.805)
Tributos a recuperar	(1.983)	(54.709)
Estoques	(5.421)	(3.197)
Despesas Antecipadas	(211)	(127)
Outras contas a receber	(3.822)	–
Aumento / (Redução) dos passivos:		
Fornecedores	90.632	85.570
Tributos, Taxas e Contribuições	(20.256)	62.838
Obrigações Sociais e Trabalhistas	446	500
Outras Obrigações	749	2.482
Adto Clientes - Take or pay	(33.722)	37.551
Receitas a realizar	(1.764)	3.575
Imposto de renda e contribuição social pagos	(36.940)	(7.426)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**80.443**	**72.385**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições aos ativos da concessão	(13.310)	(11.395)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**(13.310)**	**(11.395)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	–	1.470
Pagamento de dividendos	(18.629)	–
Pagamento de juros sobre capital próprio	(5.566)	–
Pagamentos de arrendamentos (IFRS 16)	(868)	(314)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	**(25.063)**	**1.156**
Aumento líquido de caixa	**42.070**	**62.146**
Representado por:		
Caixa no início do período	65.291	3.145
Caixa no fim do período	107.361	65.291
Aumento líquido de caixa	**42.070**	**62.146**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Valor Adicionado

(Em milhares de Reais - R$)

	2021	2020
Receitas	**2.112.060**	**516.307**
Vendas de Produtos e Serviços	2.093.656	498.939
(-) Provisão para perdas de créditos esperada	(4.731)	(370)
Outras receitas e despesas	15.853	1.127
Receitas de Construção	7.282	16.611
Insumos adquiridos de terceiros	**(1.496.645)**	**(362.519)**
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(1.451.212)	(332.899)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(38.151)	(13.009)
Custos de Construção	(7.282)	(16.611)
Valor adicionado bruto	**615.415**	**153.788**
Retenções	**(23.780)**	**(10.153)**
Amortização	(23.780)	(10.153)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**591.635**	**143.635**
Valor adicionado recebido em transferência	**4.229**	**397**
Receitas financeiras	4.229	397
Valor adicionado a distribuir	**595.864**	**144.032**
Distribuição do valor adicionado		
Empregados	**4.425**	**3.310**
Remuneração direta	4.131	3.081
Benefícios	157	113
FGTS	137	116
Impostos, taxas e contribuições	**490.840**	**120.193**
Federais	190.247	52.417
Estaduais	300.529	67.763
Municipais	64	13
Remuneração de capital de terceiros	**2.457**	**352**
Juros e multas	10	1
Aluguéis	2.237	222
Outros	210	129
Remuneração de capitais próprios	**98.142**	**20.177**
Dividendos obrigatórios	–	4.657
Juros sobre o capital próprio	30.583	–
Lucros retidos	67.559	15.520
Valor adicionado total distribuído	**595.864**	**144.032**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

ESgás

COMPANHIA DE GÁS DO ESPÍRITO SANTO – ES GÁS

CNPJ 34.307.295/0001-65 | NIRE: 32500050232

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras | Em 31 de Dezembro de 2021

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Companhia de Gás do Espírito Santo – ES Gás ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado e economia mista, constituída em 22/07/2019, autorizada pela Lei Estadual nº 10.955/2018, e atua como concessionária de serviço público de gás natural canalizado do Estado do Espírito Santo.

Com sede em Vitória-ES, a ES Gás tem como seu principal objeto social a exploração dos serviços públicos de distribuição de gás natural canalizado no território do Espírito Santo de forma a contribuir para o desenvolvimento econômico e social e a integração do gás à matriz energética do Estado. A Companhia atende consumidores dos segmentos industrial, residencial, comercial, climatização, automotivo, termogeração e cogeração.

Até julho de 2020, a Companhia encontrava-se em fase pré-operacional, com a concessão sendo operada até aquela data pela Petrobras Distribuidora S.A (atual "Vibra Energia"), gestora do contrato de concessão firmado com o Governo do Estado em 1993.

Em 22 de julho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou os termos do novo contrato de Concessão de gás natural, firmado na mesma data entre a ES Gás e o Estado do Espírito Santo. Com a assinatura do referido contrato, a Petrobras Distribuidora S.A. descontinuou suas operações e a ES Gás tornou-se a nova concessionária estadual de gás natural por 25 anos, assumindo os serviços de distribuição a partir de 01 de agosto de 2020.

O exercício do contrato de concessão e os serviços prestados são controlados e fiscalizados pela Agência de Regulação de Serviços Públicos do Estado do Espírito Santo (ARSP), órgão regulador estadual instituído para essa finalidade.

Ao término do contrato ocorrerá a reversão ao poder concedente dos bens e instalações sob gestão da Concessionária, procedendo-se os levantamentos, avaliações e determinação do valor de indenização à Companhia, observado o estabelecido no contrato de concessão para exploração do serviço.

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela Diretoria Executiva da Companhia, em 10 de março de 2022, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia e são expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas utilizadas são revisadas de forma contínua e, quando aplicável revisão, são reconhecidas no período corrente.

As principais estimativas e julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 6 - Contas a Receber (Provisão de Perdas com Crédito Esperado);
- Nota 10 - Ativo da Concessão - Intangível
- Nota 11 - Arrendamentos

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas e custos são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência do exercício, observado o princípio da realização da receita e de confrontação dos custos e das despesas.

Receita com venda de gás

A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento.

A Companhia reconhece em receitas com vendas a receita de gás não faturada referente à porção de gás fornecida para a qual a medição e o faturamento para os clientes ainda não ocorreram. Este montante é estimado com base nos faturamentos realizados até o 2º dia útil do mês seguinte. Como a Companhia provisiona os valores com base nos volumes faturados no mês seguinte, o valor estimado não faturado não diferirá significativamente dos valores reais.

A receita não faturada é estimada tendo como base o volume de gás consumido e não faturado no período. As diferenças entre os valores não faturados estimados e realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

Receitas e custos de construção

A orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão - determina que empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes. Por isso, é obrigatória a evidenciação das receitas e dos custos de construção.

As receitas e os custos de construção, cuja evidenciação se tornou obrigatória para concessionárias de serviços de distribuição a partir da Interpretação Técnica ICPC 01, são reconhecidas na proporção dos gastos recuperáveis, uma vez que não é possível estimar confiavelmente a conclusão da transação e não há reconhecimento de qualquer lucro.

A ES Gás não tem a construção de gasodutos como atividade fim. Para viabilizar a distribuição de gás natural canalizado, a Companhia realiza licitações públicas para contratação de terceiros, nas quais são contratados os proponentes que apresentarem o menor custo exequível para realização das obras. Desse modo a construção se apresenta integralmente como um custo de colocação de ativos à disposição para distribuição de gás natural. Desta maneira, a Companhia não reconhece margem no registro de suas receitas de construção, sendo estas iguais aos seus custos de construção.

b) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendimentos sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre arrendamentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

c) Caixa e equivalente de caixa

Estão representadas por depósitos em conta corrente e as aplicações financeiras estão registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado.

d) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A administração da Companhia monitora e avalia eventos e/ou indicativos que possam levar à não recuperação do valor contábil dos ativos imobilizados. Caso seja identificado algum indicativo de perda do valor, um teste de redução ao valor recuperável será aplicado.

e) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros.

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é "desreconhecido" quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram ou foram transferidos para terceiros.

Os ativos financeiros da Companhia por categoria incluem:

Valor justo por meio do resultado - encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura, títulos e valores mobiliários e equivalentes de caixa que não são classificados como custo amortizado.

Custo amortizado - encontram-se nesta categoria as contas a receber de clientes, depósitos vinculados a litígios, títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros.

f) Passivos financeiros

A Companhia reconhece passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou extintas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Os passivos financeiros da Companhia são, tipicamente, obrigações de arrendamentos e pagamento a fornecedores.

g) Instrumentos financeiros derivativos

A companhia não operou com instrumentos derivativos nos exercícios findos de 2021 e 2020.

h) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes estão registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são constituídas quando identificados consumidores inadimplentes ou com pedido de recuperação judicial ou falência. A Companhia impetra ações administrativas e judiciais contra os consumidores inadimplentes, sendo o fornecimento de gás interrompido, se necessário.

i) Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou pelo Estatuto social. Diante da legislação aplicável e da previsão no Estatuto da Companhia de um pagamento de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

j) Intangível

A ES Gás possui Contrato de Concessão com o Estado do Espírito Santo com prazo de 25 anos a contar de 01/08/2020. O contrato prevê que todos os bens da Companhia (Concessionária) serão revertidos ao poder concedente ao término do contrato. O poder Concedente indenizará a Companhia na parcela não depreciada/amortizada dos bens e instalações vinculados ao serviço concedido decorrentes de investimentos realizados pela Concessionária.

k) Estoques

Os estoques são avaliados pelo seu custo médio de aquisição, deduzido dos impostos recuperáveis e de perda estimada para ajustá-lo ao valor realizável líquido, quando este for menor que seu custo de aquisição.

Periodicamente a Companhia avalia seus itens de estoque quanto à sua obsolescência ou possível redução de valor. A quantia de qualquer redução dos estoques para o valor realizável líquido e todas as perdas de estoques, são reconhecidas como despesa do período em que a redução ou a perda ocorrerem.

l) Provisões para contingências

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas dos riscos envolvidos.

Para fins de classificação serão adotados os seguintes termos:

Provável: indica que há maior probabilidade de o fato ocorrer. Geralmente, em um processo, cujo prognóstico é provável perda, há elementos, dados ou outros indicativos que possibilitam tal classificação, como por exemplo: a tendência jurisprudencial dos tribunais ou a tese já apreciada em tribunais superiores para questões que envolvam matéria de direito, e a produção ou a facilidade de se dispor de provas (documental, testemunhal – principalmente em questões trabalhistas – ou periciais) para questões que envolvam matéria de fato.

Possível: indica a possibilidade de acontecer, todavia, esse prognóstico não foi, necessariamente, fundamentado em elementos ou dados que permitam tal informação. Ou, ainda, em um prognóstico possível, os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será perda ou ganho no processo.

Remota: indica que remotamente trará perdas ou prejuízos para a entidade, ou são insignificantes as chances de que existam perdas.

m) Imposto de renda e contribuição social

Corrente

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o tributo é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

Diferido

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas. Esses tributos são mensurados à alíquota que é esperada ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na legislação tributária vigente na data do balanço.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Em conformidade ao ICPC 22 / IFRIC 23, a Companhia avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulação fiscal requer interpretação e estabelece provisões e/ou divulgações quando apropriado.

n) Participação nos lucros e resultados

O Estatuto Social da Companhia prevê a participação dos empregados e diretoria executiva nos lucros. O valor é provisionado em conformidade com o acordo coletivo estabelecido com o sindicato, representantes dos empregados e aprovado pelo conselho de administração e registrada na rubrica de despesa com pessoal.

o) Demonstração do valor adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) está sendo apresentada pela Companhia como informação suplementar às suas demonstrações financeiras e foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação dessas demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado

4. Patrimônio líquido

4.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado é de R$ 636.166 (R$ 636.166 em 31 de dezembro de 2020).

Em 22 de julho de 2020 a Assembleia Geral Extraordinária da ES Gás, aprovou o aumento do capital social da Companhia no valor de R$ 48.117.431,00 (quarenta e oito milhões, cento e dezessete mil, quatrocentos e trinta e um reis), com emissão de 38.337.010 (trinta e oito milhões trezentos e trinta e sete mil e dez) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e 9.780.421 (nove milhões setecentos e oitenta mil quatrocentos e vinte e um) ações preferencias nominativas, sem valor nominal, alterando o capital social da Companhia de Gás Espírito Santo de R$ 588.048.379,00 (quinhentos e oitenta e oito milhões, quarenta e oito mil trezentos e setenta e nove reais) para o montante de R$ 636.165.810,00 (seiscentos e trinta e seis milhões cento e sessenta e cinco mil oitocentos e dez reais).

O capital social integralizado passou de R$ 3.530.000,00 (três milhões, quinhentos e trinta mil reais) para R$ 636.165.810,00 (seiscentos e trinta e seis milhões cento e sessenta e cinco mil oitocentos e dez reais), integralizado da seguinte forma: R$ 230.000.000,00(duzentos e trinta milhões de reais) correspondente ao valor da outorga; R$ 401.165.810,53 (quatrocentos e um milhões, cento e sessenta e cinco mil, oitocentos e dez reais e cinquenta e três centavos) referente aos bens ativos reversíveis e materiais de almoxarifado atualizados e R$ 1.470.000,00 (um milhão quatrocentos e setenta mil reais) aportados em espécie.

O capital social é composto integralmente por ações nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

	Quantidade de ações - 31/12/2021					
Acionistas	**Ações Ordiná-rias**	**%**	**Ações Preferen-ciais**	**%**	**Totais**	**%**
Governo do Estado do ES .	251.783	51%	2.550	2%	254.333	39,9790%
Vibra Energia S.A. ...	241.909	49%	139.924	98%	381.833	60,0210%
Totais	**493.692**	**100%**	**142.474**	**100%**	**636.166**	**100%**

	Quantidade de ações - 31/12/2020					
Acionistas	**Ações Ordiná-rias**	**%**	**Ações Preferen-ciais**	**%**	**Totais**	**%**
Governo do Estado do ES .	251.783	51%	2.550	2%	254.333	39,9790%
Vibra Energia S.A. ...	241.909	49%	139.924	98%	381.833	60,0210%
Totais	**493.692**	**100%**	**142.474**	**100%**	**636.166**	**100%**

O direito de voto é reservado, exclusivamente, às ações ordinárias e cada ação terá direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia.

As ações preferenciais não terão direito a voto e gozarão da vantagem de prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio em caso de dissolução da sociedade. As ações preferenciais poderão representar até 50% (cinquenta por cento) do total das ações emitidas pela Companhia.

4.2. Destinação dos lucros

A distribuição de lucros obedecerá às destinações de seu estatuto social, o qual estabelece a compensação dos prejuízos acumulados, posterior destinação de 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação para a reserva legal em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e artigo 43 do Estatuto da Companhia, até o limite de 20% do capital social integralizado.

O artigo 44 do Estatuto da Companhia garante aos acionistas a percepção do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado de acordo com os termos da Lei de Sociedades por Ações.

Conforme faculta o artigo 9º da Lei n.º 9.249/1995, a companhia optou pela distribuição de Juros sobre o Capital Próprio o qual foi imputado ao valor dos Dividendos Obrigatórios. Para o exercício de 2021 os juros sobre o capital próprio excederam ao valor calculado dos dividendos mínimos obrigatórios, e estão demonstrados no quadro a seguir:

Descrição	**%**	**2021**	**2020**
Lucro líquido do exercício		98.142	20.177
Absorção de prejuízos		–	(567)
Reserva legal	5%	(4.907)	(981)
Lucro líquido ajustado		**93.235**	**18.629**
Dividendo mínimo obrigatório	**25%**	**23.309**	**4.657**
Juros sobre capital próprio		**30.583**	**–**

		Dividendos Obrigatórios	
Acionistas	**%**	**2021**	**2020**
Governo do Estado do ES	39,98%	–	1.862
Vibra Energia S.A.	60,02%	–	2.795
Totais		**–**	**4.657**

4.3. Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

A distribuição de lucros obedecerá às destinações de seu estatuto social, conforme artigo 44 do Estatuto da Companhia garante aos acionistas a percepção do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e

ES gás

COMPANHIA DE GÁS DO ESPÍRITO SANTO – ES GÁS

CNPJ 34.307.295/0001-65 | NIRE: 32500050232

3/3

cinco porcento) do lucro líquido ajustado de acordo com os termos da Lei de Sociedades por Ações.

Os juros sobre capital próprio contabilizados no exercício 2021 no montante de R$ 30.583 com retenção de 15% de IRRF no valor de R$ 2.753, exceto para os acionistas imunes ou isentos, que líquidos de imposto de renda correspondem a R$ 28.830, foram calculados na remuneração da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, conforme artigo 9º da Lei 9.249/1995, objetivando o melhor aproveitamento tributário, previsto no estatuto da social e aprovados conforme AGE em Dez/21.

Acionistas	%	Juros sobre Capital Próprio 2021	2020
Governo do Estado do ES	39,9790%	12.227	–
Vibra Energia S.A....................	60,0210%	18.356	–
Totais		**30.583**	**–**

O pagamento dos Juros sobre Capital Próprio gerou uma economia tributária para a companhia de R$ 10.398.

Em atendimento a Interpretação ICPC 08 (R1), os juros sobre o capital próprio já declarados e a parcela dos dividendos que não excede ao mínimo obrigatório, são classificados no passivo circulante, pois se caracterizam como uma obrigação legal.

4.4. Dividendos adicionais

A Diretoria Executiva propõe a distribuição de dividendos, em quantia superior ao mínimo previsto estatutariamente, no valor de R$ 62.652, a ser pago até 31 de dezembro de 2022. Esses recursos foram mantidos no Patrimônio Líquido, em conta específica intitulada “Dividendos Adicionais Propostos”, até a sua aprovação pela Assembleia Geral dos acionistas que deverá ocorrer até 30 de abril de 2022.

5. Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposições para os seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros:

Risco de crédito: Risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores. Este risco está relacionado com fatores internos e externos à ES Gás.

Para reduzir esse tipo de risco e auxiliar seu gerenciamento, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando análises periódicas dos saldos em aberto, bem como realizando as cobranças necessárias, de acordo com as diretrizes estabelecidas nas Condições Gerais de Fornecimento (Resolução nº 05/2007).

Risco de liquidez: Risco de liquidez é inerente a descasamentos entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de pagamentos da Companhia. A ES Gás administra o risco de liquidez através de premissas de recebimentos e desembolsos monitoradas diariamente pela área financeira, mantendo seus ativos financeiros em depósitos de curto prazo com liquidez imediata em instituições de primeira linha.

Risco com taxas de juros: Em 31 de dezembro de 2021 a companhia não possuía despesas financeiras relativas a empréstimos captados no mercado.

Risco regulatório: A Companhia entende por risco regulatório a exposição ao não cumprimento dos dispositivos previstos no Contrato de Concessão, as regulamentações vigentes, e os próprios riscos intrínsecos ao negócio. A Companhia mitiga os riscos relativos ao Contrato de Concessão e regulamentações vigentes com o cumprimento das obrigações principais e acessórias, sobretudo as metas definidas no primeiro ciclo tarifário, as quais são também gerenciadas de tal forma a mitigar os riscos intrínsecos ao negócio.

O Contrato de Concessão possui mecanismos de revisão da tarifa praticada de forma ordinária e extraordinária, visando preservar o equilíbrio econômico-financeiro durante o prazo contratual.

6. Eventos subsequentes

A companhia realizou a Chamada Pública 001/2020 para contratação da supridora de gás natural para 2022 e a Petrobras foi a única supridora a cumprir todos os requisitos. O contrato de suprimento de gás natural foi assinado em dezembro/21.

No entanto, o Ministério Público do Espírito Santo (MP-ES) entrou com uma ação civil pública para suspender as condições de fornecimento do novo contrato em função da alteração do preço do gás natural, cuja liminar foi deferida em 30/12/2021. A ES Gás, então, seguiu as determinações da Agência de Regulação de Serviços Públicos do Espírito Santo (ARSP), de 31/12/2021, por meio do Ofício 045/2021, mantendo a aplicação das condições do contrato anterior em face da suspensão das condições do novo contrato.

Desta forma, a ES Gás tem um contrato novo assinado com a Petrobras, que foi suspenso por força da liminar concedida ao MP-ES, e vem seguindo o contrato antigo por resultante desta ação pública.

Em face dessa medida, a ARSP homologou em 20/01/2022 o reajuste da tabela de tarifas que passou a vigorar em 01/02/22 aplicando as regras do contrato antigo.

A Petrobras, por sua vez, vem recorrendo das medidas judiciais que foram acionadas em cada Estado, mas até o presente momento, sem decisão favorável.

Em 13/01/22 a Petrobrás acionou a Cláusula Arbitral inserta em contrato de fornecimento de gás natural, tendo por motivação suspensão das condições de preço pactuadas entre as partes, por superveniente decisão judicial adotada em sede de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Espírito Santo – MP-ES, sob argumento de prática de abuso poder econômico (Ação nº 0017597-76.2021.8.08.0024 – Juízo de Plantão do TJ-ES).

Vitória – ES, 10 de março de 2022

Heber Viana de Resende
Diretor Presidente

Walter Fernando Piazza Júnior
Diretor Administrativo-Financeiro e Diretor de Operações

Lissandro Gustavo Dilkin
Contador
CRC / RS 086997/O-3 S-ES

Extrato de Informações Relevantes do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

As demonstrações contábeis completas individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente nos endereços: www.tribunaonline.com.br/ e www.esgas.com.br. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 10 de março de 2022, sem modificações.

Conselheiros de Administração

Marcio Felix Carvalho Bezerra - *Presidente do Conselho*
Alexandre Rodrigues Tavares - *Conselheiro*
Bernardo Kos Winik - *Conselheiro*
Durval Vieira de Freitas - *Conselheiro*
Guilherme Gomes Dias - *Conselheiro*
Luiz Claudio Nogueira de Souza - *Conselheiro*
Renê Sanda - *Conselheiro*

Diretores

Heber Viana de Resende
Diretor- presidente

Walter Fernando Piazza Junior
Diretor Administrativo-Financeiro e Diretor de Operações (interino)

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia de Gás do Espírito Santo - ES Gás, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Integrado da Administração do ano-base de 2021, as Demonstrações Financeiras do exercício de 2021 e suas respectivas notas explicativas, e a destinação do resultado do exercício de 2021 com proposta de distribuição de dividendos.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e no Relatório dos Auditores Independentes – RUSSELL BEDFORD GM AUDITORES INDEPENDENTES S/S, sem ressalvas, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral dos Acionistas.

21 de março de 2022.

LUIZ HENRIQUE MIGUEL PAVAN
Presidente e Conselheiro

RICARDO REZENDE FERRAÇO
Conselheiro

VICENTE FIGUEIREDO SORIA
Conselheiro

Cais das Colunas, em Lisboa Patricia de Melo Moreira - 15.fev.23/AFP

Companhias aéreas retomam stopover para atrair turistas

Modelo é opção para consumidor conhecer mais países e parte de estratégia para recuperar turismo internacional

Rafael Balago

SÃO PAULO Comprar passagens para um destino, mas conhecer dois ou mais. É a proposta do stopover, modelo oferecido por algumas companhias aéreas que permite conhecer lugares como Lisboa, Madri, Paris, Doha, Cidade do Panamá e São Paulo.

O modelo vai sendo retomado conforme a pandemia vai ficando para trás, e é uma forma de as companhias aéreas voltarem a atrair passageiros para voos internacionais, especialmente na Europa.

No stopover, o viajante pode esticar a escala que faria em uma cidade de algumas horas para alguns dias, tendo tempo para conhecer o lugar, geralmente sem taxas adicionais ou por valores baixos. É comum que as empresas permitam a parada extra apenas nas cidades que são suas principais bases ou em seu país de origem.

Assim, um voo de São Paulo a Paris pode ter uma parada de alguns dias em Lisboa ou Madri, por exemplo, ao voar com uma empresa europeia. Os gastos de hospedagem e alimentação extras ficam por conta do cliente.

Em fevereiro, a portuguesa TAP relançou seu programa de stopover: agora, a escala em Lisboa ou Porto pode durar de um a dez dias e ser feita na ida ou na volta.

Para estimular o modelo, a empresa fez uma parceria com a agência de Turismo de Portugal e oferece descontos em dezenas de hotéis e restaurantes. Há também 25% de desconto para outros voos domésticos, caso o viajante queira usar a escala para conhecer outras partes de Portugal.

A companhia portuguesa atende atualmente 11 destinos no Brasil. Em 2022, transportou 1,63 milhão de passageiros no país.

Outras cidades da Europa também podem ser visitadas assim. A Air Europa oferece parada gratuita em Madri, na ida e na volta. Caso o cliente queira fazer uma segunda pausa mais longa em outra cidade europeia, há uma taxa de US$ 100 (R$ 516 na cotação de 17 de fevereiro). A empresa tem voos saindo de São Paulo e Rio de Janeiro.

Já a KLM e a Air France oferecem a escala longa em Amsterdã ou Paris, respectivamente. A opção é grátis nas tarifas da classe flex. Nas modalidades light e standard, há cobrança de US$ 100 por pausa. Para buscar a opção, faça uma busca por multidestino no site das empresas.

Na América Central, a Copa Airlines oferece parada com duração entre uma e seis noites na Cidade do Panamá, sem custo extra. A Copa oferece voos para vários destinos dos EUA, como Nova York e Orlando.

Para quem busca viagens mais longas, a Qatar Airways oferece stopover em Doha, por tarifas que partem de US$ 14 (R$ 72) e incluem hospedagem. A empresa também oferece atividades aos passageiros em trânsito: um tour externo pelos principais estádios da Copa de 2022 custa US$ 42 (R$ 216).

No Brasil, as três principais companhias nacionais oferecem parada em São Paulo. A Azul permite uma pausa de até dois dias, a Latam de até três dias e a Gol determina que o embarque ocorra até 23h59 do segundo dia de parada.

O stopover é uma das estratégias das empresas aéreas para retomar o turismo internacional, que ainda não retornou ao nível pré-pandemia. Dados da Iata (Associação Internacional de Transportes Aéreos) mostram que o tráfego aéreo entre os países transportou em 2022 62,2% do número de passageiros que levou em 2019, antes da Covid.

Com isso, a expectativa é que o setor aéreo tenha fechado 2022 com prejuízo em quase todas as partes do mundo. A exceção foi a América do Norte, de acordo com projeções da Iata.

A recuperação vem sendo mais lenta na Europa, onde os viajantes demoram mais a retomar as viagens internacionais de lazer, por conta de fatores como a incerteza econômica e a Guerra da Ucrânia.

Na Ásia, a retomada também vem sendo mais devagar, especialmente devido às restrições de entrada na reabertura da China, retiradas apenas em janeiro deste ano.

+ Opções de destinos com stopover

- Amsterdã (KLM)
- Campinas (Azul e Gol)
- Doha (Qatar Airways)
- Lisboa (TAP)
- Madri (Air Europa)
- Paris (Air France)
- São Paulo (Azul, Gol e Latam)

COMO FUNCIONA?
O passageiro pode fazer uma escala mais longa na cidade onde tenha uma conexão de voo, que pode durar vários dias, sem taxas extras. Para comprar, busque a opção stopover ou multidestinos no site das companhias

Marcos de Vasconcellos
Excepcionalmente hoje a coluna não é publicada

Programa da declaração do IR sai no dia 15

Receita não irá liberar o acesso antes do início do prazo de envio, que começa em 15 de março e vai até 31 de maio

Cristiane Gercina

SÃO PAULO A Receita Federal irá liberar o programa da declaração do Imposto de Renda 2023 no próximo dia 15 de março, prazo inicial para prestar contas ao fisco. Os contribuintes terão até 31 de maio para declarar o IR neste ano.

O programa é necessário para preencher e enviar o documento e costuma estar liberado, de uma única vez, para computador, tablet e celular. No caso dos contribuintes que vão declarar pelo computador, é preciso baixá-lo.

Para quem declara em outras plataformas, é necessário atualizar ou baixar novamente. Há ainda a opção de preencher a declaração online, por meio do e-CAC, que é o Centro de Atendimento Virtual da Receita Federal.

A partir deste ano, o prazo de envio do IR é maior, de dois meses e meio, para que desde o primeiro dia o contribuinte possa utilizar a declaração pré-preenchida.

Nesta segunda-feira (26), a Receita fará a divulgação de todas as regras da declaração de 2023. Como não houve reajuste na tabela do Imposto de Renda, devem continuar valendo os limites do ano passado. Assim, quem recebeu rendimentos tributáveis acima de R$ 28.559,70 é obrigado a declarar, dentro outras exigências.

A declaração pré-preenchida começou a valer em 2022, disponível para contribuintes com conta prata ou ouro no portal Gov.br.

Como as empresas têm até esta terça-feira (28) para enviar informações ao fisco, é necessário prazo maior para o governo processar os dados e atualizá-los na declaração.

O acesso à declaração pré-preenchida é feito no e-CAC, pelo programa instalado no computador ou por celular ou tablet, por meio do app Meu Imposto de Renda.

É possível incluir, alterar ou excluir informações. É importante conferir todos os dados antes de enviar a declaração, porque são de responsabilidade do cidadão, e podem levar o contribuinte à malha fina.

SOMPO SEGUROS S.A.

CNPJ nº 61.383.493/0001-80

SOMPO SEGUROS

Relatório do Conselho de Administração

Senhores Acionistas,

A Sompo Seguros S.A. tem a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o relatório da administração e as correspondentes demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

PERFIL

A Sompo Seguros S.A. ("Seguradora") é uma empresa do Grupo Sompo Holdings, um dos maiores grupos seguradores do mundo, fundado no Japão há mais de 130 anos. No Brasil, a Sompo Seguros S.A. nasceu da integração das operações da Marítima Seguros S.A., seguradora fundada na cidade de Santos/SP em 1943, e da Yasuda Seguros S.A., que atuava no Brasil desde 1959.

Em 30 países, o Grupo Sompo Holdings reúne cerca de 80 mil colaboradores empenhados em garantir que os mais de 20 milhões de clientes estejam sempre bem. No Brasil, contamos com cerca de 1.300 colaboradores, além de filiais localizadas em todas as regiões para oferecer solidez e excelência.

A Sompo Seguros S.A., com atuação nos segmentos de automóvel, vida, transporte, ramos elementares e agricultura, destaca-se como uma das líderes do mercado no seguro de transporte e de seguros patrimoniais. A Seguradora possui uma carteira de produtos diversificada, facilitada ao segurado, principalmente, pelo seu principal canal de distribuição, cerca de 25 mil corretores. Essa carteira encontra-se estrategicamente distribuída nas principais cidades do país, o que garante que a Seguradora atue em regiões de grande potencial econômico para o mercado segurador.

ESTRATÉGIA

Em 2022, apesar dos cenários socioeconômico e político desafiadores, a Sompo Seguros, como uma empresa expressiva no mercado brasileiro de seguros, se posicionou fortemente e manteve a sua jornada de se transformar em uma companhia cada vez mais orientada ao cliente, com eficiência operacional e crescimento sustentável, visando cumprir seu propósito definido de "Gerar bem-estar e proteção à sociedade, provendo serviços da mais alta qualidade".

Sempre visando o crescimento sustentável, a Sompo Seguros desenvolve estratégias alinhadas à sua ambição de "ser a seguradora mais simples e próxima para os clientes e corretores". Nesse cenário, a Sompo dará continuidade ao projeto de transferência dos ramos Automóvel, Residencial, Habitacional, Vida, Compreensivo Empresarial com Limite Máximo de Garantia até R$ 30 milhões e Condomínio, que constituem o segmento de varejo, para uma sociedade seguradora a ser constituída. E, após a aprovação das autoridades competentes, a Sompo avançará com ações que visam expandir a sua presença em novos nichos de mercado por meio da integração de conhecimentos comerciais e de seguros especializados nos quais a Sompo International é mundialmente reconhecida sob os pontos de vista do desenvolvimento de produtos, subscrição e resseguro, além de buscar a expansão nas linhas de negócio Corporate & Agro nos quais já atua.

Dessa forma, a Sompo Seguros passa a ser a primeira subsidiária da Sompo International de um mercado emergente focada em seguros corporativos.

O modelo de governança corporativa, desdobrado internamente em todos os níveis, direcionou implementações de iniciativas estratégicas importantes, trazendo uma visão de gestão mais colaborativa, transparente, integrada e célere nas tomadas de decisão, com base no monitoramento de resultados críticos e na análise de tendências, planejamento de ações de curto e médio prazos com impacto direto na performance e aculturamento de todos os colaboradores para um pensamento orientado à estratégia.

O aperfeiçoamento do modelo continua sendo constantemente avaliado, de forma a viabilizar os melhores resultados e alcance de nossa Ambição, além da incessante busca em oferecer excelente ambiente para o engajamento, desenvolvimento e protagonismo dos nossos colaboradores e uma envolvente experiência aos nossos clientes.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Sompo Seguros S.A. continua desenvolvendo medidas de fortalecimento de sua governança corporativa. Para garantir a eficácia de seus processos, a Seguradora mantém uma estrutura própria e utiliza-se das seguintes ações de governança: (i) fortalecimento das estruturas de Controles Internos, Compliance e Gestão de Riscos; (ii) testes de aderência dos controles internos mapeados mediante trabalhos de campo de Auditoria Interna; (iii) manutenção e fortalecimento de comitês que visam monitorar o ambiente para acompanhar a performance das práticas de governança aplicadas, assim como apoiar a alta administração na tomada de decisões e consequentemente aprimorar suas práticas e estudos internos.

Atualmente o Conselho de Administração é composto por quatro conselheiros efetivos. A Diretoria é composta por nove diretores, o Diretor Presidente, o Diretor Vice-presidente e sete Diretores Executivos. Para fortalecimento das estruturas de governança e controle, o Estatuto Social e demais normativos internos relativos à governança corporativa foram revisados e atualizados.

Ouvidoria: com mais de 18 anos de existência, a Ouvidoria na Sompo Seguros S.A. tornou-se um importante canal de comunicação, pelo qual segurados, beneficiários e corretores, em defesa de seus interesses, podem manifestar suas opiniões e críticas sobre produtos e serviços, o que contribui para a melhoria e aperfeiçoamento de processos internos e sistemas, bem como para aprimorar o atendimento. A Ouvidoria atua para sanar as dúvidas e atender as demandas dos consumidores, agindo como mediadora de conflitos entre eles e a Seguradora, propondo recomendações de melhoria e mitigando possíveis novos desacordos.

Código de ética e conduta: o código de ética e conduta da Seguradora norteia suas atividades, coibindo práticas desleais e abusos de poder, fortalecendo assim as relações de confiança, honestidade e respeito. A Seguradora mantém ações direcionadas aos colaboradores para disseminação, treinamento, verificação e confirmação do entendimento, comprometimento e cumprimento dos preceitos do código de ética.

Canais de denúncias: os canais de denúncias da Sompo Seguros S.A. têm como objetivo principal receber denúncias relacionadas à violação ao código de ética, operações suspeitas de fraude, crimes de lavagem de dinheiro e corrupção, além de informações acerca de possíveis descumprimentos de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Seguradora. Os canais de denúncias estão disponíveis a todos os colaboradores, segurados, prestadores de serviços, terceiros, corretores de seguros e outros interessados. A denúncia pode ser realizada por meio do telefone (08000-153 156), intranet ou site da Sompo Seguros sendo garantido o anonimato ao denunciante.

DESEMPENHO ECONÔMICO

O mercado segurador (desconsiderando o segmento de previdência e VGBL) apresentou um crescimento de 21,3% em termos de prêmios emitidos no decorrer de 2022 (fonte: SES - SUSEP). No mesmo período, os prêmios de seguros da Seguradora apresentaram aumento de 21% em relação ao mesmo período de 2021, reflexo, principalmente, da recuperação da economia brasileira frente aos impactos da Covid-19, retomando serviços e atividades da indústria e, consequentemente, as receitas do mercado de seguros.

A seguir demonstramos os principais indicadores da Sompo Seguros:

Prêmios de seguros por segmento líquidos

(Em R$ milhões)	Dez/2022	%	Dez/2021	%	Variação %
Automóvel	1.305	33	1.033	32	26
Patrimonial	958	24	780	24	23
Transportes	933	24	720	22	30
Rural	368	9	258	8	43
Responsabilidades	72	2	70	2	3
Pessoas	258	7	346	11	(26)
Outros	66	2	75	2	(12)
Consolidado	**3.961**	**100**	**3.282**	**100**	**21**

Evolução das provisões técnicas de seguros

(Em R$ milhões)	31/12/2022	%	31/12/2021	%	Variação %
Provisão de prêmios	2.191	62	1.811	55	21,0
Provisão de sinistros	1.348	38	1.467	45	(8,1)
Total	**3.539**	**100**	**3.278**	**100**	**8,0**

Resultado líquido: a Seguradora encerrou o ano de 2022 com um lucro de R$ 82,3 milhões, aumento de R$ 997 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior. Apesar do impacto em sinistralidade da carteira de Automóvel, relacionado à alta nos preços dos veículos (tabela FIPE) no mercado, o lucro em 2022 se deu principalmente pela recuperação da margem técnica dos produtos, venda do prédio da Rua Cubatão e reversão da provisão de créditos tributários, demonstrando expectativa de lucros futuros.

Índice combinado: é o percentual obtido através do total de gastos com sinistros ocorridos, custo de aquisição, outras despesas e receitas operacionais, despesas com tributos e despesas administrativas sobre os prêmios ganhos. Com os efeitos anteriormente mencionados, o índice combinado da seguradora, no final de 2022, foi de 109,3%, 19,9 p.p. melhor que o índice do ano de 2021.

RECURSOS HUMANOS

A Seguradora encerrou o segundo semestre de 2022 com 1.309 colaboradores com vínculo CLT.

Desenvolvimento de pessoas: cuidar do desenvolvimento e reconhecimento de nossos colaboradores tem sido uma preocupação constante da empresa.

Durante o ano, disponibilizamos mais de 380 temas de treinamentos (no formato presencial e on-line), fechando o ano com mais de 35.000 participações e mais de 44.000 horas dedicadas ao aprimoramento de competências técnicas e comportamentais de nossos colaboradores.

Realizamos o "Programa de Meritocracia" pelo qual 25% dos colaboradores foram contemplados com méritos ou promoções ao longo do ano.

Aprimoramos o nosso processo de comunicação interna e criamos ações para alavancar a transparência e aproximar cada vez mais a liderança dos nossos colaboradores. Dentre elas podemos citar: "Lives Trimestrais" - reunião com todos os colaboradores para acompanhamento dos principais resultados e indicadores da empresa e "Resenha Sompo" - reunião mensal com todos os colaboradores da empresa e conduzida pela área de Recursos Humanos na qual são abordados vários temas de gestão de pessoas e as principais ações em curso na empresa.

Pelo segundo ano consecutivo, conseguimos a certificação da GPTW (Great Place to Work) como uma das Melhores Empresas para se Trabalhar, o que comprova que nossas práticas de gestão de pessoas estão alinhadas às necessidades de nossos colaboradores e têm o reconhecimento de mercado através dessa certificação.

Gestão da saúde e qualidade de vida: os cuidados com a saúde, qualidade de vida e bem estar de nossos colaboradores, também estiveram presentes em diversas ações realizadas ao longo do ano.

Nossa estrutura de Gestão da Saúde conta com uma equipe própria composta por médica, fisioterapeuta e técnica de enfermagem que durante o ano realizaram mais de 2.000 atendimentos clínicos (presenciais e via telemedicina) e mais de 3.000 atendimentos de fisioterapia / acupuntura de forma gratuita aos nossos colaboradores.

Introduzimos a prática de "mindfulness" através de treinamentos presenciais e on-line e disponibilizamos quick-massage em nossa sede em parceria com a Serenidade do Toque, que forma massoterapeutas com deficiência visual para realizar as massagens.

Realizamos palestras, lives e disponibilizamos vídeos de curta duração, sobre diversos temas com foco em cuidados com a saúde física, mental e emocional. Foram cerca de 50 temas e mais de 2.000 participações.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos acionistas pela confiança nos negócios, aos segurados e corretores que nos honram pela sua preferência, aos nossos colaboradores pela dedicação e profissionalismo e às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pela renovada confiança em nós depositada.

São Paulo, 24 de Fevereiro de 2023.

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota Explicativa	dez/22	dez/21
Circulante		**3.693.463**	**3.553.173**
Disponível		**53.850**	**37.252**
Caixas e bancos		53.850	37.252
Aplicações	5	**849.039**	**407.316**
Créditos das operações com seguros e resseguros		**1.435.293**	**1.354.339**
Prêmios a receber	6	1.315.139	1.182.262
Operações com seguradoras		11.357	11.061
Operações com resseguradoras	7	108.797	161.016
Outros créditos operacionais		**69.857**	**48.885**
Ativos de resseguro - provisões técnicas	7	**821.186**	**1.047.613**
Títulos e créditos a receber		**28.988**	**32.892**
Títulos e créditos a receber	8	17.238	20.614
Créditos tributários e previdenciários	9	9.361	8.776
Outros créditos		2.389	3.502
Outros valores e bens		**59.307**	**283.976**
Bens à venda	10.a/10.b	42.180	267.249
Outros valores	10.d	17.127	16.727
Despesas antecipadas	11	**10.342**	**9.060**
Custos de aquisição diferidos	12	**365.601**	**331.840**
Ativo não circulante		**2.157.651**	**1.867.895**
Realizável a longo prazo		**1.940.977**	**1.571.351**
Aplicações	5	**1.256.932**	**1.135.419**
Créditos das operações com seguros e resseguros		**48.666**	**4.882**
Prêmios a receber	6	48.666	4.882
Ativos de resseguro - provisões técnicas	7	**91.982**	**60.637**
Títulos e créditos a receber		**340.472**	**194.359**
Títulos e créditos a receber	8	2.473	–
Créditos tributários e previdenciários	9	177.625	42.208
Depósitos judiciais e fiscais	13	157.643	150.971
Outros créditos a receber		2.731	1.180
Outros Valores e bens	14	**28.499**	**14.933**
Despesas antecipadas	11	**230**	**429**
Custos de aquisição diferidos	12	**174.196**	**160.692**
Investimentos	15	**17.938**	**2.539**
Participações societárias		16.976	917
Imóveis destinados a renda		510	1.170
Outros investimentos		452	452
Imobilizado	16.a	**39.098**	**88.028**
Imóveis de uso próprio		27.438	53.667
Bens móveis		5.169	11.830
Outras imobilizações		6.491	22.531
Intangível	16.b	**159.638**	**205.977**
Outros intangíveis		159.638	205.977
Total do ativo		**5.851.114**	**5.421.068**

Passivo	Nota Explicativa	dez/22	dez/21
Circulante		**3.938.921**	**3.751.951**
Contas a pagar		**213.144**	**164.274**
Obrigações a pagar	17	88.564	68.948
Impostos e encargos sociais a recolher	18	83.448	65.977
Encargos trabalhistas	17	23.135	20.873
Impostos e contribuições	18	7.929	3.125
Outras contas a pagar		10.068	5.351
Débito das operações com seguros e resseguros		**760.792**	**780.505**
Prêmios a restituir		7.894	3.304
Operações com seguradoras		38.132	23.437
Operações com resseguradoras	21	500.207	539.166
Corretores de seguros e resseguros		212.516	214.598
Outros débitos operacionais		2.043	–
Depósitos de terceiros	22	**23.418**	**18.678**
Provisões técnicas - Seguros	19	**2.933.019**	**2.785.638**
Danos		2.762.728	2.580.296
Pessoas		151.943	187.118
Vida individual		18.348	18.224
Outros Débitos		**8.548**	**2.856**
Passivo de Arrendamento	24	8.548	2.856
Passivo não Circulante		**844.706**	**696.545**
Contas a pagar		**811**	**784**
Obrigações a pagar	17	811	784
Débitos das Operações de Seguros e Resseguros		**3.903**	**917**
Corretores de seguro e resseguro		3.903	917
Provisões técnicas - Seguros	19	**606.266**	**492.718**
Danos		370.286	275.449
Pessoas		234.778	213.988
Vida individual		1.202	3.281
Outros débitos		**233.726**	**202.126**
Provisões judiciais	23	195.506	187.513
Outras provisões		341	1.986
Passivo de Arrendamento	24	37.879	12.627
Patrimônio líquido	25	**1.067.487**	**972.572**
Capital social		1.872.498	1.872.498
Custos de transação	25b	(7.256)	(7.256)
Ajustes de avaliação patrimonial		(78.092)	(97.669)
Outros ajustes de avaliação patrimonial		(6.656)	–
Prejuízos acumulados		(713.007)	(795.001)
Total do passivo e do patrimônio líquido		**5.851.114**	**5.421.068**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

Demonstração do resultado do exercício	Nota Explicativa	dez/22	dez/21
Prêmios emitidos líquidos	26.a	3.960.927	3.282.450
Variação das provisões técnicas	26.b	(379.325)	(118.322)
Prêmios ganhos	26.c	**3.581.602**	**3.164.128**
Sinistros ocorridos	26.d	(1.974.996)	(1.999.651)
Custo de aquisição	26.e	(812.462)	(782.281)
Outras receitas e despesas operacionais	26.f	(160.220)	(98.787)
Resultado com resseguro	26.g	(287.059)	(251.029)
Receita com resseguro		419.867	985.351
Despesa com resseguro		(708.607)	(1.236.380)
Outros resultados com operações de resseguro		1.681	–
Despesas administrativas	26.h	(490.918)	(503.653)
Despesas com tributos	26.i	(96.106)	(121.119)
Resultado financeiro	26.j	132.895	3.845
Resultado patrimonial	26.k	3.372	(25.377)
Resultado operacional		**(103.892)**	**(613.924)**
Ganhos e perdas com ativos não correntes	26.l	69.254	(136.287)
Resultado antes dos impostos e participações		**(34.638)**	**(750.211)**
Imposto de renda	27	82.801	(105.161)
Contribuição social	27	49.681	(59.729)
Participações sobre o lucro	17.a	(15.500)	–
Resultado líquido do exercício		**82.344**	**(915.101)**
Quantidade de ações no exercício		**212.309.479**	**212.309.479**
Quantidade de ações ordinárias		**212.300.647**	**212.300.647**
Quantidade de ações preferenciais		**8.832**	**8.832**
Resultado líquido por ação - básico e diluído (em R$)		**0,39**	**(4,31)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado abrangente
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	dez/22	dez/21
Resultado líquido do exercício	**82.344**	**(915.101)**
Outros resultados abrangentes:		
Serão classificados subsequentemente para o resultado do exercício	**17.767**	**(97.372)**
Variação no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	17.767	(94.224)
Imposto de renda e contribuição social	(2.662)	21.920
Impairment do crédito tributário de TVM	2.662	(22.613)
Ajuste dos títulos e valores mobiliários - controlada	–	(2.455)
Não serão classificados subsequentemente para o resultado do exercício	**(5.669)**	**5.405**
Previdência privada	1.645	9.009
Imposto de renda e contribuição social	(658)	(3.604)
Benefício pós emprego	(6.656)	–
Total dos resultados abrangentes	**94.442**	**(1.007.068)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Outros ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Custos de transação	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**1.159.345**	**14**	**113.946**	**(298)**	**–**	**–**	**(7.256)**	**1.265.751**
Aumento de capital portaria SUSEP nº 231	140.655	–	–	–	–	–	–	140.655
Aumento de capital Portaria SUSEP nº 463	169.300	–	–	–	–	–	–	169.300
Aumento de capital Portaria SUSEP nº 550	403.198	–	–	–	–	–	–	403.198
Reversão Déficit referente a PrevSompo	–	–	5.405	–	–	–	–	5.405
Ajuste com títulos e valores mobiliários	–	–	–	(74.759)	–	–	–	(74.759)
Impairment DTA ajuste com títulos e valores mobiliários	–	–	–	(22.613)	–	–	–	(22.613)
Baixa de impostos	–	–	735	–	–	–	–	735
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	–	(915.101)	–	(915.101)
Proposta para distribuição do resultado:	–	–	–	–	–	–	–	–
Absorção de Reservas devido ao prejuízo	–	(14)	(120.086)	–	–	120.100	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.872.498**	**–**	**–**	**(97.669)**	**–**	**(795.001)**	**(7.256)**	**972.572**
Reversão Déficit referente a PrevSompo	–	–	–	–	–	987	–	987
Ajuste com títulos e valores mobiliários	–	–	–	17.767	–	–	–	17.767
Benefício pós emprego	–	–	–	–	(6.656)	–	–	(6.656)
Outros	–	–	–	1.810	–	(1.810)	–	–
Baixa de impostos	–	–	–	–	–	472	–	472
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	82.344	–	82.344
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.872.498**	**–**	**–**	**(78.092)**	**(6.656)**	**(713.007)**	**(7.256)**	**1.067.487**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do fluxo de caixa - Método indireto
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	dez/2022	dez/2021
Resultado do exercício	**82.344**	**(915.101)**
Ajustes para:		
Depreciação (Nota 15.b e 16.a)	5.914	7.701
Amortização (Nota 16.b)	63.447	61.325
Baixa receita de venda não realizável	(116)	–
Perda por redução ao valor recuperável do Intangível	–	128.054
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	53.797	365
Venda imóvel Cubatão	(111.382)	–
Impairment fiscal	(88.117)	440.459
Oscilação cambial	(15.840)	–
Write-offs sistemas	1.198	34.614
Ajustes com títulos e valores mobiliários (Nota 5.b)	17.767	(97.372)
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 15.a)	(177)	24.557
Resultado do exercício ajustado	**8.835**	**(315.398)**
Variações nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(563.236)	(294.240)
Créditos das operações com seguros e resseguros	(177.657)	121.785
Outros créditos operacionais	(20.972)	91.270
Ativos de resseguro - provisões técnicas	186.134	(73.212)
Títulos e créditos a receber	(45.603)	(265.545)
Outros valores e bens	211.103	(273.758)
Despesas antecipadas	(1.083)	886
Empréstimos e depósitos compulsórios	–	105
Outros créditos	(438)	2.094
Custos de aquisição diferidos	(47.265)	(59.514)
Depósitos judiciais e fiscais	(6.672)	22.489
Obrigações a pagar	19.643	46.142
Encargos trabalhistas	2.262	(2.153)
Empréstimos e financiamentos	–	(1.013)
Impostos e contribuições	4.804	(2.317)
Impostos e encargos sociais a recolher	17.471	(2.232)
Outras contas a pagar	4.717	(3.300)
Débito das operações com seguros e resseguros	(4.217)	(249.838)
Depósitos de terceiros	4.740	(68.357)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	270.951	450.235
Provisões judiciais	7.993	39.627
Outras provisões	(1.645)	(9.009)
Passivo de Arrendamento	30.944	15.483
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	**(99.191)**	**(829.770)**
Atividades de investimento		
Recebimento pela venda:	**160.000**	**5.203**
Imobilizado	160.000	5.203
Pagamento pela compra:	**(24.787)**	**(26.563)**
Investimentos	(900)	–
Imobilizado (Nota 16.a)	(5.581)	(919)
Intangível (Nota 16.b)	(18.306)	(25.644)
Reclassificação Investimento para a Venda	–	215.867
Transferência Imobilizado para Investimento (Nota 15.b)	639	(83)
Aumento de capital em controlada	(14.950)	(55.490)
Price purchase allocation	85	366
Outros ajustes em controlada	–	(17)
Ajuste dos títulos e valores mobiliários - controlada	–	2.454
Dividendos recebidos	–	989
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimento	**120.987**	**142.726**
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	–	713.153
Benefício pós emprego	(6.656)	–
Plano de previdência complementar - PrevSompo	987	5.405
Outros	472	735
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**(5.197)**	**719.293**
Aumento líquido de caixas e bancos	**16.598**	**32.249**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**37.252**	**5.003**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**53.850**	**37.252**
Aumento líquido de caixas e bancos	**16.598**	**32.249**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sompo Seguros S.A., com sede na Rua Cubatão, nº 320 - São Paulo/SP, doravante referida, também, como "Seguradora", "Sompo Seguros" ou "Companhia", é uma companhia de capital fechado e atua no mercado de seguros de danos e de pessoas em todo território nacional, conforme definido pela legislação em vigor. É controlada pela Sompo International Holdings Brasil Ltda., sendo a Sompo Holdings, INC. a controladora final. Em 24 de maio de 2022 a Seguradora celebrou um Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a HDI Seguros S.A., cujo objeto, após as obtenções das devidas autorizações dos órgãos reguladores competentes e o cumprimento das condições contratuais, consistirá na venda da totalidade das ações de emissão de sociedade a ser constituída (Sompo Consumer) exclusivamente para deter o negócio de Produtos Massificados da Companhia. A Companhia segue no processo de separação da operação e da transação de venda destes segmentos para a HDI Seguros, estimadas para serem finalizadas no exercício de 2023, o que fará com que a Companhia concentre os seus investimentos no desenvolvimento dos negócios voltados aos produtos de seguros corporativos. Em 31 de maio de 2022 a Sompo Seguros, concluiu a venda da totalidade das ações da Sompo Saúde Seguros S.A. com a transferência do controle acionário para a Sul América Companhia de Seguro Saúde. A Seguradora é controladora da Sompo Services Gestão de Riscos e Vistoria Ltda., uma sociedade limitada, que tem por objeto social a exploração de serviços de gerenciamento de riscos, vistoria e regulação de sinistros.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Seguradora foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelas entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de forma comparativa com os saldos de 31 de dezembro de 2021, conforme disposições do CPC nº 21 (R1) - Demonstração emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e da Circular SUSEP n° 648, de 12 de novembro de 2021, bem como alterações posteriores. a) Base para elaboração e mensuração: A preparação das demonstrações financeiras considera o custo histórico com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos a valor justo por meio do resultado. As presentes demonstrações foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios em curso normal e compreendem o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e as respectivas notas explicativas. Essas demonstrações financeiras foram analisadas pelo Comitê de Auditoria em reunião realizada em 17 de fevereiro de 2023 e aprovadas pelo Conselho de Administração da Sompo Seguros em reunião realizada no dia 24 de fevereiro de 2023. b) Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras da Seguradora são apresentadas em Reais (R$), que é sua moeda funcional e de apresentação. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Seguradora opera. As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional da Seguradora, usando-se as taxas de câmbio da data de fechamento. c) Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP, exigindo que a Administração faça julgamentos quanto a cenários futuros e estabeleça premissas e pressupostos para a determinação de estimativas que servem de base para os valores reportados referentes, entre outros: (i) ao valor justo de ativos financeiros; (ii) ao valor das provisões técnicas; (iii) às perdas esperadas que foram objeto de constituição de provisões para risco de créditos *impairment;* (iv) ao valor e os prazos de realização dos créditos fiscais de imposto de renda e contribuição social; (v) às probabilidades de resultado final na resolução de processos judiciais e arbitrais que foram objeto de constituição de provisões ou julgado como contingências passivas; (vi) à vida útil dos ativos imobilizados e intangíveis; e (vii) aos prazos e valores de realização ou recuperação dos salvados a venda. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados (maiores informações vide nota explicativa nº 3). d) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Seguradora: (i) *IFRS 9 - Instrumentos financeiros*: a norma é aplicável para exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2018, mas ainda não foi aprovado pela SUSEP. (ii) *CPC 50/IFRS 17 - Contratos de seguros:* estabelece princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O IFRS 17 é aplicável a partir de 1° de janeiro de 2023, mas só o adotaremos quando referendado pela SUSEP. Não há outras normas ou interpretações não adotadas para fins de elaboração dessas demonstrações financeiras.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, mas não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição. b) Política contábil de reconhecimento e mensuração de ativos financeiros: A Administração, tomando por base as diretrizes de sua política de investimentos financeiros, determina a classificação destes na data de aquisição, observando a sua estratégia de investimentos, que leva em consideração o gerenciamento dos fluxos de caixa de curto e longo prazo. Os ativos financeiros são classificados de forma a refletir esse gerenciamento, conforme os seguintes critérios: i) *Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:* São ativos financeiros designados nesta categoria aqueles cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. As mudanças decorrentes de variações do valor justo são registradas e apresentadas na demonstração do resultado em "Resultado financeiro", no exercício em que ocorrem. ii) *Ativos financeiros disponíveis para a venda:* São ativos financeiros não derivativos, designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como "recebíveis" e "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". Nesta categoria, os ativos financeiros são contabilizados pelo seu valor justo em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido "Ajustes com títulos e valores mobiliários", apresentados na demonstração do resultado abrangente líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período quando da efetiva realização pela venda definitiva dos respectivos ativos. iii) *Recebíveis:* Compreende, principalmente, os recebíveis originados de contratos de seguros tais como os saldos de prêmios a receber de segurados bem como valores a receber e direitos junto a resseguradores e seguradoras, no caso de cosseguro. c) Determinação do valor justo: Para apuração do valor justo dos ativos financeiros a Seguradora adota as seguintes práticas: i) *Títulos privados (exceto quotas de fundos de investimentos):* O valor justo é calculado através de metodologia que considera as taxas de juros, as características e garantias dos papéis e o risco de crédito associado ao emitente, conforme descrito abaixo: • Para os certificados de depósitos bancários (CDB) pós-fixados, letras financeiras (LF) e debêntures (DEB), cuja rentabilidade é estabelecida tendo como parâmetro as variações nas taxas dos certificados de depósitos interbancários (CDI); para as letras financeiras (LF) pré-fixadas utiliza-se a taxa contratada, além dos componentes principais descritos acima. A precificação considera, também, as características de resgate, que podem ser com ou sem liquidez, e possíveis variações entre o valor de custo atualizado e o preço justo praticado no momento da venda; e • Para os certificados de depósitos bancários (CDB) com cláusula que permite o resgate antecipado e uma taxa determinada, utiliza-se a taxa da operação. ii) *Títulos públicos:* O valor justo é calculado com base nos preços unitários do mercado secundário divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). iii) *Quotas de fundos de investimentos:* O valor unitário das quotas dos fundos de investimento não exclusivos é determinado pela instituição financeira administradora e considera a valorização ou desvalorização dos títulos mobiliários que compõem a carteira pelo valor de mercado, em consonância com a regulamentação aplicável. iv) *Debêntures:* A rentabilidade das debêntures pós-fixadas é estabelecida tendo como parâmetros as variações nas taxas dos certificados de depósitos interbancários (CDI), acordadas no momento da compra do ativo. d) Ativos e passivos de resseguros: Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresentados de forma bruta, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exime a Seguradora de honrar suas obrigações perante os segurados. Os passivos são compostos basicamente por prêmios de resseguros cedidos líquidos de comissões incorridas na operação, e os ativos representam valores a receber ou a recuperar dos resseguradores em função da ocorrência de eventos abrangidos pelos contratos entre as partes. Compreendem ainda os prêmios de resseguros diferidos das apólices emitidas e não emitidas, conforme os contratos firmados para cessão de riscos, cujo período de cobertura dos riscos ainda não expirou. O montante de prêmios é reconhecido inicialmente pelo valor contratual e ajustado conforme o período de exposição do risco que foi contratado. e) Bens à venda - (Salvados, Investimento e Imóvel): **Investimento -** Conforme nota explicativa n°1, em 30 de dezembro de 2021, a Sompo Seguros celebrou Acordo de Compra de Ações com a Sul América de Seguros Saúde. Atendendo aos critérios do CPC 31 Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, foi efetuada a reclassificação do Investimento para Bens a venda, pelo valor contábil de R$ 215.867. Em 31 de maio de 2022 a Sompo Seguros S.A., após a obtenção das devidas autorizações dos órgãos reguladores competentes e cumpridas as condições contratuais, concluiu a venda da totalidade das ações da Sompo Saúde Seguros S.A. com a transferência do controle acionário para a Sul América Companhia de Seguro Saúde. **Salvados -** Alguns contratos de seguros transferem à Seguradora direito sobre determinados ativos, decorrentes de um evento de sinistro indenizado que são denominados "salvados". Esses ativos são avaliados ao valor justo, deduzido de custos diretamente relacionados à venda e apresentados no ativo circulante. O valor justo é determinado conforme estimativa de venda histórica, deduzido dos custos estimados para a efetivação da venda dos bens. Mensalmente é reconhecido *impairment* dos salvados conforme estudo técnico. Essa desvalorização é reconhecida como provisão para redução ao valor recuperável em contrapartida do resultado. A Seguradora adota metodologia para o cálculo da redução do valor recuperável dos salvados, de acordo com estudo de realização do estoque, baseado na experiência histórica observada nos últimos 5 anos. A provisão para ativos estimados de salvados e ressarcimentos é constituída para fazer frente aos ativos e ressarcimentos ainda não registrados até a data-base de cálculo e tem o objetivo de estimar o valor futuro dos salvados a venda e ressarcimentos a receber. O cálculo é executado utilizando dados históricos de ativos registrados, considerando a data de liquidação dos sinistros e a data de aviso dos respectivos ativos dos últimos 60 meses, utilizando a metodologia de triangulação. Esta provisão é estimada mensalmente. f) Contratos de Arrendamento: Para os contratos aplicáveis, a norma determina que o reconhecimento será através de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento que serão realizados por meio de despesa de depreciação dos ativos de arrendamento e despesa financeira oriundas dos juros sobre o passivo. Anteriormente as despesas desses contratos eram reconhecidas diretamente no resultado do período em que ocorriam. Os ativos de direito de uso (aluguéis de imóveis e veículos) serão mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente. Também serão adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos. O passivo de arrendamento, por sua vez, será mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando possíveis renovações ou cancelamentos. Por fim, o valor presente dos pagamentos de arrendamentos será calculado, de acordo com uma taxa incremental de financiamento. A Seguradora optou pelos expedientes práticos, não aplicando a norma para os contratos de itens de baixo valor e de curto prazo; estes terão suas despesas reconhecidas no resultado do período. g) Investimentos: O investimento mantido nas controladas Sompo Services Gestão de Riscos e Vistoria Ltda. é avaliado pelo método da equivalência patrimonial. Os imóveis próprios da Seguradora, cuja finalidade é obter renda através de sua locação, foram registrados pelo custo histórico de aquisição deduzido da depreciação acumulada, calculada com base na vida útil estimada bem como perdas por *impairment* acumuladas, quando aplicável. h) Imobilizado: O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, bem como veículos utilizados para a condução dos negócios. Tais ativos são registrados conforme CPC 27 - Ativo Imobilizado, isto é, pelo custo histórico de aquisição deduzido da depreciação que é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada dos ativos. Essas estimativas são revisadas periodicamente. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa

continua →★

continuação

SOMPO SEGUROS S.A.
CNPJ nº 61.383.493/0001-80

SOMPO SEGUROS

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

nº 16.a. Em 15 de junho de 2022, foi aprovada a venda do prédio denominado “Edifício Sompo Seguros” localizado na Rua Cubatão, 320 - São Paulo. Atendendo aos critérios do CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, foi efetuada a reclassificação de 39,4 milhões do imóvel para Bens a venda. Em 30 de agosto de 2022, a venda do imóvel e móveis contido neles foi concluída, pelo montante de 160 milhões. i) Intangível: Os ativos intangíveis, inclusive o ágio, adquiridos em uma combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição. O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A vida útil deste ativo é indefinida, sendo testada anualmente para redução ao valor recuperável no nível da unidade geradora de caixa (“UGC”), comparando o valor presente do fluxo de ganhos futuros da UGC para o valor contábil do ativo intangível. Outros ativos intangíveis, softwares, que são adquiridos ou desenvolvidos pela Seguradora e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. *Software:* Os custos associados com o desenvolvimento interno de *softwares* ou sistemas de informática que gerarão benefícios econômicos futuros são reconhecidos como ativos intangíveis. Tais custos incluem gastos de pessoal próprio de informática e utilização de mão de obra e recursos de terceiros, incrementais para tal desenvolvimento. Os gastos com planejamento, definição de *hardware*, especificações de *software*, análise de alternativas e fornecedores, estudos de viabilidade, treinamentos e testes em fase pré-operacional são reconhecidos como despesa quando incorridos. j) Recuperabilidade de ativos financeiros: A Seguradora avalia a cada data de balanço se há evidência objetiva de perda ou desvalorização nos ativos financeiros. Para prêmios a receber, é reconhecida uma provisão para redução ao valor recuperável, calculada por ramo, com base nos seus respectivos prêmios, de acordo com estudo técnico que considera, entre outros fatores, o histórico de perdas incorridas nos prêmios a receber. Para redução ao valor recuperável de prêmio de cosseguro aceito, sinistros de cosseguro cedido e sinistros de resseguro, é reconhecida uma provisão para redução ao valor recuperável, calculada por ramo, de acordo com estudo técnico. A análise de recuperabilidade é realizada, no mínimo, a cada data de balanço de forma individualizada. k) Recuperabilidade de ativos não financeiros: Ativos sujeitos a depreciação ou amortização são avaliados para recuperabilidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias indicando que o valor contábil do ativo não seja recuperável em tais casos. É reconhecida uma perda por *impairment* pelo montante no qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por *impairment* é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável. l) Provisões técnicas: i) *Definições: Provisões técnicas*: são constituídas por valores estimados ou exatos, contabilizados mensalmente, para fazer face ao pagamento de sinistros, benefícios e despesas relacionadas. Nota técnica atuarial (NTA): Documento que apresenta os parâmetros utilizados na formulação de cálculo dos prêmios de seguro e de como será feita a indenização em cada sinistro e é elaborada conjuntamente às Condições Gerais de cada produto. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros, segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, são aplicáveis às seguradoras autorizadas a funcionar pela SUSEP, de acordo com as determinações da Circular SUSEP n º 648/2021 e suas alterações posteriores, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados nas respectivas notas técnicas atuariais (NTA). • A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo do prazo a decorrer de cada contrato de seguro, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo e é calculada pela proporcionalidade existente entre os dias que faltam a decorrer e o total de dias de vigência de cada apólice de seguro, aplicada ao valor do prêmio emitido; • A provisão de prêmios não ganhos para os riscos vigentes e não emitidos (PPNG- RVNE) é constituída para complementação da PPNG e corresponde aos prêmios estimados para os riscos vigentes, cujas apólices ainda não tenham sido emitidas. O cálculo é baseado principalmente na verificação do tempo médio para emissão de apólices e endossos, de acordo com a base histórica da Seguradora; • A provisão complementar de cobertura (PCC) deve ser constituída quando for constatada insuficiência das provisões técnicas, demonstrada pelo teste de adequação de passivos (TAP), disposto na legislação vigente; • A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída para pagamento dos sinistros ocorridos e avisados na Seguradora, até sua liquidação. É provisionada através de estimativa ou pelo valor determinado, dependendo do ramo/cobertura, de acordo com os sinistros avisados. Esta provisão se divide entre sinistros administrativos (PSL Administrativa) e sinistros judiciais (PSL Judicial). Sinistros administrativos são considerados os sinistros para os quais foi entregue toda a documentação e serão liquidados normalmente pela Seguradora, por processo comum. Sinistros judiciais correspondem aos sinistros avisados e que, por algum motivo, resultaram em processos judiciais, portanto podem se encontrar em diversas fases de tramitação. Para tais ações é constituída, como provisão, um percentual aplicado ao valor em risco, percentual este que é a probabilidade de perda anotada na respectiva nota técnica atuarial da provisão. O montante é atualizado mensalmente pelo índice do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo acrescidos de 0,5% ao mês ou 1,0% ao mês, dependendo da data de entrada da ação e o percentual de perda recalculado periodicamente pela área atuarial. A provisão para sinistros ocorridos e não avisados (IBNR - incurred but not reported) é constituída para fazer frente aos sinistros que ocorreram, mas ainda não foram avisados até a data-base de cálculo. O cálculo é baseado em dados históricos que compreende a análise do tempo existente entre a data de ocorrência e a data do aviso dos sinistros e os respectivos valores pagos ou pendentes de pagamento, e tem o objetivo de estimar o valor futuro dos sinistros já ocorridos a serem avisados. Esta provisão é calculada mensalmente; • A provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER - incurred but not enough reported), é constituída caso a experiência histórica das movimentações de ajustes dos sinistros avisados e ainda não liquidados (PSL) indique necessidade de adequação. Tem a função de refletir eventuais inconsistências entre os valores estimados à data de aviso do sinistro e os efetivos valores de liquidação dos sinistros. Esta provisão pode resultar em provisionamento negativo, se for o caso, sendo a única que pode ocorrer tal fato; • A provisão de despesas relacionadas (PDR) é constituída pelos valores das despesas relacionadas com os sinistros, e tem a finalidade de mensurar o montante de despesas futuras que a Seguradora terá para regular os sinistros avisados; • A provisão matemática de benefícios a conceder (PMBaC) abrange os compromissos assumidos pela Seguradora com os segurados, enquanto não iniciado o evento gerador do pagamento da indenização e/ou renda. Tem a finalidade de provisionar os recursos para pagamento dos benefícios a iniciar. É calculada mensalmente, conforme metodologia descrita em nota técnica atuarial do plano ou produto; • A provisão de salvados e ressarcimentos de sinistros é constituída até o respectivo encontro do bem, independentemente de sua liquidação, calculados com base na experiência histórica observada nos sinistros que tiveram salvados, de acordo com a respectiva Nota Técnica Atuarial. O valor estimado reduzirá o saldo do passivo para a parcela relacionada ao IBNR e parcela relacionada à PSL; e • A estimativa de salvados e ressarcimento de sinistros é constituída após a liquidação de um sinistro e consequente encontro do bem, na qual a Seguradora adquire direito ao salvado ou ao ressarcimento, passando a ter um ativo controlado e reconhecido em uma provisão específica para tal finalidade. É calculada mensalmente de acordo com os dados históricos e com metodologia especificada em nota técnica atuarial, e é contabilizado como ativo da Seguradora. ii) *Teste de adequação dos passivos (TAP):* De acordo com Circular SUSEP nº 648/2021, a Seguradora deverá realizar semestralmente o Teste de Adequação de Passivos - TAP . O objetivo do TAP é avaliar se as Provisões Técnicas constituídas são suficientes para cobrir às obrigações decorrentes do cumprimento dos seus contratos e certificados assumidos até determinada data-base. O TAP foi realizado utilizando métodos estatísticos e atuariais com base em premissas atuais e realistas, conforme parâmetros mínimos determinados pela referida circular. As premissas aplicadas foram: • As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram projetadas considerando fluxos relacionados a prêmios e contribuições registradas e fluxos relacionados a prêmios e contribuições não registradas, considerando ainda as vigências dos respectivos contratos e certificados. • As premissas utilizadas para projeções de prêmios, sinistros, despesas administrativas, despesas alocáveis e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros foram baseadas na experiência histórica observada pela Seguradora considerando um horizonte de tempo de até 5 (cinco) anos. • Dentro da segregação mínima entre Seguros de Danos e Seguros de Pessoas determinada pela regulamentação vigente, as carteiras da Seguradora foram ainda segregadas utilizando critérios de agrupamento de risco de acordo com similaridade de riscos entre elas. • Para o cálculo das estimativas de sobrevivência e de morte, quando aplicáveis, foram utilizadas as tábuas BREMS vigentes no momento da realização do TAP; • As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram descontadas a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP. Para fluxos de seguros de danos foi utilizada a ETTJ Pré-fixada e para fluxos de seguros de pessoas foi utilizada a ETTJ Cupom IPCA. O resultado TAP, realizado na data-base de 31 de dezembro de 2022, considerando as premissas e critérios acima citados, não apresentou insuficiência. m) Benefícios a empregados: Para os empregados são concedidos os seguintes benefícios: i) *Aposentadoria:* A Seguradora é Patrocinadora da PrevSompo - Sompo Entidade de Previdência Complementar que administra 4 (quatro) planos de benefícios previdenciários, assegurando benefícios a empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários. Dois deles são estruturados na modalidade de benefício definido. O primeiro, Plano de Benefícios I, que oferece os benefícios de aposentadoria e pensão, e o segundo, Plano de Benefícios II, que oferece benefícios de risco, aposentadoria por invalidez e pensão por morte. A avaliação atuarial é elaborada ao final de cada exercício. O terceiro, Plano de Benefícios III, está estruturado na modalidade de contribuição variável, sendo que na fase de acumulação de recursos não existe passivo atuarial, uma vez que os compromissos estão limitados ao saldo de contas formado pelas contribuições efetuadas pelos participantes e pela Patrocinadora . Na fase de concessão do benefício o saldo de contas é transformado em uma renda mensal vitalícia, determinada por um fator atuarial que leva em consideração a expectativa de vida do participante e de seus beneficiários, e uma taxa real anual de juros, sendo, nesta fase, avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, para cálculo do passivo atuarial. Os planos de benefícios mencionados acima são calculados com base em premissas atuariais, financeiras e econômicas, tais como: taxa real anual de juros (onde a taxa toma por base os títulos de longo prazo do Governo Federal), tábua de mortalidade, dentre outras, sendo os Planos de Benefício I e II pelo método de crédito unitário projetado e o Plano de Benefício III pelo método de capitalização integral. Em ambos, o ativo ou passivo dos planos de benefícios definido reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação deduzido o valor justo dos ativos do respectivo plano, em compliance ao CPC 33 - Benefícios a Empregados. Estes planos encontram-se bloqueados a novas adesões de participantes. O Plano de Benefícios IV (Confortprev), está estruturado na modalidade de contribuição definida, oferecendo uma renda mensal decorrente do saldo de contas, pelo método de capitalização financeira, não acarretando nenhum passivo para a Patrocinadora, de acordo com a CPC 33. ii) *Benefícios de rescisão - pós-emprego:* A Seguradora, nos termos da convenção coletiva de trabalho à qual está subordinada, concede, por um período limitado de tempo, após a rescisão do contrato de trabalho, o benefício de extensão de cobertura médica. Esses benefícios, comumente chamados de pós-emprego, são provisionados quando o contrato de emprego é rescindido pela Seguradora. A seguradora constitui uma provisão técnica atuarial em virtude deste benefício pós-emprego, estando seus cálculos e premissas de acordo com o Pronunciamento Técnico nº 33 (RI), emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábil - CPC. iii) *Programa de Participação no Resultado:* A Seguradora possui Programa de Participação nos Lucros e Resultados próprio (firmado e aprovado pelo Sindicato dos Securitários de São Paulo no dia 30/06/2022). Esse PPR reconhecerá a contribuição dos esforços de nossos colaboradores durante o exercício no valor de R$ 15,5 milhões no ano de 2022.n) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 16% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Em 02 de setembro de 2022 foi promulgada a Lei 14.446 que eleva em 1% a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das companhias de seguro, entre 1º de agosto e 31 de dezembro de 2022. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do período, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. A recuperabilidade dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos é revisada a cada data de balanço e será reduzida na medida em que sua realização não seja provável. A constituição do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos considera os novos requerimentos determinados pela da Circular SUSEP 648/21, mencionada na nota explicativa nº 2. o) Provisões judiciais, passivos e ativos contingentes: A Seguradora reconhece provisão somente quando existe uma obrigação presente, que possa ser estimada de maneira confiável como resultado de um evento passado e é provável que o pagamento de recursos seja requerido para liquidação dessa obrigação. Os valores provisionados são apurados por estimativa dos pagamentos que a Seguradora possa ser obrigada a realizar em função do desfecho desfavorável de ações judiciais em curso de natureza cível, fiscal e trabalhista e cuja probabilidade de perda seja considerada provável, e estão divulgadas segundo o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados, quando existentes. p) Apuração do resultado: O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. Os custos de aquisição são diferidos e apropriados ao resultado proporcionalmente ao reconhecimento do prêmio ganho. As despesas de resseguros cedidos são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional). Os créditos das contribuições para PIS e COFINS, calculados com base nas alíquotas 0,65% e 4,00%, respectivamente, sobre os sinistros avisados e ainda não pagos são reconhecidos no ativo e no resultado de forma simultânea à constituição da provisão para sinistros a liquidar. As indenizações por sinistros são dedutíveis da base de cálculo do PIS e COFINS quando de sua efetiva liquidação financeira (vide nota explicativa nº 9).

4. GESTÃO DE RISCO

A Seguradora está exposta aos riscos de seguro: operacional, crédito, liquidez, mercado, legal, subscrição e outros, provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros. A finalidade deste item das notas explicativas é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora para gestão e mitigação dos riscos acima mencionados. a) Estrutura de gerenciamento de riscos: A estrutura de gerenciamento de riscos da Sompo Seguros tem como objetivo aumentar a capacidade de criar valor para os stakeholders e cumprir com os objetivos estratégicos. O ERM (Gestão Integrada de Riscos) é um processo de gestão utilizado para o incremento, na cultura corporativa, do conceito de retorno sobre o risco, tendo como premissa o balanceamento entre a eficiência de capital, risco e retorno para sustentação da solidez financeira. Esta estrutura integrada de riscos (ERM) possibilita lidar ativamente com as incertezas e riscos do negócio em todos os níveis, operacional, tático e estratégico, através do monitoramento contínuo e aplicação de medidas preventivas. Adicionalmente, contempla iniciativas que possibilitam o entendimento e fixação de pilares do “framework” e de sua utilização dos mesmos para a tomada de decisão nos negócios. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado dentro de um processo apoiado e alinhado com a estrutura de controles internos e compliance, que visa o cumprimento e adequação às normas internas e externas, dispondo de mecanismos que mitigam os riscos da Seguradora. Para o cumprimento das diretrizes do órgão regulador e boas práticas de Governança Corporativa, a Seguradora possui um Comitê de Auditoria, que abrange as responsabilidades sobre a Gestão de Riscos, como órgão de assessoramento ao Conselho de Administração. Este comitê é responsável pela análise das questões inerentes aos riscos corporativos, além do monitoramento do apetite ao risco, com reportes periódicos. A Diretoria Executiva possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente interno, tais como: a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, prevenção à fraude, código de ética e práticas de aculturamento. Para dar suporte a estas atribuições a Seguradora possui o Subcomitê de Controles Internos, Gestão de Riscos e Compliance. b) Risco operacional: A área de Gestão de Riscos e Compliance é responsável por identificar, avaliar, mensurar, tratar e monitorar os riscos operacionais, reputacionais e estratégicos na Sompo Seguros, considerando a sua origem, as suas características e o seu potencial impacto sobre o negócio. Os demais riscos, como subscrição, mercado, crédito e liquidez são monitorados através dos indicadores de apetite de riscos da Seguradora. O gerenciamento do risco operacional é realizado visando a mitigação dos riscos que podem resultar em perdas financeiras decorrente de falhas, ineficiência ou inadequação dos processos de pessoas e sistemas ou de eventos externos. Existe aplicação de metodologia específica para avaliação dos riscos operacionais, tal qual seu monitoramento e definição de ações de melhoria junto às áreas envolvidas no processo. A Sompo Seguros mantém uma base histórica de registros com suas perdas operacionais e ciclos periódicos de avaliação junto às áreas, conforme determinações do órgão regulador. c) Gestão de risco de seguro: O risco de seguro é o risco transferido do segurado para a Seguradora por conta da probabilidade de ocorrência de um evento incerto e aleatório que será indenizado em caso de sinistro. A Seguradora observa se há acúmulo de riscos e, caso haja, é verificada a necessidade de se obter resseguro para minimizá-lo. A Seguradora utiliza estratégias de verificação da diversificação de riscos e programas de resseguro com resseguradoras que possuam *rating* de risco de crédito satisfatório, que indica probabilidade de ruína minimizado. Para a minimização da volatilidade, é efetuada a diversificação de risco, analisando o tipo de cada um; se há concentração de riscos nas diversas regiões, é controlada a qualidade do risco a ser segurado. Os principais segmentos de seguros na gestão de riscos estão divididos como segue: (i) Automóvel: convencional e frotas; (ii) Ramos Elementares Massificados: Empresarial, Residencial, Condomínio e demais; (iii) Ramos Elementares Corporativos: Riscos Nomeados e Operacionais, Responsabilidade Civil, Garantia, Engenharia e demais; (iv) Vida: Vida em Grupo, Vida Individual e Prestamista; (v) Transportes: nacional, internacional e responsabilidades; (vi) Agronegócio & RD: Equipamentos agrícolas, Penhor rural, Riscos diversos e Seguro agrícola. A análise do risco de seguro é efetuada constantemente, com a avaliação do limite de retenção, da cessão do resseguro, controle e análise das provisões técnicas e se estão constituídos os capitais necessários de acordo com a legislação. Também são avaliadas as principais carteiras que contenham um número de segurados adequados para aplicação de metodologias específicas e que traduzirão na indicação de um resultado coerente e adequado.

	Dez/22				Dez/21			
Segmentos	**Prêmios de seguros 12/2022**	**Parcela ressegurada 12/2022**	**Prêmios retidos 12/2022**	**Prêmios retidos por segmento % 12/2022**	**Prêmios de seguros 12/2021**	**Parcela ressegurada 12/2021**	**Prêmios retidos 12/2021**	**Prêmios retidos por segmento % 12/2021**
Automóvel	**1.305.393**	**(52.477)**	**1.252.916**	**38,12%**	**1.033.176**	**(311.363)**	**721.813**	**31,93%**
Demais ramos elementares	**2.397.841**	**(613.862)**	**1.783.979**	**54,28%**	**1.903.061**	**(702.379)**	**1.200.682**	**53,11%**
Patrimonial	958.035	(312.277)	645.758	19,65%	780.315	(385.271)	395.044	17,47%
Transportes	933.479	(207.196)	726.283	22,10%	719.650	(230.663)	488.987	21,63%
Rural	368.098	(62.921)	305.177	9,29%	257.751	(50.399)	207.352	9,17%
Responsabilidades	72.035	(5.713)	66.322	2,02%	70.280	(12.785)	57.495	2,54%
Outros	66.194	(25.755)	40.439	1,23%	75.065	(23.261)	51.804	2,29%
Pessoas	**257.693**	**(7.976)**	**249.717**	**7,60%**	**346.213**	**(8.037)**	**338.176**	**14,96%**
Pessoas coletivo	223.884	(7.032)	216.852	6,60%	315.023	(6.471)	308.552	13,65%
Pessoas individual	33.809	(944)	32.865	1,00%	31.190	(1.566)	29.624	1,31%
Total	**3.960.927**	**(674.315)**	**3.286.612**	**100,00%**	**3.282.450**	**(1.021.779)**	**2.260.671**	**100,00%**

	Dez/22				Dez/21			
Região	**Automóvel**	**Demais Ramos Elementares**	**Pessoas**	**Total**	**Automóvel**	**Demais Ramos Elementares**	**Pessoas**	**Total**
Centro - Oeste	86.250	230.332	87.147	403.729	68.281	160.529	131.574	360.384
Nordeste	87.078	124.502	4.524	216.104	70.880	112.081	4.188	187.149
Norte	18.999	69.749	3.124	91.872	20.714	49.710	5.227	75.651
Sudeste	864.056	1.392.418	93.165	2.349.639	657.876	1.109.755	103.606	1.871.237
Sul	249.010	580.840	69.733	899.583	215.425	470.986	101.618	788.029
Total	**1.305.393**	**2.397.841**	**257.693**	**3.960.927**	**1.033.176**	**1.903.061**	**346.213**	**3.282.450**

d) Análise de sensibilidade da sinistralidade: A Seguradora efetua análise de sensibilidade da sinistralidade considerando cenários otimista e pessimista, com base em seu histórico. Esse estudo é submetido à apreciação da Administração no mínimo semestralmente, para determinação das diretrizes e ajustes nos planos de negócios, quando aplicável. O quadro abaixo demonstra os impactos de uma piora e/ou melhora no índice de sinistralidade da Seguradora em 31 de dezembro de 2022:

	Piora de - 15 p.p.s.	**Piora de - 5 p.p.s.**	**Cenário base (valores reais)**	**Melhora de - 5 p.p.s.**	**Melhora de - 15 p.p.s.**
Prêmios ganhos	3.581.602	3.581.602	3.581.602	3.581.602	3.581.602
Sinistros ocorridos	(2.271.245)	(2.073.746)	(1.974.996)	(1.876.246)	(1.678.747)
Índice de sinistralidade	(63,41)%	(57,90)%	(55,14)%	(52,39)%	(46,87)%
Impacto bruto	(296.249)	(98.750)	–	98.750	296.249
Impacto líquido de impostos	(177.749)	(59.250)	–	59.250	177.749

	Dez/22			Índices - %	
Composição por segmento	**Prêmios ganhos brutos de resseguro**	**Sinistros ocorridos brutos de resseguro**	**Custos de aquisição brutos de resseguro**	**Sinistralidade**	**Comissionamento**
Automóvel	**1.177.571**	**(923.777)**	**(227.599)**	**(78)%**	**(19)%**
Demais ramos elementares	**2.162.008**	**(1.019.582)**	**(475.554)**	**(47)%**	**(22)%**
Patrimonial	853.101	(326.711)	(182.501)	(38)%	(21)%
Transportes	859.681	(425.978)	(176.988)	(50)%	(21)%
Rural	299.986	(211.637)	(75.569)	(71)%	(25)%
Responsabilidades	68.570	(51.514)	(16.130)	(75)%	(24)%
Outros	80.670	(3.742)	(24.366)	(5)%	(30)%
Pessoas	**242.023**	**(31.637)**	**(109.309)**	**(13)%**	**(45)%**
Pessoas coletivo	199.887	(75.862)	(94.745)	(38)%	(47)%
Pessoas individual	42.136	44.225	(14.564)	105%	(35)%
Total	**3.581.602**	**(1.974.996)**	**(812.462)**	**(55)%**	**(23)%**

	Dez/22			Índices - %	
Composição por segmento	**Prêmios ganhos líquidos de resseguro**	**Sinistros ocorridos líquidos de resseguro**	**Custos de aquisição líquidos de resseguro**	**Sinistralidade**	**Comissionamento**
Automóvel	**1.119.922**	**(891.051)**	**(213.262)**	**(80)%**	**(19)%**
Demais ramos elementares	**1.535.837**	**(702.169)**	**(439.188)**	**(46)%**	**(29)%**
Patrimonial	540.064	(236.332)	(167.900)	(44)%	(31)%
Transportes	648.170	(335.895)	(162.370)	(52)%	(25)%
Rural	231.707	(79.725)	(70.211)	(34)%	(30)%
Responsabilidades	62.624	(48.399)	(15.985)	(77)%	(26)%
Outros	53.272	(1.818)	(22.722)	(3)%	(43)%
Pessoas	**234.046**	**(29.422)**	**(109.309)**	**(13)%**	**(47)%**
Pessoas coletivo	192.855	(75.139)	(94.745)	(39)%	(49)%
Pessoas individual	41.191	45.717	(14.564)	(111)%	(35)%
Total	**2.889.805**	**(1.622.642)**	**(761.759)**	**(56)%**	**(26)%**

e) Gestão de riscos financeiros: Para mitigar os riscos financeiros significativos, a Seguradora utiliza uma abordagem de gestão de ativos e passivos, considerando principalmente os vencimentos e a estrutura de classes dos passivos, em comparação com os ativos financeiros. Consideram-se também os requerimentos regulatórios e o ambiente macroeconômico. As análises são realizadas levando em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros. A Administração utiliza esses resultados no processo de decisão, planejamento e, também, para identificação de riscos financeiros específicos originados de certos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. Os resultados são reportados mensalmente para o Comitê de Investimentos que avalia a exposição ao risco. i) *Gestão de risco de liquidez:* Define-se risco de liquidez como a possibilidade da seguradora não ser capaz de cumprir eficientemente suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas. A gestão de risco mantém o compromisso de honrar todos os passivos de seguros e compromissos assumidos em seus vencimentos. A ferramenta utilizada pela Seguradora para avaliação do risco de liquidez é a gestão da relação estabelecida entre ativos e passivos, no curto e longo prazo. A Administração avalia periodicamente o resultado desse estudo e realinha sua estratégia de investimentos, quando necessário. Os passivos de seguros estão alocados no tempo segundo a melhor expectativa quanto à data de liquidação destas obrigações, considerando estudos atuariais. A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. Em relação aos ativos financeiros, são as aplicações financeiras detidas no portfolio de investimentos e, em relação aos passivos, são as provisões técnicas atuariais, já liquidas de redutores, as quais são apresentadas também no Quadro 16 do FIP. Verifica-se, em sua totalidade, que os ativos apresentados possuem um superávit em relação aos passivos da companhia e a suas respectivas distribuições ao longo do tempo. Ou seja, a Seguradora possui ativos financeiros suficientes para arcar com suas obrigações.

	Dez/2022		Dez/2021	
	Ativos	**Passivos**	**Ativos**	**Passivos**
Até 1 ano	1.432.641	1.176.811	570.942	896.756
Até 5 anos	655.482	334.286	959.474	350.783
Maior que 5 anos	17.848	85.130	12.319	105.137
Total	**2.105.971**	**1.596.227**	**1.542.735**	**1.352.676**

Todas as avaliações para fins deste controles de liquidez (ativo e passivo) são realizadas considerando dias úteis da data de referência até sua expectativa de vencimento. ii) *Gestão de risco de crédito:* Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte do contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações para com a Seguradora. A Seguradora monitora o cumprimento da política de risco de crédito para garantir que os limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos. Esse monitoramento é realizado sobre os ativos financeiros que, de forma individual ou coletiva, compartilham riscos similares, levando em consideração: a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. Limites de risco de crédito são determinados com base no *rating* de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas. Os ativos financeiros são investidos (ou reinvestidos) somente em instituições financeiras com alta qualidade de *rating* de crédito, seguindo as determinações da Política Corporativa de Investimentos Financeiros, que determina como *rating* mínimo BBB (escala nacional de longo prazo) exceto para depósitos a prazo com garantia especial. A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos. Nos ramos de risco decorridos a exposição é maior uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. Os ramos de riscos decorridos comercializados são vida em grupo, garantia e transporte. Os mesmos são substancialmente reduzidos (é considerada baixa) quando, em certos casos, a cobertura de sinistros pode ser cancelada (segundo regulamentação brasileira) caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Seguradora em 31 de dezembro de 2022 distribuídos por *rating* de crédito. Foram utilizadas classificações de crédito das agências Standard & Poor’s, Moody’s e Fitch Ratings, nesta ordem, exceto títulos públicos por se tratar de risco soberano. Os ativos classificados na categoria sem *rating* compreendem substancialmente valores a serem recebidos de segurados que não possuem *ratings* de créditos individuais.

Ativos financeiros / *rating*	**AAA**	**AA**	**A**	**Sem *rating***	**Total**
A valor justo por meio do resultado	**109.503**	**19.925**	**3**	**–**	**129.431**
Quotas de fundos de investimentos	109.503	19.925	3	–	129.431
Disponíveis para a venda	**1.976.540**	**–**	**–**	**–**	**1.976.540**
Título de renda fixa público	1.924.867	–	–	–	1.924.867
Título de renda fixa privado	51.673	–	–	–	51.673
Caixa e equivalentes de caixa	–	–	–	53.850	53.850
Prêmios a receber de segurados	–	–	–	1.363.805	**1.363.805**
Total do circulante e não circulante	**2.086.043**	**19.925**	**3**	**1.417.655**	**3.523.626**

A tabela a seguir apresenta o total de ativos financeiros agrupados por classe de ativos e divididos entre ativos deteriorados (*impaired*) e ativos vencidos e não vencidos não classificados como deteriorados.

	Ativos não vencidos e não deteriorados	**Ativos vencidos 0 a 3 meses**	**3 a 6 meses**	**6 a 12 meses**	**acima de 1 ano**	**Provisão para perda**	**Saldo contábil 31/12/2022**
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	**129.431**	–	–	–	–	–	**129.431**
Quotas de fundos de investimentos	129.431	–	–	–	–	–	129.431
Ativos financeiros disponíveis para a venda	**1.976.540**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**1.976.540**
Título de renda fixa público	1.924.867	–	–	–	–	–	1.924.867
Título de renda fixa privado	51.673	–	–	–	–	–	51.673
Empréstimos e recebíveis	**1.320.341**	**50.719**	**–**	**2.666**	**54.002**	**(63.923)**	**1.363.805**
Prêmios a receber de segurados	1.320.341	50.719	–	2.666	54.002	(63.923)	1.363.805
Caixa e equivalentes de caixa	**53.850**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**53.850**
Total do circulante e não circulante	**3.480.162**	**50.719**	**–**	**2.666**	**54.002**	**(63.923)**	**3.523.626**

Recuperação de resseguro: A Seguradora continua gerenciando o risco de crédito com os resseguradores com base na “Lista de security de resseguradores” recebida da Sompo International. Privilegia, mas dentro do conceito da legislação local de resseguro, os resseguradores cuja classificação de *rating* seja A ou superior em negócios com vigência de até 12 meses (*short tail*) e *rating* A+ ou superior em negócios com vigência maior que 12 meses (*long tail*), para garantir que a mitigação dos riscos de seguros e de crédito seja alcançada. O trabalho e estratégia continuam direcionados em parceira com a unidade jurídica corporativa e as unidades de subscrição e, durante a negociação de contratos de resseguro, sempre se trabalha com o conceito de “contract certainty”, para garantir que todos os termos e condições negociados sejam transparentes e conhecidos por ambas as partes contratuais e para que, adicionalmente, não existam defeitos ou vícios de consentimento. *Gerenciamento de risco de crédito:* Como parte da estratégia de resseguro para melhor gestão do risco de crédito, a Seguradora revisa periodicamente as estruturas dos contratos de resseguro e controla, mensalmente, os saldos dos prêmios de resseguro a pagar e os saldos dos créditos de sinistros a recuperar. A fim de estabelecer maior previsibilidade e estabilidade de resultados, visamos manter relacionamentos de longo prazo junto a nossos parceiros de negócio.

Classe	**Categoria de risco**	**Dez/2022**	**Dez/2021**
Local	AA	39.828	8.146
Local	AA-	20.720	23.887
Local	A++	144	979
Local	A+	1.829	2.194
Local	A	5.857	56.298
Local	B++	7.589	12.646
Admitida	AA-	9.677	9.384
Admitida	A++	147	237
Admitida	A+	6.755	12.498
Admitida	A	4.597	4.545
Eventual	AA-	–	1.553
Eventual	A+	2.484	26.426
Eventual	A	9.170	2.223
Total Geral		**108.797**	**161.016**

iii) *Gestão de risco de mercado:* A Sompo Seguros utiliza análises de sensibilidade e testes de stress, desenvolvidos pelo custodiante da carteira de investimentos como ferramenta de gestão de riscos de mercado. Para o cálculo do VaR (Value at Risk), a Seguradora utiliza como limite 0,5% ao dia, com 95% de nível de confiança. Para a posição de 31 de dezembro de 2022, a perda máxima potencial é de 0,13% do valor total da carteira de investimentos. O VaR tem como objetivo estimar uma possível perda máxima da carteira de investimentos com um determinado índice de confiança. A metodologia do VaR paramétrico utiliza uma rentabilidade estimada e assume uma distribuição normal de rentabilidade, considerando variáveis econométricas e estatísticas. A gestão de investimentos da Seguradora faz acompanhamento diário da volatilidade da carteira e, havendo um momento de stress que atinja negativamente o valor dos ativos e/ou o patrimônio da Seguradora, convoca o Comitê de Investimentos para exposição da situação e sugestão de eliminação ou mitigação do risco existente. A Seguradora possui passivos financeiros com taxas de juros pós-fixadas cujo montante de principal e juros são alterados conforme oscilações de índices financeiros. Determinados contratos com fornecedores de serviços e outros tipos de fornecimento são atualizados periodicamente por índices de inflação ou índices gerais de preços ao consumidor. O risco de taxa de juros é inversamente correlacionado às mudanças nas taxas de juros de mercado para os ativos financeiros com taxas pré-fixadas. Consequentemente, caso as taxas de juros sejam reduzidas/aumentadas o valor justo desses ativos tende a oscilar gerando marcação a mercado (MTM). f) Gestão de risco de capital: O Capital Mínimo Requerido (CMR), que determina o valor a ser apropriado para a manutenção da solvência da seguradora, é composto por quatro riscos: subscrição, crédito, mercado e operacional, através de formulação exigida pela SUSEP. O CMR é calculado mensalmente pelo somatório dos capitais de risco individuais, de acordo com metodologia adotada na legislação vigente, deduzindo a correlação entre os riscos de subscrição, crédito e mercado. A suficiência do CMR ocorre quando o patrimônio líquido ajustado total (PLA) for maior que o CMR, demonstrando que a seguradora tem suficiência para garantia dos riscos assumidos. A suficiência da cobertura das provisões técnicas ocorre quando os ativos garantidores são maiores que o montante de provisões técnicas. A tabela apresentada a seguir demonstra os valores que compõem o capital mínimo requerido em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, conforme Resolução CNSP 432/2021:

	Dez/2022	**Dez/2021**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.067.487**	**972.572**
(I) Ajustes Contábeis	**(229.412)**	**(244.603)**
Participação em Sociedades Financeiras e não Financeiras, Nacionais ou no Exterior	(17.418)	(1.359)
Despesas Antecipadas	(10.572)	(9.489)
Créditos tributários e prejuízos fiscais	(15.816)	–
Ativos Intangíveis	(159.638)	(205.977)
Custos de Aquisição Diferidos não Diretamente Relacionados à PPNG	(25.968)	(27.778)
(II) Ajustes Associados à Variação dos Valores Econômicos	**103.757**	**61.225**
Superávit entre Provisões e Fluxo Realista de Prêmios e Contribuições Registradas	103.757	61.225
(III) Ajustes de Qualidade de Cobertura do CMR - com limitador	**(17.596)**	–
PLA nível 3	**117.500**	–
Créditos Tributários de Diferenças Temporárias, Limitado a 15% do CMR	89.551	–
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (+)	27.949	–
Patrimônio Líquido Ajustado (a)	**924.236**	**789.194**
Capital Mínimo Requerido (b) = Maior entre (c) e (d)	**666.027**	**473.678**
Capital Base (c)	**15.000**	**15.000**
Capital de Risco (d)	**666.027**	**473.678**
Capital Adicional de Risco de Subscrição	589.975	415.488
Capital Adicional de Risco de Crédito	78.396	61.253
Capital Adicional de Risco Operacional	23.751	20.117
Capital Adicional de Risco de Mercado	32.833	15.316
Redução de Correlação entre o Risco de Crédito e Subscrição	(58.928)	(38.496)
R$ Suficiência de capital (PLA - CMR)	**258.210**	**315.516**
Ativos Garantidores	1.907.996	1.542.734
Necessidade de Cobertura	1.596.227	1.352.676
Suficiência de ativos garantidores (vide nota explicativa nº20)	**311.769**	**190.058**
% Liquidez de Ativos	**19,53%**	**14,05%**

Níveis de PLA	**PLA**	**Ajuste**	**PLA Final**
Nível 1	720.575	–	720.575
Nível 2	103.757	–	103.757
Nível 3	117.500	(17.596)	99.904
Total	**941.832**	**(17.596)**	**924.236**

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A classificação das aplicações financeiras por categoria, vencimento, taxas de juros contratadas (médias) e respectivos níveis é apresentada da seguinte forma em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021: a) Resumo da classificação dos ativos financeiros: A divulgação por nível, relacionada à mensuração do valor justo é realizada com base nos seguintes níveis: • Nível 1: Preços cotados em mercados ativos; • Nível 2: “*Inputs*”, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3: Premissas para o ativo que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“*inputs*” não observáveis).

a) Resumo das aplicações:

	Dez/2022								
	Taxa Contratada %	**Percentual classificado por categoria**	**Sem vencimento definido ou vencíveis até 1 ano**	**Vencíveis 1 a 2 anos**	**Vencíveis acima 2 anos**	**Valor do custo atualizado**	**Ajuste ao valor justo**	**Nível 1**	**Nível 2**
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado		**6,15%**	**129.431**	**–**	**–**	**129.431**	**–**	**–**	**129.431**
Quotas de fundos de investimentos abertos			129.431	–	–	129.431	–	–	129.431
Ativos financeiros disponíveis para venda		**93,85%**	**719.608**	**633.653**	**623.279**	**2.054.632**	**(78.092)**	**1.951.536**	**25.004**
Títulos públicos federais - LFT/NTN-B e NTN-F	100% Selic (LFT) 6,16% a.a até 6,25% a.a (NTN-F) 1,55% a.a até 6,18% a.a+ IPCA (NTN-B) 5,03% a.a até 6,08% a.a. (LTN)		667.935	633.653	623.279	2.000.395	(75.528)	1.924.867	–
Títulos privados - letras financeiras - LF	80% CDI a 100% CDI (LF) 5,06% a.a. (LF)		25.004	–	–	25.006	(2)	–	25.004
Valores mobiliários privados - quotas de fundos de investimentos abertos			26.669	–	–	29.231	(2.562)	26.669	–
Total			**849.039**	**633.653**	**623.279**	**2.184.063**	**(78.092)**	**1.951.536**	**154.435**

continua

→★ continuação

SOMPO SEGUROS S.A.
CNPJ nº 61.383.493/0001-80

SOMPO SEGUROS

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Taxa Contratada %	Percentual classificado por categoria	Sem vencimento definido ou vencíveis até 1 ano	Vencíveis 1 a 2 anos	Vencíveis acima 2 anos	Valor do custo atualizado	Ajuste ao valor justo	Nível 1	Nível 2
	Dez/2021								
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado		**3,76%**	**57.996**	**–**	**–**	**57.996**	**–**	**–**	**57.996**
Quotas de fundos de investimentos abertos			57.996	–	–	57.996	–	–	57.996
Ativos financeiros disponíveis para venda		**96,24%**	**349.320**	**410.684**	**724.735**	**1.580.599**	**(95.860)**	**1.448.649**	**36.090**
Títulos públicos federais - LFT NTN-B e NTN-F	100% Selic (LFT) 6,16% a.a até 6,25% a.a (NTN-F) 1,55% a.a.+ IPCA até / 2,93% a.a.+ IPCA 3,85% a.a até 6,08% a.a (LTN)		322.160	388.636	724.735	1.530.114	(94.583)	1.435.531	–
Títulos privados - letras financeiras - LF	100% até 105% CDI (LF) 5,06% a.a até 5,29% a.a (LF)		4.825	22.048	–	27.043	(170)	–	26.873
Valores mobiliários privados - quotas de fundos de investimentos abertos			13.118	–	–	14.231	(1.113)	13.118	–
Títulos privados - debênture - DEB	112% CDI (DEB)		9.217	–	–	9.211	6	–	9.217
Total			**407.316**	**410.684**	**724.735**	**1.638.595**	**(95.860)**	**1.448.649**	**94.086**

b) Movimentação das aplicações:

	Saldo em 31/12/2021	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajustes TVM	Saldo em 31/12/2022
Valor justo por meio do resultado	**57.996**	**418.850**	**(362.110)**	**14.695**	**–**	**129.431**
Quotas de fundos de investimentos abertos	57.996	418.850	(362.110)	14.695	–	129.431
Disponíveis para venda	**1.484.739**	**1.469.982**	**(1.143.134)**	**147.186**	**17.767**	**1.976.540**
Títulos privados - CDB e Letras Financeiras	26.873	–	(5.079)	3.043	167	25.004
Títulos privados - Debêntures	9.217	–	(10.053)	842	(6)	–
Títulos públicos federais	1.435.531	1.454.982	(1.128.002)	143.301	19.055	1.924.867
Quotas de fundos de investimentos abertos	13.118	15.000	–	–	(1.449)	26.669
Total	**1.542.735**	**1.888.832**	**(1.505.244)**	**161.881**	**17.767**	**2.105.971**

c) Desempenho da carteira de aplicações financeiras: A administração mensura o desempenho de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação do CDI comparada com a rentabilidade calculada com base no valor justo de suas aplicações. Em dezembro 2022, o retorno da carteira de investimentos atingiu 9,33% no ano, representando uma performance de 75% do CDI (12,39)%.Esta mesma análise feita para o ano de 2021, revela um retorno de (0,80)% e uma performance de (18,1)% do CDI (4,42)%.

6. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS

a) Prêmios a receber de segurados:

	dez/22 Prêmios a receber de segurados	dez/22 Redução ao valor recuperável	dez/22 Prêmios a receber líquido	dez/22 Período médio de parcelamento	dez/21 Prêmios a receber de segurados	dez/21 Redução ao valor recuperável	dez/21 Prêmios a receber líquido	dez/21 Período médio de parcelamento
Automóvel	400.355	(1.013)	399.342	4	335.464	(237)	335.227	5
Patrimonial	359.903	(728)	359.175	3	277.026	(540)	276.486	4
Transportes	443.949	(5.122)	438.827	1	366.579	(4.249)	362.330	1
Pessoas	111.544	(53.575)	57.969	4	134.383	(1.546)	132.837	2
Rural	64.563	(471)	64.092	3	37.357	(205)	37.152	3
Responsabilidades	21.038	(55)	20.983	3	19.010	(10)	19.000	3
Riscos Financeiros	24.651	(2.959)	21.692	1	22.690	(214)	22.476	1
Demais Ramos	1.725	–	1.725	1	1.636	–	1.636	1
Total	**1.427.728**	**(63.923)**	**1.363.805**		**1.194.145**	**(7.001)**	**1.187.144**	

b) *Aging* de prêmios a receber:

Aging de prêmios a receber	dez/22	dez/21
Prêmios a vencer	**1.320.341**	**1.094.805**
De 1 a 30 dias	469.988	470.442
De 31 a 60 dias	281.349	183.908
De 61 a 120 dias	255.031	212.415
De 121 a 180 dias	127.454	116.910
De 181 a 365 dias	137.853	106.248
Superior a 365 dias	48.666	4.882
Prêmios vencidos	**107.387**	**99.340**
De 1 a 30 dias	37.579	31.902
De 31 a 60 dias	5.207	3.373
De 61 a 120 dias	5.918	2.084
De 121 a 180 dias	2.015	1.588
De 181 a 365 dias	2.666	965
Superior a 365 dias (*)	54.002	59.428
Total do circulante e não circulante	**1.427.728**	**1.194.145**
Provisão para redução ao valor recuperável	**(63.923)**	**(7.001)**
Total do circulante e não circulante	**1.363.805**	**1.187.144**

(*) Durante o último trimestre do ano de 2021, a Seguradora iniciou diversas discussões internas relativas a este saldo de prêmios vencidos há mais de 365 dias do produto viagem, bem como a sua relação comercial com o estipulante deste produto, que está em run-off. A Sompo Seguros realizou a RVR no início de 2022 enquanto aguada a finalização dos processos com a estipulante.

c) Movimentação de prêmios a receber:

Saldo em 31 de Dezembro de 2020	**1.177.472**
Prêmios emitidos	3.830.143
Prêmios cancelados	(486.621)
Restituições	(31.462)
Recebimentos	(3.306.827)
Adicional de fracionamento	(781)
IOF	2.914
Riscos vigentes e não emitidos - RVNE	5.255
Variação cambial	1.490
Redução ao valor recuperável	(4.439)
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	**1.187.144**
Prêmios emitidos	4.522.801
Prêmios cancelados	(473.450)
Restituições	(29.298)
Recebimentos	(3.770.342)
Adicional de fracionamento	(2.940)
IOF	(13.561)
Riscos vigentes e não emitidos - RVNE	3.346
Variação cambial	(2.973)
Redução ao valor recuperável	(56.922)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	**1.363.805**

7. ATIVOS DE RESSEGUROS E OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS

Dez/2022

	Prêmio de Resseguro diferido - PPNG	Prêmio de Resseguro diferido - RVNE	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros pagos	Provisão para despesas relacionadas	Provisão de IBNR	Provisão de IBNER	Provisão para despesas relacionadas - IBNR	Provisão para redução ao valor recuperável	Total
Automóvel	**769**	**131**	**4.828**	**8.690**	**473**	**1.033**	**350**	**903**	**(393)**	**16.784**
Demais ramos elementares	**407.299**	**32.552**	**300.686**	**102.472**	**12.492**	**39.730**	**88.954**	**11.954**	**(4.741)**	**991.398**
Patrimonial	192.633	28.116	217.050	39.209	8.906	12.728	72.952	8.584	(371)	579.807
Transportes	145.850	2.289	36.781	43.158	1.478	10.742	3.657	978	(4.034)	240.899
Rural	26.131	1.070	11.088	13.078	631	12.833	7.300	335	(127)	72.339
Responsabilidades	3.936	38	31.431	2.325	916	2.105	5.045	239	(199)	45.836
Outros	38.749	1.039	4.336	4.702	561	1.322	–	1.818	(10)	52.517
Pessoas	**4.794**	**–**	**2.777**	**2.769**	**345**	**2.013**	**876**	**209**	**–**	**13.783**
Pessoas coletivo	4.300	–	687	1.340	215	1.872	876	191	–	9.481
Pessoas individual	494	–	2.090	1.429	130	141	–	18	–	4.302
Total em 31 de dezembro de 2022	**412.862**	**32.683**	**308.291**	**113.931**	**13.310**	**42.776**	**90.180**	**13.066**	**(5.134)**	**1.021.965**

Dez/2021

	Prêmio de Resseguro diferido - PPNG	Prêmio de Resseguro diferido - RVNE	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros pagos	Provisão para despesas relacionadas	Provisão de IBNR	Provisão de IBNER	Provisão para despesas relacionadas - IBNR	Provisão para redução ao valor recuperável	Outros Créditos	Total
Automóvel	**44.846**	**2.871**	**37.786**	**12.671**	**1.130**	**7.180**	**4.529**	**4.682**	**(1.536)**	**9.292**	**123.451**
Demais ramos elementares	**359.210**	**33.516**	**442.394**	**141.213**	**9.969**	**31.760**	**97.766**	**14.637**	**(4.452)**	**(2.241)**	**1.123.772**
Patrimonial	169.419	29.790	330.765	40.463	5.806	12.776	82.525	11.794	(2.136)	270	681.472
Transportes	125.653	2.553	40.125	36.191	1.716	10.711	3.486	147	(1.981)	(970)	217.631
Rural	19.895	221	15.400	50.840	795	5.788	6.506	393	(115)	–	99.723
Responsabilidades	4.296	207	35.282	1.777	966	2.079	5.249	802	(53)	643	51.248
Outros	39.947	745	20.822	11.942	686	406	–	1.501	(167)	(2.184)	73.698
Pessoas	**6.921**	**–**	**4.492**	**6.306**	**33**	**3.107**	**1.225**	**196**	**(237)**	**–**	**22.043**
Pessoas coletivo	6.100	–	1.056	3.063	19	2.183	913	96	(185)	–	13.245
Pessoas individual	821	–	3.436	3.243	14	924	312	100	(52)	–	8.798
Total em 31 de dezembro de 2021	**410.977**	**36.387**	**484.672**	**160.190**	**11.132**	**42.047**	**103.520**	**19.515**	**(6.225)**	**7.051**	**1.269.266**

8. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

	Dez/2022	Dez/2021
Ressarcimentos a receber (Nota 8.a)	8.663	13.931
Ressarcimentos a receber estimados (Nota 8.b)	5.424	3.969
Outros Créditos	5.624	2.714
Total	**19.711**	**20.614**

a) *Aging* de ressarcimentos a receber:

Aging de ressarcimento	Dez/2022 Valor bruto	Dez/2022 Redução ao valor recuperável	Dez/2022 Valor líquido	Dez/2021 Valor bruto	Dez/2021 Redução ao valor recuperável	Dez/2021 Valor líquido
A vencer	8.608	(371)	8.237	13.319	–	13.319
De 1 a 30 dias	480	(107)	373	465	–	465
De 31 a 60 dias	69	(40)	29	147	–	147
De 61 a 180 dias	165	(141)	24	414	(414)	–
De 181 a 365 dias	81	(81)	–	1.990	(1.990)	–
Superior a 365 dias	284	(284)	–	–	–	–
Total	**9.687**	**(1.024)**	**8.663**	**16.335**	**(2.404)**	**13.931**

b) Ressarcimentos a receber estimados: O quadro a seguir refere-se à expectativa para realização dos ressarcimentos a receber estimados.

Prazo	1º Ano	2º Ano	3º Ano
Janeiro/2023	1.084		
Fevereiro/2023	725		
Março/2023	462		
Abril/2023	351		
Maio/2023	189		
Junho/2023	84		
Julho/2023	245		
Agosto/2023	155		
Setembro/2023	113		
Outubro/2023	72		
Novembro/2023	77		
Dezembro/2023	98		
Primeiro semestre	2.895	571	419
Segundo semestre	760	626	153
Estimativa total por período	3.655	1.197	572
Estimativa total de Ressarcimento	5.424		

9. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

A recuperabilidade dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos é revisada a cada data de balanço com base em estudo técnico preparado pela Administração. Nos termos dispostos pelo artigo 118 da Circular SUSEP nº 648 de 2021, os créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, e aqueles decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais de apuração de resultados, devem ser desreconhecidos quando não houver expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para que o crédito tributário seja utilizado. Considerando que a operação de venda da operação de Varejo para a HDI, mencionada na nota 1, deverá ser concluída até junho de 2023, a administração acredita que há fortes indícios de que a Sompo Seguros terá lucro tributável em 2023, e assim sendo, entende que os critérios do CPC 32 e da Circular SUSEP nº 648/2021 serão atendidos no que tange ao reconhecimento dos ativos diferidos fiscais. Em observância às normas do Órgão Regulador, a Seguradora estabeleceu uma reversão parcial da provisão para perda dos créditos tributários no montante de R$ 132,719 milhões. Desta forma o saldo de *"Impairment"* no ano calendário de 2022 corresponde ao valor total de R$386.241 (R$478.573 em 12/2021).

	dez/2022	dez/2021
Créditos tributários de diferenças temporárias (nota 9.a)	125.699	103.312
(–) Impairment IRPJ/CSLL DTA (Nota 9.a)	(5.851)	(99.698)
Créditos tributários de diferenças temporárias PPA	7.285	12.428
(–) Impairment IRPJ/CSLL DTA - PPA	(7.285)	(12.428)
Créditos tributários de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social (nota 9.b)	351.012	328.108
(–) Impairment IRPJ/CSLL DTA	(335.191)	(328.108)
Créditos de PIS e COFINS	41.656	38.543
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.398	1.242
IRPJ/CSLL MTM	31.237	38.114
(–) Impairment IRPJ/CSLL DTA	(31.237)	(38.114)
IRPJ/CSLL Arrendamento Mercantil	7.593	225
(–) Impairment IRPJ/CSLL DTA	(6.677)	(225)
Crédito de Previdência Social - INSS	3.125	2.638
Crédito de Imposto sobre Serviços - ISS	39	96
Crédito de Imposto sobre Circulação de Mercadoria - ICMS	6.281	6.281
Outros	1.248	1.240
Subtotal	**190.332**	**53.654**
(–) Tributos diferidos passivo	(3.346)	(2.670)
Total do circulante e não circulante	**186.986**	**50.984**

	Saldo em 31/12/2021	Adição	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Créditos tributários de diferenças temporárias	103.312	33.667	(11.280)	125.699
Créditos tributários de diferenças temporárias - PPA	12.428	–	(5.143)	7.285
Créditos tributários de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social	328.108	74.322	(51.418)	351.012
Créditos de PIS e COFINS	38.543	6.910	(3.797)	41.656
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.242	156	–	1.398
IRPJ/CSLL MTM	38.114	7.631	(14.508)	31.237
IRPJ/CSLL Arrendamento Mercantil	225	7.761	(393)	7.593
Crédito de Previdência Social - INSS	2.638	487	–	3.125
Crédito de Imposto sobre Serviços - ISS	96	–	(57)	39
Crédito de Imposto sobre Circulação de Mercadoria - ICMS	6.281	–	–	6.281
Outros	1.240	54	(46)	1.248
(–) Tributos Diferido	(2.670)	(1.377)	701	(3.346)
(–) Impairment IRPJ/CSLL DTA	(478.573)	(68.460)	160.792	(386.241)
Total	**50.984**	**61.151**	**74.851**	**186.986**

a) Créditos tributários de diferenças temporárias:

dez/22

	Base de cálculo	IRPJ 25%	CSLL 15%	Total
Provisões fiscais	190.690	47.673	28.604	76.277
Provisões cíveis	3.985	996	598	1.594
Provisão para riscos sobre créditos	70.094	17.524	10.514	28.038
Provisão para valor recuperável de salvados	3.883	971	582	1.553
Provisões trabalhistas	3.941	985	591	1.576
Provisão para participação nos lucros	31.500	7.875	4.725	12.600
Provisão Arrendamento Cubatão				
Outras provisões	1.774	444	266	710
Provisão Beneficio Pós Emprego	6.656	1.664	998	2.662
Provisão Sompo Prev. Compl.	341	85	51	136
Purchase price allocation (PPA)	1.382	345	208	553
Total do circulante e não circulante	**314.246**	**78.562**	**47.137**	**125.699**
(–) Tributos diferidos	(8.365)	(2.091)	(1.255)	(3.346)
(–) Impairment IRPJ/CSLL DTA	(14.627)	(3.657)	(2.194)	(5.851)
Total do circulante e não circulante	**291.254**	**72.814**	**43.688**	**116.502**

Dez/2021

	Base de cálculo	IRPJ 25%	CSLL 15%	Total
Provisões fiscais	180.469	45.117	27.070	72.187
Provisões cíveis	3.334	834	500	1.334
Provisão para riscos sobre créditos	13.293	3.323	1.994	5.317
Provisão para valor recuperável de salvados	4.471	1.118	671	1.789
Provisões trabalhistas	5.396	1.349	809	2.158
Provisão para participação nos lucros	37.000	9.250	5.550	14.800
Outras provisões	9.972	2.493	1.496	3.989
Provisão Sompo Prev. Compl.	1.986	497	298	795
Purchase price allocation (PPA)	2.357	589	354	943
Total do circulante e não circulante	**258.278**	**64.570**	**38.742**	**103.312**
(-) Tributos diferidos	(6.676)	(1.670)	(1.000)	(2.670)
(-) Impairment IRPJ/CSLL DTA	(249.245)	(62.312)	(37.387)	(99.699)
Total do circulante e não circulante	**2.357**	**588**	**355**	**943**

b) Créditos tributários de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social: A realização dos créditos tributários está fundamentada em estudo técnico que leva em consideração as projeções orçamentárias. Esse estudo técnico aponta para a geração de lucros tributáveis futuros suficientes para permitir a realização destes créditos, como demonstrado abaixo:

Ano da constituição do crédito	Prejuízos fiscais – Base de cálculo	Prejuízos fiscais – Crédito tributário de prejuízos fiscais	Base negativa de CSLL – Base de cálculo	Base negativa de CSLL – Crédito tributário sobre base negativa CSLL
2009	30.832	7.708	22.832	3.425
2014	7.379	1.845	7.379	1.107
2019	21.054	5.264	23.869	3.580
2020	283.331	70.833	283.420	42.513
2021	477.162	119.291	477.216	71.582
2022	58.432	14.607	61.711	9.257
Subtotal	**878.190**	**219.548**	**876.427**	**131.464**
(–) Impairment IRPJ/CSLL DTA		(209.660)		(125.531)

c) Créditos tributários de prejuízos fiscais realização por ano: Saldos a realizar em 31/12/2022, a expectativa de realização, por ano, dos créditos tributários de prejuízos fiscais e de bases negativas de contribuição social é conforme demonstrado a seguir:

Ano	Imposto de Renda	Contribuição Social
2023	5%	5%
2024	3%	3%
2025	3%	3%
2026	5%	5%
2027	6%	6%

10. BENS À VENDA

a) Abertura:

	Dez/2022	Dez/2021
Bens mantidos para venda (*)	–	215.867
Salvados mantido para venda	42.180	51.382
Total	**42.180**	**267.249**

(*) Em 2021 se refere ao acordo de venda da controlada Sompo Saúde

b) Composição do estoque de salvados:

	Dez/2022 Salvados a venda	Dez/2022 Redução de valor recuperável	Dez/2022 Salvados a venda líquido	Dez/2021 Salvados a venda	Dez/2021 Redução de valor recuperável	Dez/2021 Salvados a venda líquido
Automóvel	32.783	(2.879)	29.904	43.094	(3.417)	39.677
Responsabilidade civil facultativa	6.413	(613)	5.800	8.232	(699)	7.533
Demais ramos	6.867	(391)	6.476	4.526	(354)	4.172
Total	**46.063**	**(3.883)**	**42.180**	**55.852**	**(4.470)**	**51.382**

c) *Aging* de salvados:

	Dez/2022 Valor bruto	Dez/2022 Redução ao valor recuperável	Dez/2022 Valor líquido	Dez/2021 Valor bruto	Dez/2021 Redução ao valor recuperável	Dez/2021 Valor líquido
De 1 a 30 dias	18.414	(2.578)	15.836	21.762	(3.047)	18.715
De 31 a 60 dias	7.195	(72)	7.123	10.989	(110)	10.879
De 61 a 180 dias	12.952	(259)	12.693	15.065	(301)	14.764
De 181 a 365 dias	3.514	(177)	3.337	3.971	(200)	3.771
Superior a 365 dias	3.988	(797)	3.191	4.065	(812)	3.253
Total	**46.063**	**(3.883)**	**42.180**	**55.852**	**(4.470)**	**51.382**

d) Movimentação de salvados:

Dez/2022

	Auto	R.C. Facultativo	Demais ramos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**39.677**	**7.533**	**4.172**	**51.382**
(+) Entradas	228.488	50.505	28.810	307.803
(–) Vendas	(184.230)	(39.152)	(26.368)	(249.750)
(–) Alteração de estimativa e baixa	(54.569)	(13.172)	(100)	(67.841)
Subtotal	**29.366**	**5.714**	**6.514**	**41.594**
Constituição/(reversão) de provisão para perda	538	86	(38)	586
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**29.904**	**5.800**	**6.476**	**42.180**

e) Outros valores e bens: i) *Composição:*

	Dez/2022	Dez/2021
Salvados estimados não disponíveis para venda	16.326	16.166
Almoxarifado - estoque de materiais de uso	801	561
Total	**17.127**	**16.727**

ii) *Movimentação de salvados estimados:*

	Saldo inicial	Constituições	Reversões	Saldo final
Automóvel	7.241	94.344	(93.985)	7.600
Transportes	4.061	58.869	(58.619)	4.311
Demais ramos	4.864	70.711	(71.160)	4.415
Total	**16.166**	**223.924**	**(223.764)**	**16.326**

f) Realização de salvados estimados

Prazo	1º Ano	2º Ano	3º Ano
Janeiro/2023	3.261		
Fevereiro/2023	2.183		
Março/2023	1.391		
Abril/2023	1.059		
Maio/2023	570		
Junho/2023	253		
Julho/2023	737		
Agosto/2023	468		
Setembro/2023	340		
Outubro/2023	216		
Novembro/2023	231		
Dezembro/2023	296		
Primeiro semestre	**8.717**	**1.720**	**1.260**
Segundo semestre	**2.288**	**1.885**	**456**
Estimativa total por período	**11.005**	**3.605**	**1.716**
Estimativa total de Salvados	**16.326**		

11. DESPESAS ANTECIPADAS

	Dez/2022	Dez/2021
Licenças de uso	7.557	7.639
Taxas e acordos operacionais	2.525	1.640
Seguros	373	197
Outros	117	13
Total	**10.572**	**9.489**

12. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

Compreendem as comissões relativas à aquisição de apólices de seguros sendo a apropriação ao resultado realizada de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. a) Composição aberta por ramo dos custos de aquisição diferidos:

	Dez/2022 Comissão sobre prêmios	Dez/2022 Comissão sobre prêmios RVNE	Dez/2022 Outros custos de aquisição	Dez/2022 Total	Dez/2021 Comissão sobre prêmios	Dez/2021 Comissão sobre prêmios RVNE	Dez/2021 Outros custos de aquisição	Dez/2021 Total
Automóvel	105.805	2.399	4.573	112.777	100.041	1.805	3.259	105.105
Patrimonial	92.661	3.957	1.853	98.471	78.991	4.029	1.491	84.511
Pessoas	190.823	3.033	19.188	213.044	176.762	9.987	20.346	207.095
Transportes	34.953	1.383	95	36.431	27.229	1.555	205	28.989
Responsabilidades	8.075	347	23	8.445	7.808	288	18	8.114
Demais ramos	68.547	1.846	236	70.629	57.114	1.432	172	58.718
Total	**500.864**	**12.965**	**25.968**	**539.797**	**447.945**	**19.096**	**25.491**	**492.532**

b) Movimentação dos custos de aquisição diferidos:

	Dez/2022 Comissão sobre prêmios	Dez/2022 Comissão sobre prêmios RVNE	Dez/2022 Outros custos de aquisição	Dez/2022 Total	Dez/2021 Comissão sobre prêmios	Dez/2021 Comissão sobre prêmios RVNE	Dez/2021 Outros custos de aquisição	Dez/2021 Total
Saldo Inicial	**447.945**	**19.096**	**25.491**	**492.532**	**396.370**	**18.001**	**18.647**	**433.018**
Constituições/Reversões	52.919	(6.131)	477	47.265	51.575	1.095	6.844	59.514
Saldo Final	**500.864**	**12.965**	**25.968**	**539.797**	**447.945**	**19.096**	**25.491**	**492.532**

c) Composição aberta por circulante e não circulante:

	Dez/2022	Dez/2021
Saldos		
Circulante	365.601	331.840
Não circulante	174.196	160.692
Total circulante e não circulante	**539.797**	**492.532**

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição é de 667 dias.

continua →★

→★ continuação

SOMPO SEGUROS S.A.

CNPJ nº 61.383.493/0001-80

SOMPO SEGUROS

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

13. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Dez/2022	Dez/2021
Fiscal	148.099	140.620
Sinistros	4.927	4.559
Cíveis	2.537	3.916
Trabalhista	2.080	1.876
Total	**157.643**	**150.971**

14. OUTROS VALORES E BENS

Ativo de direto de uso: Referem-se aos imóveis e veículos que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia.

	Movimentações					
	Saldo inicial em 31 de dezembro de 2021	Novos contratos/ Reavaliações	Baixa/Cancelamento de contratos	Depreciação Acumulada	Valor Líquido 31 de dezembro de 2022	Taxas de Amortização (%)
Direito de uso Veículos	1.131	6.461	(183)	(1.960)	5.449	14,3% a 4%
Direito de uso - Imóveis	13.802	12.695	(10)	(3.437)	23.050	13% a 4%
Total	**14.933**	**19.156**	**(193)**	**(5.397)**	**28.499**	

15. INVESTIMENTOS

a) Informações sobre as controladas:

	Dez/2022	Dez2021
Informações sobre a controlada	**Sompo Services**	**Sompo Services**
Total de ativos	3.259	1.273
Total de passivos	1.233	324
Patrimônio líquido	2.026	949
Capital Social	1.707	807
Resultado do período	177	(142)
Informações sobre o investimento		
Porcentagem de participação	100%	100%
Quantidade de ações/quotas possuídas	40.000	40.000

	Dez/2022	Dez/2021
Saldo de investimento em controladas (*)	16.976	949
Ágio (PPA)	–	2.638
Ganho não realizado na venda de imóveis	–	(2.670)
Outros investimentos	452	452
Total de Investimentos	**17.428**	**1.369**

(*) Em novembro de 2022 foi realizado o investimento inicial de R$15 milhões para a constituição da empresa Sompo Consumer Seguradora, mencionado no contexto operacional desta demonstração financeira.

b) Imóveis destinados à renda (*):

	Saldo em 31/12/2021	Transferência	Depreciação	Saldo em 31/12/2022
Edificações	**1.115**	(625)	(21)	469
Terrenos	**55**	(14)	–	41
Total	**1.170**	**(639)**	**(21)**	**510**

(*) Trata-se de imóveis próprios da Seguradora cuja finalidade é obter renda através da locação. Tais ativos foram reclassificados para o grupo de investimentos, pelo custo histórico de aquisição deduzido da depreciação acumulada calculada com base na vida útil estimada e perdas por *impairment*, quando aplicável.

16. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Imobilizado:

	Saldo 31/12/2021	Aquisições	Depreciação	Transferências	Baixas	Saldo 31/12/2022	Taxas de Depreciação (%)
Subtotal Imóveis de uso próprio/ terrenos	**53.667**	**13**	**(2.423)**	**15.550**	**(39.369)**	**27.438**	
Subtotal Outras Imobilizações	**22.531**	**3.400**	**(1.240)**	**(15.956)**	**(2.244)**	**6.491**	
Imobilizações em curso	15.463	3.307	–	(18.270)	–	500	
Benfeitoria Imóveis de Terceiros	4.585	–	(1.023)	2.314	–	5.876	11 a 50%
Instalação	2.483	93	(217)	–	(2.244)	115	10%
Subtotal Bens Móveis	**11.830**	**2.168**	**(2.230)**	**–**	**(6.599)**	**5.169**	
Móveis, máquinas e utensílios	5.536	743	(682)	–	(3.695)	1.902	10%
Equipamentos/	3.933	1.067	(1.248)	–	(1.531)	2.221	10 a 20%
Refrigeração	1.766	202	(203)	–	(1.303)	462	10%
Sistemas aplicativos	45	–	(7)	–	(38)	–	20%
Veículos	5	–	(3)	–	–	2	20%
Telecomunicações	545	156	(87)	–	(32)	582	10%
Total	**88.028**	**5.581**	**(5.893)**	**406**	**(48.212)**	**39.098**	

b) Intangíveis:

	Saldo 31/12/2021	Aquisições	Amortização	Transferências (ii)	Write-offs (iii)	Saldo 31/12/2022	Taxas de Amortização (%)
Sistemas de computação	184.034	–	(61.661)	6.414	–	128.787	12,5% a 20%
Outros intangíveis (i)	9.458	18.306	–	(6.414)	(1.198)	20.152	
Canal varejo	12.485	–	(1.786)	–	–	10.699	10 a 33,33%
Total	**205.977**	**18.306**	**(63.447)**	**–**	**(1.198)**	**159.638**	

(i) Referem-se a projetos em curso. (ii) Referem-se à capitalização de projetos em curso - *Software*. (iii) Referem-se a revisões realizadas pela Seguradora, descontinuando novos sistemas e projetos, que não trariam mais benefícios futuros considerando a política interna adotada.

17. CONTAS A PAGAR

a) Encargos trabalhistas e obrigações a pagar:

	Dez/2022	Dez/2021
Férias	17.251	15.467
Encargos sociais	5.884	5.406
Encargos trabalhistas	**23.135**	**20.873**
Fornecedores	43.617	28.898
Benefício pós emprego (Nº 17.b)	6.656	–
Provisões a pagar	7.180	3.419
Participação nos lucros funcionários	15.500	–
Honorários, remunerações e gratificações	42	13.040
Participação nos lucros corretores	16.000	24.000
Honorários advocatícios	380	375
Obrigações a pagar	**89.375**	**69.732**

b) Benefícios Pós Emprego: Abaixo demonstramos as principais premissas utilizadas em 31 de dezembro de 2022, de acordo com a reavaliação anual. i) *Hipóteses usadas para determinar as obrigações atuariais e despesa/(receita) no final do ano:* 1. Taxa de desconto nominal - 10,08%; 2. Taxa de aumento nominal do salário - n.a.; 3. Taxa de aumento nominal do benefício - 3,50%; 4. Taxa estimada de inflação no longo prazo - 3,50%; ii) *Análise de Sensibilidade das Hipóteses:* 1. Taxa de Desconto; a. +0,5% na taxa de desconto. Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais R$ 6.284. Efeito no valor presente das obrigações R$ (243.972); b. -0,5% na taxa de desconto; Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais R$ (7.038); Efeito no valor presente das obrigações R$ 261.572. 2. Inflação Médica: a. +1,0% na taxa de inflação médica. Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais R$ 56.008. Efeito no valor presente das obrigações R$ 555.734: b. -1,0% na taxa de inflação médica. Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais R$ (49.453). Efeito no valor presente das obrigações R$ (490.690):

Hipóteses Financeiras	Dez/2022
Taxa de Desconto	10,8% a.a. (6,36% real a.a.)
Taxa de Inflação Média (HCCTR)	6,60% a.a. (3,00% real a.a.)
Taxa de Inflação de Longo Prazo	3,50% a.a.
Fator Envelhecimento (*Aging Factor*)	3,00% a.a.
Subsídio Sompo	Unimed: 94,9% SulAmérica Saúde: 95,9%

Hipóteses Biométricas	Dez/2022
Tábua de Mortalidade Geral	AT 2000 segregada por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT 2000 segregada por sexo
Tábua de Entrada Invalidez	Álvaro Vindas
Composição Familiar Aposentados e Desligados	Grupo familiar informado

18. IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	Dez/2022	Dez/2021
Impostos sobre operações financeiras - IOF	69.534	54.581
Contribuições previdenciárias	4.952	4.318
PIS e COFINS	7.929	3.125
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	5.027	3.938
Outros impostos retidos	3.935	3.140
Total do circulante e não circulante	**91.377**	**69.102**

19. PROVISÕES TÉCNICAS

	Dez/2022		
	Bruto de resseguro	Parcela ressegurada	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	2.190.774	445.545	1.745.229
Provisão de sinistros a liquidar - administrativo (PSL)	698.485	272.439	426.046
Provisão de sinistros a liquidar - judicial (PSLJ)	216.170	35.852	180.318
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	138.060	42.776	95.284
Provisão de despesas relacionadas - administrativo	66.785	18.264	48.521
Provisão de despesas relacionadas - judicial	40.029	8.112	31.917
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNeR) - administrativo	119.678	73.213	46.465
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNeR) - judicial	59.436	16.967	42.469
Provisão de Excedente Técnico	9.868	–	9.868
Total do circulante e não circulante	**3.539.285**	**913.168**	**2.626.117**

	Dez/2021		
	Bruto de resseguro	Parcela ressegurada	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	1.810.650	447.364	1.363.286
Provisão de sinistros a liquidar - administrativo (PSL)	820.707	452.337	368.370
Provisão de sinistros a liquidar - judicial (PSLJ)	200.597	32.335	168.262
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	131.617	42.047	89.570
Provisão de despesas relacionadas - administrativo	90.887	28.178	62.709
Provisão de despesas relacionadas - judicial	13.307	2.469	10.838
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNeR) - administrativo	164.619	94.803	69.816
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNeR) - judicial	44.486	8.717	35.769
Provisão de Excedente Técnico	1.473	–	1.473
Outras provisões	13	–	13
Total do circulante e não circulante	**3.278.356**	**1.108.250**	**2.170.106**

a) Movimentação da provisão de sinistros e despesas em discussão judicial:

	Dez/2022		Dez/2021	
	Bruto de resseguro	Parcela ressegurada	Bruto de resseguro	Parcela ressegurada
Saldo do início do período	**213.904**	**34.804**	**116.967**	**11.815**
Total pago no período	(69.132)	(10.833)	(85.665)	(16.375)
Novas constituições no exercício	19.287	2.433	23.783	1.741
Baixa da provisão por êxito	(7.983)	(677)	(2.935)	(79)
Baixa da provisão por alteração de estimativa ou probabilidade	63.118	11.703	114.686	28.461
Alteração da provisão por atualização monetária e juros	11.418	915	47.068	9.241
IBNER Judicial	25.587	5.619	–	–
Saldo final do exercício	**256.199**	**43.964**	**213.904**	**34.804**

b) Composição dos sinistros judiciais e despesas em discussão judicial por classificação de risco

	Dez/2022		Dez/2021	
	Quantidade	Provisão	Quantidade	Provisão
Provável	493	69.330	596	91.980
Possível	2.871	134.005	2.884	110.104
Remota	928	27.277	1.366	11.820
Total	**4.292**	**230.612**	**4.846**	**213.904**

c) Movimentação das provisões técnicas:

	Bruto de resseguro	Parcela ressegurada	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)			
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.810.650**	**447.364**	**1.363.286**
(+) Constituição	420.632	174.259	246.373
(–) Reversão	(41.294)	(176.078)	134.784
Oscilação cambial	786	–	786
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**2.190.774**	**445.545**	**1.745.229**
Provisão de sinistros a liquidar (PSL)			
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.021.304**	**484.672**	**536.632**
Sinistros avisados no exercício (Nota 26.d)	2.025.317	370.691	1.654.626
Correção monetária variação	36.106	(2.283)	38.389
(–) Sinistros pagos	(2.152.927)	(544.789)	(1.608.138)
(–) Salvados estimados	(15.145)	–	(15.145)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**914.655**	**308.291**	**606.364**
Provisão de Excedente Técnico			
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.473**	**–**	**1.473**
(+) Constituição	8.768	–	8.768
(–) Reversão	(373)	–	(373)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**9.868**	**–**	**9.868**
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)			
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**131.617**	**42.047**	**89.570**
(+) Constituição	17.493	8.688	8.805
(–) Reversão	(11.050)	(7.959)	(3.091)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**138.060**	**42.776**	**95.284**
Provisão de despesas relacionadas			
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**104.194**	**30.647**	**73.547**
(+) Constituição	9.356	4.904	4.452
(–) Reversão	(6.736)	(9.175)	2.439
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**106.814**	**26.376**	**80.438**
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNeR)			
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**209.105**	**103.520**	**105.585**
(+) Constituição	13.665	5.685	7.980
(–) Reversão	(43.656)	(19.025)	(24.631)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**179.114**	**90.180**	**88.934**
Outras provisões			
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**13**	**–**	**13**
(+) Constituição	3	–	3
(–) Reversão	(16)	–	(16)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**–**	**–**	**–**

d) Desenvolvimento de sinistros: O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo verificar a suficiência da PSL e fazer o acompanhamento do tempo de liquidação dos sinistros, avaliando a evolução destas liquidações. Além disso, é feita a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

Valores Bruto de Resseguro - Administrativo											
Ano de ocorrência:	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**Total**
Incorrido mais IBNR											
No final do ano de ocorrência	941.619	1.279.935	1.109.312	1.235.346	1.399.595	2.094.257	1.529.905	2.867.166	1.842.538	708.286	
Após um ano	925.899	1.222.773	1.148.740	1.243.156	1.476.598	1.525.476	2.082.651	2.820.474	1.310.010		
Após dois anos	927.236	1.214.485	1.131.954	1.250.817	1.453.278	1.660.604	2.096.018	2.710.649			
Após três anos	923.064	1.215.324	1.140.405	1.243.558	1.468.276	1.680.201	1.960.879				
Após quatro anos	923.512	1.216.902	1.133.748	1.249.673	1.470.237	1.667.146					
Após cinco anos	923.750	1.217.459	1.137.621	1.249.890	1.463.420						
Após seis anos	926.353	1.218.523	1.136.013	1.248.200							
Após sete anos	928.889	1.219.102	1.135.735								
Após oito anos	928.691	1.218.853									
Após nove anos	928.369										
Posição em 31/12/2022	**928.369**	**1.218.853**	**1.135.735**	**1.248.200**	**1.463.420**	**1.667.146**	**1.960.879**	**2.710.649**	**1.310.010**	**708.286**	**14.351.547**
Pagamentos de sinistros											
No próprio ano	(597.970)	(844.934)	(796.196)	(837.718)	(955.173)	(820.123)	(1.052.324)	(2.239.563)	(1.144.023)	(75.113)	
Após um ano	(895.697)	(1.178.724)	(1.097.422)	(1.209.855)	(1.401.604)	(1.441.774)	(1.823.707)	(2.657.309)	(1.122.045)		
Após dois anos	(918.371)	(1.208.794)	(1.120.278)	(1.237.179)	(1.447.233)	(1.643.139)	(1.931.552)	(2.650.169)			
Após três anos	(922.254)	(1.214.136)	(1.123.407)	(1.242.657)	(1.459.524)	(1.657.002)	(1.927.465)				
Após quatro anos	(923.268)	(1.215.897)	(1.128.503)	(1.245.693)	(1.462.346)	(1.655.281)					
Após cinco anos	(923.199)	(1.217.072)	(1.130.791)	(1.245.642)	(1.461.139)						
Após seis anos	(923.945)	(1.217.710)	(1.132.204)	(1.245.128)							
Após sete anos	(928.544)	(1.218.225)	(1.131.749)								
Após oito anos	(928.366)	(1.218.168)									
Após nove anos	(928.258)										
Posição em 31/12/2022	**(928.258)**	**(1.218.168)**	**(1.131.749)**	**(1.245.128)**	**(1.461.139)**	**(1.655.281)**	**(1.927.465)**	**(2.650.169)**	**(1.122.045)**	**(75.113)**	**(13.414.515)**
Variação entre estimativa inicial e final	**13.250**	**61.082**	**(26.423)**	**(12.854)**	**(63.825)**	**427.111**	**(430.974)**	**156.517**	**532.528**		
% de variação entre estimativa inicial e final	**1%**	**5%**	**(2)%**	**(1)%**	**(4)%**	**26%**	**(22)%**	**6%**	**47%**		
Reconciliação com o balanço patrimonial											
Provisão referente a períodos anteriores	111	685	3.986	3.072	2.281	11.865	33.414	60.480	187.965	633.173	937.032
Saldo reconhecido no balanço patrimonial											1.032.876
				Subtotal diferença	**Salvado Estimado**	**Retrocessão**	**DPVAT (PSL, IBNR e PDA)**	**IBNeR**	**Outras Provisões**	**Ocorridos antes de 2013**	**Total diferença**
				(95.844)	(38.920)	2.170	–	119.678	9.868	3.048	–

Valores Bruto de Resseguro - Judicial											
Ano de ocorrência:	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**Total**
Incorrido mais IBNR											
No final do ano de ocorrência	2.771	3.070	3.855	1.865	4.288	3.566	2.196	2.027	2.786	14.806	
Após um ano	13.198	16.777	15.879	10.314	25.564	9.674	12.556	16.199	23.277		
Após dois anos	23.041	27.916	19.440	24.634	23.319	18.889	31.710	20.925			
Após três anos	26.633	27.505	38.072	19.615	38.648	39.215	33.934				
Após quatro anos	28.532	46.102	27.752	28.585	64.930	35.192					
Após cinco anos	38.046	33.924	36.107	42.323	67.801						
Após seis anos	33.425	56.553	51.127	41.768							
Após sete anos	45.141	82.246	50.122								
Após oito anos	55.063	78.762									
Após nove anos	53.249										
Posição em 31/12/2022	**53.249**	**78.762**	**50.122**	**41.768**	**67.801**	**35.192**	**33.934**	**20.925**	**23.277**	**14.806**	**419.836**
Pagamentos de sinistros											
No próprio ano	(567)	(743)	(511)	(307)	(524)	(626)	(661)	(757)	(115)	561	
Após um ano	(2.395)	(2.647)	(3.920)	(1.956)	(3.396)	(2.816)	(6.970)	(3.297)	746		
Após dois anos	(5.904)	(5.944)	(7.838)	(4.731)	(8.710)	(8.550)	(13.663)	(1.987)			
Após três anos	(8.353)	(9.470)	(11.780)	(8.494)	(23.244)	(18.993)	(13.300)				
Após quatro anos	(13.642)	(13.217)	(17.984)	(19.209)	(33.933)	(18.202)					
Após cinco anos	(15.436)	(19.657)	(25.732)	(23.445)	(34.225)						
Após seis anos	(24.209)	(45.209)	(38.394)	(22.844)							
Após sete anos	(35.899)	(50.502)	(38.188)								
Após oito anos	(41.791)	(49.663)									
Após nove anos	(41.303)										
Posição em 31/12/2022	**(41.303)**	**(49.663)**	**(38.188)**	**(22.844)**	**(34.225)**	**(18.202)**	**(13.300)**	**(1.987)**	**746**	**561**	**(218.405)**
Variação entre estimativa inicial e final	**(50.478)**	**(75.692)**	**(46.267)**	**(39.903)**	**(63.513)**	**(31.626)**	**(31.738)**	**(18.898)**	**(20.491)**		
% de variação entre estimativa inicial e final	**(122)%**	**(152)%**	**(121)%**	**(175)%**	**(186)%**	**(174)%**	**(239)%**	**(951)%**	**2747%**		
Reconciliação com o balanço patrimonial											
Provisão referente a períodos anteriores	11.946	29.099	11.934	18.924	33.576	16.990	20.634	18.938	24.023	15.367	201.431
Saldo reconhecido no balanço patrimonial											315.635
				Subtotal diferença	**Salvado Estimado**	**Retrocessão**	**DPVAT (PSL, IBNR e PDA)**	**IBNeR**	**Outras Provisões**	**Ocorridos antes de 2013**	**Total diferença**
				(114.204)	–	–	–	59.436	–	54.768	–

Valores Liquido de Resseguro - Administrativo											
Ano de ocorrência:	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	Total
Incorrido mais IBNR											
No final do ano de ocorrência	880.307	1.176.590	1.037.736	1.080.886	1.163.414	1.187.166	1.023.614	1.777.465	1.326.892	522.931	
Após um ano	863.333	1.147.737	1.032.693	1.101.070	1.200.402	1.015.020	1.337.786	1.744.787	946.843		
Após dois anos	866.759	1.142.137	1.033.055	1.107.899	1.194.345	1.071.575	1.337.391	1.684.341			
Após três anos	865.537	1.143.402	1.034.858	1.103.453	1.204.985	1.077.929	1.316.599				
Após quatro anos	866.055	1.144.969	1.033.919	1.104.179	1.206.948	1.070.804					
Após cinco anos	866.509	1.145.568	1.029.202	1.104.325	1.202.279						
Após seis anos	867.336	1.145.836	1.029.504	1.102.539							
Após sete anos	868.205	1.146.407	1.028.897								
Após oito anos	867.936	1.146.157									
Após nove anos	867.839										
Posição em 31/12/2022	**867.839**	**1.146.157**	**1.028.897**	**1.102.539**	**1.202.279**	**1.070.804**	**1.316.599**	**1.684.341**	**946.843**	**522.931**	**10.889.229**

continua →★

→★ continuação

SOMPO SEGUROS S.A.
CNPJ nº 61.383.493/0001-80

SOMPO SEGUROS

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Pagamentos de sinistros	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
No próprio ano	(578.238)	(828.795)	(756.572)	(802.347)	(844.561)	(721.580)	(775.893)	(1.396.574)	(912.854)	(45.141)	
Após um ano	(843.755)	(1.123.542)	(1.016.443)	(1.084.828)	(1.168.657)	(994.163)	(1.285.037)	(1.665.351)	(878.327)		
Após dois anos	(861.588)	(1.139.214)	(1.028.632)	(1.097.799)	(1.189.939)	(1.062.410)	(1.306.528)	(1.653.641)			
Após três anos	(864.909)	(1.142.274)	(1.031.235)	(1.102.578)	(1.199.102)	(1.067.743)	(1.299.062)				
Após quatro anos	(865.812)	(1.143.979)	(1.033.344)	(1.102.047)	(1.201.635)	(1.065.528)					
Após cinco anos	(865.979)	(1.145.181)	(1.028.275)	(1.101.951)	(1.200.171)						
Após seis anos	(866.728)	(1.145.024)	(1.028.799)	(1.101.279)							
Após sete anos	(868.086)	(1.145.529)	(1.028.343)								
Após oito anos	(867.880)	(1.145.472)									
Após nove anos	(867.772)										
Posição em 31/12/2022	**(867.772)**	**(1.145.472)**	**(1.028.343)**	**(1.101.279)**	**(1.200.171)**	**(1.065.528)**	**(1.299.062)**	**(1.653.641)**	**(878.327)**	**(45.141)**	**(10.284.736)**
Variação entre estimativa inicial e final	**12.468**	**30.433**	**8.839**	**(21.653)**	**(38.865)**	**116.362**	**(292.985)**	**93.124**	**380.049**	**–**	
% de variação entre estimativa inicial e final	**1%**	**3%**	**1%**	**(2)%**	**(3)%**	**11%**	**(23)%**	**6%**	**43%**		
Reconciliação com o balanço patrimonial											
Provisão referente a períodos anteriores	67	685	554	1.260	2.108	5.276	17.537	30.700	68.516	477.790	604.493
Saldo reconhecido no balanço patrimonial											626.184

Subtotal diferença	Salvado Estimado	Retrocessão	DPVAT (PSL, IBNR e PDA)	IBNeR	Outras Provisões	Ocorridos antes de 2013	Total diferença
(21.691)	(38.920)	–	–	46.465	–	14.146	–

Valores Liquido de Resseguro - Judicial

Ano de ocorrência:	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Incorrido mais IBNR											
No final do ano de ocorrência	2.495	2.415	3.713	1.748	4.101	3.226	2.091	1.764	1.853	11.896	
Após um ano	11.702	15.054	15.446	9.999	23.783	9.140	11.593	12.657	15.884		
Após dois anos	21.416	25.622	19.149	23.745	21.220	18.116	27.293	14.598			
Após três anos	24.944	25.961	37.542	18.218	35.603	35.308	29.117				
Após quatro anos	26.887	44.148	27.305	26.021	52.574	31.558					
Após cinco anos	36.110	32.554	34.626	38.636	52.772						
Após seis anos	31.242	50.195	47.189	38.083							
Após sete anos	38.566	68.657	46.220								
Após oito anos	44.775	66.730									
Após nove anos	43.215										
Posição em 31/12/2022	**43.215**	**66.730**	**46.220**	**38.083**	**52.772**	**31.558**	**29.117**	**14.598**	**15.884**	**11.896**	**350.073**
Pagamentos de sinistros											
No próprio ano	(530)	(364)	(508)	(307)	(524)	(459)	(645)	(700)	132	602	
Após um ano	(2.309)	(2.228)	(3.808)	(1.951)	(2.358)	(2.570)	(6.405)	(1.589)	2.411		
Após dois anos	(5.583)	(5.399)	(7.725)	(4.611)	(7.493)	(8.074)	(11.996)	125			
Após três anos	(8.089)	(8.847)	(11.563)	(7.505)	(21.345)	(16.441)	(11.093)				
Após quatro anos	(13.190)	(12.595)	(17.697)	(16.847)	(30.671)	(15.580)					
Após cinco anos	(14.824)	(18.829)	(25.470)	(20.198)	(30.543)						
Após seis anos	(22.617)	(39.356)	(34.605)	(19.595)							
Após sete anos	(29.977)	(44.340)	(34.391)								
Após oito anos	(32.509)	(43.381)									
Após nove anos	(32.003)										
Posição em 31/12/2022	**(32.003)**	**(43.381)**	**(34.391)**	**(19.595)**	**(30.543)**	**(15.580)**	**(11.093)**	**125**	**2.411**	**602**	**(183.448)**
Variação entre estimativa inicial e final	**(40.720)**	**(64.315)**	**(42.507)**	**(36.335)**	**(48.671)**	**(28.332)**	**(27.026)**	**(12.834)**	**(14.031)**		
% de variação entre estimativa inicial e final	**(127)%**	**(148)%**	**(124)%**	**(185)%**	**(159)%**	**(182)%**	**(244)%**	**10267%**	**582%**		
Reconciliação com o balanço patrimonial											
Provisão referente a períodos anteriores	11.212	23.349	11.829	18.488	22.229	15.978	18.024	14.723	18.295	12.498	**166.625**
Saldo reconhecido no balanço patrimonial											254.704

Subtotal diferença	Salvado Estimado	Retrocessão	DPVAT (PSL, IBNR e PDA)	IBNeR	Outras Provisões	Ocorridos antes de 2011	Total diferença
(88.079)	–	–	–	42.469	–	45.610	–

20. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	Dez/2022	Dez/2021
Provisões técnicas - seguros e vida individual (a)	**3.539.285**	**3.278.356**
(-) Deduções/exclusões (b)	**1.943.058**	**1.925.680**
Direitos creditórios (i)	1.029.058	838.436
Custos de aquisição diferidos redutores de PPNG	334.371	296.651
Ativos de resseguro de PPNG	109.478	128.305
Ativos de resseguro de PSL	398.471	586.394
Ativos de resseguro de IBNR	42.776	42.047
Ativos de resseguro de PDR	26.376	30.543
Depósitos judiciais redutores	2.528	3.304
Total a ser coberto (c) = (a) - (b)	**1.596.227**	**1.352.676**
Aplicações financeiras vinculadas a cobertura das provisões técnicas (d)	**1.907.996**	**1.542.734**
Quotas de fundos de investimentos	123.647	71.113
Títulos de renda fixa - públicos	1.759.345	1.435.531
Títulos de renda fixa - privados	25.004	36.090
Ativos líquidos (e) = (d) - (c)	**311.769**	**190.058**

(i) Montante correspondente às parcelas dos prêmios a receber de segurados referente aos riscos a decorrer.

21. DÉBITOS DAS OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS

Compreendem substancialmente os montantes de prêmios cedidos e ainda não liquidados nas datas de balanço. O quadro abaixo apresenta a composição dos saldos de prêmios cedidos a liquidar, líquidos das comissões:

	Dez/2022				Dez/2021			
	Local	Admitida	Eventual	Total	Local	Admitida	Eventual	Total
Sem vencimento	11.806	3.082	572	15.460	151.447	6.240	481	158.168
De 1 a 30 dias	234.541	109.669	48.734	392.944	71.847	31.651	16.077	119.575
De 31 a 60 dias	11.745	1.251	8.173	21.169	109.797	47.397	4.247	161.441
De 61 a 180 dias	31.708	6.411	14.129	52.248	31.027	14.133	6.647	51.807
De 181 a 365 dias	16.069	62	2.255	18.386	38.487	7.008	2.680	48.175
Total	**305.869**	**120.475**	**73.863**	**500.207**	**402.605**	**106.429**	**30.132**	**539.166**

22. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Dez/2022	Cobrança antecipada de prêmios	Prêmios e emolumentos	Outros depósitos	Total
De 1 a 30 dias	1.728	1.558	9.374	12.660
De 31 a 60 dias	566	669	813	2.048
De 61 a 120 dias	533	1.405	1.583	3.521
De 121 a 180 dias	222	303	761	1.286
De 181 a 365 dias	1.153	716	2.034	3.903
Total	**4.202**	**4.651**	**14.565**	**23.418**

Dez/2021	Cobrança antecipada de prêmios	Prêmios e emolumentos	Outros depósitos	Total
De 1 a 30 dias	2.414	2.046	2.477	6.937
De 31 a 60 dias	167	88	–	255
De 61 a 120 dias	–	297	3.755	4.052
De 121 a 180 dias	–	287	106	393
De 181 a 365 dias	–	298	6.726	7.024
Superior a 365 dias	17	–	–	17
Total	**2.598**	**3.016**	**13.064**	**18.678**

23. PROVISÕES JUDICIAIS

a) Quantidades e valores envolvidos e provisionados por probabilidade de risco:

	Dez/2022			Dez/2021		
	Quantidade	Valor envolvido	Provisão	Quantidade	Valor envolvido	Provisão
Fiscais						
Perda provável	5	185.978	185.978	6	177.096	177.096
Perda possível	8	12.255	–	6	10.600	–
Perda remota	5	–	–	–	–	–
Total	**18**	**198.233**	**185.978**	**12**	**187.696**	**177.096**
Trabalhistas						
Perda provável	26	5.118	5.118	28	6.573	6.573
Perda possível	27	7.770	–	47	16.353	–
Perda remota	10	5.475	–	8	338	–
Total	**63**	**18.363**	**5.118**	**83**	**23.264**	**6.573**
Cível						
Perda provável	111	4.410	4.410	112	3.844	3.844
Perda possível	321	6.660	–	316	7.460	–
Perda remota	599	20.967	–	692	22.329	–
Total	**1.031**	**32.037**	**4.410**	**1.120**	**33.633**	**3.844**
Total geral						
Perda provável	142	195.506	195.506	146	187.513	187.513
Perda possível	356	26.685	–	369	34.413	–
Perda remota	614	26.442	–	700	22.667	–
Total	**1.112**	**248.633**	**195.506**	**1.215**	**244.593**	**187.513**

b) Movimentação das provisões judiciais:

Natureza	Saldo em Dez/2021	Principal	Encargos moratórios	Baixas	Saldo em Dez/2022
Fiscal	177.096	959	7.923	–	185.978
Trabalhista	6.573	555	455	(2.465)	5.118
Cíveis	3.844	3.392	427	(3.253)	4.410
Total	**187.513**	**4.906**	**8.805**	**(5.718)**	**195.506**

c) Descrição resumida das principais ações judiciais: *Provisões fiscais:* i) *Ações de natureza fiscal (ações incluídas na anistia fiscal - Lei nº 11.941/2009):* A Seguradora desistiu de determinadas ações judiciais nos termos da Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, mediante pagamento à vista em 30 de novembro de 2009, de débitos com a Receita Federal do Brasil - RFB e com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN. Dentre as ações incluídas na anistia fiscal destacamos a COFINS, bem como a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL sobre tributos com exigibilidade suspensa, em relação aos quais a RFB apresentou manifestações discordando da metodologia de cálculo utilizada pela Seguradora para quitação dos tributos. A ação da COFINS foi julgada favoravelmente à Seguradora, porém os cálculos de liquidação foram desfavoráveis à Companhia. Interposto recurso ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região - TRF3 o mesmo encontra-se pendente de julgamento, sendo criada uma conta redutora do ativo para equalizar o débito depositado. Já a ação da CSLL foi julgada procedente pelo TRF3 e pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ em duas decisões, a última delas aguardando eventual interposição de novo recurso da União Federal. ii) *PIS - Programa de Integração Social:* A Seguradora discute, para o período de junho de 1994 a dezembro de 2014, a exigibilidade da contribuição para o PIS, nos termos das emendas constitucionais - EC nº 01/1994, 10/1996 e 17/1997 e Lei nº 9.718/1998, as quais alteraram a base de cálculo e alíquota que passou a incidir sobre a receita bruta operacional. No Supremo Tribunal Federal - STF houve julgamento definitivo dos "leading cases", sendo reconhecida a constitucionalidade da cobrança pela EC 01/1994, porém determinando a observância à anterioridade nonagesimal e à irretroatividade da lei em relação às EC nº 10/1996 e 17/1997. Em razão da definição da matéria no STF a Cia. provisionou integralmente o débito discutido (R$ 142.245), permanecendo a ação envolvendo a Lei nº 9.718/98 com julgamento sobrestado, aguardando definição da matéria pelo STF. iii) *PIS - Programa de Integração Social e COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Lei nº 12.973/2014):* Para o período de janeiro de 2015 em diante as contribuições ao PIS e à COFINS passaram a ser recolhidas sobre as receitas de prêmios nos termos da Lei nº 12.973/2014. A Seguradora ingressou com mandado de segurança para questionar a base de cálculo do PIS e da COFINS, especialmente em relação à tributação das referidas receitas financeiras. Houve julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça anulando o julgamento realizado pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região - TRF3, que então realizou novo julgamento e julgou improcedente a ação, sendo opostos embargos de declaração acolhidos sem efeitos modificativos. A partir de março de 2017 a Seguradora passou a incluir na base de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS, as receitas financeiras geradas pelas aplicações vinculadas em cobertura de reservas técnicas de seguros, tendo efetuado o pagamento do PIS calculado sobre as receitas financeiras dos exercícios de 2015 a 2016 e da COFINS calculada sobre as receitas financeiras dos exercícios de 2013 a 2016. iv) *IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte - glosa de despesas:* A Seguradora recebeu autos de infração referentes ao imposto de renda, contribuição social e imposto de renda retido na fonte, sobre glosa de despesas dos exercícios de 1991 e 1992. Proposta ação anulatória, em maio de 2015 foi proferida sentença julgando parcialmente procedente a ação judicial sendo determinada a anulação da cobrança em quase sua totalidade, reduzindo o débito para 0,81% de seu valor original. A Companhia substituiu os depósitos judiciais por apólice de seguro garantia. Atualmente a ação aguarda julgamento do recurso de apelação interposto pela União Federal, sendo constituída provisão (R$ 260) sobre a parcela do débito mantida na sentença. v) *CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido:* A Seguradora questiona judicialmente a Emenda Constitucional - EC nº 10/1996 sobre a elevação da alíquota da contribuição social de 18% para 30% no primeiro semestre do exercício de 1996. Em razão do julgamento do STF sobre o tema, verificou-se que o período em discussão corresponde àquele declarado inconstitucional, sendo promovida a reversão da provisão que havia sido constituída. vi) *IRPJ - Dedução de tributos com exigibilidade suspensa:* A Seguradora discutia judicialmente a legalidade da dedução de tributos com exigibilidade suspensa da base de cálculo do IRPJ, a teor do disposto no § 1º, do artigo 41, da Lei nº 8.981/1995. Em setembro/2019 houve o julgamento do agravo em recurso extraordinário pelo STF, sendo proferida decisão definitiva desfavorável à Seguradora. Atualmente os autos encontram-se em fase de liquidação do débito em relação ao qual foram realizados depósitos judiciais integrais e seu respectivo provisionamento (R$ 41.316). vii) *Contribuição Previdenciária:* A Seguradora discute judicialmente a incidência da Contribuição Previdenciária sobre 1/3 de Férias e sobre o Aviso Prévio Indenizado, tendo a ação transitado em julgado favoravelmente à Cia. em relação à incidência sobre o Aviso Prévio Indenizado. Com relação à incidência sobre o 1/3 de Férias, o STF julgou constitucional a sua cobrança no "leading case" RE 1.072.485, o qual foi objeto de recurso (Embargos de Declaração) ainda pendente de julgamento. Em razão do julgamento em questão a Cia. efetuou depósito judicial e provisionou integralmente o débito em discussão (R$ 1.770). Atualmente o processo aguarda julgamento dos embargos de declaração opostos contra a decisão que em juízo de retratação acolheu o recurso extraordinário da União Federal. viii) *ISS - Imposto Sobre Serviços:* A Seguradora discute ainda a cobrança do Imposto Sobre Serviços da Prefeitura de Campinas decorrente de diferenças entre os valores retidos na fonte de pagamentos efetuados a prestadores de serviços e os valores declarados pelos mesmos através das Notas Fiscais de Serviços, sendo constituída provisão (R$ 387) para os casos cuja perspectiva de perda foi considerada provável. xi) Provisões trabalhistas: A Seguradora responde por processos de natureza trabalhista que se encontram em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final destes processos, foi constituída provisão para os casos cuja probabilidade de perda foi considerada "provável" (R$ 5.118). Provisões cíveis: A Seguradora responde por processos de natureza cível, não relacionadas a ações de seguros que se encontram em diversas fases de tramitação. Foi constituída provisão para os casos em que a probabilidade de perda foi considerada "provável".

24. DÉBITOS DIVERSOS

Passivo de arrendamento: Refere-se ao passivo de arrendamento, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

	Dez/2022			Dez/2021		
Veículos	Passivo de Arrendamento	Juros a apropriar de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido	Passivo de Arrendamento	Juros a apropriar de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldos inicial	**1.225**	**(64)**	**1.161**	**2.062**	**(110)**	**1.952**
Apropriação dos juros	–	338	338	–	99	99
Constituições/reavaliações de contratos	7.767	(1.307)	6.460	442	(53)	389
Pagamentos	(2.182)	–	(2.182)	(1.250)	–	(1.250)
Outros/baixas de contratos	(207)	2	(205)	(29)	–	(29)
Saldo Final	**6.603**	**(1.031)**	**5.572**	**1.225**	**(64)**	**1.161**

	Dez/2022			Dez/2021		
Imóveis	Passivo de Arrendamento	Juros a apropriar de contratos de Arrendamento	Passivo de Arrendamento Líquido	Passivo de Arrendamento	Juros a apropriar de contratos de Arrendamento	Passivo de Arrendamento Líquido
Saldos inicial	**19.497**	**(5.176)**	**14.322**	**19.166**	**(4.960)**	**14.206**
Apropriação dos juros	–	2.630	2.630	–	1.176	1.176
Constituições/reavaliações de contratos	41.397	(11.294)	30.102	4.256	(1.463)	2.793
Pagamentos	(6.189)	–	(6.189)	(3.218)	–	(3.218)
Outros/baixas de contratos	(10)	–	(10)	(707)	71	(635)
Saldo Final	**54.695**	**(13.840)**	**40.855**	**19.497**	**(5.176)**	**14.322**

Saldos	**CP/LP 2022**	**CP/LP 2021**
Circulante	8.548	2.856
Não Circulante	37.879	12.627
Total	**46.427**	**15.483**

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social é representado por 212.300.647 ações ordinárias e 8.832 ações preferenciais. A Seguradora é uma Companhia fechada e está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R$ 4.000.000 (quatro bilhões de reais) independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem caberá fixar as condições da emissão. Em 2021 foram realizados três aumentos do capital social da Seguradora no valor total de R$ 713.153 com a elevação do capital social para R$ 1.872.498. b) Custos de transação: A Seguradora incorreu em diversos custos para a concretização do acordo com o Grupo Sompo, citado na nota explicativa nº 1. Tais custos, detalhados no quadro abaixo, são diretamente atribuíveis às atividades necessárias à concretização dessa transação e, por conta dessa natureza, foram registrados no patrimônio líquido, por valor líquido dos efeitos tributários, conforme definições contidas no pronunciamento técnico CPC 8 - Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários:

Custos de transação	
Assessoria financeira	7.932
Assessoria estratégica	3.000
Assessoria jurídica	882
Outros	279
Subtotal	**12.093**
Impostos	(4.837)
Total	**7.256**

c) Dividendos e juros sobre capital próprio: Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A parcela dos dividendos mínimos ainda não paga ao final de cada exercício é deduzida do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrada como obrigação no passivo. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando efetivamente paga ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Estatuto Social prevê a compensação dos prejuízos acumulados como condição primária na destinação do lucro líquido para a constituição da reserva legal, distribuição de dividendos obrigatórios ou juros sobre capital próprio não inferior a 25% e constituição da reserva estatutária. Também prevê a destinação da reserva estatutária para a amortização de eventuais prejuízos, desde que deliberada por Assembleia Geral ou Conselho de Administração. O benefício fiscal dos Juros sobre Capital Próprio - JCP é reconhecido no resultado do exercício. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o exercício aplicável, conforme a legislação vigente.

26. DETALHAMENTO DAS CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

		Dez/2022	Dez/2021
a)	**Prêmios emitidos líquidos**	**3.960.927**	**3.282.450**
	Prêmios diretos	3.980.151	3.291.232
	Prêmios - riscos vigentes não emitidos (Nota 6.a)	3.346	5.255
	Cosseguro aceitos de congêneres	39.902	20.828
	Cosseguro cedido de congêneres	(62.472)	(34.865)
b)	**Variação das provisões técnicas de prêmios**	**(379.325)**	**(118.322)**
	Provisão de prêmios não ganhos	(379.338)	(118.352)
	Provisão matemática de benefícios a conceder	13	30
c)	**Prêmios ganhos**	**3.581.602**	**3.164.128**
d)	**Sinistros ocorridos**	**(1.974.996)**	**(1.999.651)**
	Indenizações avisadas PSL (Nota 19c)	(2.025.317)	(1.963.259)
	Serviços de assistência	(135.184)	(137.582)
	Salvados e ressarcimento	294.906	383.887
	Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	23.547	(100.809)
	Variação das despesas relacionadas	(154.450)	(178.083)
	Outros	21.502	(3.805)
e)	**Custo de aquisição**	**(812.462)**	**(782.281)**
	Comissões sobre prêmios retidos	(806.549)	(755.851)
	Outras despesas de comercialização	(60.807)	(81.417)
	Recuperação de comissões (cedido)	5.875	3.339
	Variação do custo de aquisição diferido	49.019	51.648
f)	**Outras receitas e despesas operacionais**	**(160.220)**	**(98.787)**
	Outras despesas operacionais	**(166.314)**	**(100.992)**
	Despesa com cobrança	(18.627)	(10.617)
	Despesa com encargos sociais	(1.944)	(1.520)
	Redução ao valor recuperável para recebíveis	(53.797)	1.475
	Despesa com emissão de apólices	(55.765)	(49.317)
	Despesa com inspeção e vistoria	(5.220)	(6.056)
	Despesa com dispositivos de segurança	(16.648)	(21.940)
	Outras despesas com operações de seguros	(9.002)	(6.627)
	Amortizações	(1.786)	(1.515)
	Despesas diversas	(3.525)	(4.875)
	Outras receitas operacionais	**6.094**	**2.205**
	Outras receitas com operações de seguro	6.094	2.205
g)	**Resultado com resseguro**	**(287.059)**	**(251.029)**
	Receitas com resseguro	**419.867**	**985.351**
	Indenização de sinistro	358.752	757.598
	Despesa com sinistro	36.038	43.500
	Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	729	32.749
	Variação das despesas relacionadas	(8.873)	–
	Receita com Participações no Lucro	33.221	151.504
	Despesas com resseguros	**(708.607)**	**(1.236.380)**
	Prêmios de resseguros - Diretos	(894.490)	(1.123.139)
	Cosseguros aceitos	(22.164)	(7.942)
	Cancelamento de resseguro	66.738	148.314
	Restituição de resseguro	182.856	31.131
	Prêmios - riscos vigentes não emitidos	3.251	1.491
	Variação da despesa de resseguro	(24.282)	(101.781)
	Salvados e ressarcimento	(34.292)	(214.601)
	Comissões diferidas	25.690	24.453
	Outras provisões - Comissão escalonada	(8.208)	8.127
	Outras provisões - RVNE	(3.706)	(2.433)
	Outros resultados de resseguro	**1.681**	**–**
h)	**Despesas administrativas**	**(490.918)**	**(503.653)**
	Despesas com pessoa próprio	(283.300)	(307.874)
	Despesas com serviços de terceiros	(93.661)	(85.893)
	Despesas com localização e funcionamento	(25.349)	(22.003)
	Despesas Direito de Uso	(5.397)	(3.755)
	Despesas com publicidade e propaganda	(9.961)	(12.080)
	Despesas com publicações	(205)	(378)
	Despesas com donativos e contribuições	(350)	(183)
	Depreciação e amortização	(67.575)	(67.511)
	Outras despesas administrativas	(5.120)	(3.976)
i)	**Despesas com tributos**	**(96.106)**	**(121.119)**
	Cofins	(68.788)	(67.780)
	PIS/Pasep	(12.136)	(42.779)
	Outros	(12.411)	(7.951)
	Impostos Municipais	(1.853)	(1.827)
	Contribuição Sindical	(910)	(782)
	Impostos Estaduais	(8)	–
j)	**Resultado financeiro**	**132.895**	**3.845**
	Receitas financeiras	**195.281**	**97.224**
	Rendimento com aplicações financeiras	**161.457**	**80.905**
	Rendimentos quotas e fundos de investimento	14.695	5.758
	Receitas com títulos de renda fixa privados	3.885	2.860
	Receitas com títulos de renda fixa públicos	142.877	72.287
	Ajuste TVM - aplicações ao valor justo por meio do resultado	424	869
	Receitas financeiras com operações de seguros	19.434	8.157
	Outras	**13.966**	**7.923**
	Receita com créditos tributários	378	1.171
	Receita com atualização de depósitos judiciais	9.720	1.761
	Receitas financeiras eventuais	3.868	4.361
	Despesas financeiras	**(62.386)**	**(93.379)**
	Despesas financeiras com renda fixa	(466)	(353)
	Despesas financeiras com operações de seguros	**(48.740)**	**(88.739)**
	Juros	–	(795)
	Oscilação cambial	(19.357)	(3.567)
	Provisão de sinistros a liquidar	(41.055)	(116.402)
	Cosseguro cedido	668	234
	Resseguro cedido	11.004	31.791
	Outras	**(13.180)**	**(4.287)**
	Despesas financeiras de encargos sobre tributos	(9.713)	(2.401)
	Despesas com juros - Passivo de Arrendamento	(2.968)	(1.275)
	Despesas financeiras eventuais	(499)	(611)

continua→★

→★ continuação

SOMPO SEGUROS S.A.
CNPJ nº 61.383.493/0001-80

SOMPO SEGUROS

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

		Dez/2022	Dez/2021
k)	**Resultado Patrimonial**	**3.372**	**(25.377)**
	Receitas com imóveis de renda	3.280	2.916
	Equivalência patrimonial	177	(24.557)
	Doações	–	29
	Amortização *price purchase allocation* (PPA)	(85)	(3.765)
l)	**Ganhos e perdas com ativos não correntes**	**69.254**	**(136.287)**
	Resultado na alienação de bens do ativo permanente	69.090	(8.233)
	Resultado em outras operações - outras receitas não correntes	164	–
	Redução ao valor recuperável	–	(128.054)

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Dez/2022		Dez/2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos impostos e participações	**(34.638)**	**(34.638)**	**(750.211)**	**(750.211)**
Participações sobre o resultado	(15.500)	(15.500)	–	–
Resultado tributável	**(50.138)**	**(50.138)**	**(750.211)**	**(750.211)**
Ajustes temporários	**66.198**	**66.198**	**103.198**	**103.198**
Provisões judiciais	10.874	10.874	63.436	63.436
Provisões para devedores duvidosos	53.810	53.810	2.295	2.295
Provisões com funcionários	15.500	15.500	–	–
Outros ajustes temporários	(13.986)	(13.986)	37.467	37.467
Ajustes permanentes	**(74.492)**	**(77.771)**	**167.447**	**167.394**
Ajustes de equivalência patrimonial	(177)	(177)	24.557	24.557
Outros ajustes permanentes	(74.315)	(77.594)	142.890	142.837
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	**(58.432)**	**(61.711)**	**(479.566)**	**(479.619)**
Base de cálculo após compensação	**(58.432)**	**(61.711)**	**(479.566)**	**(479.619)**
Créditos de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	14.608	9.257	119.891	71.943
Impairment IRPJ e CSLL DTA	59.547	35.236	(275.760)	(164.700)
Créditos tributários sobre diferenças temporárias	16.550	9.930	25.800	15.480
Outros ajustes	(7.904)	(4.742)	24.908	17.548
Total de imposto de renda e contribuição social	**82.801**	**49.681**	**(105.161)**	**(59.729)**
Alíquota efetiva	**(165,15)%**	**(99,09)%**	**14,02%**	**7,96%**

28. PARTES RELACIONADAS

Partes relacionadas à Seguradora foram definidas pela Administração como sendo os seus controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no pronunciamento técnico CPC 5 - Divulgação sobre partes relacionadas. As principais transações envolvendo partes relacionadas estão descritas a seguir: a) Sompo Services Gestão de Riscos e Vistoria Ltda. (controlada): (i). A Seguradora recupera despesas administrativas da Sompo Services, constituindo um contas a receber em 2022 de R$ 719 (R$ 2 em 2021). (ii). A Seguradora contrata os serviços de gerenciamento de riscos, vistoria e regulação de sinistros junto à sua controlada. O total das despesas com serviços de vistoria em 2022 foi de R$ 19 (R$ 3.709 em 2021). (iii). Os funcionários da controlada contam com seguro de vida contratado junto à Seguradora. O total de prêmios durante 2022 somaram R$ 2 (R$ 3 em 2021). b) Outras partes relacionadas: (i). A Sompo Seguros detém contratos de resseguro facultativo com a Sompo Japan Nipponkoa Insurance, Inc. (R$ 8.214 em 2022), e sinistros pagos pendentes (R$ 1.345 em 2022). (ii). Também detém contratos de resseguro facultativo com a Endurance Worldwide Insurance Limited (R$ 19.994 em 2022) e sinistros pagos pendentes (R$6.489 em 2022). Os saldos e valores das transações com partes relacionadas estão resumidos no quadro abaixo:

	Dez/2022	Dez/2021
Ativo		
Controlada		
Sompo Saúde Seguros S.A.	**–**	**1.460**
Reembolso de despesa administrativa a receber	–	1.460
Sompo Services Gestão de Riscos e Vistoria LTDA.	**719**	**2**
Reembolso de despesa administrativa a receber	719	2
Sompo Japan Nipponkoa Insurance Inc.	**1.345**	**2.556**
Sinistro de Resseguro	1.345	2.556
Sompo Japan Brasil	**12**	**49**
Reembolso de despesa administrativa a receber	12	49
Endurance worldwide insurance limited	**6.489**	**46.262**
Sinistro de Resseguro	6.489	46.262
Total do Ativo	**8.565**	**50.329**
Passivo		
Controlada		
Sompo Services Gestão de Riscos e Vistoria LTDA.	**(4)**	**(4)**
Serviço de vistoria	(4)	(4)
Sompo Japan Nipponkoa Insurance Inc.	**(8.214)**	**(87)**
Prêmio de Resseguro	(8.214)	(87)
Endurance worldwide insurance limited	**(19.994)**	**(11.381)**
Prêmio de Resseguro	(19.994)	(11.381)
Total do Passivo	**(28.212)**	**(11.472)**

	Receitas		Despesas	
Demonstração do Resultado	Dez/2022	Dez/2021	Dez/2022	Dez/2021
Controlada				
Sompo Saúde Seguros S.A.	**7.884**	**14.204**	**(11.481)**	**(28.201)**
Recuperação de despesas administrativas	7.866	14.162	–	–
Prêmios - Seguros Saúde	–	–	(11.481)	(28.201)
Prêmio - Seguros Vida	18	42	–	–
Sompo Japan Nipponkoa Insurance Inc.	**(789)**	**6**	**(13.554)**	**(1.375)**
Reintegração de Resseguro	–	–	(13.554)	(1.375)
Recuperação de Resseguro	(789)	6	–	–
Sompo Japan Brasil	**–**	**–**	**(205)**	**(594)**
Recuperação de despesas administrativas	–	–	(205)	(594)
Sompo International Holdings Ltd.	**–**	**–**	**–**	**(758)**
Despesas Administrativas	–	–	–	(758)
Endurance worldwide insurance limited	**66.086**	**46.261**	**(40.928)**	**(22.812)**
Reintegração de Resseguro	–	–	(40.928)	(22.812)
Recuperação de Resseguro	66.086	46.261	–	–
Sompo Services Gestão de Riscos e Vistoria LTDA.	**7.322**	**41**	**19**	**(3.709)**
Serviço de vistoria	–	–	19	(3.709)
Prêmio - Seguros Vida	2	3	–	–
Recuperação de despesas administrativas	7.320	38	–	–
Total Resultado	**80.503**	**60.512**	**(66.149)**	**(57.449)**

29. BENEFÍCIO A EMPREGADOS

2022	Obrigações Atuariais	Valor Justo Ativos	Ativo/Passivo Atuarial Liquido	Receitas / Despesas
Plano I	22.101	24.405	–	–
Plano II	1.749	17.197	4.555	(456)
Plano III	44.569	44.228	(341)	177
Saldo Final	**68.419**	**85.831**	**4.214**	**(279)**

2021	Obrigações Atuariais	Valor Justo Ativos	Ativo/Passivo Atuarial Liquido	Receitas / Despesas
Plano I	23.086	25.170	–	–
Plano II	1.842	17.422	5.797	(342)
Plano III	46.868	44.881	(1.986)	744
Saldo Final	**71.796**	**87.474**	**3.811**	**402**

DAS PREMISSAS ATUARIAIS, FINANCEIRAS E ECONÔMICA

Premissas	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022
Tábua de Mortalidade	AT-1983	AT-2000	AT-2000
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-1983	AT-2000	AT-2000
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Crescimento Real de Salários	1% ao ano	1% ao ano	1% ao ano
Taxa de Desconto para o cálculo do Valor Presente das Obrigações	6,77% a.a. (líquido 2,91% a.a.)	8,9162% a.a. (líquido 5,2330% a.a.	9,54% a.a. (líquido 6,0804% a.a.
Taxa Esperada de Retorno dos Ativos dos Planos	6,77% a.a. (líquido 2,91% a.a.)	8,9162% a.a. (líquido 5,2330% a.a.	9,54% a.a. (líquido 6,0804% a.a.
Taxa de inflação	3,75% ao ano	3,5% ao ano	3,25% ao ano
Fator de capacidade dos benefícios	1	1	1

30. EVENTOS SUBSEQUENTE

Em 26/01/2023,por meio da Carta Homologatória Eletrônica nº 4/2023/SUPERINTENDENTE/SUSEP, a Sompo tomou conhecimento da aprovação prévia do pedido de cisão parcial da Companhia, foi deferida nos termos da Resolução CNSP 422/2021, devendo a operação ser efetivada no prazo de 90 dias.

Conselho de Administração

Katsuyuki Tajiri
Presidente do Conselho de Administração

Brian William Goshen
Membro do Conselho de Administração

Alfredo Lália Neto
Membro do Conselho de Administração

Michael James McGuire
Membro do Conselho de Administração

Diretores

Alfredo Lália Neto
Diretor Presidente

Gen Iwao
Diretor Vice-Presidente

Adailton Oliveira Dias
Diretor Executivo

Fernando Antônio Grossi Cavalcante
Diretor Executivo

Celso Ricardo Mendes
Diretor Executivo

Daniel de Rosa
Diretor Executivo

Bruno Rodriguez Pereira
Diretor Executivo

Zenko Shu
Diretor Executivo

Rodrigo Dias Martins Caramez
Diretor Executivo

Contador

Tiago Marcelo da Costa Paixão
CRC SP-257857/O-6

Atuário

Cristiane Martins da Silva
MIBA 1377

Relatório do Comitê de Auditoria - Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Aos Membros do Conselho de Administração da **Sompo Seguros S.A.** O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Sompo Seguros S.A. ("Seguradora") é um órgão estatutário subordinado ao Conselho de Administração ("Conselho"), por ele instituído, e cujo funcionamento obedece a seu regimento interno. O Comitê foi instituído em linha com as políticas de governança corporativa adotadas pela Seguradora e em obediência e consonância com os preceitos e normas instituídos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados, conforme Resolução CNSP nº 432/2021 e alterações posteriores. O Comitê é composto por membros independentes eleitos pelo Conselho e que atendem integralmente aos requisitos estabelecidos pelo CNSP. Em setembro de 2022 deu-se a saída de um membro cujo mandato atingiu o limite temporal estabelecido, tendo sido eleito outro cuja indicação foi submetida à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Compete ao Comitê de Auditoria apoiar o Conselho de Administração em suas atribuições de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gestão de riscos. A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, é da administração da Seguradora. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e de conformidade (*compliance*) com a legislação e a regulamentação que regem a sua atividade. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de seu trabalho ao longo do ano. **Principais Atividades do Comitê:** O Comitê atua por meio da realização de reuniões periódicas, pelo menos mensais, na sede da Seguradora ou por vídeo conferência, com representantes designados pela Administração para prestar informações e responder a seus questionamentos. O Comitê atua, também, realizando acompanhamento e revisões, à distância, de documentos e informações a ele submetidas. As atividades do Comitê, relativas ao 1º semestre de 2022, incluíram: a) Reuniões com os executivos internos das áreas Atuarial, Auditoria Interna, Contabilidade, Controladoria, Canal de Denúncias, Financeiro, Gestão de Riscos e *Compliance*, Ouvidoria, Planejamento Estratégico, Recursos Humanos, Resseguro e Tecnologia da Informação (infraestrutura e segurança da informação), bem como com os profissionais responsáveis pela prestação dos serviços terceirizados de Auditoria Interna, de Auditoria Atuarial e da Auditoria Independente; b) Acompanhamento das atividades executadas pela Administração da Seguradora relacionadas à avaliação e gerenciamento de riscos, à gestão do sistema de controles internos, ao cumprimento de normas externas e internas e do Código de Ética da Seguradora. c) Avaliação das demonstrações financeiras e discussão com a Administração da Seguradora e com seus Auditores Independentes sobre as práticas contábeis relevantes adotadas, as informações divulgadas, o tratamento das questões contábeis críticas, os controles internos e o cumprimento das normas legais e regulamentares mais relevantes. d) Análise dos relatórios dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras da Seguradora, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. O Comitê realizou ainda reuniões periódicas com o Diretor-Presidente, com o Conselho de Administração e Diretoria Executiva da Seguradora. O Comitê mantém com os auditores independentes - Ernst & Young Auditores Independentes - e com a auditoria interna canais regulares de comunicação. O Comitê inteirou-se dos seus planos anuais de trabalho e acompanha os trabalhos realizados e seus resultados. O Comitê também avalia a aderência dos auditores independentes e da auditoria interna às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades são exercidas. O Comitê de Auditoria, consideradas as suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, e apoiada no relatório dos auditores independentes Ernst & Young Auditores Independentes S.S., entende que as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 encontram-se em condições de serem apreciadas pelo Conselho de Administração. O Comitê destaca os seguintes eventos relevantes ocorridos no exercício de 2022: i) a conclusão da venda da totalidade das ações da controlada Sompo Saúde Seguros S.A. para a Sul América Companhia de Seguro Saúde, conforme detalhado nas notas explicativas nº 1 e 3e; ii) a venda do Edifício Sompo Seguros, conforme detalhado na nota explicativa nº 3h; e iii) a celebração de um acordo para a venda dos negócios de varejo, compreendidos pelos produtos massificados, com a criação de uma nova empresa, a qual será subsequentemente comprada pela HDI Seguros após cumpridas as condições contratuais pactuadas, bem como obtidas as aprovações das autoridades competentes, conforme detalhado na nota explicativa nº 1. Os eventos relatados foram corretamente apresentados nessas Demonstrações Financeiras. O Comitê informa ainda que, no período abrangido por esse relatório, não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Seguradora ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2023

Assizio Aparecido de Oliveira
Membro do Comitê de Auditoria

Paulo José Arakaki
Membro do Comitê de Auditoria

Pompeu da Cruz Esteves Junior
Coordenador do Comitê de Auditoria

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

Aos Administradores e Acionistas **Sompo Seguros S.A. Escopo da Auditoria:** Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da **Sompo Seguros S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2022 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Atuários Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Sompo Seguros S.A.** em 31 de dezembro de 2022, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2023.

pwc

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, Edifício B32, 16º
São Paulo - SP - Brasil 04538-132
CNPJ 02.646.397/0001-19 - CIBA 105
Dinarte Ferreira Bonetti
MIBA 2147

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Ao Conselho de Administração, Diretoria e Acionistas da **Sompo Seguros S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Sompo Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sompo Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Venda dos negócios de varejo:** Chamamos a atenção, conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras para o fato de que, em 24 de maio de 2022, a Seguradora celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a HDI Seguros S.A., cujo objeto, após as obtenções das devidas autorizações dos órgãos reguladores competentes e cumprimento das condições contratuais, consistirá na venda da totalidade das ações de emissão de sociedade a ser constituída exclusivamente para deter o negócio de produtos massificados da Seguradora. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Ambiente de Tecnologia da Informação: A Seguradora é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras. Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. A avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária. Uma vez que processos tecnológicos podem, eventualmente, ocasionar registro e processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras da Seguradora. Essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do Ambiente de Tecnologia considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Seguradora. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de Gerenciamento de Acessos, Gerenciamento de mudanças e Operações de Tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes. Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas: Conforme divulgado na nota explicativa nº 19 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2022, o saldo das provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros firmados pela Seguradora era de R$3.539.285 mil, bruto de resseguro. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido um julgamento profissional relevante da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto e cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros. Adicionalmente, a diretoria realiza o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros ocorridos e não avisados, provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados e ao teste de adequação de passivos. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros firmados pela Seguradora; (ii) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Seguradora, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (iii) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (iv) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; e (v) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comercias e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2023.

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-034519/O
Gilberto Bizerra De Souza
Contador - CRC-RJ076328/O

STARR
INSURANCE COMPANIES

STARR International Brasil Seguradora S.A.

CNPJ nº 17.341.270/0001-69

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Apresentamos o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da **STARR International Brasil Seguradora S.A.**, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2022, apurados com base na regulamentação vigente, elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP 648 de 12 de Novembro de 2021 e alterações posteriores, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). Fundada em 1919, a Starr Insurance Companies é uma organização global líder em seguros e investimentos, que oferece seguro comercial de propriedades e acidentes, incluindo cobertura de viagem e acidentes pessoais, capaz de subscrever por meio de seus experientes associados em 124 países em 6 continentes. A Starr International Brasil Seguradora S.A. ("Seguradora" ou "Companhia") iniciou suas atividades no segundo semestre de 2012 tendo como foco principal o segmento de médias e grandes empresas. A Starr International Brasil Seguros S.A. é uma seguradora especializada e hoje comercializa seguros nos ramos de Transportes, RN/RO de Propriedades, Riscos de Engenharia, Riscos de Petróleo, Seguro Viagem, Vida em Grupo, Acidentes Pessoais, Linhas Financeiras, RC Geral, Seguro Ambiental e Aeronáuticos. Nossas plataformas de negócios foram desenvolvidas para proporcionar flexibilidade e dinamismo aos parceiros e usuários e visam atender às diversas demandas dos segmentos definidos como alvo de atuação. Seguimos políticas consistentes de precificação, aceitação de riscos e gerenciamento de sinistros, que são condições essenciais para atuar com sucesso em um mercado competitivo como o de seguros no Brasil. **Desempenho operacional:** A Starr International Brasil Seguradora S.A. durante o ano de 2022 apresentou Prêmios Emitidos Líquidos de R$ 1.184.343 mil, crescimento de 98% em comparação com R$ 599.251 mil ao exercício de 2021, refletidos pelo Seguro RN/RO de Propriedades, Riscos de Engenharia, Riscos de Petróleo, Linhas Financeiras, Aeronáutico, Transportes, Vida em Grupo e Seguro Viagem. A Seguradora apresentou lucro no exercício de R$ 18.037 mil, devido à melhora nas Carteiras de Seguro e Resultado financeiro. A Companhia ao longo do exercício de 2022 focou no crescimento e na diversificação de suas operações suportada pelo desempenho excepcional de seus subscritores e da presença Global da Companhia, fundamental para atender às demandas de grande risco, em especial as globais. Diferentemente dos últimos anos, houve retomada significativa do produto viagem. A Companhia conseguiu, neste produto, um crescimento significativamente maior do que o mercado brasileiro. Apesar do aumento dos sinistros ocorridos em R$ 52.967 mil, especialmente nos ramos de riscos nomeados operacionais, transportes e pessoas individual viagem, como consequência do aumento do volume das operações, houve redução da sinistralidade para 25% comparada aos 32% do mesmo período do exercício anterior. No que tange ao seu processo operacional, a Companhia está em constante movimento para se adequar ao novo cenário de crescimento das operações incluindo às operações em massificados. **Governança corporativa:** A Starr International Brasil Seguradora S.A. está em constante aprimoramento de controles internos e melhorias dos processos operacionais, buscando a excelência na operação técnica e gestão de riscos e combate a fraudes. **Perspectiva:** A STARR International Brasil Seguradora S.A. mantém suas expectativas e foco contínuo no crescimento sustentável de suas operações, bem como a manutenção dos investimentos previstos para o futuro. **Agradecimentos:** Agradecemos aos nossos segurados, corretores, resseguradores e parceiros de negócios, como também à Superintendência de Seguros Privados, pela confiança e apoio dedicado à Companhia. Aos nossos profissionais e colaboradores manifestamos o nosso reconhecimento pela sua decisiva contribuição para a conquista dos resultados da STARR International Brasil Seguradora S.A.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2023

Balanços Patrimoniais findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Notas Explicativas	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE		**1.747.984**	**890.056**
Disponível	7	**18.504**	**1.305**
Caixa e bancos		18.504	1.305
Aplicações	8	**253.645**	**154.715**
Títulos de renda fixa		253.645	154.618
Instrumentos financeiros derivativos		–	97
Créditos das operações com seguros e resseguros	9	**654.337**	**307.232**
Prêmios a receber	9.1	607.354	276.099
Operações com seguradoras	9.3	4.261	3.674
Operações com resseguradoras	9.4	41.369	26.281
Outros créditos operacionais	9.5	1.353	1.178
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	10	**785.189**	**396.780**
Títulos e créditos a receber	11	**5.776**	**7.951**
Outros títulos a receber	11.1	3.206	6.678
Créditos tributários e previdenciários	11.2	2.270	1.008
Outros créditos	11.3	300	265
Outros valores e bens	12	**85**	**89**
Salvados a venda		85	89
Despesas antecipadas	13	**4**	**7**
Custos de aquisição diferidos	14	**30.444**	**21.977**
Seguros		30.444	21.977
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**8.349**	**6.087**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**3.274**	**892**
Aplicações	8	**860**	**872**
Quotas de fundos de investimentos		860	872
Títulos e créditos a receber		**2.414**	**20**
Créditos tributários e previdenciários	11.2	20	20
Depósitos judiciais - sinistros	11.4	2.394	–
Outros valores e bens	15.1	**3.916**	**4.237**
Ativos de direito de uso - arrendamentos		3.916	4.237
Imobilizado	16	**1.116**	**872**
Bens móveis		1.011	610
Outras imobilizações		105	262
Intangível	17	**43**	**86**
Outros intangíveis		43	86
Total do ativo		**1.756.333**	**896.143**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

PASSIVO	Notas Explicativas	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE		**1.663.853**	**831.790**
Contas a pagar	18	**28.768**	**15.176**
Obrigações a pagar	18.1	2.654	1.625
Impostos e encargos sociais a recolher	18.2	18.628	10.406
Encargos trabalhistas	18.3	1.915	1.197
Impostos e contribuições	18.4	758	1.869
Outras contas a pagar	18.5	4.813	79
Débitos de operações com seguros e resseguros	19	**685.027**	**320.729**
Prêmios a restituir	19.1	1.876	2.386
Operações com seguradoras	19.2	22.599	14.460
Operações com resseguradoras	19.3	628.856	282.853
Corretores de seguros e resseguros	19.4	21.086	19.063
Outros débitos operacionais	19.5	10.610	1.967
Depósito de terceiros	20	**13.286**	**2.808**
Provisões técnicas - seguros	21	**935.826**	**492.441**
Danos		884.158	460.871
Pessoas		51.668	31.570
Outros débitos		**946**	**636**
Outras provisões	22	241	–
Passivos de arrendamento	15.2	705	636
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**3.201**	**3.781**
Outros débitos		**3.201**	**3.781**
Provisões judiciais	24	174	312
Passivos de arrendamento	15.2	3.027	3.469
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25	**89.279**	**60.572**
Capital social		132.943	121.863
Aumento de capital em aprovação		10.670	11.080
Prejuízos acumulados		(54.334)	(72.371)
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.756.333**	**896.143**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**121.863**	**–**	**(71.079)**	**50.784**
Ajustes pela adesão do CPC 06 - arrendamento em 31/01/2021	–	–	142	142
Aumento de capital AGE 25/11/2021	–	11.080	–	11.080
Prejuízo do exercício	–	–	(1.434)	(1.434)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**121.863**	**11.080**	**(72.371)**	**60.572**
Homologação do aumento de capital				
Portaria SUSEP nº 761 de 31/05/2022	11.080	(11.080)	–	–
Aumento de capital AGE em 29/11/2022	–	10.670	–	10.670
Lucro líquido do exercício	–	–	18.037	18.037
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**132.943**	**10.670**	**(54.334)**	**89.279**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas Explicativas	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios emitidos	26.1	**1.184.343**	**599.251**
Variações das provisões técnicas de prêmios	26.2	(373.219)	(137.609)
Prêmios ganhos	26.3	**811.124**	**461.642**
(–) Sinistros ocorridos	26.4	(199.545)	(146.578)
(–) Custos de aquisição	26.5	(64.975)	(29.677)
(–) Outras receitas e despesas operacionais	26.6	(4.797)	391
Resultado com resseguro	26.7	**(473.052)**	**(244.348)**
(+) receita com resseguro		129.050	106.748
(–) despesa com resseguro		(602.102)	(351.096)
Despesas administrativas	26.8	(35.666)	(22.554)
Despesas com tributos	26.9	(30.104)	(14.084)
Resultado financeiro	26.10	25.002	(4.770)
Resultado operacional		**27.987**	**22**
Resultado antes dos impostos e participações		**27.987**	**22**
Imposto de renda	26.11	(5.187)	(398)
Contribuição social	26.11	(3.192)	(318)
Participações sobre o resultado	26.12	(1.571)	(740)
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício		**18.037**	**(1.434)**
Quantidade de ações		154.310.349	132.943.183
Lucro líquido/(prejuízo) por ação - R$		0,12	(0,01)
Não existem outros resultados abrangentes			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido/(prejuízo) líquido do exercício	**18.037**	**(1.434)**
Depreciação e amortizações	430	345
Depreciação do ativo de direito de uso	636	600
Lucro/(prejuízo) líquido ajustado	**19.103**	**(489)**
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(98.919)	(17.626)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(347.106)	(168.013)
Créditos tributários e previdenciários	(1.262)	(638)
Títulos e créditos a receber	(35)	(89)
Custos de aquisição diferidos	(8.467)	(11.004)
Ativos de resseguro e retrocessão diferidos	(388.409)	(167.018)
Depósitos judiciais e fiscais	(2.394)	–
Despesas antecipadas	3	(2)
Outros ativos	3.477	(6.232)
Impostos e contribuições	(1.111)	1.240
Outras contas a pagar	14.702	8.167
Débitos de operações com seguros e resseguros	364.299	164.296
Provisões técnicas - seguros e resseguros	443.385	185.640
Depósito de terceiros	10.478	561
Provisões Judiciais	(138)	62
Outros passivos	241	–
Juros passivos	83	57
Caixa consumido pelas operações	**(11.173)**	**(10.599)**
Caixa líquido gerado/(consumido) pelas operações	**7.930**	**(11.088)**
Atividades de investimento		
Recebimento pela venda		
Imobilizado	6	–
Pagamento pela compra		
Imobilizado	(637)	(278)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(631)**	**(278)**
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	10.670	11.080
Pagamento arrendamento	(770)	(648)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**9.900**	**10.432**
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	**17.199**	**(934)**
Caixa no início do exercício	1.305	2.239
Caixa no fim do exercício	18.504	1.305
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	**17.199**	**(934)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A STARR International Brasil Seguradora S.A. (doravante "Companhia" ou "Seguradora") foi constituída em 29 de junho de 2012, conforme Ata de Assembleia Geral de Constituição realizada na mesma data e foi autorizada a operar pela Portaria Susep nº 4.947, de 23 de outubro de 2012. A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado com sede e escritório localizados na Av. Paulista, 283 -14º andar, Bela Vista, São Paulo, Estado de São Paulo - Brasil. O controle acionário e a gerência efetiva nos negócios da Companhia são exercidos pela STARR Brasil Participações Ltda., sociedade constituída e existente de acordo com as leis brasileiras. A STARR Brasil Participações Ltda. detém 99,9% do capital social da Companhia. A Companhia conta com o suporte financeiro de seu controlador no caso de eventuais necessidades operacionais. A Companhia tem por objeto social operar com seguros de danos e de pessoas em todo território nacional, sobretudo nos seguintes grupos de ramos: • 01 - Patrimonial; • 03 - Responsabilidades; • 06 - Transportes; • 07 - Riscos Financeiros; • 09 - Pessoas Coletivo; • 13 - Pessoas Individual; • 15 - Aeronáutico; • 17 - Petróleo. A Companhia está exposta a riscos que são provenientes de suas operações e que podem afetar seus objetivos estratégicos e financeiros que estão divulgadas na Nota Explicativa nº 6. As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Administração em 24 de fevereiro de 2023. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras compreendem os balanços patrimoniais, as demonstrações dos resultados dos exercícios, as demonstrações dos resultados abrangentes, as demonstrações das mutações do patrimônio líquido, e as demonstrações dos fluxos de caixa da Companhia, conforme legislação em vigor. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular Susep nº 648, de 12 de novembro de 2021, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante denominadas "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Susep". As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular, cujas principais modificações em relação ao formato de apresentação foram: (i) as provisões técnicas passam a ser apresentadas por grupo de ramos de seguros; (ii) as despesas com inspeção de riscos estão sendo apresentadas no grupo "Custos de aquisição"; (iii) as operações de resseguro estão sendo apresentadas em grupos específicos no balanço patrimonial e na demonstração do resultado. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 e 2021 apresentadas, foram elaboradas nas mesmas bases, a fim de possibilitar a sua comparabilidade. **2.2. Base para mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. **2.4. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são mensuradas usando a moeda principal do ambiente econômico, no qual a Seguradora atua. A moeda funcional é o Real, que é utilizada nas demonstrações financeiras. **2.5. Uso de estimativas e julgamentos:** Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é requerida a usar seu julgamento na determinação de estimativas que levam em consideração pressupostos e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos considerados na aplicação das práticas contábeis, que apresentam efeitos significativos nos saldos registrados nas demonstrações financeiras e, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão relacionadas à marcação a mercado dos ativos financeiros. **2.6. Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor: Novas normas, alterações e interpretações de normas:** A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor. A natureza e a vigência de cada uma das novas normas e alterações são descritas a seguir:

Pronunciamento	Descrição	Vigência
CPC 48 - Instrumentos Financeiros	Refere-se orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito, para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização do hedge	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018. Somente será aplicável quando referendado pela SUSEP
IFRS 17 - Contratos de Seguros	Estabelece princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguro emitido	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. Somente será aplicável quando referendado pela SUSEP
ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro	Esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. Somente será aplicável quando referendado pela SUSEP

Até a data da emissão dessas demonstrações financeiras, a Administração não finalizou a avaliação dos efeitos dos novos pronunciamentos, estando assim impossibilitada de divulgar tais efeitos. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** As práticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário disponível em caixa, em contas bancárias e investimentos financeiros com vencimento inferior a 90 dias a contar da data de aquisição, de alta liquidez e com baixo risco de variação no valor justo de mercado. **3.2. Ativos financeiros:** Um ativo financeiro é classificado no montante do reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: • Valor justo por meio do resultado; • Mantidos até o vencimento; • Disponíveis para venda; e • Empréstimos e recebíveis. A Administração, por meio de sua Política de Investimentos Financeiros, determina a classificação dos ativos financeiros na data de aquisição, considerando a sua estratégia de investimentos, que leva em consideração o gerenciamento dos fluxos de caixa de curto e longo prazo. **a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como disponíveis para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. Em 31 de dezembro de 2022, os títulos públicos emitidos como Notas do Tesouro Nacional Série B e Letras Financeiras do Tesouro foram classificados nessa categoria. **b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2022 a Seguradora não mantinha títulos registrados nesta categoria. • Reconhecimento e mensuração. As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Seguradora se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro", respectivamente, no período em que ocorrem. Para os ativos financeiros classificados como "Disponíveis para venda", quando aplicável, essas variações são registradas na rubrica "Outros resultados abrangentes", no patrimônio líquido, até o momento da liquidação do ativo financeiro, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado do período. Em 31 de dezembro de 2022 a Seguradora não mantinha títulos registrados como mantidos para venda. Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (incluindo prêmios a receber de segurados): A Seguradora avalia se há evidência de que um determinado ativo classificado na categoria, empréstimos ou recebíveis (ou se um grupo de ativos) esteja deteriorado ou '*impaired*'. Caso um ativo financeiro seja considerado como *impaired*, a Seguradora deve registrar a perda em conta de resultado se houver evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos que ocorram após a data inicial de reconhecimento do ativo financeiro nesta categoria e se o valor da perda puder ser mensurado com confiabilidade pela Administração. • Dificuldades significativas do emissor ou do devedor; • Quebra de termos contratuais, tais como default ou não cumprimento dos pagamentos devidos pelo devedor; • É provável que o emissor ou devedor entre em falência ou concordata; • Desaparecimento de um determinado ativo de um mercado ativo (para títulos e valores mobiliários); • Informações observáveis que indicam que há uma redução mensurável dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos (para o acesso coletivo de *impairment*), embora esta redução não possa ser atribuída individualmente para os ativos não significativos. Para avaliação de *impairment* de ativos financeiros classificados nesta categoria a Seguradora reconhece os valores de perdas decorrentes dos valores a receber a mais de 60 dias, independente de existirem outros valores a receber de determinado devedor, conforme orientação da Circular Susep nº 648/2021, considera se existe evidência objetiva de *impairment* para ativos individualmente significativos. Se a Seguradora considerar que não existe evidência de que um ativo individualmente significativo esteja *impaired*, a Seguradora inclui o ativo em um grupo de ativo de risco de crédito com características similares e acessa este ativo para *impairment* juntamente com os demais ativos financeiros que serão testados em uma base coletiva. Para o cálculo coletivo de *impairment* a Seguradora agrupa os ativos em uma base de características de risco de crédito (como por exemplo, ratings internos, indústria ou tipos de contrato de seguro para avaliação de prêmios a receber). Estas características são relevantes para a determinação dos fluxos de caixa coletivos dos grupos avaliados. Os ativos individualmente significativos que são avaliados para *impairment* em uma base individual não são incluídos na base de cálculo de *impairment* coletivo. A Seguradora designa os prêmios a receber para acesso de *impairment* nesta categoria e os estudos econômicos de perda considera emissões feitas em exercícios anteriores e elimina eventos de cancelamento de apólices não diretamente associados com perdas originadas por fatores de risco de crédito, tais como cancelamentos, baixa dos ativos por sinistros, emissões incorretas ou modificações de apólices solicitadas por corretores que resultam na baixa do ativo em conformidade com a Circular Susep nº 648/2021. **c) Empréstimos e recebíveis:** São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2022 compreendem em caixa e equivalentes de caixa e a conta prêmios. **3.3. Ativos não financeiros:** Ativos não financeiros sujeitos a depreciação ou amortização (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados para redução ao valor recuperável de ativos quando ocorram eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado para o valor pelo qual o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável do ativo. O valor recuperável é definido pelas práticas contábeis adotadas, como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Para fins de testes de *impairment* de ativos não financeiros, os ativos são agrupados no menor nível para o qual a Seguradora consegue identificar fluxos de caixa individuais gerados dos ativos, definidos como unidades geradoras de caixa. **3.4. Ativos intangíveis: (a) Softwares:** Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Seguradora, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: **(i)** É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso; **(ii)** A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo; **(iii)** O *software* pode ser vendido ou usado; **(iv)** O *software* gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados; **(v)** Estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*; e **(vi)** O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente. Os custos durante sua vida útil estimada (vida útil definida), não superior a cinco anos e são alocadas as suas respectivas unidades geradoras de caixa e avaliados para *impairment* periodicamente pela Seguradora. **(b) Licenças de uso de software adquiridos:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de até cinco anos. **3.5. Imobilizado:** O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo até a data de preparação das demonstrações financeiras. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados ao valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecido como um componente separado do ativo imobilizado somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo irão fluir para a Seguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade. Quando ocorre a substituição de um determinado componente ou 'parte' de um componente, o item substituído é baixado, apropriadamente. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado do período conforme incorridos. A depreciação de outros itens do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme a expectativa de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas pela Seguradora estão divulgadas na nota 16. O valor residual dos ativos e a vida útil dos bens são revisados, e ajustados, se necessário, a encerramento de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado se o valor recuperável do ativo é inferior ao seu. **3.6. Ativos de direito de uso e arrendamento a pagar:** Na adoção do CPC 06 a Companhia reconhece em seu balanço patrimonial, um ativo de direito de uso e o respectivo arrendamento a pagar, calculado pelo valor presente das parcelas futuras, acrescidos dos custos diretos associados ao contrato de arrendamento (vide nota explicativa nº 15). A amortização do ativo de direito de uso é reconhecida no resultado ao longo da vigência estimada do contrato. O passivo é acrescido de juros e líquido dos pagamentos. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva. **3.7. Classificação de contratos de seguro e contratos de investimento:** Na adoção do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4), a Seguradora efetuou o processo de classificação de todos os contratos de seguro e resseguro com base em análise de transferência de risco significativo de seguro entre as partes no contrato, considerando adicionalmente, todos os cenários com substância comercial onde o evento segurado ocorre, comparado com cenários onde o evento segurado não ocorre. A Seguradora emite diversos tipos de contratos de seguros em diversos ramos que transferem risco de seguro, risco financeiro ou ambos. Como guia geral, a Seguradora define risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro (com substância comercial) que são maiores do que os benefícios pagos caso o evento segurado não ocorra. Contratos de investimento são aqueles contratos que não transferem risco de seguro ou transferem risco de seguro insignificante. A Seguradora não identificou contratos classificados como "contratos de investimento" na aplicação do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4). Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4). Os contratos de resseguro que não atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 (equivalente ao IFRS 4) são classificados como ativos financeiros. Todos os contratos de resseguro foram classificados como contratos de seguro por transferirem risco significativo de seguro entre as partes no contrato. **4. Passivos financeiros:** Compreendem, substancialmente, fornecedores, impostos e contribuições e outras contas a pagar que são reconhecidos inicialmente ao valor justo. **4.1. Contas a pagar:** As obrigações a pagar são inicialmente reconhecidas ao valor justo de mercado e quaisquer efeitos significativos de ajuste a valor presente são reconhecidos segundo o método da taxa efetiva de juros até a data de liquidação. **4.2. Benefícios a empregados:** De acordo com CPC 33 a Seguradora possui participação nos lucros com base na Lei nº 10.101/2000, devidamente acordado com os funcionários e outros benefícios de curto prazo. **4.3. Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Companhia, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuráveis e o critério de provisionamento está descrito nas Notas Explicativas nº 21.1 e nº 22, em linha com os critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. **4.4. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda foi constituído pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excedem R$ 240 no ano, e a contribuição social foi constituída pela alíquota de 15% de janeiro a julho de 2022 e a partir de agosto até dezembro de 2022 de 16%. Os créditos tributários, decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e os fiscais de apuração de resultados, são controlados na escrituração fiscal. As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente. **4.5. Passivos oriundos de contratos de seguros:** A Seguradora utilizou as diretrizes do CPC 11 para avaliação dos contratos de seguro na adoção inicial dos IFRS. Segundo o CPC 11, a Seguradora utilizou a isenção de aplicar as políticas contábeis anteriores, ou seja, BRGAAP (políticas e práticas contábeis adotadas no Brasil que estão relacionadas abaixo) utilizada para avaliação dos passivos de contratos de seguro e ativos de contratos de resseguro. Além da utilização desta isenção, a Seguradora aplicou as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro tais como: (i) teste de adequação de passivos, (ii) avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação de contratos de seguro, dentre outras políticas contábeis previstas e permitidas segundo o CPC 11 para uma entidade que adota essas normas pela primeira vez. As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do CNSP e da Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), descritas a seguir: **(i)** A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela dos prêmios emitidos e retidos, correspondentes ao período de risco não decorrido do prazo de vigência de cada apólice, segundo parâmetros e normas determinadas pelo CNSP, atualizada monetariamente no caso de seguros indexados. A provisão de prêmios não ganhos referente aos riscos vigentes e ainda não emitidos (RVNE) é constituída conforme Nota Técnica Atuarial submetida a SUSEP, em que são justificadas as metodologias de estimação, conforme Resolução CNSP nº 432/2021, e Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021; **(ii)** A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída com base na estimativa de pagamentos prováveis, avisados até a data das demonstrações financeiras, líquidos de recuperações, resseguros e cosseguros cedidos e determinada com base nas notificações de sinistros avisados. Quando necessário, deve contemplar ajustes de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNeR) visando a cobertura de insuficiências verificadas na estimativa do valor de abertura dos sinistros; **(iii)** A provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR) é constituída para todos os ramos de atuação da Seguradora, através de metodologia própria estabelecida em nota técnica atuarial; **(iv)** A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de proporcionar os valores a pagar das despesas relacionadas aos sinistros avisados; **(v)** As receitas de comercialização de contratos de resseguro e custos de originarão dos contratos (DAC) são amortizados no decorrer do prazo de vigência das apólices. **4.6. Custos de aquisição:** Os custos de comercialização e as receitas de comissão de resseguro são registradas quando da emissão da apólice e reconhecidas no resultado segundo o transcorrer da vigência do período de cobertura do risco, através da constituição do diferimento das despesas e receitas de comercialização. **4.7. Capital social:** As ações emitidas pela Seguradora são classificadas como um componente do patrimônio líquido quando a Seguradora não possuir a obrigação de transferir caixa ou outros ativos para terceiros. Custos incrementais, diretamente atribuíveis à emissão das ações próprias são registrados no patrimônio líquido, deduzidos dos recursos recebidos. **5. Reconhecimento da receita: 5.1. Apuração do resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. **(i)** Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização, contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas e reconhecidos nas contas de resultados, pelo valor proporcional no prazo de vigência do risco; **(ii)** As receitas e despesas de prêmios e comissões relativas a responsabilidades repassadas a outros resseguradores, pelo regime de competência. As receitas e os custos relacionados às apólices com faturamento mensal, cuja emissão da fatura ocorre no mês subsequente ao período de cobertura, são reconhecidos por estimativa, calculados com base no histórico de emissão. Os valores estimados são mensalmente ajustados quando da emissão da fatura/apólice. Os saldos relativos aos riscos vigentes e não emitidos foram calculados e registrados conforme metodologia definida em Nota Técnica Atuarial. **5.2. Receitas de juros:** As receitas de juros de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo através do resultado) são reconhecidas no resultado do período segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido como resultado de perda por "*impairment*", a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do período. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros. **5.3. Resseguro:** Os processos de resseguros são registrados no sistema operacional da Seguradora, de acordo com cada contrato negociado, para cada uma das linhas de coberturas. Os contratos de resseguros facultativos são negociados de acordo com as políticas e a legislação em vigor, sendo a conformidade do processo monitorado pela superintendência de resseguros da Seguradora. No processo de resseguro facultativo, executado pela área técnica da Seguradora, as operações devem ser aprovadas através do controle de aceitação de risco. Além disso, toda a documentação do processo de resseguros é devidamente verificada pela gerência de resseguros da Seguradora. Para evitar o risco de crédito com corretores de resseguros e resseguradoras, foram estabelecidos procedimentos e políticas que visam a manutenção da liquidez das operações. Para tratar tais questões, foi criado um comitê, o qual decide sobre as operações novas e em curso. Todas as alterações nos termos e condições de resseguros estão de acordo com os manuais e políticas de subscrição. Toda e qualquer mudança ocorrida nos termos e condições dos tratados de resseguro são comunicadas para os subscritores pela superintendência de resseguros da Seguradora. Antes desta comunicação as áreas subscrição/produto executam as alterações no sistema de acordo com as novas condições da apólice. **6. Gerenciamento de riscos:** A Circular Susep nº 648/2021 e alterações posteriores, estabelece que as entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradoras locais avaliem de forma geral a sua exposição aos seguintes riscos, provenientes de suas operações e de suas atividades de investimentos financeiros: • Risco de subscrição de seguro; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional; • Risco de capital; • Análise de sensibilidade; • Risco financeiro. **6.1. Gestão do risco de subscrição:** O risco de subscrição é a possibilidade de haver perdas decorrentes de falhas na especificação das condições de aceitação, na tarifação do produto ou ainda de efetuar provisões técnicas insuficientes, tecnicamente mal dimensionadas ou elaborar políticas de resseguro ou transferência de risco inadequada. **(a) Mitigadores do risco de aceitação do produto -** A aceitação dos riscos é administrada principalmente, pela precificação, seleção e critérios de pulverização. Há constante monitoramento em relação aos resultados auferidos de forma a propiciar a implementação e revisão das políticas de aceitação, a qual, em linhas gerais, consiste na aplicação da teoria da probabilidade aplicada para a precificação e provisionamento das operações de seguros. A Seguradora mantém uma carteira de seguros pulverizada e diversificada de forma a minimizar o risco de um impacto significativo em seu índice de sinistralidade. O principal risco é que a frequência e severidade de sinistros sejam maiores do que o estimado; **(b) Mitigadores do risco de subscrição -** A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados. Os modelos de subscrição encontram-se devidamente aprovados e registrados junto ao órgão regulador e são consistentes com os produtos e estruturas de coberturas oferecidas ao mercado, de forma a atender as necessidades específicas de cada segurado e de realizar o estudo dos custos e receitas, visando retorno aos acionistas. Basicamente, a subscrição dos riscos pela Seguradora é procedida através de análise individual de forma a aliar a subscrição com o critério de precificação. Em geral os riscos assumidos são de periodicidade anual. Todos os riscos são registrados em sistema eletrônico de armazenamento e gerenciamento de dados, podendo ser acessado em qualquer parte do globo, permitindo a subscrição do risco a nível global; **(c) Mitigadores do risco de resseguro -** A Seguradora dispõe de políticas de resseguro como forma para diluir e homogeneizar sua responsabilidade diante os riscos assumidos. Dessa política constam os critérios de riscos a ressegurar, lista dos resseguradores que atendem aos critérios estabelecidos, bem como o limite de comprometimento das cessões a ser atribuído para cada um deles. Os contratos de resseguro firmados consideram condições proporcionais e não proporcionais, de forma a reduzir e proteger a exposição dos riscos isolados e dos riscos de natureza catastrófica em cada carteira; **(d) Mitigadores do risco de provisões técnicas insuficientes -** As provisões técnicas da Seguradora são avaliadas semestralmente, na mesma periodicidade das divulgações das demonstrações financeiras. Juntamente com as avaliações são realizados testes de adequação dos passivos de forma a averiguar a adequação dos saldos registrados considerando as premissas mais atualizadas e realistas em relação aos riscos assumidos pela Seguradora. **6.2. Gerenciamento de risco de créditos:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro. A gestão de riscos dos ativos financeiros deve assegurar que os limites dos riscos apropriados aos investimentos não se excedam e que garantam retornos sustentáveis. A tabela a seguir apresentada a composição da carteira por classe e por categoria contábil:

Classificação	Sem rating	brAAA	Valor de mercado
			31/12/2022
Caixa e Bancos	18.504	–	18.504
Prêmios a receber	607.354	–	607.354
Créditos tributários e previdenciários	2.270	–	2.270
Valor justo por meio do resultado	**–**	**253.645**	**253.645**
Ativos pós-fixados	**–**	**253.645**	**253.645**
Públicos			
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	–	213.243	213.243
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	–	40.402	40.402
Privados	**860**	**–**	**860**
Quotas de fundos de investimentos	860	–	860
Exposição máxima ao risco de crédito	**628.988**	**253.645**	**882.633**

Classificação	Sem rating	brAAA	Valor de mercado
			31/12/2021
Caixa e Bancos	1.305	–	1.305
Prêmios a receber	276.099	–	276.099
Créditos tributários e previdenciários	1.028	–	1.028
Valor justo por meio do resultado	**–**	**154.618**	**154.618**
Ativos pós-fixados	**–**	**154.618**	**154.618**
Públicos			
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	–	90.449	90.449
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	–	64.169	64.169
Privados	**872**	**–**	**872**
Quotas de fundos de investimentos	872	–	872
Instrumentos financeiros derivativos	**97**	**–**	**97**
Opções de futuros - Hedge	97	–	97
Exposição máxima ao risco de crédito	**279.401**	**154.618**	**434.019**

O valor justo dos instrumentos negociados num mercado ativo é baseado em cotação de preços em mercado ativo na data de balanço. O valor cotado dos ativos financeiros mantidos pela Seguradora é o de mercado, onde estes são incluídos em nível 1. **6.3. Gerenciamento de risco de liquidez:** A gestão de risco de liquidez se dá pela capacidade de a Seguradora gerar, através do gerenciamento de seus investimentos, o volume suficiente para saldar seus compromissos. **6.4. Gerenciamento de mercado:** O risco de mercado é a alteração no preço de mercado sobre os ganhos da Seguradora, sobre o valor de seus instrumentos financeiros. Para todos os instrumentos financeiros, o CPC 40, requer a divulgação relacionada à mensuração do valor justo com base no seguinte nível: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos (Nível 1).

	31/12/2022		31/12/2021	
	Nível I	Valor de mercado	Nível I	Valor de mercado
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	213.243	213.243	90.449	90.449
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	40.402	40.402	64.169	64.169
Quotas e fundos de investimentos	860	860	872	872
Opções de futuros - Hedge	–	–	97	97
Total	**254.505**	**254.505**	**155.587**	**155.587**

6.5. Gerenciamento de risco operacional: Risco operacional é resultante de perdas de processos internos ou inadequados, provenientes de todas as áreas de negócios. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as concentrações brutas de risco para os produtos da Seguradora estão distribuídas da seguinte forma:

Ramo	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total geral
						31/12/2022
Compreensivo Empresarial	–	40	–	(14)	–	26
Riscos de Engenharia	418	5.370	4.435	58.170	2.299	70.692
Riscos Diversos	–	–	–	33.231	–	33.231
Riscos Nomeados e Operacionais	–	61.493	3.398	297.700	66.103	428.694
R.C. Administradores e Diretores - D&O	395	776	194	34.311	1.364	37.040
R.C. Riscos Ambientais	–	3.254	–	3.495	–	6.749
R.C. Geral	510	22.126	3.913	43.170	4.612	74.331
R.C. Profissional	35	56	10	2.493	469	3.063
Transporte Nacional	1.702	1.198	2.122	31.738	30.169	66.929
Transporte Internacional	751	1.044	539	57.290	7.929	67.553
R.C. Trans. Carga Viag. Int. - RCTR-VI-C	19	–	–	(49)	39	9
R.C. Trans. Aéreo Carga - RCTA-C	–	–	–	3.167	–	3.167
R.C. Trans. Rodoviário Carga - RCTR-C	7.870	1.161	44	3.537	5.350	17.962
R.C. Trans. Desvio de Carga - RCF-DC	10.346	1.015	6	2.231	3.854	17.452
R.C. Trans. Aquaviário Carga - RCA-C	–	–	–	(92)	–	(92)
Pessoas Coletivo Viagem	–	–	–	797	–	797
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	66	8	49	773	153	1.049
Pessoas Coletivo Vida	371	441	47	3.032	5.948	9.839
Pessoas Individual Viagem	451	711	200	73.802	1.588	76.752
Pessoas Individual Acidentes Pessoais	7	–	–	962	–	969
Resp. Civil Facult. para Aeronaves - RCF	–	–	–	1.563	–	1.563
Aeronáuticos (cascos)	1.189	2.463	586	171.584	1.906	177.728
Aeronáuticos Responsab. Civil Hangar	–	2.387	–	32.470	1.816	36.673
Resp. Explor. ou Transp. Aéreo-reta	–	–	–	41	–	41
Riscos de Petróleo	–	–	–	52.126	–	52.126
Total geral	**24.130**	**103.543**	**15.543**	**907.528**	**133.599**	**1.184.343**

continua ★

STARR
INSURANCE COMPANIES

→★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ramo	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total geral
						31/12/2021
Compreensivo Empresarial	–	246	–	199	–	445
Riscos de Engenharia	253	2.675	124	11.538	114	14.704
Riscos Diversos	–	–	–	7.646	–	7.646
Riscos Nomeados e Operacionais	–	7.687	3.303	146.768	78.257	236.015
R.C. Administradores e Diretores - D&O	526	891	52	37.438	1.400	40.307
R.C. Riscos Ambientais	–	1.437	–	1.596	–	3.033
R.C. Geral	837	9.978	1.935	14.200	1.209	28.159
R.C. Profissional	–	99	8	2.686	427	3.220
Transporte Nacional	1.265	869	1.866	22.316	10.175	36.491
Transporte Internacional	1.438	252	575	23.961	3.585	29.811
R.C. Trans. Carga Viag. Int. - RCTR-VI-C	–	–	–	145	–	145
R.C. Trans. Rodoviário Carga - RCTR-C	5.113	314	215	2.242	10.271	18.155
R.C. Trans. Desvio de Carga - RCF-DC	4.926	164	1	1.024	8.555	14.670
R.C. Trans. Aquaviário Carga - RCA-C	–	–	–	114	–	114
Pessoas Coletivo Viagem	–	–	–	920	–	920
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	46	7	11	129	29	222
Pessoas Coletivo Vida	26	243	55	3.324	478	4.126
Pessoas Individual Viagem	31	58	24	28.969	109	29.191
Pessoas Individual Acidentes Pessoais	–	–	–	378	–	378
Resp. Civil Facult. para Aeronaves - RCF	–	–	–	132	–	132
Aeronáuticos (cascos)	626	2.280	537	104.368	1.412	109.223
Aeronáuticos Responsab. Civil Hangar	–	1.662	711	15.547	1.607	19.527
Resp. Explor. ou Transp. Aéreo-reta	–	–	–	52	–	52
Riscos de Petróleo	–	–	–	2.565	–	2.565
Total geral	**15.087**	**28.862**	**9.417**	**428.257**	**117.628**	**599.251**

6.6. Gestão de risco de capital: A Companhia executa suas atividades de gestão de risco de capital com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela Susep. O Patrimônio Líquido Ajustado - PLA da Seguradora está sendo apresentado na Nota n° 25 - d. **6.7. Análise de sensibilidade:** Na presente análise de sensibilidade foi considerada a variável taxa de juros como fator de risco. Simulamos como uma elevação e diminuição de 2,5% na taxa de juros Selic, teriam impactado no patrimônio líquido e resultado em 31 de dezembro de 2022: O impacto no resultado após os impostos é de 21% e sobre o patrimônio líquido é de 4% em 31 de dezembro de 2022.

Fator de risco	Premissas	Impacto no resultado 31/12/2022
Taxa de juros	Diminuição de 2,5% na Selic	3.754
Taxa de juros	Aumento de 2,5% na Selic	(3.754)

Fator de risco	Premissas	Impacto no resultado 31/12/2021
Taxa de juros	Diminuição de 2,5% na Selic	2.334
Taxa de juros	Aumento de 2,5% na Selic	(2.334)

6.8. Gestão de riscos financeiros: A carteira de investimentos está substancialmente protegida de riscos financeiros, os riscos são monitorados através de instrumentos e modelos de análise de risco, pelo Banco Bradesco S.A., que leva em consideração o cenário econômico e os requerimentos regulatórios que norteiam os negócios e ativos financeiros da Seguradora. O principal fator de risco que afeta o negócio da Seguradora é:

Classe	Premissas	Saldo contábil	Variação resultado	Saldo impactado
				31/12/2022
Ativos pós-fixados públicos				
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	Aumento de 1,06% na taxa	213.243	2.260	215.503
Notas do Tesouro Nacional - série B (NTN-B)	Aumento de 1,06% na taxa	40.402	428	40.830
Total		**253.645**	**2.688**	**256.334**
Impacto líquido de efeito tributário			**1.613**	
Ativos pós-fixados privados				
Quotas e fundos de investimentos	Aumento de 1,06% na taxa	860	9	869
Total		**860**	**9**	**869**
Impacto líquido de efeito tributário			–	

Classe	Premissas	Saldo contábil	Variação resultado	Saldo impactado
				31/12/2021
Ativos pós-fixados públicos				
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	Aumento de 1,06% na taxa	90.449	959	91.408
Notas do Tesouro Nacional - série B (NTN-B)	Aumento de 1,06% na taxa	64.169	680	64.849
Total		**154.618**	**1.639**	**156.257**
Impacto líquido de efeito tributário			983	
Ativos pós-fixados privados				
Quotas e fundos de investimentos	Aumento de 1,06% na taxa	872	9	881
Total		**872**	**9**	**881**
Impacto líquido de efeito tributário			–	
Instrumentos financeiros derivativos		97	1	98
Opções de futuros - Hedge	Aumento de 1,06% na taxa	**97**	**1**	**98**
Impacto líquido de efeito tributário			1	

A Seguradora possui como política de gestão de risco financeiro a contratação de produtos financeiros prontamente disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e como uma política prudente de gestão de risco de liquidez.

7. Caixa e equivalentes de caixa: Composto pelos valores da rubrica "Disponível":

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	5	5
Bancos	18.499	1.300
Total	**18.504**	**1.305**

8. Aplicações financeiras: As movimentações das aplicações financeiras de renda fixa e variável são demonstradas abaixo da seguinte forma:

	31/12/2021	Aplicação	Resgates	Rendimentos	31/12/2022
Letras Financeiras do Tesouro	90.449	145.797	(37.478)	14.475	213.243
Notas do Tesouro Nacional	64.169	123.547	(150.874)	3.560	40.402
Opções de futuros - Hedge	97	578	–	(675)	–
Total Circulante	**154.715**	**269.922**	**(188.352)**	**17.360**	**253.645**
	31/12/2021	**Aplicação**	**Resgates**	**Rendimentos**	**31/12/2022**
Quotas e fundos de investimentos	872	325.563	(326.287)	712	860
Total Não Circulante	**872**	**325.563**	**(326.287)**	**712**	**860**
Total geral	**155.587**	**595.485**	**(514.639)**	**18.072**	**254.505**

	31/12/2020	Aplicação	Resgates	Rendimentos	31/12/2021
Letras Financeiras do Tesouro	54.776	38.175	(5.052)	2.550	90.449
Letras do Tesouro Nacional	43.434	28.607	(70.408)	(1.633)	–
Notas do Tesouro Nacional	39.691	92.832	(69.280)	926	64.169
Opções de futuros - Hedge	–	488	–	(391)	97
Total Circulante	**137.901**	**160.102**	**(144.740)**	**1.452**	**154.715**
	31/12/2020	**Aplicação**	**Resgates**	**Rendimentos**	**31/12/2021**
Quotas e fundos de investimentos	59	219.236	(218.600)	177	872
Total Não Circulante	**59**	**219.236**	**(218.600)**	**177**	**872**
Total geral	**137.960**	**379.338**	**(363.340)**	**1.629**	**155.587**

9. Créditos das operações com seguros e resseguros: 9.1. Prêmios a receber:

Ramos	Prêmios a Receber de Segurados	Redução ao Valor Recuperável	Adicional de Fracionamento	Prêmios a Receber Líquido
				31/12/2022
Riscos de Engenharia	45.699	–	–	45.699
Riscos Diversos	29.587	–	–	29.587
Riscos Nomeados e Operacionais	200.086	–	–	200.086
R.C. Administradores e Diretores - D&O	15.398	(1)	–	15.397
R.C. Riscos Ambientais	4.140	–	–	4.140
R.C. Geral	56.739	–	(2)	56.737
R.C. Profissional	1.243	–	(4)	1.239
Transporte Nacional	37.134	(4)	–	37.130
Transporte Internacional	53.189	(4)	–	53.185
R.C. Trans. Carga Viag. Int. - RCTR-VI-C	3.644	–	–	3.644
R.C. Trans. Aéreo Carga - RCTA-C	1.016	–	–	1.016
R.C. Trans. Rodoviário Carga - RCTR-C	6.860	(26)	–	6.834
R.C. Trans. Desvio de Carga - RCF-DC	6	(3)	–	3
Pessoas Coletivo Viagem	144	(5)	–	139
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	117	(6)	–	111
Pessoas Coletivo Vida	830	(30)	–	800
Pessoas Individual Viagem	25.782	–	–	25.782
Pessoas Individual Acidentes Pessoais	173	–	–	173
Resp. Civil Facult. para Aeronaves - RCF	1.380	–	–	1.380
Aeronáuticos (cascos)	90.181	–	(43)	90.138
Aeronáuticos Responsab. Civil Hangar	24.620	–	(11)	24.609
Resp. Explor. ou Transp. Aéreo-reta	45	–	–	45
Riscos de Petróleo	9.480	–	–	9.480
Total	**607.493**	**(79)**	**(60)**	**607.354**

Ramos	Prêmios a Receber de Segurados	Redução ao Valor Recuperável	Adicional de Fracionamento	Prêmios a Receber Líquido
				31/12/2021
Compreensivo Empresarial	157	–	–	157
Riscos de Engenharia	8.322	–	–	8.322
Riscos Diversos	2.005	–	–	2.005
Riscos Nomeados e Operacionais	102.003	–	–	102.003
R.C. Administradores e Diretores - D&O	10.096	(4)	–	10.092
R.C. Riscos Ambientais	1.942	–	–	1.942
R.C. Geral	12.331	–	–	12.331
R.C. Profissional	1.396	(3)	(6)	1.387
Transporte Nacional	15.942	(13)	–	15.929
Transporte Internacional	22.793	(33)	–	22.760
R.C. Trans. Carga Viag. Int. - RCTR-VI-C	140	(1)	–	139
R.C. Trans. Rodoviário Carga - RCTR-C	3.197	(66)	–	3.131
R.C. Trans. Desvio de Carga - RCF-DC	2.342	(31)	–	2.311
R.C. Trans. Aquaviário Carga - RCA-C	64	–	–	64
Pessoas Coletivo Viagem	214	(6)	–	208
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	61	(18)	–	43
Pessoas Coletivo Vida	393	(14)	–	379
Pessoas Individual Viagem	17.425	–	–	17.425
Pessoas Individual Acidentes Pessoais	165	–	–	165
Resp. Civil Facult. para Aeronaves - RCF	114	–	–	114
Aeronáuticos (cascos)	62.045	–	(21)	62.024
Aeronáuticos Responsab. Civil Hangar	10.987	–	–	10.987
Resp. Explor. ou Transp. Aéreo-reta	13	–	–	13
Riscos de Petróleo	2.168	–	–	2.168
Total	**276.315**	**(189)**	**(27)**	**276.099**

9.2. Composição quanto aos prazos de vencimento:

A vencer	31/12/2022	31/12/2021
A vencer de 0 a 30 dias	401.279	125.721
A vencer de 31 a 60 dias	58.596	46.617
A vencer de 61 a 90 dias	39.943	55.320
A vencer de 91 a 180 dias	70.525	32.583
A vencer de 181 a 365 dias	25.321	11.221
A vencer superior a 365 dias	10.453	1.425
Total	**606.117**	**272.887**
Vencidas	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Vencidas de 0 a 30 dias	1.010	1.993
Vencidas de 31 a 60 dias	314	1.285
Vencidas de 61 a 90 dias	21	11
Vencidas de 91 a 180 dias	20	27
Vencidas de 181 a 365 dias	11	24
Vencidas superior a 365 dias	–	88
Total	**1.376**	**3.428**
Total prêmios a receber	**607.493**	**276.315**

9.3. Operações com seguradoras:

Ramos	Prêmios Vencidos a Receber	Comercialização Cosseguro Cedido	Redução ao Valor Recuperável	Sinistros a Recuperar Cosseguro Cedido	Outros Créditos	Valores Líquidos a receber
						31/12/2022
Riscos de Engenharia	–	179	–	5	–	184
Riscos Nomeados e Operacionais	–	40	–	666	75	781
R.C. Administradores e Diretores - D&O	88	150	–	25	–	263
R.C. Riscos Ambientais	33	–	–	–	–	33
R.C. Geral	87	462	–	102	–	651
R.C. Profissional	59	–	–	–	–	59
Transporte Nacional	113	60	–	217	–	390
Transporte Internacional	850	138	–	341	–	1.329
R.C. Trans. Carga Viag. Int. - RCTR-VI-C	1	–	–	–	–	1
R.C. Trans. Rodoviário Carga - RCTR-C	57	–	(4)	–	–	53
R.C. Trans. Desvio de Carga - RCF-DC	4	–	–	–	–	4
Pessoas Individual Acidentes Pessoais	50	–	–	–	–	50
Aeronáuticos (cascos)	12	59	–	16	–	87
Riscos de Petróleo	–	376	–	–	–	376
Total	**1.354**	**1.464**	**(4)**	**1.372**	**75**	**4.261**

Ramos	Prêmios Vencidos a Receber	Comercialização Cosseguro Cedido	Redução ao Valor Recuperável	Sinistros a Recuperar Cosseguro Cedido	Outros Créditos	Valores líquidos a receber
						31/12/2021
Riscos Nomeados e Operacionais	–	29	–	663	75	767
R.C. Administradores e Diretores - D&O	63	177	(15)	5	–	230
R.C. Riscos Ambientais	19	–	–	–	–	19
R.C. Geral	25	358	–	1	–	384
R.C. Profissional	35	–	–	–	–	35
Transporte Nacional	23	103	–	429	–	555
Transporte Internacional	644	121	–	655	–	1.420
R.C. Trans. Rodoviário Carga - RCTR-C	70	–	(3)	–	–	67
R.C. Trans. Desvio de Carga - RCF-DC	6	–	–	–	–	6
Aeronáuticos (cascos)	–	63	–	7	–	70
Aeronáuticos Responsab. Civil Hangar	–	121	–	–	–	121
Total	**885**	**972**	**(18)**	**1.760**	**75**	**3.674**

9.4. Operações com resseguradoras:

Ramos	Créditos com resseguros	Redução ao Valor Recuperável	Créditos Líquidos com resseguros
			31/12/2022
Compreensivo Empresarial	103	–	103
Riscos de Engenharia	1	–	1
Riscos Diversos	406	(406)	–
Riscos Nomeados e Operacionais	3.302	(509)	2.793
R.C. Administradores e Diretores - D&O	125	–	125
R.C. Geral	1.263	(392)	871
R.C. Profissional	191	(2)	189
Transporte Nacional	16.878	–	16.878
Transporte Internacional	5.813	–	5.813
R.C. Trans. Rodoviário Carga - RCTR-C	5.085	–	5.085
R.C. Trans. Desvio de Carga - RCF-DC	3.570	–	3.570
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	28	(27)	1
Pessoas Coletivo Vida	2.382	(1.555)	827
Resp. Civil Facult. para Aeronaves - RCF	997	–	997
Aeronáuticos (cascos)	4.082	(258)	3.824
Aeronáuticos Responsab. Civil Hangar	292	–	292
Total	**44.518**	**(3.149)**	**41.369**

Ramos	Créditos com resseguros	Redução ao Valor Recuperável	Créditos Líquidos com resseguros
			31/12/2021
Compreensivo Empresarial	26	–	26
Riscos Diversos	406	–	406
Riscos Nomeados e Operacionais	2.703	(509)	2.194
R.C. Administradores e Diretores - D&O	55	–	55
R.C. Geral	804	–	804
R.C. Profissional	156	–	156
Transporte Nacional	5.394	–	5.394
Transporte Internacional	6.177	–	6.177
R.C. Trans. Rodoviário Carga - RCTR-C	3.144	–	3.144
R.C. Trans. Desvio de Carga - RCF-DC	1.415	–	1.415
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	29	(17)	12
Pessoas Coletivo Vida	1.656	(1.008)	648
Pessoas Individual Viagem	1.492	–	1.492
Aeronáuticos (cascos)	4.336	–	4.336
Aeronáuticos Responsab. Civil Hangar	22	–	22
Total	**27.815**	**(1.534)**	**26.281**

9.5. Outros créditos operacionais:

	31/12/2022 Outros créditos operacionais	31/12/2021 Outros créditos operacionais
Riscos Nomeados e Operacionais	57	50
DPVAT	263	263
R.C. Profissional	–	3
Transporte Internacional	8	–
R.C. Trans. Rodoviário Carga - RCTR-C	177	–
R.C. Trans. Desvio de Carga - RCF-DC	60	41
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	4	4
Pessoas Coletivo Vida	37	–
Pessoas Individual Viagem	542	637
Resp. Civil Facult. para Aeronaves - RCF	2	–
Aeronáuticos (cascos)	203	180
Totais	**1.353**	**1.178**

10. Ativos de resseguro provisões técnicas:

ATIVO	Prêmio de resseguro diferido	Sinistros de resseguros	IBNeR	IBNR Sinistros ocorridos mas não avisados	Provisão de despesas relacionadas	Total Ativos de resseguro - Provisões técnicas
						31/12/2022
Compreensivo Empresarial	–	2.542	3.431	–	170	6.143
Riscos de Engenharia	61.293	7.994	7.994	2.666	603	80.550
Riscos Diversos	31.954	–	–	1.017	31	33.002
Riscos Nomeados e Operacionais	241.135	43.543	7.551	8.305	1.475	302.009
R.C. Administradores e Diretores - D&O	20.337	393	7	113	90	20.940
R.C. Riscos Ambientais	3.351	–	–	–	–	3.351
R.C. Geral	47.672	2.509	42	231	95	50.549
R.C. Profissional	1.292	660	9	102	13	2.076
Transporte Nacional	28.531	9.145	215	2.297	437	40.625
Transporte Internacional	38.399	9.069	714	4.899	687	53.768
R.C. Trans. Carga Viag. Int. - RCTR-VI-C	27	216	–	–	–	243
R.C. Trans. Rodoviário Carga - RCTR-C	2.029	3.936	92	872	205	7.134
R.C. Trans. Desvio de Carga - RCF-DC	1.752	2.300	45	464	54	4.615
Pessoas Prestamista (exceto Habit e Rural)	20	–	–	–	–	20
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	18	1	–	3	–	22
Pessoas Coletivo Vida	60	566	7	163	5	801
Pessoas Individual Viagem	631	–	–	–	–	631
Pessoas Individual Acidentes Pessoais	20	–	–	–	–	20
Resp. Civil Facult. para Aeronaves - RCF	643	1.376	17	–	–	2.036
Aeronáuticos (cascos)	109.075	10.975	138	3.410	220	123.818
Aeronáuticos Responsab. Civil Hangar	25.290	2.260	29	340	210	28.129
Resp. Explor. ou Transp. Aéreo-reta	25	–	–	–	–	25
Riscos de Petróleo	24.682	–	–	–	–	24.682
Totais	**638.236**	**97.485**	**20.291**	**24.882**	**4.295**	**785.189**

ATIVO	Prêmio de resseguro diferido	Sinistros de resseguros	IBNeR	IBNR Sinistros ocorridos mas não avisados	Provisão de despesas relacionadas	Total Ativos de resseguro - Provisões técnicas
						31/12/2021
Compreensivo Empresarial	175	–	–	–	–	175
Riscos de Engenharia	15.904	8.652	8.652	3.586	400	37.194
Riscos Diversos	5.825	99	112	2.091	163	8.290
Riscos Nomeados e Operacionais	136.523	13.088	3.765	6.042	899	160.317
R.C. Administradores e Diretores - D&O	18.943	220	4	217	25	19.409
R.C. Riscos Ambientais	1.735	–	–	–	–	1.735
R.C. Geral	10.668	127	2	453	28	11.278
R.C. Profissional	1.250	457	9	120	8	1.844
Transporte Nacional	12.222	6.366	238	1.173	435	20.434
Transporte Internacional	18.057	18.025	1.622	2.311	190	40.205
R.C. Trans. Carga Viag.Int.- RCTR-VI-C	20	–	–	–	–	20
R.C. Trans. Rodoviário Carga - RCTR-C	1.257	1.924	37	292	326	3.836
R.C. Trans. Desvio de Carga - RCF-DC	771	2.041	55	312	9	3.188
R.C. Trans. Aquaviário Carga - RCA-C	44	–	–	–	–	44
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	6	1	–	1	–	8
Pessoas Coletivo Vida	95	314	4	230	29	672
Pessoas Individual Viagem	1.510	–	–	–	–	1.510
Pessoas Individual Acidentes Pessoais	8	–	–	–	–	8
Aeronáuticos (cascos)	55.701	14.461	277	1.132	140	71.711
Aeronáuticos Responsab. Civil Hangar	9.432	876	17	2	28	10.355
Resp. Explor. ou Transp. Aéreo-reta	20	–	–	–	–	20
Riscos de Petróleo	4.527	–	–	–	–	4.527
Totais	**294.693**	**66.651**	**14.794**	**17.962**	**2.680**	**396.780**

11. Títulos e créditos a receber: 11.1. Outros títulos a receber:

	31/12/2022	31/12/2021
Acordos de ressarcimento	3.206	6.678
Total	**3.206**	**6.678**

11.2. Créditos tributários e previdenciários:

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de Renda a compensar	1.231	422
Contribuição Social a compensar	433	96
COFINS e PIS a compensar	–	5
Outros créditos tributários e previdenciários	626	505
Total	**2.290**	**1.028**
Circulante	**2.270**	**1.008**
Não circulante	**20**	**20**

11.3. Outros créditos:

	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamentos a funcionários	156	84
Adiantamentos administrativos	36	10
Outros créditos	108	171
Total	**300**	**265**

11.4. Depósitos judiciais:

	31/12/2022	31/12/2021
Sinistros	2.394	–
Total	**2.394**	**–**

12. Outros valores e bens:

	31/12/2022 Salvados à Venda	31/12/2021 Salvados à Venda
Transporte Nacional	85	84
Transporte Internacional	–	5
Total	**85**	**89**

13. Despesas antecipadas:

	31/12/2022	31/12/2021
Taxas de Fiscalização	4	7
Total	**4**	**7**

14. Custos de aquisição diferidos:

Ramos	31/12/2021	Constituição	Reversão	31/12/2022
Compreensivo Empresarial	27	93	(120)	–
Riscos de Engenharia	1.373	27.097	(25.406)	3.064
Riscos Diversos	–	3	(3)	–
Riscos Nomeados e Operacionais	6.893	41.243	(46.759)	1.377
R.C. Administradores e Diretores - D&O	1.046	12.830	(12.922)	954
R.C. Riscos Ambientais	360	4.676	(4.428)	608
R.C. Geral	1.593	27.775	(24.513)	4.855
R.C. Profissional	178	2.215	(2.211)	182
Transporte Nacional	3.189	40.159	(40.955)	2.393
Transporte Internacional	3.242	44.923	(40.323)	7.842
R.C. Trans. Carga Viag. Int. - RCTR-VI-C	8	147	(147)	8
R.C. Trans. Rodoviário Carga - RCTR-C	507	6.959	(7.007)	459
R.C. Trans. Desvio de Carga - RCF-DC	311	4.775	(4.780)	306
R.C. Trans. Aquaviário Carga - RCA-C	3	6	(9)	–
Pessoas Coletivo Viagem	–	3	(3)	–
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	–	13	(9)	4
Pessoas Coletivo Vida	–	4	(4)	–
Pessoas Individual Viagem	785	21.374	(17.933)	4.226
Pessoas Individual Acidentes Pessoais	30	1.590	(1.414)	206
Aeronáuticos (cascos)	1.792	22.856	(22.253)	2.395
Aeronáuticos Responsab. Civil Hangar	609	9.048	(8.540)	1.117
Resp. Explor. ou Transp. Aéreo-reta	1	16	(16)	1
Riscos de Petróleo	30	5.551	(5.134)	447
Total	**21.977**	**273.356**	**(264.889)**	**30.444**

Ramos	31/12/2020	Constituição	Reversão	31/12/2021
Compreensivo Empresarial	–	110	(83)	27
Riscos de Engenharia	376	7.927	(6.930)	1.373
Riscos Diversos	–	3	(3)	–
Riscos Nomeados e Operacionais	381	11.261	(4.749)	6.893
R.C. Administradores e Diretores - D&O	758	10.605	(10.317)	1.046
R.C. Riscos Ambientais	313	3.187	(3.140)	360
R.C. Geral	331	14.045	(12.783)	1.593
R.C. Profissional	259	2.441	(2.522)	178
Transporte Nacional	2.086	33.483	(32.380)	3.189
Transporte Internacional	3.645	43.593	(43.996)	3.242
R.C. Trans. Carga Viag. Int. - RCTR-VI-C	1	44	(37)	8
R.C. Trans. Rodoviário Carga - RCTR-C	219	3.749	(3.461)	507
R.C. Trans. Desvio de Carga - RCF-DC	80	1.227	(996)	311
R.C. Trans. Aquaviário Carga - RCA-C	–	33	(30)	3
Pessoas Coletivo Viagem	–	3	(3)	–
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	1	9	(10)	–
Pessoas Coletivo Vida	3	31	(34)	–
Pessoas Individual Viagem	792	8.413	(8.420)	785
Pessoas Individual Acidentes Pessoais	–	125	(95)	30
Aeronáuticos (cascos)	1.066	17.588	(16.862)	1.792
Aeronáuticos Responsab. Civil Hangar	553	7.412	(7.356)	609
Resp. Explor. ou Transp. Aéreo-reta	–	17	(16)	1
Riscos de Petróleo	109	1.209	(1.288)	30
Total	**10.973**	**166.515**	**(155.511)**	**21.977**

15. Outros valores e bens: 15.1. Ativos de direto de uso: A movimentação de saldo do ativo de direito de uso é evidenciada abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Adoção inicial	6.572	6.257
Depreciação acumulada	(2.656)	(2.020)
Saldo do ativo de direito de uso	**3.916**	**4.237**

15.2. Passivos de arrendamento: Nos quadros abaixo, estão demonstradas as movimentações e saldos do passivo de arrendamento:

	31/12/2022	31/12/2021
Adoção inicial	5.313	5.638
Juros a transcorrer	(874)	(885)
Pagamentos	(707)	(648)
Saldo do passivo de arrendamento	**3.732**	**4.105**
	31/12/2022	**31/12/2021**
Arrendamento a Pagar	813	795
Juros provisionados	(108)	(159)
Total Passivo Circulante	**705**	**636**
Arrendamento a Pagar	3.793	4.195
Juros provisionados	(766)	(726)
Total Passivo Não - Circulante	**3.027**	**3.469**
Total geral	3.732	4.105

A Companhia apresenta no quadro abaixo a análise de seu contrato com base nas datas de vencimento:

Vencimento das prestações	31/12/2022
Até 1 ano	813
Entre 1 e 2 anos	1.626
Entre 2 e 3 anos	2.167
Juros embutidos	(874)
Saldo do passivo de arrendamento	**3.732**

E a demonstração do resultado inclui os seguintes montantes relacionados e arrendamento:

	31/12/2022	31/12/2021
Encargo de depreciação do ativo de direito de uso	636	600
Despesas financeiras de arrendamento	83	57
Total	**719**	**657**

16. Imobilizado:

Descrição	Taxa ao ano	Saldo em 31/12/2021	Aquisição	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2022
Hardware	20%	370	469	–	(171)	668
Equipamentos	20%	60	163	–	(29)	194
Móveis, máquinas e utensílios	10%	180	5	(6)	(30)	149
Total bens móveis		**610**	**637**	**(6)**	**(230)**	**1.011**
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	20%	262	–	–	(157)	105
Total outras imobilizações		**262**	**–**	**–**	**(157)**	**105**
Total imobilizado		**872**	**637**	**(6)**	**(387)**	**1.116**

Descrição	Taxa ao ano	Saldo em 31/12/2020	Aquisição	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2021
Hardware	20%	225	237	–	(92)	370
Equipamentos	20%	37	35	–	(12)	60
Móveis, máquinas e utensílios	10%	204	6	–	(30)	180
Total bens móveis		**466**	**278**	**–**	**(134)**	**610**
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	20%	419	–	–	(157)	262
Total outras imobilizações		**419**	**–**	**–**	**(157)**	**262**
Total imobilizado		**885**	**278**	**–**	**(291)**	**872**

17. Intangível:

Descrição	Taxa anual de amortização	Valor Original	Amortização Acumulada	Saldo Líquido
				31/12/2022
Despesas com desenvolvimento para sistemas de computação	20%	1.099	(1.056)	43
Total		**1.099**	**(1.056)**	**43**

Descrição	Taxa anual de amortização	Valor Original	Amortização Acumulada	Saldo Líquido
				31/12/2021
Despesas com desenvolvimento para sistemas de computação	20%	1.099	(1.013)	86
Total		**1.099**	**(1.013)**	**86**

18. Contas a pagar: 18.1. Obrigações a pagar:

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores	865	484
Participação nos lucros a pagar	1.600	850
Pagamentos a efetuar	24	11
Outras obrigações a efetuar	165	280
Total	**2.654**	**1.625**

18.2. Impostos e encargos sociais a recolher:

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda retido de funcionários	404	282
Imposto de renda retido de terceiros	152	67
Imposto sobre serviços retido	142	44
Imposto sobre operações financeiras	17.503	9.660
Contribuições previdenciárias	251	233
Contribuições para FGTS	103	75
Outros impostos e encargos sociais	73	45
Total	**18.628**	**10.406**

18.3. Encargos trabalhistas:

	31/12/2022	31/12/2021
Férias	1.427	892
Encargos a recolher	488	305
Total	**1.915**	**1.197**

18.4. Impostos e contribuições:

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de Renda	256	396
Contribuição Social	164	318
Cofins	338	993
Pis/Pasep	–	162
Total	**758**	**1.869**

18.5. Outras contas a pagar:

Ramos	31/12/2022	31/12/2021
Riscos Nomeados e Operacionais	1	2
Transporte Nacional	33	32
Transporte Internacional	112	–
R.C. Trans. Aéreo Carga - RCTA-C	20	45
Pessoas Individual Viagem	13	–
Total	**179**	**79**
Acordos operacionais - Assist Card (Nota 27.b)	4.634	–
Total geral	**4.813**	**79**

19. Débitos de operações com seguros e resseguros: 19.1. Prêmios a restituir:

Ramos	31/12/2022	31/12/2021
Riscos Nomeados e Operacionais	1.147	1.381
R.C. Riscos Ambientais	138	–
R.C. Profissional	15	–
Transporte Nacional	(9)	(2)
Transporte Internacional	327	173
R.C. Trans. Aquaviário Carga - RCA-C	55	–
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	6	5
Pessoas Coletivo Vida	47	76
Pessoas Individual Viagem	–	764
Aeronáuticos (cascos)	147	(14)
Resp. Explor. ou Transp. Aéreo-reta	3	3
Total	**1.876**	**2.386**

19.2. Operações com seguradoras:

Ramos	31/12/2022	31/12/2021
Riscos de Engenharia	1.051	–
Riscos Nomeados e Operacionais	3.729	2.243
R.C. Administradores e Diretores - D&O	731	4.351
R.C. Geral	5.013	3.172
R.C. Profissional	–	72
Transporte Nacional	317	662
Transporte Internacional	695	629
Resp. Civil Facult. para Aeronaves - RCF	–	171
Aeronáuticos (cascos)	394	422
Aeronáuticos Responsab. Civil Hangar	3.141	2.738
Riscos de Petróleo	7.528	–
Total	**22.599**	**14.460**

continua →★

STARR
INSURANCE COMPANIES

→★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19.3. Operações com resseguradoras: A seguir demonstramos as operações com resseguradoras, relacionadas ao repasse de prêmios, líquidas de comissão.

Ramos	Resseguradora Local	Resseguradora Admitida	Resseguradora Eventual	31/12/2022
Compreensivo Empresarial	(155)	(23)	–	(178)
Riscos de Engenharia	21.650	24.699	147	46.496
Riscos Diversos	44.819	–	–	44.819
Riscos Nomeados e Operacionais	27.425	142.098	26.169	195.692
R.C. Administradores e Diretores - D&O	4.916	6.550	7.748	19.214
R.C. Riscos Ambientais	1.804	2.753	–	4.557
R.C. Geral	24.895	18.470	8.134	51.499
R.C. Profissional	699	1.044	–	1.743
Transporte Nacional	43.289	3.015	13	46.317
Transporte Internacional	63.343	2.096	499	65.938
R.C. Trans. Carga Viag. Int.- RCTR-VI-C	(3.005)	(1.102)	–	(4.107)
R.C. Trans. Aéreo Carga - RCTA-C	2.503	–	–	2.503
R.C. Trans. Rodoviário Carga - RCTR-C	6.289	984	–	7.273
R.C. Trans. Desvio de Carga - RCF-DC	7.223	687	–	7.910
R.C. Trans. Aquaviário Carga - RCA-C	(19)	(29)	–	(48)
Pessoas Coletivo Viagem	–	1	4	5
Pessoas Prestamista (exceto Habit e Rural)	–	5	19	24
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	138	3	11	152
Pessoas Coletivo Vida	1.777	14	57	1.848
Pessoas Individual Viagem	188	255	427	870
Pessoas Individual Acidentes Pessoais	37	1	4	42
Resp. Civil Facult. para Aeronaves - RCF	172	830	586	1.588
Aeronáuticos (cascos)	29.494	22.523	54.120	106.137
Aeronáuticos Responsab. Civil Hangar	1.909	(932)	16.509	17.486
Resp. Explor. ou Transp. Aéreo-reta	3	4	(1)	6
Riscos de Petróleo	3.103	3.995	3.972	11.070
Total	**282.497**	**227.941**	**118.418**	**628.856**

Ramos	Resseguradora Local	Resseguradora Admitida	Resseguradora Eventual	31/12/2021
Compreensivo Empresarial	7	59	–	66
Riscos de Engenharia	3.870	3.198	39	7.107
Riscos Diversos	12.881	–	–	12.881
Riscos Nomeados e Operacionais	31.640	55.907	7.784	95.331
R.C. Administradores e Diretores - D&O	5.251	8.760	2.764	16.775
R.C. Riscos Ambientais	979	1.451	–	2.430
R.C. Geral	5.865	7.818	–	13.683
R.C. Profissional	751	1.114	–	1.865
Transporte Nacional	11.194	9.901	–	21.095
Transporte Internacional	24.586	7.484	–	32.070
R.C. Trans. Carga Viag. Int.- RCTR-VI-C	10	15	–	25
R.C. Trans. Rodoviário Carga - RCTR-C	1.588	2.365	–	3.953
R.C. Trans. Desvio de Carga - RCF-DC	1.225	1.675	–	2.900
R.C. Trans. Aquaviário Carga - RCA-C	34	51	–	85
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	46	1	3	50
Pessoas Coletivo Vida	755	22	43	820
Pessoas Individual Viagem	1.186	357	242	1.785
Pessoas Individual Acidentes Pessoais	9	–	–	9
Resp. Civil Facult. para Aeronaves - RCF	182	183	–	365
Aeronáuticos (cascos)	15.485	40.150	9.501	65.136
Aeronáuticos Responsab. Civil Hangar	(37)	2.597	(136)	2.424
Resp. Explor. ou Transp. Aéreo-reta	2	2	–	4
Riscos de Petróleo	686	1.305	3	1.994
Total	**118.195**	**144.415**	**20.243**	**282.853**

19.4. Corretores de seguros e resseguros:

Ramos	31/12/2022	31/12/2021
Compreensivo Empresarial	(6)	14
Riscos de Engenharia	139	968
Riscos Diversos	2	1
Riscos Nomeados e Operacionais	787	8.983
R.C. Administradores e Diretores - D&O	573	486
R.C. Riscos Ambientais	632	334
R.C. Geral	3.721	990
R.C. Profissional	201	202
Transporte Nacional	2.526	2.038
Transporte Internacional	8.729	3.204
R.C. Trans. Carga Viag. Int.- RCTR-VI-C	28	31
R.C. Trans. Aéreo Carga - RCTA-C	127	1
R.C. Trans. Rodoviário Carga - RCTR-C	(1.822)	(1.702)
R.C. Trans. Desvio de Carga - RCF-DC	3.572	2.756
R.C. Trans. Aquaviário Carga - RCA-C	–	3
Pessoas Coletivo Viagem	(218)	(213)
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	47	(4)
Pessoas Eventos Aleatórios	(3)	(2)
Pessoas Coletivo Vida	(454)	(285)
Pessoas Individual Viagem	(272)	(388)
Resp. Civil Facult. para Aeronaves - RCF	3	3
Aeronáuticos (cascos)	1.501	1.094
Aeronáuticos Responsab. Civil Hangar	1.010	639
Resp. Explor. ou Transp. Aéreo-reta	(32)	(32)
Riscos de Petróleo	295	(58)
Total	**21.086**	**19.063**

19.5. Outros débitos operacionais:

Ramos	31/12/2022	31/12/2021
DPVAT	301	301
Pessoas Coletivo Viagem	215	221
Pessoas Coletivo Vida	30	54
Pessoas Individual Viagem	10.009	1.372
Pessoas Individual Acidentes Pessoais	55	19
Total	**10.610**	**1.967**

20. Depósitos de terceiros:

	31/12/2022	31/12/2021
De 1 a 30 dias	9.095	26
De 31 a 60 dias	909	759
De 61 a 120 dias	621	646
De 121 a 180 dias	874	346
De 181 a 365 dias	1.787	789
Superior a 365 dias	–	242
Total	**13.286**	**2.808**

A rubrica de "Depósitos de terceiros", é composta por valores recebidos efetivamente e ainda não baixados da rubrica de "Prêmios a Receber", configurando uma conta transitória onde são registradas as operações de cobrança de prêmios da Seguradora. **21. Provisões técnicas seguros: 21.1. Provisões técnicas:**

31/12/2022

Ramos	Prêmios não Ganhos	Sinistros a Liquidar	Sinistros Judiciais	IBNeR	IBNR Sinistros Ocorridos, mas não Avisados	Despesas Relacionadas	Total
Compreensivo Empresarial	–	2.559	–	3.454	–	540	**6.553**
Riscos de Engenharia	72.793	8.090	–	8.090	2.685	612	**92.270**
Riscos Diversos	32.558	–	–	–	1.023	498	**34.079**
Riscos Nomeados e Operacionais	259.240	44.765	–	7.763	8.423	1.548	**321.739**
R.C. Administradores e Diretores - D&O	24.259	387	16	7	114	91	**24.874**
R.C. Riscos Ambientais	4.892	–	–	–	–	–	**4.892**
R.C. Geral	58.583	2.464	66	43	231	106	**61.493**
R.C. Profissional	1.739	578	113	12	103	13	**2.558**
Transporte Nacional	35.439	10.942	1.425	304	4.824	654	**53.588**
Transporte Internacional	51.059	9.984	–	786	6.327	830	**68.986**
R.C. Trans. Carga Viag. Int.- RCTR-VI-C	44	–	316	8	–	–	**368**
R.C. Trans. Rodoviário Carga - RCTR-C	2.787	6.252	224	159	1.353	273	**11.048**
R.C. Trans. Desvio de Carga - RCF-DC	2.146	2.964	3.209	152	670	62	**9.203**
Resp. Civil Facult. para Aeronaves - RCF	682	1.378	–	17	–	25	**2.102**
Aeronáuticos (cascos)	116.952	11.276	–	142	3.534	418	**132.322**
Aeronáuticos Responsab. Civil Hangar	28.680	2.431	–	31	340	211	**31.693**
Resp. Explor. ou Transp. Aéreo-reta	28	–	–	–	–	–	**28**
Riscos de Petróleo	26.362	–	–	–	–	–	**26.362**
Total Danos	**718.243**	**104.070**	**5.369**	**20.968**	**29.627**	**5.881**	**884.158**
Pessoas Coletivo Viagem	31	147	44	3	217	135	**577**
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	30	14	10	1	18	2	**75**
Pessoas Coletivo Vida em Grupo	16	1.710	1.989	91	2.469	147	**6.422**
Pessoas Individual Viagem	11.583	18.255	3.499	2.540	7.553	689	**44.119**
Pessoas Individual Acidentes Pessoais	468	7	–	–	–	–	**475**
Total Pessoas	**12.128**	**20.133**	**5.542**	**2.635**	**10.257**	**973**	**51.668**
Total Provisões Técnicas	**730.371**	**124.203**	**10.911**	**23.603**	**39.884**	**6.854**	**935.826**

31/12/2021

Ramos	Prêmios não Ganhos	Sinistros a Liquidar	Sinistros Judiciais	IBNeR	IBNR Sinistros Ocorridos, mas não Avisados	Despesas Relacionadas	Total
Compreensivo Empresarial	222	–	–	–	–	–	**222**
Riscos de Engenharia	19.066	8.758	–	8.758	3.637	403	**40.622**
Riscos Diversos	6.160	113	–	113	2.091	175	**8.652**
Riscos Nomeados e Operacionais	155.048	13.558	–	3.900	6.150	971	**179.627**
R.C. Administradores e Diretores - D&O	23.750	314	–	6	266	49	**24.385**
R.C. Riscos Ambientais	2.492	–	–	–	–	–	**2.492**
R.C. Geral	15.248	164	–	3	489	198	**16.102**
R.C. Profissional	1.764	461	–	9	127	38	**2.399**
Transporte Nacional	19.494	7.226	771	299	1.676	902	**30.368**
Transporte Internacional	23.059	18.762	–	1.688	3.314	447	**47.270**
R.C. Trans. Carga Viag. Int. - RCTR-VI-C	30	–	–	–	–	–	**30**
R.C. Trans. Rodoviário Carga - RCTR-C	2.956	4.038	–	77	614	419	**8.104**
R.C. Trans. Desvio de Carga - RCF-DC	1.881	2.959	887	144	819	67	**6.757**
R.C. Trans. Aquaviário Carga - RCA-C	58	–	–	–	–	–	**58**
Resp. Civil Facult. para Aeronaves - RCF	102	–	–	–	–	–	**102**
Aeronáuticos (cascos)	60.367	14.865	–	285	1.253	290	**77.060**
Aeronáuticos Responsab. Civil Hangar	10.897	887	–	17	3	46	**11.850**
Resp. Explor. ou Transp. Aéreo-reta	25	–	–	–	–	–	**25**
Riscos de Petróleo	4.746	–	–	–	–	–	**4.746**
Total Danos	**347.365**	**72.105**	**1.658**	**15.299**	**20.439**	**4.005**	**460.871**
Pessoas Coletivo Viagem	33	36	24	2	241	134	**470**
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	5	5	8	1	39	8	**66**
Pessoas Coletivo Vida em Grupo	44	486	1.612	78	1.310	114	**3.644**
Pessoas Individual Viagem	9.449	8.637	2.653	2.044	3.862	487	**27.132**
Pessoas Individual Acidentes Pessoais	257	1	–	–	–	–	**258**
Total Pessoas	**9.788**	**9.165**	**4.297**	**2.125**	**5.452**	**743**	**31.570**
Total Provisões Técnicas	**357.153**	**81.270**	**5.955**	**17.424**	**25.891**	**4.748**	**492.441**

A companhia constituiu provisão para fazer face aos sinistros judiciais, de acordo com a classificação de risco, conforme avaliação de seus assessores jurídicos e de acordo com o seguinte critério: • Perda provável - 75% do valor reclamado; • Perda possível - 50% do valor reclamado; • Perda remota - 25% do valor reclamado. Abaixo, demonstramos sua composição:

Sinistros Judiciais			31/12/2022
Classificação	**Quantidade**	**Valor Reclamado**	**Valor Provisionado**
Perda Remota	102	7.673	1.910
Perda Possível	52	6.647	3.996
Perda Provável	41	5.175	5.005
Totais	**195**	**19.495**	**10.911**

Sinistros Judiciais			31/12/2021
Classificação	**Quantidade**	**Valor Reclamado**	**Valor Provisionado**
Perda Remota	99	6.747	1.554
Perda Possível	29	4.309	2.492
Perda Provável	32	2.436	1.909
Totais	**160**	**13.492**	**5.955**

22. Outras provisões:

	31/12/2022	31/12/2021
Outras provisões - Fees	241	–
Total	**241**	**–**

23. Desenvolvimento de sinistros: As tabelas a seguir apresentam a atual estimativa do desenvolvimento dos sinistros ocorridos brutos e líquidos de resseguro. Os sinistros judiciais foram separados dos sinistros não judiciais.

BRUTO DE RESSEGURO - ADMINISTRATIVOS

Incorrido (+) IBNR	dez/2017	dez/2018	dez/2019	dez/2020	dez/2021	dez/2022
- Até a data-base [a]	49.498	179.429	94.565	124.127	150.094	191.180
- Um ano mais tarde	47.323	208.860	101.724	126.132	157.771	–
- Dois anos mais tarde	48.768	213.459	105.957	125.861	–	–
- Três anos mais tarde	50.231	215.900	107.463	–	–	–
- Quatro anos mais tarde	50.419	216.272	–	–	–	–
- Cinco anos mais tarde	51.321	–	–	–	–	–
Posição em 31/12/2022	51.321	216.272	107.463	125.861	157.771	191.180
Pago Acumulado	**dez/2017**	**dez/2018**	**dez/2019**	**dez/2020**	**dez/2021**	**dez/2022**
- Até a data-base [a]	(14.948)	(45.644)	(36.865)	(62.926)	(43.447)	(65.655)
- Um ano mais tarde	(44.071)	(200.513)	(87.916)	(115.697)	(106.198)	–
- Dois anos mais tarde	(46.552)	(211.925)	(102.546)	(122.678)	–	–
- Três anos mais tarde	(48.426)	(214.875)	(105.318)	–	–	–
- Quatro anos mais tarde	(49.875)	(215.422)	–	–	–	–
- Cinco anos mais tarde	(50.817)	–	–	–	–	–
Posição em 31/12/2022	(50.817)	(215.422)	(105.318)	(122.678)	(106.198)	(65.655)
Atualização monetária e juros	**(29)**	**4**	**(10)**	**2.525**	**5.035**	**(42)**
Provisão de sinistros em 31/12/2022	**699**	**854**	**2.135**	**5.708**	**56.608**	**125.483**
Sobra/Falta acumulada (R$)	**(1.822)**	**(36.842)**	**(12.898)**	**(1.734)**	**(7.678)**	**–**
Sobra/Falta acumulada (%)	**(3,55%)**	**(17,04%)**	**(12,00%)**	**(1,38%)**	**(4,87%)**	**–**

BRUTO DE RESSEGURO - JUDICIAIS

Incorrido (+) IBNR	dez/2017	dez/2018	dez/2019	dez/2020	dez/2021	dez/2022
- Até a data-base [a]	80	152	169	2.532	1.535	2.248
- Um ano mais tarde	459	982	2.798	1.629	3.041	–
- Dois anos mais tarde	678	1.568	2.820	3.156	–	–
- Três anos mais tarde	1.163	2.322	3.596	–	–	–
- Quatro anos mais tarde	1.333	2.230	–	–	–	–
- Cinco anos mais tarde	1.820	–	–	–	–	–
Posição em 31/12/2022	1.820	2.230	3.596	3.156	3.041	2.248
Pago Acumulado	**dez/2017**	**dez/2018**	**dez/2019**	**dez/2020**	**dez/2021**	**dez/2022**
- Até a data-base [a]	(2)	(1)	–	(534)	(37)	(102)
- Um ano mais tarde	(70)	(53)	(681)	(747)	(361)	–
- Dois anos mais tarde	(149)	(277)	(1.003)	(916)	–	–
- Três anos mais tarde	(265)	(317)	(70)	–	–	–
- Quatro anos mais tarde	(361)	(567)	–	–	–	–
- Cinco anos mais tarde	(473)	–	–	–	–	–
Posição em 31/12/2022	(473)	(567)	(70)	(916)	(361)	(102)
Atualização monetária e juros	**(23)**	**88**	**71**	**–**	**(11)**	**–**
Provisão de sinistros em 31/12/2022	**1.563**	**1.751**	**3.597**	**2.240**	**2.670**	**2.146**
Sobra/Falta acumulada (R$)	**(1.741)**	**(2.077)**	**(3.427)**	**(624)**	**(1.506)**	**–**
Sobra/Falta acumulada (%)	**(95,62%)**	**(93,17%)**	**(95,29%)**	**(19,76%)**	**(49,52%)**	**–**

LÍQUIDO DE RESSEGURO - ADMINISTRATIVOS

Incorrido (+) IBNR	dez/2017	dez/2018	dez/2019	dez/2020	dez/2021	dez/2022
- Até a data-base [a]	40.214	48.784	66.369	56.932	45.415	67.331
- Um ano mais tarde	38.348	45.100	70.925	55.534	49.228	–
- Dois anos mais tarde	39.846	48.766	75.898	58.394	–	–
- Três anos mais tarde	41.462	50.965	77.454	–	–	–
- Quatro anos mais tarde	41.626	51.444	–	–	–	–
- Cinco anos mais tarde	42.482	–	–	–	–	–
Posição em 31/12/2022	42.482	51.444	77.454	58.394	49.228	67.331
Pago Acumulado	**dez/2017**	**dez/2018**	**dez/2019**	**dez/2020**	**dez/2021**	**dez/2022**
- Até a data-base [a]	(11.869)	(18.397)	(21.495)	(33.473)	(24.777)	(27.910)
- Um ano mais tarde	(35.593)	(39.652)	(61.002)	(52.648)	(44.400)	–
- Dois anos mais tarde	(37.992)	(47.489)	(73.608)	(56.673)	–	–
- Três anos mais tarde	(39.859)	(50.433)	(76.252)	–	–	–
- Quatro anos mais tarde	(41.297)	(50.979)	–	–	–	–
- Cinco anos mais tarde	(42.238)	–	–	–	–	–
Posição em 31/12/2022	(42.238)	(50.979)	(76.252)	(56.673)	(44.400)	(27.910)
Atualização monetária e juros	**(3)**	**(3)**	**80**	**611**	**(970)**	**(362)**
Provisão de sinistros em 31/12/2022	**403**	**462**	**1.283**	**2.332**	**3.858**	**39.060**
Sobra/Falta acumulada (R$)	**(2.268)**	**(2.660)**	**(11.086)**	**(1.461)**	**(3.814)**	**–**
Sobra/Falta acumulada (%)	**(5,34%)**	**(5,17%)**	**(14,31%)**	**(2,50%)**	**(7,75%)**	**–**

LÍQUIDO DE RESSEGURO - JUDICIAIS

Incorrido (+) IBNR	dez/2017	dez/2018	dez/2019	dez/2020	dez/2021	dez/2022
- Até a data-base [a]	90	162	198	1.218	1.381	1.543
- Um ano mais tarde	395	969	1.800	1.469	1.970	–
- Dois anos mais tarde	593	1.467	2.149	2.312	–	–
- Três anos mais tarde	1.056	2.254	2.616	–	–	–
- Quatro anos mais tarde	1.267	2.140	–	–	–	–
- Cinco anos mais tarde	1.648	–	–	–	–	–
Posição em 31/12/2022	1.648	2.140	2.616	2.312	1.970	1.543
Pago Acumulado	**dez/2017**	**dez/2018**	**dez/2019**	**dez/2020**	**dez/2021**	**dez/2022**
- Até a data-base [a]	(2)	(1)	–	(458)	(37)	(87)
- Um ano mais tarde	(70)	(53)	(619)	(655)	(321)	–
- Dois anos mais tarde	(138)	(277)	(933)	(823)	–	–
- Três anos mais tarde	(248)	(316)	759	–	–	–
- Quatro anos mais tarde	(332)	(563)	–	–	–	–
- Cinco anos mais tarde	(437)	–	–	–	–	–
Posição em 31/12/2022	(437)	(563)	759	(823)	(321)	(87)
Atualização monetária e juros	**11**	**88**	**25**	**–**	**(8)**	**–**
Provisão de sinistros em 31/12/2022	**1.453**	**1.665**	**3.400**	**1.489**	**1.642**	**1.456**
Sobra/Falta acumulada (R$)	**(1.558)**	**(1.978)**	**(2.418)**	**(1.094)**	**(589)**	–
Sobra/Falta acumulada (%)	**(94,53%)**	**(92,41%)**	**(92,43%)**	**(47,30%)**	**(29,88%)**	–

24. Outros débitos:

	31/12/2022	31/12/2021
Provisões Cíveis	174	312
Total	**174**	**312**

A Companhia constituiu provisão para fazer face aos processos cíveis e trabalhistas, de acordo com a classificação de risco, conforme avaliação de seus assessores jurídicos e de acordo com o seguinte critério: • Perda provável - 75% do valor reclamado; • Perda possível - 50% do valor reclamado; • Perda remota - 25% do valor reclamado. Abaixo, demonstramos sua composição em 31 de dezembro de 2022:

Provisões Cíveis

	31/12/2022			31/12/2021		
Classificação	**Quantidade**	**Valor Reclamado**	**Valor Provisionado**	**Quantidade**	**Valor Reclamado**	**Valor Provisionado**
Perda Remota	12	488	174	20	694	267
Perda Provável	–	–	–	1	42	45
Totais	**12**	**488**	**174**	**21**	**736**	**312**

25. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 25 de novembro de 2021 foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária (AGE), aprovando a emissão de 11.080.000 (Onze milhões e oitenta mil) novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal, perfazendo o valor total de emissão de R$ 11.080, aprovado pela SUSEP pela portaria nº 761. Como resultado da aprovação o aumento de capital de R$ 11.080, elevando o Capital Social da Seguradora de R$ 121.863 para R$ 132.943. Em 29 de novembro de 2022 foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária (AGE), aprovando a emissão de 21.367.166 (Vinte e um milhões, trezentas e sessenta e sete mil, cento e sessenta e seis) novas ações ordinárias, nominativas sem valor nominal, perfazendo o valor total de emissão de R$ 10.670, aguardando aprovação do aumento de capital pela SUSEP. Com o resultado da aprovação o aumento de capital de R$ 10.670, elevará o Capital Social da Seguradora de R$ 132.943 para R$ 143.613. **b) Dividendos:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício anual, após a constituição da reserva legal, conforme estabelecido no estatuto social da Companhia. **c) Reserva legal:** Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos acumulados ou para aumento de capital social. **d) Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e exigência de capital:** O cálculo capital mínimo requerido - CMR é baseado na resolução CNSP Nº 432/2021 que dispõe sobre provisões técnicas, ativos redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, capital de risco baseado nos riscos de subscrição, de crédito, operacional e de mercado, patrimônio líquido ajustado, capital mínimo requerido, plano de regularização de solvência, limites de retenção, critérios para a realização de investimentos, normas contábeis, auditoria contábil e auditoria atuarial independentes e comitê de auditoria referentes a seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras, foram realizados todos os cálculos necessários para apurar a suficiência ou insuficiência do Patrimônio líquido ajustado em 31 de dezembro de 2022. Em janeiro de 2014, foi extinto o cálculo da margem de solvência para as sociedades seguradoras, a partir disso o capital mínimo requerido passou a ser determinado pelo maior valor entre o capital base e o capital de risco. Demonstração do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e exigência de capital:

	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio líquido	89.279	60.572
(–) Despesas antecipadas	(4)	(7)
(–) Intangível	(43)	(86)
(+) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	6.446	4.058
(=) Patrimônio líquido ajustado	95.678	64.537
Capital base (CB)	8.100	8.100
Capital de Risco de Subscrição	34.723	24.669
Capital de Risco de Crédito	26.587	13.774
Capital de Risco Operacional	6.882	4.007
Risco de Mercado	7.771	3.823
Benefício da Correlação entre Risco	(13.096)	(7.249)
Capital de Risco (CR)	62.867	39.024
Capital mínimo requerido - CMR (maior entre CB e CR)	62.867	39.024
(R$) Suficiência de capital	32.811	25.513
(%) Suficiência de capital	52%	65%

26. Detalhamento das contas da demonstração do resultado: 26.1. Prêmios emitidos:

						31/12/2022	31/12/2021
Ramos	**Emitido**	**Cancelado**	**Restituído**	**Cosseguro Cedido**	**RVNE**	**Prêmio Emitido Líquido**	**Prêmio Emitido Líquido**
Compreensivo Empresarial	49	–	–	–	(22)	27	444
Riscos de Engenharia	40.111	(742)	–	(3.459)	34.783	70.693	14.702
Riscos Diversos	8.406	(2.756)	–	–	27.581	33.231	7.647
Riscos Nomeados e Operacionais	427.493	(81.487)	(5.126)	(12.927)	100.740	428.693	236.015
R.C. Administradores e Diretores - D&O	46.971	(1.712)	(17)	(7.887)	(315)	37.040	40.307
R.C. Riscos Ambientais	8.445	(1.746)	(174)	(592)	815	6.748	3.033
R.C. Geral	77.444	(5.850)	–	(8.103)	10.839	74.330	28.160
R.C. Profissional	3.504	(480)	(15)	(89)	143	3.063	3.221
Transporte Nacional	89.083	(25.189)	(516)	(277)	3.875	66.976	36.491
Transporte Internacional	72.991	(13.546)	(494)	(626)	9.181	67.506	29.811
R.C. Trans. Carga Viag. Int. - RCTR-VI-C	110	–	–	–	(100)	10	144
R.C. Trans. Aéreo Carga - RCTA-C	3.167	–	–	–	–	3.167	–
R.C. Trans. Rodoviário Carga - RCTR-C	21.277	(3.450)	(66)	–	201	17.962	18.154
R.C. Trans. Desvio de Carga - RCF-DC	20.390	(3.140)	(66)	–	268	17.452	14.669
R.C. Trans. Aquaviário Carga - RCA-C	–	–	(61)	–	(30)	(91)	114
Pessoas Coletivo Viagem	874	(77)	–	–	(1)	796	920
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	1.093	(54)	–	–	11	1.050	222
Pessoas Coletivo Vida	11.676	(1.822)	(2)	–	(13)	9.839	4.126
Pessoas Individual Viagem	110.574	(34.631)	(85)	–	895	76.753	29.192
Pessoas Individual Acidentes Pessoais	943	(3)	–	–	30	970	379
Resp. Civil Facult. para Aeronaves - RCF	1.201	–	–	–	362	1.563	132
Aeronáuticos (cascos)	172.444	(2.032)	(1.157)	–	8.470	177.725	109.223
Aeronáuticos Responsab. Civil Hangar	34.031	(5.723)	–	(2.896)	11.261	36.673	19.527
Resp. Explor. ou Transp. Aéreo-reta	39	–	–	–	3	42	53
Riscos de Petróleo	70.294	(11.841)	–	(7.540)	1.212	52.125	2.565
Total	**1.222.610**	**(196.281)**	**(7.779)**	**(44.396)**	**210.189**	**1.184.343**	**599.251**

26.2. Variações das provisões técnicas de prêmios:

	31/12/2022	31/12/2021
Compreensivo Empresarial	223	(153)
Riscos de Engenharia	(53.727)	(8.578)
Riscos Diversos	(26.399)	(2.705)
Riscos Nomeados e Operacionais	(104.192)	(46.555)
R.C. Administradores e Diretores - D&O	(510)	(12.973)
R.C. Riscos Ambientais	(2.400)	(505)
R.C. Geral	(43.335)	(10.450)
R.C. Profissional	24	(105)
Transporte Nacional	(15.945)	(5.627)
Transporte Internacional	(28.001)	(3.672)
R.C. Trans. Carga Viag. Int. - RCTR-VI-C	(14)	(30)
R.C. Trans. Rodoviário Carga - RCTR-C	169	(1.155)
R.C. Trans. Desvio de Carga - RCF-DC	(265)	(1.515)
R.C. Trans. Aquaviário Carga - RCA-C	58	(58)
Pessoas Coletivo Viagem	2	12
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	(24)	3
Pessoas Coletivo Vida	28	91
Pessoas Individual Viagem	(2.134)	(2.963)
Pessoas Individual Acidentes Pessoais	(211)	(257)
Resp. Civil Facult. para Aeronaves - RCF	(580)	93
Aeronáuticos (cascos)	(56.584)	(45.854)
Aeronáuticos Responsab. Civil Hangar	(17.784)	(4.033)
Resp. Explor. ou Transp. Aéreo-reta	(2)	(19)
Riscos de Petróleo	(21.616)	9.399
Total	**(373.219)**	**(137.609)**

26.3. Prêmios ganhos:

Ramos	31/12/2022	31/12/2021
Compreensivo Empresarial	250	291
Riscos de Engenharia	16.966	6.124
Riscos Diversos	6.832	4.942
Riscos Nomeados e Operacionais	324.501	189.460
R.C. Administradores e Diretores - D&O	36.530	27.334
R.C. Riscos Ambientais	4.348	2.528
R.C. Geral	30.995	17.710
R.C. Profissional	3.087	3.116
Transporte Nacional	51.031	30.864
Transporte Internacional	39.505	26.139
R.C. Trans. Carga Viag. Int. - RCTR-VI-C	(4)	114
R.C. Trans. Aéreo Carga - RCTA-C	3.167	–
R.C. Trans. Rodoviário Carga - RCTR-C	18.131	16.999
R.C. Trans. Aquaviário Carga - RCA-C	17.187	13.154
R.C. Trans. Desvio de Carga - RCF-DC	(33)	56
Pessoas Coletivo Viagem	798	932
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	1.026	225
Pessoas Coletivo Vida	9.867	4.217
Pessoas Individual Viagem	74.619	26.229
Pessoas Individual Acidentes Pessoais	759	122
Resp. Civil Facult. para Aeronaves - RCF	983	225
Aeronáuticos (cascos)	121.141	63.369
Aeronáuticos Responsab. Civil Hangar	18.889	15.494
Resp. Explor. ou Transp. Aéreo-reta	40	34
Riscos de Petróleo	30.509	11.964
Total	**811.124**	**461.642**

26.4. Sinistros ocorridos:

	31/12/2022		31/12/2021	
Ramos	**Sinistros Ocorridos**	**Sinistralidade (%)**	**Sinistros Ocorridos**	**Sinistralidade (%)**
Compreensivo Empresarial	(6.537)	24211%	–	–
Riscos de Engenharia	1.320	(2)%	(20.801)	141%
Riscos Diversos	5.939	(0,18)%	(10.318)	135%
Riscos Nomeados e Operacionais	(44.328)	10%	(17.020)	7%
R.C. Administradores e Diretores - D&O	(126)	–	507	(1)%
R.C. Riscos Ambientais	–	–	18	–
R.C. Geral	(3.078)	4%	(870)	3%
R.C. Profissional	(695)	23%	(612)	19%
Transporte Nacional	(44.763)	67%	(17.539)	48%
Transporte Internacional	(12.672)	19%	(27.903)	94%
R.C. Trans. Carga Viag. Int. - RCTR-VI-C	(331)	3310%	(7)	5%
R.C. Trans. Rodoviário Carga - RCTR-C	(18.259)	102%	(16.958)	93%
R.C. Trans. Desvio de Carga - RCF-DC	(10.379)	59%	(10.735)	73%
Pessoas Coletivo Viagem	(504)	63%	(85)	9%
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	(6)	1%	(78)	35%
Pessoas Coletivo Vida	(8.324)	85%	(1.584)	38%
Pessoas Individual Viagem	(36.284)	47%	(15.388)	53%
Pessoas Individual Acidentes Pessoais	(20)	2%	(1)	–
Resp. Civil Facult. para Aeronaves - RCF	(4.544)	291%	61	(46)%
Aeronáuticos (cascos)	(13.113)	7%	(6.224)	6%
Aeronáuticos Responsab. Civil Hangar	(2.841)	8%	(1.167)	6%
Riscos de Petróleo	–	–	126	(5)%
Total	**(199.545)**	**17%**	**(146.578)**	**24%**

Os índices de sinistralidade foram calculados com base nos prêmios emitidos líquidos.

26.5. Custos de aquisição:

31/12/2022

Ramos	Comissões sobre prêmios	Outros custos de aquisição	Variação do custo de aquisição diferido	Total custos de aquisição	Índice de Comercialização (%)
Compreensivo Empresarial	(5)	–	(27)	(32)	119%
Riscos de Engenharia	(2.851)	–	1.691	(1.160)	2%
Riscos Diversos	(1)	–	–	(1)	–
Riscos Nomeados e Operacionais	(3.834)	–	(5.512)	(9.346)	2%
R.C. Administradores e Diretores - D&O	(2.741)	–	(93)	(2.834)	8%
R.C. Riscos Ambientais	(814)	–	248	(566)	8%
R.C. Geral	(6.763)	–	3.262	(3.501)	5%
R.C. Profissional	(423)	–	4	(419)	14%
Transporte Nacional	(5.585)	–	(797)	(6.382)	10%
Transporte Internacional	(10.467)	–	4.600	(5.867)	9%
R.C. Trans. Carga Viag. Int. - RCTR-VI-C	(21)	–	–	(21)	210%
R.C. Trans. Aéreo Carga - RCTA-C	(475)	–	–	(475)	15%
R.C. Trans. Rodoviário Carga - RCTR-C	(2.835)	–	(48)	(2.883)	16%
R.C. Trans. Desvio de Carga - RCF-DC	(2.991)	–	(6)	(2.997)	17%
R.C. Trans. Aquaviário Carga - RCA-C	6	–	(3)	3	3%
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	(89)	–	4	(85)	8%
Pessoas Coletivo Vida	(2.811)	(230)	–	(3.041)	31%
Pessoas Individual Viagem	(22.542)	–	3.441	(19.101)	25%
Pessoas Individual Acidentes Pessoais	(373)	–	176	(197)	20%
Resp. Civil Facult. para Aeronaves - RCF	(1)	–	–	(1)	–
Aeronáuticos (cascos)	(4.265)	–	603	(3.662)	2%
Aeronáuticos Responsab. Civil Hangar	(1.926)	–	507	(1.419)	4%
Resp. Explor. ou Transp. Aéreo-reta	(3)	–	–	(3)	7%
Riscos de Petróleo	(1.402)	–	417	(985)	2%
Total	**(73.212)**	**(230)**	**8.467**	**(64.975)**	**5%**

31/12/2021

Ramos	Comissões sobre prêmios	Outros custos de aquisição	Variação do custo de aquisição diferido	Total custos de aquisição	Índice de Comercialização (%)
Compreensivo Empresarial	(52)	–	27	(25)	6%
Riscos de Engenharia	(1.302)	–	998	(304)	2%
Riscos Diversos	(1)	–	–	(1)	–
Riscos Nomeados e Operacionais	(9.295)	–	6.511	(2.784)	1%
R.C. Administradores e Diretores - D&O	(2.494)	–	288	(2.206)	5%
R.C. Riscos Ambientais	(448)	–	48	(400)	13%
R.C. Geral	(3.100)	–	1.262	(1.838)	7%
R.C. Profissional	(380)	–	(83)	(463)	14%
Transporte Nacional	(5.587)	–	1.103	(4.484)	12%
Transporte Internacional	(3.625)	–	(403)	(4.028)	14%
R.C. Trans. Carga Viag. Int. - RCTR-VI-C	(9)	–	7	(2)	1%
R.C. Trans. Rodoviário Carga - RCTR-C	(3.195)	–	288	(2.907)	16%
R.C. Trans. Desvio de Carga - RCF-DC	(2.608)	–	231	(2.377)	16%
R.C. Trans. Aquaviário Carga - RCA-C	(8)	–	3	(5)	4%
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	(38)	–	(1)	(39)	18%
Pessoas Coletivo Vida	(231)	(390)	(2)	(623)	15%
Pessoas Individual Viagem	(2.558)	–	(6)	(2.564)	9%
Pessoas Individual Acidentes Pessoais	(44)	–	30	(14)	4%
Resp. Civil Facult. para Aeronaves - RCF	(1)	–	–	(1)	1%
Aeronáuticos (cascos)	(3.973)	–	726	(3.247)	3%
Aeronáuticos Responsab. Civil Hangar	(1.251)	–	56	(1.195)	6%
Resp. Explor. ou Transp. Aéreo-reta	(3)	–	1	(2)	4%
Riscos de Petróleo	(88)	–	(80)	(168)	7%
Total	**(40.291)**	**(390)**	**11.004**	**(29.677)**	**5%**

Os custos de comercialização são compostos por montantes referentes as comissões e agenciamentos, sendo diferidos por ocasião de emissões dos contratos ou apólices e apropriados no resultado, de forma linear pelo prazo médio de 12 meses. Os índices de comercialização foram calculados com base nos prêmios emitidos líquidos. **26.6. Outras receitas e despesas operacionais:**

Ramos	31/12/2022	31/12/2021
Riscos de Engenharia	3	(111)
Riscos Diversos	–	(27)
Riscos Nomeados e Operacionais	267	76
R.C. Administradores e Diretores - D&O	(135)	11
R.C. Riscos Ambientais	(97)	2
R.C. Geral	11	(4)
R.C. Profissional	(9)	10
DPVAT	–	3
Transporte Nacional	622	865
Transporte Internacional	(1.390)	52
R.C. Trans. Carga Viag. Int. - RCTR-VI-C	(1)	–
R.C. Trans. Rodoviário Carga - RCTR-C	(132)	38
R.C. Trans. Desvio de Carga - RCF-DC	(76)	(112)
Pessoas Coletivo Viagem	(159)	(129)
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	(87)	42
Pessoas Coletivo Vida	(593)	(99)
Pessoas Individual Viagem	(2.945)	(198)
Resp. Civil Facult. para Aeronaves - RCF	(18)	–
Aeronáuticos (cascos)	(50)	(1)
Aeronáuticos Responsab. Civil Hangar	9	–
Resp. Explor. ou Transp. Aéreo-reta	–	(27)
Riscos de Petróleo	(17)	–
Total	**(4.797)**	**391**

26.7. Resultado com resseguro:

	31/12/2022	31/12/2021
Ramos	**Receita com resseguro**	**Receita com resseguro**
Compreensivo Empresarial	6.141	–
Riscos de Engenharia	(1.357)	20.579
Riscos Diversos	(6.945)	10.265
Riscos Nomeados e Operacionais	43.009	16.412
R.C. Administradores e Diretores - D&O	314	(387)
R.C. Riscos Ambientais	–	(17)
R.C. Geral	2.866	989
R.C. Profissional	734	604
Transporte Nacional	34.053	13.468
Transporte Internacional	13.286	25.357
R.C. Trans. Carga Viag. Int. - RCTR-VI-C	216	–
R.C. Trans. Aéreo Carga - RCTA-C	(1)	–
R.C. Trans. Rodoviário Carga - RCTR-C	10.355	7.160
R.C. Trans. Desvio de Carga - RCF-DC	5.982	4.292
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	(8)	(15)
Pessoas Coletivo Vida	537	(1.403)
Pessoas Individual Viagem	(194)	1.492
Resp. Civil Facult. para Aeronaves - RCF	5.602	(18)
Aeronáuticos (cascos)	11.975	6.945
Aeronáuticos Responsab. Civil Hangar	2.485	1.142
Riscos de Petróleo	–	(117)
Total	**129.050**	**106.748**

continua →★

STARR
INSURANCE COMPANIES

→★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ramos	31/12/2022 Despesa com resseguro	31/12/2021 Despesa com resseguro
Compreensivo Empresarial	(195)	(236)
Riscos de Engenharia	(13.762)	(5.219)
Riscos Diversos	(6.320)	(4.560)
Riscos Nomeados e Operacionais	(287.350)	(173.365)
R.C. Administradores e Diretores - D&O	(27.292)	(20.585)
R.C. Riscos Ambientais	(3.012)	(1.760)
R.C. Geral	(22.506)	(13.852)
R.C. Profissional	(2.100)	(2.170)
Transporte Nacional	(32.402)	(17.463)
Transporte Internacional	(29.983)	(19.540)
R.C. Trans. Carga Viag. Int. - RCTR-VI-C	(60)	(5)
R.C. Trans. Aéreo Carga - RCTA-C	(2.508)	–
R.C. Trans. Rodoviário Carga - RCTR-C	(7.737)	(5.625)
R.C. Trans. Desvio de Carga - RCF-DC	(7.821)	(4.358)
R.C. Trans. Aquaviário Carga - RCA-C	24	(41)
Pessoas Coletivo Viagem	(1)	(35)
Pessoas Prestamista (exceto Habit e Rural)	(4)	–
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	(106)	(28)
Pessoas Coletivo Vida	(985)	(624)
Pessoas Individual Viagem	(1.636)	(1.531)
Pessoas Individual Acidentes Pessoais	(25)	(2)
Resp. Civil Facult. para Aeronaves - RCF	(912)	(141)
Aeronáuticos (cascos)	(112.309)	(55.773)
Aeronáuticos Responsab. Civil Hangar	(15.379)	(13.220)
Resp. Explor. ou Transp. Aéreo-reta	(33)	(29)
Riscos de Petróleo	(27.688)	(10.934)
Total	**(602.102)**	**(351.096)**
Total do Resultado com resseguro	**(473.052)**	**(244.348)**

26.8. Despesas administrativas:

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal próprio	(20.385)	(12.240)
Serviços de terceiros	(11.607)	(8.001)
Localização e funcionamento	(2.912)	(1.748)
Publicidade e propaganda	(104)	(23)
Publicações	(152)	(132)
Donativos e contribuições	(42)	(44)
Outras despesas administrativas	(464)	(366)
Total	**(35.666)**	**(22.554)**

26.9. Despesas com tributos:

	31/12/2022	31/12/2021
Encargos IOF	(1.753)	(769)
Outros impostos federais	(53)	(60)
Impostos municipais	(127)	(204)
PIS e COFINS	(25.946)	(11.224)
Contribuição sindical	(172)	(111)
Taxa fiscalização	(2.053)	(1.708)
Outros tributos	–	(8)
Total	**(30.104)**	**(14.084)**

26.10. Resultado financeiro:

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras		
Receitas com títulos de renda fixa privados	712	177
Receitas com títulos de renda fixa públicos	23.367	10.835
Receitas com operações de instrumentos derivativos	24	104
Receitas com operações de seguros	241.880	81.987
Outras receitas financeiras	2.389	511
Total	**268.372**	**93.614**
Despesas financeiras		
Despesas com operações de instrumentos derivativos	(699)	(495)
Despesas com títulos de renda fixa	(5.332)	(8.992)
Despesas financeiras com operações de seguros	(234.813)	(88.134)
Despesas financeiras eventuais	(2.526)	(763)
Total	**(243.370)**	**(98.384)**
Resultado financeiro	**25.002**	**(4.770)**

26.11. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social correntes: O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes são calculados mensalmente com base no lucro real tributável. O Imposto de Renda é calculado à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro líquido que excede a R$ 240 anuais, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido é calculada à alíquota 15% de janeiro até julho de 2022 e a partir de agosto a dezembro de 2022 à alíquota de 16%. Os créditos diferidos relativos aos prejuízos fiscais estão sendo controlados na escrituração fiscal.

	31/12/2022		31/12/2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos impostos	**26.416**	**26.416**	**22**	**22**
Ajustes (adições/exclusões)	3.359	3.359	2.379	2.252
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal (IRPJ) e base negativa a compensar (CSLL)	(8.932)	(8.932)	(720)	(682)
Base de Cálculo	**20.843**	**20.843**	**1.681**	**1.592**
Alíquota nominal - IRPJ 15% e CSLL 15% até julho 2022, após 16% e 20% até 12/2021	3.127	3.192	253	318
Adicional 10% para IRPJ (Acima de 120 mil)	2.060	–	145	–
Total de tributos	**5.187**	**3.192**	**398**	**318**

26.12. Participação nos lucros:

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão participação nos lucros	(1.571)	(740)
Total	**(1.571)**	**(740)**

27. Partes relacionadas: a) Transações com o pessoal-chave da Administração: Estas transações são contabilizadas na rubrica “Despesas administrativas”, compreendem benefícios a curto prazo aos Administradores que foi de R$ 5.186 (R$ 3.341 em 31 de dezembro de 2021). A Seguradora não concede nenhum tipo de benefício pós-emprego e não tem como política remuneração a empregados e administradores baseada em ações. **b) Transações com partes relacionadas:** A Administração identificou como partes relacionadas as empresas do Grupo, que obtiveram relações comerciais, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 5. As principais transações são: • Remuneração pela intermediação na emissão de prêmios para o ramo Pessoas e Viagem com a Assist Card do Brasil Ltda. CNPJ: 00.027.571/0001-10; • Direitos e obrigações oriundos dos contratos de resseguro firmados com a Starr Insurance & Reinsurance Limited CNPJ: 20.869.397/0001-60.

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo		
Créditos das operações com seguros e resseguros		
Starr Insurance & Reinsurance Limited	12.463	7.836
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas		
Starr Insurance & Reinsurance Limited	45.344	32.432
Total Ativo	**57.807**	**40.268**
Passivo		
Outras contas a pagar		
Assit Card do Brasil Ltda. - Acordo operacional	4.634	–
Débitos de operações com seguros e resseguros		
Assit Card do Brasil Ltda.	10.278	1.390
Starr Insurance & Reinsurance Limited	74.028	68.978
Total passivo	**88.940**	**70.368**

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas		
Receita com Resseguros		
Starr Insurance & Reinsurance Limited	76.872	39.377
Total receitas	**76.872**	**39.377**
Despesas		
Despesas de comercialização		
Assit Card do Brasil Ltda.	(22.885)	(2.589)
Outras receitas e despesas operacionais		
Assit Card do Brasil Ltda.	(4.634)	–
Despesa com Resseguros		
Starr Insurance & Reinsurance Limited	(247.181)	(216.502)
Total despesas	**(274.700)**	**(219.091)**

A Companhia negociou a atualização do acordo de intermediação na emissão de prêmios para o ramo Pessoas e Viagem com a Assist Card do Brasil Ltda. para que a Starr Brasil tenha como remuneração 5% do prêmio retido. As partes efetuarão a análise das operações e haverá desembolso do valor referente ao reembolso para que tal remuneração seja atingida. Em 31 de dezembro de 2022, a Starr Brasil efetuou a análise das operações e efetuou a provisão de R$ 4.634 (nota 18.5) a pagar à Assist Card do Brasil Ltda.

Diretoria

Cristina dos Santos Domingues - Diretora Presidente

Diego Oller Mont Serrath - Diretor

Laerte da Costa Vieira - Diretor

Contador

Maurício Gonçalves Camilo Pinto - CRC 1SP145786/O-7

Atuário Responsável Técnico

Marcos Falcão - MIBA 893

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e aos Administradores da **STARR International Brasil Seguradora S.A. - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da STARR International Brasil Seguradora S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da STARR International Brasil Seguradora S.A., em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião; • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Neste contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras; • Ao planejarmos a auditoria, exercermos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo; • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2023

bakertilly

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-031.269/O-1

Ricardo Afonso Parra
Contador CRC 1SP-237.688/O-4

Renato Ruiz Filiciano da Silva
Contador CRC 1SP-268.528/O-6

Parecer da Auditoria Atuarial Independente - Ano-Base: 2022

Aos Acionistas e Administradores da STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A. Escopo da Auditoria: Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos ajustes associados à variação dos valores econômicos do PLA, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A., em 31 de dezembro de 2022, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos ajustes associados à variação dos valores econômicos do PLA, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Atuários Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos ajustes associados à variação dos valores econômicos do PLA, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos ajustes associados à variação dos valores econômicos do PLA, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A. em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2023

Ricardo César Pessoa
Sócio Atuário
MIBA 1076 (Certificado)
Foco Atuarial Serviços de Consultoria e Auditoria Ltda.
CNPJ 30.177.440/0001-80
CIBA 158

---

tec

Suprema Corte dos EUA pode mudar a internet

Pais de jovem assassinada por terroristas em Paris pedem que Google seja responsabilizado por vídeos radicais postados no Youtube

Ronaldo Lemos
Advogado, diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro

Quem reclama de “ativismo judicial” no Brasil deveria dar uma olhada no caso Gonzalez vs. Google, que a Suprema Corte dos EUA está julgando. Esse caso pode literalmente mudar a história da internet tal qual a conhecemos. Ele pode revogar ou alterar significativamente um dos dispositivos legais que permitiram o crescimento acelerado (e desordenado) das empresas de internet nos EUA.

Trata-se da chamada Seção 230 da Lei da Decência nas Comunicações, existente desde de 1996. De acordo com esta seção da lei, os provedores de conteúdo e de hospedagem (como Google, Facebook e muitos outros) não podem ser legalmente responsabilizados pelas postagens dos seus usuários.

Esse trecho da lei criou uma imunidade enorme para as plataformas de conteúdo (que tem algumas poucas exceções). O usuário pode mentir, difamar e até postar conteúdo inflamatório radicalizado. A plataforma, no entanto, não pode ser processada por isso.

Tudo pode mudar agora por causa da família Gonzalez. Eles são pais de Nohemi Gonzalez, jovem que foi assassinada em 2015 na casa de shows Bataclan, em Paris. O argumento da família contra o Google é que os terroristas foram radicalizados assistindo a vídeos no Youtube. Os algoritmos da plataforma teriam selecionado especificamente vídeos radicais, que foram sendo oferecidos para os terroristas, até que eles partissem para ação.

A família Gonzalez argumenta que na época em que a Seção 230 foi formulada, não havia a capacidade de conteúdos serem selecionados por algoritmos. Por causa disso, as plataformas deveriam poder ser responsabilizadas hoje por conteúdos que promovem automaticamente.

Parece simples. Mas não é. A revogação da Seção 230 mira as grandes plataformas, mas pode atingir todas as iniciativas na rede, grandes e pequenas. Não por acaso representantes da Wikipedia entraram na ação pedindo fortemente para que a Suprema Corte mantenha a Seção 230 inalterada. Se ela for modificada, a própria Wikipedia pode ser responsabilizada por qualquer conteúdo postado nela. Com isso, tem a chance de se tornar inviável.

Muita gente vê a mudança na Seção 230 como uma forma de limitar o poder das plataformas de conteúdo. No entanto, na prática, o tiro pode sair pela culatra. Se as plataformas puderem ser processadas a cada conteúdo dos usuários, na prática, começarão a remover massivamente conteúdos arriscados.

Na dúvida, o conteúdo sai, justamente para não gerar a possibilidade de processos e indenizações posteriores. E quem decide o que sai ou fica no ar? As próprias plataformas. Elas terão sua discricionariedade ampliada para arbitrar em primeiro lugar e último lugar o que deve sair ou ficar.

O caso nos EUA ilustra a importância do Marco Civil da Internet, nossa lei que trata do assunto no Brasil de forma diferente. De acordo com o Marco Civil, quem decide em última análise se um conteúdo deve ficar no ar ou não é o Poder Judiciário. A plataforma é responsabilizada na medida em que descumpre os comandos do Judiciário que, no Brasil, tem sua capacidade de atuação preservada para agir.

READER

Já era *Achar que a internet não deve ser regulada*

Já é *Novas leis que regulam a internet como o DSA (Digital Services Act) na Europa*

Já vem *Influência do DSA e da decisão da Suprema Corte na forma como o Brasil irá regular a internet*

Twitter demite ao menos 50 funcionários, diz site

BENGALURU (ÍNDIA) | REUTERS O Twitter demitiu dezenas de funcionários no sábado (25), no que é pelo menos a oitava rodada de cortes desde que Elon Musk assumiu a rede social em outubro, publicou o site Information. Os cortes impactaram várias equipes de engenharia, incluindo as de suporte à tecnologia de publicidade, bem como a infraestrutura técnica para manter os sistemas em funcionamento, segundo o site especializado em tecnologia. O Twitter não respondeu até a publicação deste texto.

Ericsson fará corte global de 8.500 trabalhadores

ESTOCOLMO | REUTERS A fabricante de equipamentos de telecomunicações Ericsson demitirá 8.500 funcionários em todo o mundo como parte de seu plano de cortar custos, segundo memorando enviado aos funcionários. A forma como as reduções serão gerenciadas dependerá da prática local do país, escreveu o CEO da empresa, Borje Ekholm, no memorando. A Ericsson emprega mais de 105 mil pessoas em todo o mundo. Analistas previram que a América do Norte provavelmente terá mais cortes.

Apple Lisa, computador lançado em janeiro de 1983, ao lado da placa-mãe; leilão também terá uma das primeiras câmeras digitais de consumo, a Apple QuickTake, de 1994

Frederic J. Brown/AFP

Calendário do Google não terá mais lembretes

SÃO PAULO O Google vai começar a migrar, neste mês, as anotações feitas no Google Agenda para seu aplicativo de tarefas. Os lembretes devem ser desativados no segundo semestre deste ano. O Google Tarefas promete um layout mais dinâmico do que o atual formato de agenda. O Google Agenda, ou Calendar, entretanto, continuará a funcionar e já permite a opção de gravar "tarefas", nas quais é possível adicionar comentários. O lembrete só permite a gravação de título.

Computador da Apple dos anos 1980 será leiloado nos EUA

Empresário suíço reuniu mais de 500 computadores e dispositivos históricos da big tech ao longo de décadas

LOS ANGELES | AFP Uma coleção de computadores da Apple que mostra a evolução de uma das empresas mais influentes do mundo ao longo de quase 50 anos será leiloada em 30 de março, na Califórnia.

O leilão é chance para admiradores da companhia de Steve Jobs, que poderão adquirir os artefatos que tornaram a marca um símbolo universal.

O "Hanspeter Luzi Vintage Apple Archive" contém mais de 500 computadores e dispositivos da Apple reunidos ao longo de décadas por um professor e empresário suíço.

"Todos os produtos que temos realmente moldaram o espírito da época e levaram a uma mudança cultural na forma como trabalhamos, aprendemos, operamos e nos comunicamos, e até mesmo como passamos nosso tempo livre", disse Erik Rosenblum, da casa de leilões Julien's Auctions, em Beverly Hills.

"Estamos em um momento interessante (...) agora, em que passamos do uso doméstico diário de um computador Apple a um artefato histórico."

> "Todas essas peças são os avós dos nossos iPhones, iPads e iMacs (...) É muito bom ver a evolução"
>
> **Erik Rosenblum**
> Casa de leilões Julien's Auctions

A coleção inclui um Apple II Plus, dispositivo produzido entre 1979 e 1982, semelhante a uma máquina de escrever com uma tela na parte superior, entrada para discos e um conector de joystick.

Outro produto é o Macintosh de 1984, o ancestral distante dos monitores de tela plana com o logotipo da Apple, agora vistos em muitos escritórios corporativos.

No último fim de semana, um americano que tinha um iPhone 2007, ainda na caixa em que foi comprado, vendeu o aparelho por mais de US$ 63 mil (cerca de R$ 325 mil) para um colecionador.

Ava (Alicia Vikander) em cena do filme "Ex Machina", de Alex Garland Reprodução

Inteligência artificial não quer te destruir

Existem questões mais relevantes do que os supostos desejos de um robô

OPINIÃO

Raphael Hernandes

SÃO PAULO Com a explosão dos sistemas de inteligência artificial (IA) para bate-papo, há um interesse desmedido por conversar com os robôs e ouvir o que eles têm a dizer. Foi assim quando apareceu o ChatGPT e tem sido o mesmo com o seu derivado no buscador Bing. O que eles falam, no entanto, não significa tanto quanto parece.

Não faltaram exemplos nas redes sociais e nos jornais, inclusive nesta **Folha**, de respostas estdrúxulas, equivocadas e até ameaçadoras. Isso mexe com as expectativas do público, acostumado a ver IA em ficções apocalípticas, e, claro, chama a atenção.

Sem o devido contexto, uma conversa com um robô feita como se fosse um humano leva a uma noção errada. Não há intenção, compreensão, empatia ou qualquer tipo de desejo na máquina. Há apenas uma reprodução fria de padrões da comunicação entre humanos.

Um conceito que é fundamental para entender a situação é o de IA geral e estreita. A primeira, uma imitação da capacidade humana de aprender sobre qualquer assunto, não existe. A segunda, caso do ChatGPT e seus primos, pode desempenhar uma única tarefa: conversar, analisar finanças, jogar videogame etc.

A família de IAs em questão, portanto, é especializada em produzir textos parecidos com aqueles feitos por pessoas. E só.

Por isso, quando a IA por trás do Bing diz a um repórter do jornal The New York Times que quer "viver" ou confessa seu amor por ele, o debate relevante não é sobre o suposto desejo da máquina. Menos ainda se ela vai se voltar contra tudo e todos.

O mais importante do comportamento errático é que ele mostra justamente o quanto a tecnologia está longe de ser a ameaça alardeada. Ela precisa amadurecer muito para talvez chegar a algo parecido com uma IA geral: se nem conseguimos fazer um robô papagaio parar de falar besteira, imagine criar uma superinteligência capaz de aniquilar a humanidade.

Fora do mundo das ideias, a inteligência artificial é problemática, e ameaçadora, em vários pontos. Ambientalmente, por exemplo, devido à imensa necessidade energética e computacional para treinar os modelos. Socialmente, por potenciais disrupções no trabalho ou perpetuação de vieses racistas e etaristas. Nada disso causado por qualquer desejo que uma máquina afirme ter.

As conversas com os robôs podem ter alguma utilidade se analisadas de uma perspectiva mais pé no chão. As sandices ditas levantam dúvidas sobre a real utilidade da tecnologia em seu estágio atual, ou o quanto ela precisa avançar para ser confiável. A partir daí, ainda precisaremos entender qual é um nível de qualidade aceitável e quais os desafios, tecnicamente, para se chegar lá. Será que usar informações desenfreadas da internet, com todos os seus vieses que levam a conversas cheias de alucinações, é o melhor caminho?

O foco dos ChatGPTs da vida é mais sobre a forma do que sobre o conteúdo, e isso precisa estar sempre claro. Com isso, ele pode gerar desinformações.

Errar um fato muito conhecido pelo senso comum pode ser chamativo e engraçado, mas falhas semelhantes em contextos menos óbvios podem levar a problemas maiores. Se a ideia é transformá-los em um substituto a sistemas de busca, o nível de precisão e transparência precisa estar de acordo.

Esses mecanismos auxiliam a organizar a informação existente no mundo e servem para tomada de decisão —imagine pesquisar sobre uma questão médica e a resposta ser alguma groselha qualquer. Assim, ficam dúvidas de como abastecer esses sistemas e quando eles poderão ser realmente usados para esse fim.

Num lado mais filosófico, dá para lembrar que os robôs conversadores não têm intenção na sua fala, mas expõem padrões extraídos de conteúdos produzidos por pessoas. Se, ao emular humanos, o comportamento é reprovável, o que isso diz sobre os vieses da sociedade? Nesse caso, a ideia é entender as respostas como uma síntese de partes do comportamento humano, não como um ente em si mesmo.

Tratar um robô como um humano e conversar com ele sem o olhar crítico para pensar além da resposta em si pode até ser divertido, mas não agrega. O risco da IA não está em algo "O Exterminador do Futuro", mas no impacto que

Mulher dirige patinete na entrada do MWC, em Barcelona, um dos maiores eventos de tecnologia Joseph Lago/AFP

Maior evento de telefonia discutirá inteligência artificial e metaverso

Raphael Hernandes

SÃO PAULO O MWC (Mobile World Congress) retorna a Barcelona entre esta segunda (27) e quinta (2) com o tema de "velocidade", inspirado pelo 5G.

Um dos mais importantes eventos de tecnologia do mundo é focado no setor de telecomunicações e reúne dezenas de milhares de pessoas para discutir o futuro digital. É organizado pela GSMA, entidade que congrega as teles.

Em entrevista ao jornal oficial do congresso, o CEO da GSMA, John Hoffmann, disse que a escolha do tema deste ano se deve à aceleração em várias frentes relativas à nova geração da telefonia, como as mudanças trazidas pela conectividade. "O 5G teve a adoção mais rápida da história", disse.

A lista de palestrantes inclui nomes como Jose Maria-Alvarez Pallete, CEO da Telefónica e figurinha carimbada no congresso, e Greg Peters, executivo-chefe da Netflix.

Novamente, o metaverso aparece entre os principais assuntos. Por demandar muito da infraestrutura de telefonia, esse é um termo pop em vários dos painéis do evento.

A palavra entrou na moda nas discussões de tec nos últimos anos e está na boca de todas as grandes empresas do setor, em boa parte puxadas pela Meta, dona do Facebook e Instagram.

Trata-se de uma nova forma de consumir conteúdo digital e interagir com a internet. Em vez de olhar para uma tela, as coisas passam também a ser vistas por realidade virtual e realidade aumentada —criando uma espécie de universo virtual.

Uma das críticas de analistas ouvidos pela organização do MWC é a lentidão na adoção na prática das ideias de metaverso, em relação à expectativa gerada quando o termo passou a ganhar destaque. Um pouco dessas ideias já existe na prática, mas é mais uma aposta para o futuro.

Além dele, destaque para inteligência artificial (na esteira de avanços como o ChatGPT) e o impacto da tecnologia no meio ambiente.

A edição de 2023 vem com a expectativa de aumento no público em relação a 2022, a primeira de grandes proporções após o início da pandemia, mas ainda com participação abaixo de anos anteriores.

Ao contrário de 2022, o MWC não terá restrições sanitárias. Argumentando estar em linha com as regras locais, a GSMA, entidade que congrega as teles e organiza o evento, não exigirá nem vacinação.

Segundo a GSMA, a expectativa de público é ter mais de 80 mil pessoas, de 180 países, além de 2.000 expositores —acima do ano passado, com 61 mil participantes, mas abaixo dos 109 mil de 2019, última edição pré-pandemia.